

FACE em REVISTA



v.5 2002

ARTIGOS

CONTRIBUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES E HABILIDADES DE PROFISSIONAIS NUM GRUPO DE MELHORIAS PARA O CRESCIMENTO NAS EMPRESAS. *Sérgio Augusto Parastchuk*

A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS EXPLORANDO CIFRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS. *Marlene Züge; Carlos Alberto Adão; Cleomar Alfeu Tomelin; Eugênio Libreloto Stefanelo*

O MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS, DE PORTER: SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DO CASO COPEL. *Altair Martiniak; Dallan Marcelo Gregório; Ronaldo Teixeira Ozon*

A EMPRESA DE PEQUENO PORTE NA ESTRUTURA PRODUTIVA. *Suely Terezinha Martini*

MERCOSUL: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS. *Daniel Melo*

ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E CONTÁBEIS DAS EMPRESAS NA DÉCADA DE 70, 80 E 90. *Odelir Dileto Cachoeira*

TURISMO PARA TODOS: A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ATIVIDADES TURÍSTICAS. *Ana Cláudia Folmann; Antonia Yume Eiri Trebien; Samara de Souza P. Arten*

DETERMINAÇÃO DOS REGIMES DINÂMICOS EM UM SISTEMA LOTKA-VOLTERRA. *Caren Coiden Feltrin; Leonardo Ramos Emmendorfer; Marta Rafikov*

AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO E PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO. *Edite Siqueira*

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO UCRANIANA: JANGADA, MARCO CINCO, GENERAL CARNEIRO (1895 – 1995). *Paulo Horbatiuk; Léa Lúcia Hunhevicz*

A REALIDADE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO. *Sandra Aparecida de Paula e Souza*

A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA. *Simone Santos Junges*

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Elizabete de Fátima Empinotti*

LÍNGUA UCRANIANA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS. *Iuly Tatárchenko*

ANÁLISES

COMUNICAÇÃO EXCLUDENTE: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E DEMOCRACIA NA ERA DO CONHECIMENTO. *Angela Farah*

A EVOLUÇÃO DO PROCESSO COMUNICACIONAL: DA ESCRITA AO CINEMA DE DAVID CRONENBERG. *Delbrai Augusto Sá*

A CULTURA "BIG BROTHER". *Leonel de Castro Filho*

CRIATIVIDADE, LIBERDADE DO LIMITE. *Ana Inêz Kienen Schreiner*

	UNIPORTO Formulários Continuos Ltda.
Rua Sete de Setembro, 451 - Centro CEP 89.400-000 - Porto União - Santa Catarina Fone: (42) 522-2844 - Fax: (42) 522-1987 E-mail: uniporto@net-uniao.com.br	

ISSN 1676-0573

FACE
EM
REVISTA

v.5 2002

FACE EM REVISTA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL FACULDADE DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA – FACE

Diretor - Prof. Jairo Vicente Clivatti

Vice-Diretor - Prof. José Pedro Ramos

Conselho Editorial

Presidente

Fahena Porto Horbatiuk

Secretária

Rita de Cássia Funaro Vieira

Membros

Ana Inês Kienen Schreiner

Abel Zastawny

Cordovan F. de Melo Júnior

Edite Siqueira

Maria Genoveva B. Esteves

Odelir Dileto Cachoeira

Raulino Bortolini

Simone Santos Junges

FACE EM REVISTA é uma publicação anual, multidisciplinar, da Faculdade da Cidade de União da Vitória – FACE, tem por finalidade divulgar artigos científicos, análises e resenhas, que possam contribuir para o conhecimento, o desenvolvimento e a discussão nos diversos ramos do saber. A exatidão das informações, os conceitos e as opiniões emitidos neste periódico são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Os trabalhos encaminhados para **FACE EM REVISTA** devem seguir as orientações constantes nas Normas de Publicação contidas neste volume. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Comissão Editorial, com base nas recomendações dos Membros do Conselho Científico e/ou árbitros.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte,

FACE EM REVISTA poderá ser obtida junto à Biblioteca “João Dissenha” – Setor de Publicações. Caixa Postal, 321 – 84.600-000 – União da Vitória – Paraná.

E-mail: faceemrevista@face.br

Editor

Fahena Porto Horbatiuk

Revisão Gramatical

Fahena Porto Horbatiuk

Revisão Metodológica

Rita de Cássia Funaro Vieira

Tradução

Simone Santos Junges

Editoração, Capa e Arte Final

Edite Siqueira

FACE EM REVISTA. União da Vitória: Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória, v.1, n.1, out. 1998.

Semestral

v.1, n.2 de 1998, não foi publicado

A partir de v.3, 2000 a publicação passa a ter periodicidade anual.

ISSN 1676-0573

1. Ciências - Periódicos I. Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - FACE.

SUMÁRIO

ARTIGOS

CONTRIBUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES E HABILIDADES DE PROFISSIONAIS NUM GRUPO DE MELHORIAS PARA O CRESCIMENTO NAS EMPRESAS. <i>Sérgio Augusto Parastchuk</i>	11
A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS EXPLORANDO CIFRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS. <i>Marlene Züge; Carlos Alberto Adão; Cleomar Alfeu Tomelin; Eugênio Libreloto Stefanelo</i>	35
O MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS, DE PORTER: SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DO CASO COPEL. <i>Altair Martiniak; Dallan Marcelo Gregório; Ronaldo Teixeira Ozon</i>	55
A EMPRESA DE PEQUENO PORTE NA ESTRUTURA PRODUTIVA. <i>Suely Terezinha Martini</i>	69
MERCOSUL: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS. <i>Daniel Melo</i>	85
ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E CONTÁBEIS DAS EMPRESAS NA DÉCADA DE 70, 80 E 90. <i>Odelir Dileto Cachoeira</i>	105
TURISMO PARA TODOS: A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ATIVIDADES TURÍSTICAS. <i>Ana Cláudia Folmann; Antonia Yume Eiri Trebien; Samara de Souza P. Arten</i>	143
DETERMINAÇÃO DOS REGIMES DINÂMICOS EM UM SISTEMA LOTKA-VOLTERRA. <i>Caren Coiden Feltrin; Leonardo Ramos Emmendorfer; Marta Rafikov</i>	153
AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO E PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO. <i>Edite Siqueira</i>	165

CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO UCRANIANA: JANGADA, MARCO CINCO, GENERAL CARNEIRO (1895 – 1995). <i>Paulo Horbatiuk; Léa Lúcia Hunhevicz</i>	177
A REALIDADE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO. <i>Sandra Aparecida de Paula e Souza</i>	189
A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA COMO RECURSO PARA O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA. <i>Simone Santos Junges</i>	201
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. <i>Elizabete de Fátima Empinotti</i>	211
LÍNGUA UCRANIANA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS. <i>Iuly Tatárchenko</i>	231

ANÁLISES

COMUNICAÇÃO EXCLUDENTE: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E DEMOCRACIA NA ERA DO CONHECIMENTO. <i>Angela Farah</i>	243
A EVOLUÇÃO DO PROCESSO COMUNICACIONAL: DA ESCRITA AO CINEMA DE DAVID CRONENBERG. <i>Delbrai Augusto Sá</i>	249
A CULTURA “BIG BROTHER”. <i>Leonel de Castro Filho</i>	263
CRIATIVIDADE, LIBERDADE DO LIMITE. <i>Ana Inêz Kienen Schreiner</i>	271

CONTENTS

ARTICLE

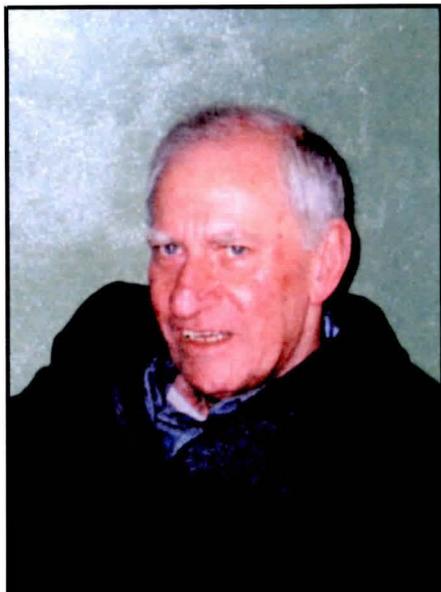
CONTRIBUTIONS OF THE DEVELOPMENT OF POTENTIALITIES AND ABILITIES OF PROFESSIONALS IN AN IMPROVEMENT GROUP TO THE GROWTH IN COMPANIES. <i>Sérgio Augusto Parastchuk</i>	11
THE CONSTRUCTION OF BUSINESS STRATEGIES EXPLORING VISIBLE AND INVISIBLE FIGURES. <i>Marlene Züge; Carlos Alberto Adão; Cleomar Alfeu Tomelin; Eugênio Libreloto Stefanelo</i>	35
THE MODEL OF PORTER'S FIVE COMPETITIVE FORCES: ITS APPLICATION IN THE CASE STUDY OF COPEL. <i>Altair Martiniak; Dallan Marcelo Gregório; Ronaldo Teixeira Ozon</i>	55
THE SMALL SCALE COMPANY IN THE PRODUCTIVE STRUCTURE. <i>Suely Terezinha Martini</i>	69
MERCOSUL: HISTORY AND PERSPECTIVES. <i>Daniel Melo</i>	85
COMPARATIVE ANALYSIS OF FINANCE, ECONOMIC AND ACCOUNTING INDICATORS OF COMPANIES IN THE 70'S, 80'S AND 90'S. <i>Odelir Dileto Cachoeira</i>	105
TOURISM FOR EVERYONE: THE INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN TOURIST ACTIVITIES. <i>Ana Cláudia Folmann; Antonia Yume Eiri Trebien; Samara de Souza P. Arten</i>	143
THE DETERMINATION OF DYNAMIC BEHAVIOR IN A LOTKA-VOLTERRA SYSTEM. <i>Caren Coiden Feltrin; Leonardo Ramos Emmendorfer; Marta Rafikov</i>	153
KNOWLEDGE ACQUISITION AND THE PROCESS OF TEACHING READING AND WRITING. <i>Edite Siqueira</i>	165

THE CENTENARY OF UKRAINIAN IMMIGRATION: JANGADA, MARCO CINCO, GENERAL CARNEIRO (1895 – 1995). <i>Paulo Horbatiuk; Léa Lúcia Hunhãvicz</i>	177
THE REALITY OF NEW TECHNOLOGIES AND EDUCATION. <i>Sandra Aparecida de Paula e Souza</i>	189
NEUROLINGUISTIC PROGRAMMING AS A RESOURCE FOR TEACHING FOREIGN LANGUAGES. <i>Simone Santos Junges</i>	201
TEACHER EDUCATION AND THE NEW INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES USED IN DISTANCE LEARNING. <i>Elizabete de Fátima Empinotti</i>	211
THE UKRAINIAN LANGUAGE IN BRAZIL: SOCIOLINGUISTIC ASPECTS. <i>Iuly Tatárchenko</i>	231

ANALYSIS

EXCLUSIONARY COMMUNICATION: INEQUALITY, EXCLUSION AND DEMOCRACY IN THE AGE OF KNOWLEDGE. <i>Angela Farah</i>	243
THE EVOLUTION OF THE COMMUNICATIONAL PROCESS: FROM WRITING TO DAVID CRONENBERG'S CINEMA. <i>Delbrai Augusto Sá</i>	249
THE "BIG BROTHER" CULTURE. <i>Leonel de Castro Filho</i>	263
CREATIVITY, FREEDOM OF THE LIMIT. <i>Ana Inêz Kienen Schreiner</i>	271

Prof. Isael Pastuch



Prof. Pastuch, como era conhecido, veio para a FACE em 1997, depois de haver sido secretário na FAFI, Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores, em União da Vitória, e professor de Educação Física, no Túlio de França, onde criou e deu vida aos famosos Jogos da Primavera.

Com sabedoria e zelo, deu incansavelmente de si, para a criação de novos cursos de nossa instituição.

Pelas mãos dele, recebemos obras para serem publicadas, incentivo para o trabalho científico, orientações nas horas de incerteza.

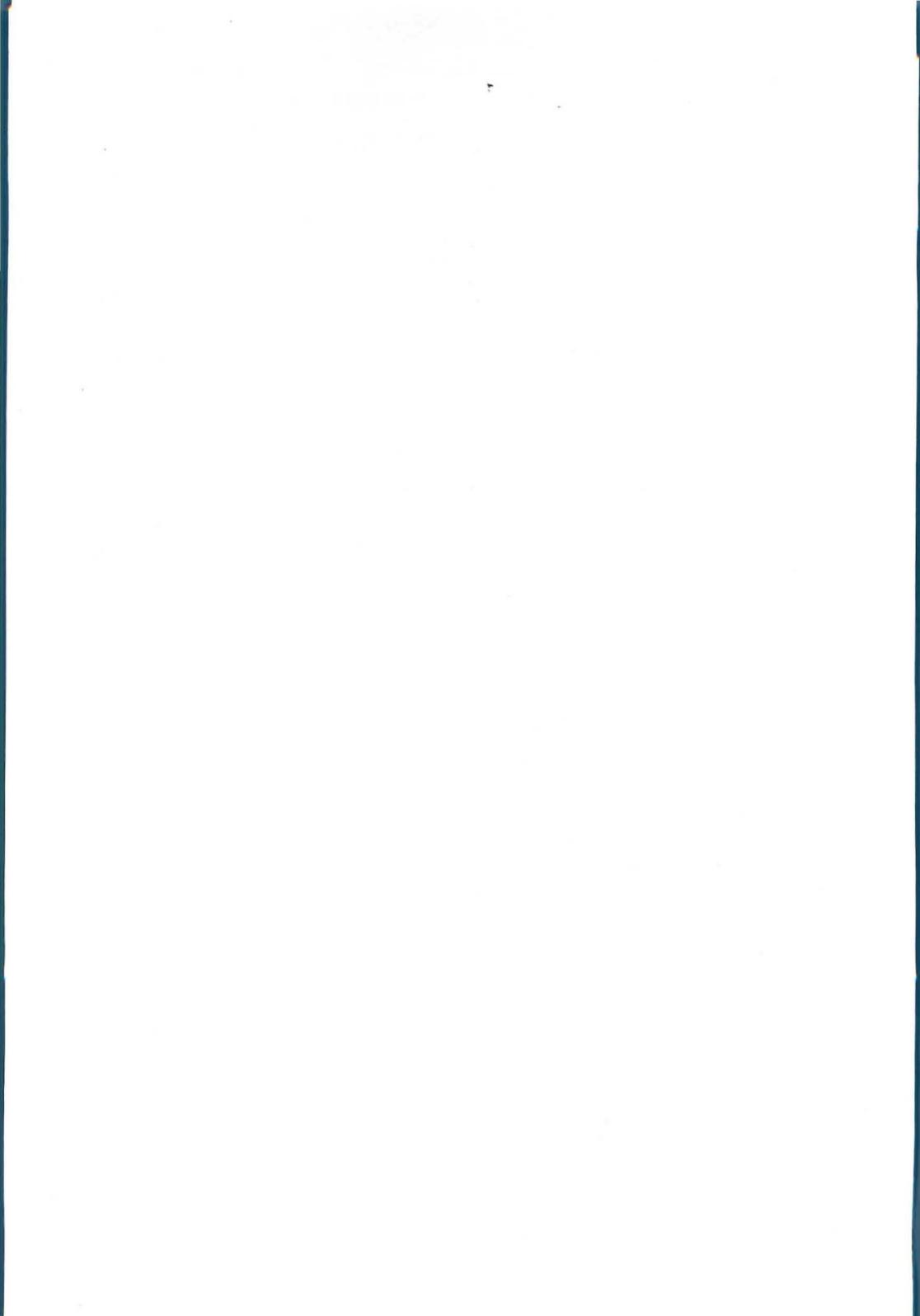
Quando recebíamos a visita do Conselho Estadual de Educação, era ele que recebia a equipe, com a alegria de um vencedor, com a amizade criada ao longo do tempo, com o carinho sincero.

Hoje, nós temos certeza de que ele está bem, porque fazia o bem apenas pelo prazer de fazê-lo, sem que ninguém soubesse dessas boas obras e intenções, sem ostentação. E como diz o Evangelho, somos julgados justos até pelo copo de água que dermos a quem tem sede, logo, nosso irmão Pastuch, que vivia dando de si, como água, por um serviço amoroso, e de seus bens, que generosamente repartia com os mais necessitados, o que se ficava sabendo por acaso, mas sobre o que ele pedia silêncio.

O amigo Pastuch trabalhava nos bastidores da Instituição, como trabalha um coração, distribuindo energia. Mas, na hora de colher os frutos ou as honras de seu labor, ele se recolhia; preferia não se emocionar demais, dizia ele. Assim foi quando publicamos Coisas que tocam, da Prof. Terezinha Wolf, e nos outros lançamentos de livros sobre nossa terra, de cuja grandeza de destinos tanto se orgulhava.

Pessoas como o Prof. Pastuch, mesmo ausentes, marcam presença. Ele fica conosco nos trabalhos iniciados, na almejada conquista do Centro Universitário, nas providências decorrentes de suas obras. É como quando perdemos nosso pai ou nossa mãe, que passamos a senti-los mais junto de nós.

Que este volume seja um marco de sua passagem em nosso meio.



APRESENTAÇÃO

A Face em Revista chega a seu 5º volume, contendo artigos, na maioria, de professores da FACE.

A instituição possui muitos cursos novos, bem como professores em início de carreira, interessados em dar continuidade a sua formação, via especialização, mestrado ou doutorado.

Nesse contexto, a revista, ainda recente, representa um meio para divulgação de seus trabalhos, num diálogo construtivo com interlocutores da mesma área de interesses.

Neste volume, há artigos de Administração, Economia, Contabilidade, Comunicação e Educação.

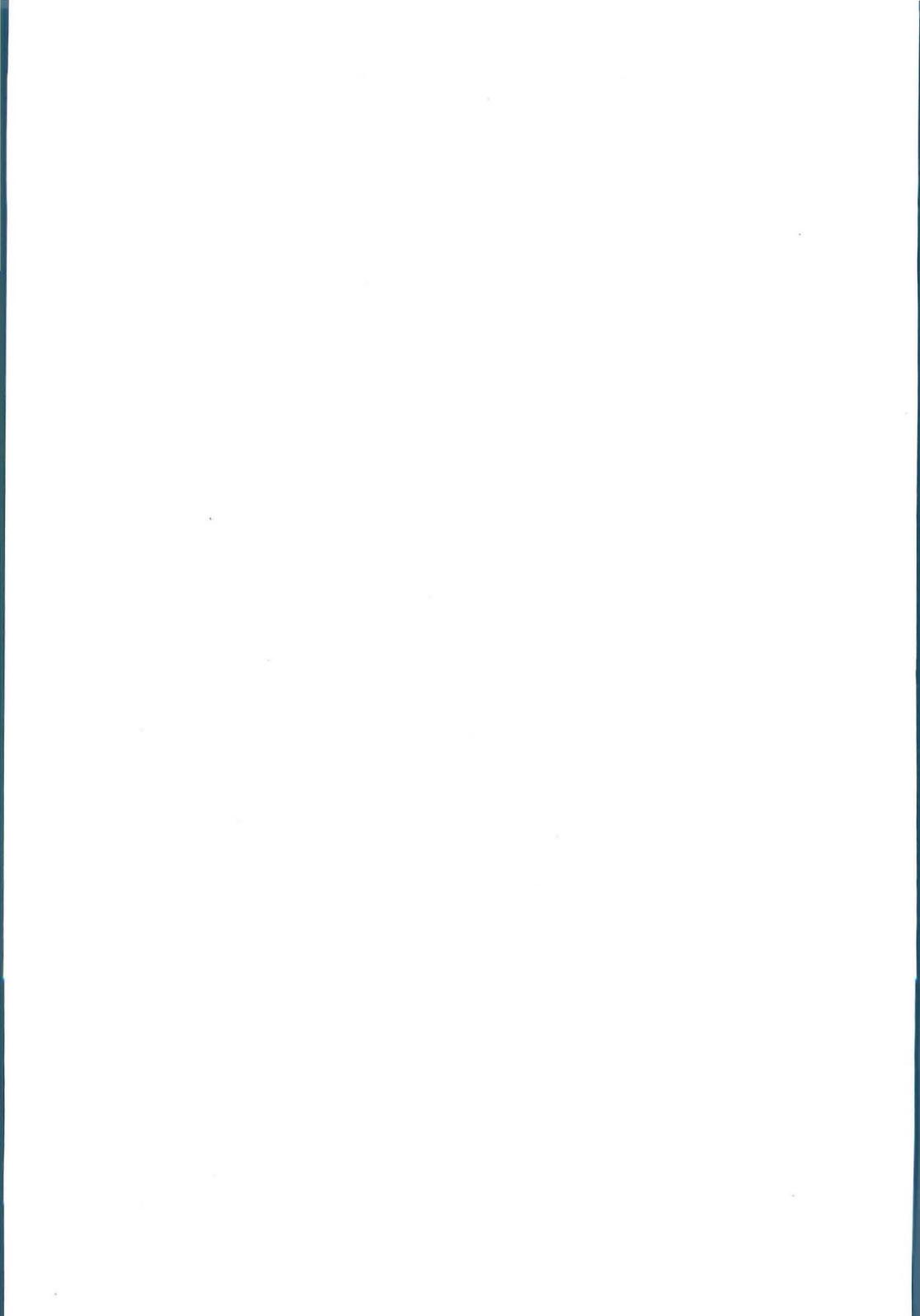
Temos a satisfação de perceber que o professor está produzindo seu conhecimento e entusiasmando os acadêmicos, nesse sentido. Só pela pesquisa, o ambiente universitário pode produzir algo inovador, que venha servir à comunidade. Desse modo, a instituição há de formar profissionais competentes, que voltem à universidade, para atualização, que valorizem teoria e prática e descubram um olhar perscrutador ante a realidade que os cerca.

Face em Revista v.5 tem apenas duas contribuições de acadêmicos: uma na área de Turismo e outra, de Comunicação. Ambas pertencem a membros de outras universidades, mas que interagem, constantemente, com esta, em suas lidas estudantis.

Para 2003, haverá uma outra revista, especialmente para produção acadêmica. Isso dará mais vigor ao trabalho acadêmico, ainda na fase da graduação.

Encerrando, queremos salientar a pesquisa como um tempo de silêncio, para a leitura e reflexão da realidade, para busca de sentidos e criações ou descobertas de interesse social. Essa atitude silenciosa de assimilação, observação, análise, síntese, dedução, conclusão e extrapolação, é um grau mais aperfeiçoado do trabalho acadêmico, com a orientação do mestre, também interessado nas novas conquistas do saber.

Fahena Porto Horbatiuk

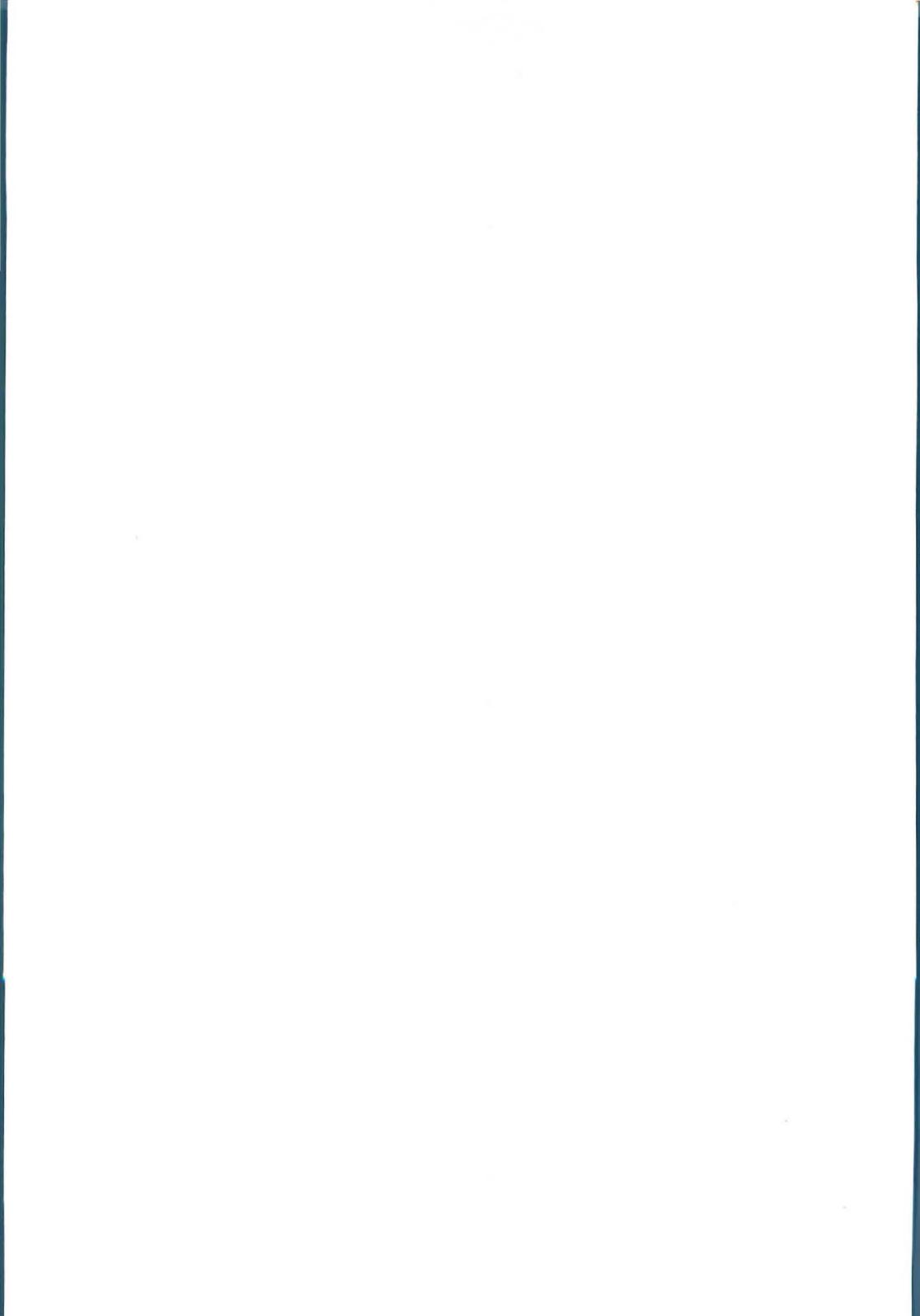


**CONTRIBUIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DE
POTENCIALIDADES E HABILIDADES DE PROFISSIONAIS,
NUM GRUPO DE MELHORIAS PARA O CRESCIMENTO NAS
EMPRESAS**

SÉRGIO AUGUSTO PARASTCHUK

Graduado em Administração de Empresas pela FACE – União da Vitória; Pós-graduado em Administração de Recursos Humanos pela UFPR, de Curitiba PR; Pós-graduado em Administração Empresarial pela UFPR, de Curitiba PR; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela FACEPAL, de Palmas PR; Consultor de Empresas.

E-mail: sergioaugusto@net-uniao.com.br



RESUMO

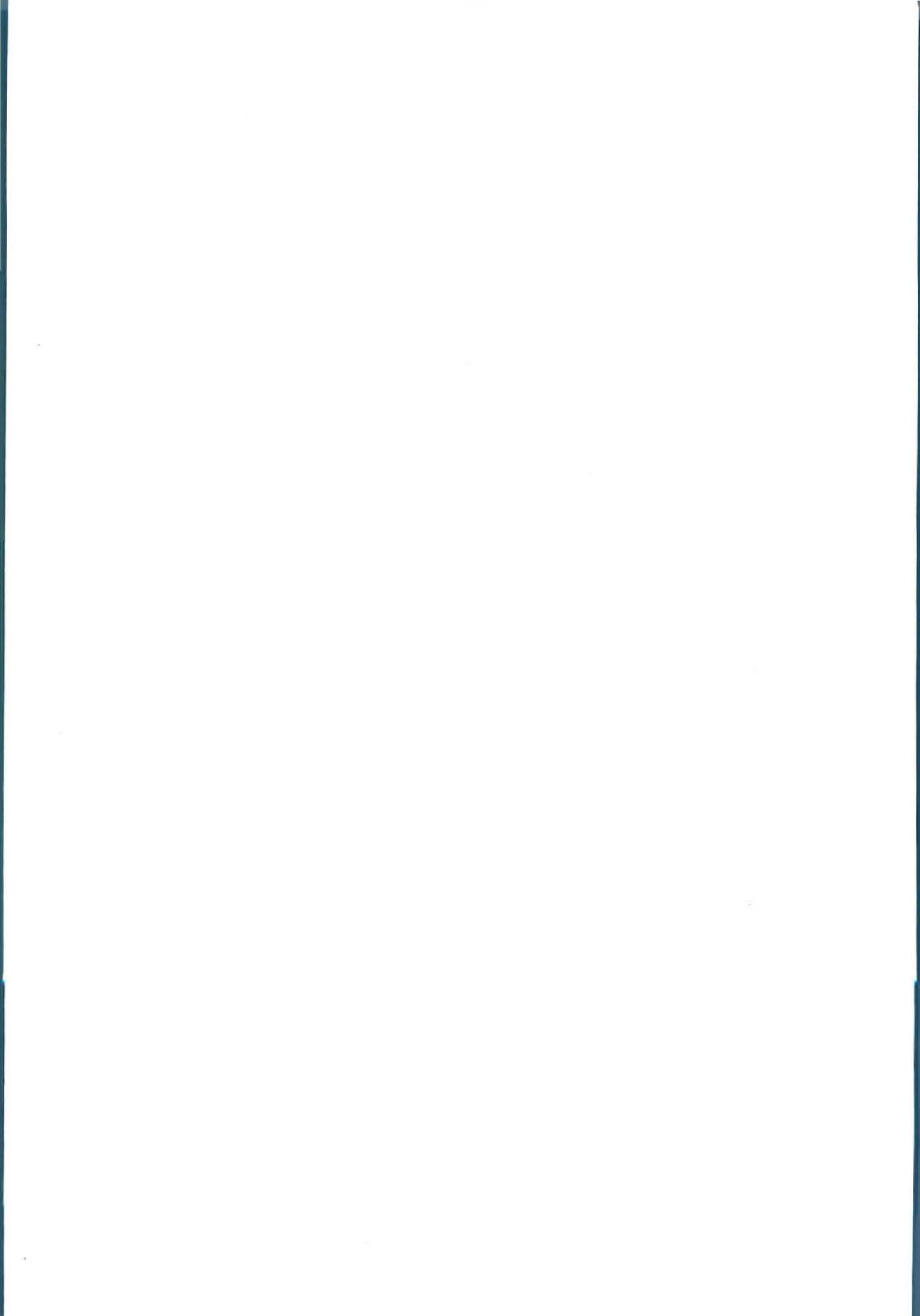
Por meio desta pesquisa, buscou-se identificar e desvendar aos administradores, principalmente, os profissionais da área de Recursos Humanos, técnicas e modelos comportamentais, que possam ser utilizados para a formação e continuidade de Grupos de Melhorias dentro das organizações, que permitam o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo e da empresa. Para isto, foi necessário um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica, a fim de selecionar o que de mais significativo e importante há na literatura sobre o tema. Iniciou-se questionando os responsáveis pelos Grupos de Melhorias, os seus componentes. Entender como os colaboradores da empresa sentem-se, após a formação do Grupo é fundamental, para poder compreender fatores que possam permitir o crescimento e o desenvolvimento do ser humano dentro das organizações, por meio da sua participação em grupo. Na seqüência, dissertou-se sobre como os grupos são classificados, como surgem os líderes dos grupos, as funções de cada elemento do grupo, que tipo de melhorias os grupos realizam, quais as premiações. Além dos conhecimentos adquiridos, o trabalho em si serve como consulta para administradores e coordenadores que objetivem estar conscientes de que, atualmente, face às transformações que as empresas estão vivendo, nenhum modelo de trabalho pode ser considerado como uma "receita de bolo", pois o empenho e o entusiasmo com que se fazem as coisas é um diferencial entre sucesso e insucesso, quando se propõe aplicar algo.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos de melhorias, Liderança, Classificação de grupos

ABSTRACT

The aim of this paper was to identify and show to the administrators, specially in the Human Resources area, techniques and behaviorist patterns that can be used for the formation and continuity of Improvement Groups in organizations, which allow the growth and development of the person and the company. In order to make it possible, it was necessary to do an intense library research to select the most significant and important information. Then, the ones who were responsible for the improvement Groups were evaluated. Understanding how the business collaborators feel after setting up the group is essential to understand factors that permit the growth and the development of the human being inside the organization, through the participation in groups. After this, it was described how the groups are formed, the techniques which were used, how the groups are classified, how the leaders emerge in the group, the functions of each individual in the group, the kind of improvement the groups develop, and the prizes they receive for doing a good job. Besides the knowledge acquired, the work itself is useful, as an example to many administrators and coordinators who aim at becoming aware that, nowadays, due to several changes that companies are facing, no model should be considered the perfect "recipe", because determination and enthusiasm make the difference between success and failure when one does something.

KEY-WORDS: Improvement groups, Leadership, Group classification



1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as empresas brasileiras passam, atualmente, por uma fase em que é necessário inovar e criar novas formas de trabalho, para conseguirem sobreviver, competir e obter sucesso, num momento em que tecnologia e globalização ditam regras a serem seguidas.

O homem, desde sua origem, após alguns milhões de anos, deparou-se com um fato novo em sua vida: a empresa, criada há duzentos anos.

Os seres humanos tiveram que aprender a conviver de uma forma diferente, agrupados dentro de indústrias e vistos apenas como cartões ou números, sendo seguidos modelos administrativos do Exército e da Igreja, em que prevalecem hierarquia e autoridade.

Se as empresas fossem compostas de máquinas, robôs e computadores, poder-se-ia até afirmar que seria muito mais fácil administrá-las, porém, sabe-se que as empresas são compostas de pessoas que criam tecnologias, produtos, processos, geram idéias, fazem a diferença.

Um desafio da atualidade é conseguir fazer com que as pessoas trabalhem em grupos. Algo que deveria ser simples e fácil, pois Moisés, ao fazer a travessia do deserto, durante quarenta anos, dividiu os seus seguidores em pequenos grupos, descobriu líderes e administrou-os com eficácia, tudo isso há mais de dois mil anos.

Este estudo partiu do princípio que, na região de União da Vitória, Sul do Estado do Paraná, uma empresa denominada PORMADE – Portas de Madeiras Decorativas Ltda., tendo como atividades principais a indústria e o comércio, vem obtendo sucesso e se destaca das demais empresas da região, sendo considerada como modelo tanto na região quanto no país.

O pesquisador pretendeu trabalhar especificamente sobre a existência de técnicas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento das relações humanas dentro dos Grupos de Melhorias, visando a sua manutenção e crescimento; procurando analisar a importância das relações humanas nos grupos; satisfazendo, dessa forma, as necessidades de auto-estima e de realização dos colaboradores, provocando a busca incessante de produtividade com parceria.

A área de abrangência da pesquisa consta das áreas de Administração e Recursos Humanos, enfatizando o relacionamento humano nos Grupos de Melhorias; de que forma e como usar as técnicas, para que as pessoas treinadas tornem-se motivadas e empreendedoras na empresa.

2 O ESTUDO SOBRE GRUPOS, COMO POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Verifica-se que o mundo empresarial de hoje sente, todos os dias, a necessidade de mudanças face à competitividade acirrada que assola todas as organizações.

No entender do pesquisador, a necessidade de reinventar a maneira de trabalhar, a importância de obter um relacionamento diferente, entre empregador e empregado, possibilitou aos administradores maneiras de repensar os métodos de como estavam conduzindo as empresas.

Na mesma discussão, os gestores atuais entenderam que, por questão de sobrevivência e não por modismo, deveriam aproveitar melhor a capacidade dos seres humanos, que compõem a empresa; que a matéria-prima mais barata que existe dentro das organizações é a inteligência das pessoas que as compõem, pois é através dela que as pessoas criam as coisas e métodos novos, bem como refletem acerca do que está certo ou errado, no seu local de trabalho, e, dessa forma, não poderiam mais pagar as pessoas, para que não usassem esse capital tão importante. Observa-se nas empresas que não trabalhavam em grupos/equipes, que apenas pessoas que possuem cargo de chefia é que tinham o direito e a obrigação de pensar; fica evidente para quem trabalha nesse tipo de empresa que diretoria era sinônimo de criatividade e chefia sinônimo de sabedoria, pelo simples fato de não poderem participar e opinar. Os colaboradores de níveis hierárquicos mais baixos não precisavam pensar e, muito menos, tentar participar, porque não eram aceitas as suas opiniões sobre mudanças, melhorias e sugestões, pois julgava-se que não tinham capacidade para pensar em algo tão importante, como mudanças, melhorias e inovações de processos ou etapas de trabalho.

Os gestores pioneiros, aqueles que quebram paradigmas e ganham dinheiro, são logo copiados pelos demais, e o Japão foi exemplo disso, ao adotar uma postura diferente, no que se refere ao relacionamento entre empregador e empregado, acreditando nas pessoas e permitindo que todos, na organização, possam participar com opiniões, sugestões e projetos de um trabalho em grupo.

Num primeiro momento, os membros precisam e devem resolver suas diferenças pessoais, encontrar forças para prosseguir, harmonizar os compromissos com projetos, com as demandas de suas tarefas diárias e aprender a melhorar com qualidade, pois, como afirma Weelins, (1994, p.1), “as pessoas devem ser investidas de poder, para gerenciarem a si próprias e o trabalho que realizam diariamente”. Assim, infere-se que os membros devem resolver suas diferenças pessoais, encontrar forças para prosseguir, harmonizar os compromissos para com o projeto com as demandas de suas tarefas diárias e aprender como melhorar.

“Grupos são ferramentas. Assim sendo, cada um, em especial, tem seus usos, suas características, suas exigências e suas limitações. O trabalho em grupo não é bom, nem desejável, ele é um fato” (DRUCKER, 1996, p.62).

Sabe-se que os grupos formais são, deliberadamente, criados pelos administradores e encarregados de realizar tarefas específicas, destinadas a ajudar a organização a atingir seus objetivos, enquanto os grupos informais surgem, sempre, quando as pessoas se juntam e interagem regularmente. Esses grupos desenvolvem-se dentro de uma estrutura organizacional formal. Os membros de grupos informais tendem a subordinar algumas de suas necessidades individuais às do grupo como um todo. Em troca, o grupo os apóia e os protege. Verifica-se, na prática, que os grupos informais podem promover os interesses das organizações; jogos de bola aos sábados de manhã, por exemplo, podem reforçar os laços dos jogadores com a organização. Eles também podem se opor aos objetivos organizacionais, como, por exemplo, a exigência de um alto padrão de desempenho, quando for considerado prejudicial ao grupo.

“Um grupo é definido como duas ou mais pessoas que interagem e se influenciam mutuamente, visando a um propósito comum” (STONER; FREEMAN, 1995, p.371).

Constata-se, portanto, que um grupo apenas interage quando as pessoas influenciam-se mutuamente, e apenas há comprometimento dos elementos do grupo, a partir do momento em que exista sinergia, em prol do alcance de objetivos que sejam de interesse comum. Só existe interação, quando as regras impostas ao grupo pela empresa são transparentes e atingíveis.

É óbvio, para todos os trabalhadores, que não se pode ter afinidade com todas as pessoas com as quais se trabalha, mas uma interação maior pode melhorar o companheirismo e a comunicação.

Para Weil (1982, p.33), “é importante que as pessoas se encontrem, que se reúnam para jogar futebol, estudar insetos, construir uma ponte, ou, simplesmente, conversar”.

Sabe-se que determinadas empresas, que optam pela formação de grupos, apenas formam-nos, esperando que eles resolvam seus problemas relativos à necessidade de inovações, produtividade e relacionamentos. Pode-se, então, constatar que o grupo deve ter direcionamento, coordenação, para que não acabe tornando-se um grupo apenas de conversa e sem objetivos preestabelecidos, o que acabaria desmotivando seus componentes, e não atenderia à expectativa da empresa.

É de responsabilidade de todos os participantes do grupo e /ou equipe criar uma atmosfera propícia à formação de equipes, por meio do cumprimento de seus

papéis, nesse grupo. Interpretando Robbins (1997), pode-se apontar as características dos membros de grupos e / ou equipes eficazes:

- a) ter um compromisso com as metas;
- b) demonstrar um interesse verdadeiro pelos outros membros do grupo;
- c) enfrentar conflitos;
- d) escutar enfaticamente;
- e) treinar a tomada de decisões;
- f) valorizar diferenças individuais;
- g) contribuir livremente com idéias;
- h) fornecer feedback sobre o desempenho da equipe;
- i) comemorar realizações.

As empresas devem desenvolver programas que permitam que o colaborador se comprometa com sua empresa, não comparecendo apenas fisicamente, mas com cabeça e principalmente, com o coração. Através de técnicas e ferramentas que fazem parte da metodologia de trabalho em grupo, observa-se que as pessoas conseguem externar seus sentimentos, talvez algo que seria muito doloroso, individualmente, que é mais fácil de ser colocado quando o ambiente é de confiança e exista a certeza de que o grupo o ajudará a transpor obstáculos.

Marins (1997, p.19) lembra: “Quando eu dizia que o homem precisa de uma razão maior, uma filosofia mestra, que justifique seu esforço numa organização empresarial, pois do contrário não consegue se motivar, diziam que isso era coisa de filósofo e não de empresário.”

Verifica-se que muitas pessoas trabalham sem amor, trocando horas de trabalho por dinheiro, o que, com o passar do tempo, torna-se frustrante, pois o dinheiro não trará o sentimento de realização que o ser humano consegue quando realiza o trabalho com arte, beleza e amor.

Aproximadamente 80% dos programas de desenvolvimento, que as empresas se propõem a executar, como Qualidade Total, Empowerment e Grupos de Trabalho, são interrompidos em menos de seis meses, porque as lideranças falharam em seu trabalho de conseguir comprometimento de todos. A equipe não se motiva, não cumpre sua parte no trabalho e, aos poucos, os obstáculos vão surgindo, até que o projeto vá por *água abaixo* (SHINYASHIKI, 1995, p.135).

Sabe-se que as empresas precisam elaborar programas em que haja um compromisso entre colaboradores e proprietários, em que a transparência e a confiança sejam mútuos e os objetivos sejam esclarecidos, para que todos saibam qual a situação da empresa e aonde se quer chegar.

3 APRENDENDO A TRABALHAR EM GRUPO, PARTINDO DA AÇÃO BÁSICA DO SER HUMANO

O principal fator de motivação das empresas no Brasil é a valorização pessoal, e não a condição de trabalho, a autonomia, a segurança e, muito menos, a remuneração. É preciso entender que, em nosso tempo, empresas contratam cérebros, emoções, gente, e não mãos. O vínculo entre colaboradores e empresas se faz sólida sintonia de valores, jamais por uma relação burocrático-jurídica, formalizada por uma anacrônica carteira de trabalho (VIANNA, 1996, p.62).

É amplamente reconhecida a importância da *Dinâmica de Grupos*, no que se refere ao desenvolvimento dos valores individuais e coletivos, em um determinado segmento social: a busca do autoconhecimento, da responsabilidade, da confiança mútua, da integração grupal, da cooperação, da polidez, da benevolência, da capacidade de liderança, da decisão e de iniciativa.

Hoje, é preciso, por exemplo, tão somente abrir as páginas de empregos, nos classificados dos jornais, para constatar o novo perfil do funcionário desejado pelo empregador, visando a um desempenho satisfatório de suas funções. São exigidos: iniciativa, organização, desembaraço, arrojo, dinamismo, motivação para a função, comunicabilidade, criatividade, competência, capacidade de liderança e assertividade. Ou seja, uma sociedade de Gerenciamento e Recursos Humanos tem como pré-requisitos os aspectos acima mencionados. E, mesmo para um ambiente de trabalho, nos demais grupos sociais, quem não aparece não existe; quem não mostra seu potencial, suas qualidades latentes, não aparece. Não tem muito o que crescer. Na maioria das vezes, essas qualidades são muitas, mas trancafiadas no fundo do seu ser. A chave que abre esse baú são as técnicas, os exercícios específicos para esse fim. Essa é a direção para onde se propõe caminhar, quando do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Baseando-se em Sholtes (1992) e nas experiências vivenciadas pelo pesquisador, apontar-se-ão dez ingredientes para que um grupo/equipe seja bem sucedido:

- a) clareza na definição das metas;
- b) papéis claramente definidos;
- c) um plano de melhorias;
- d) comunicação clara;
- e) comportamentos salutareos da equipe;
- f) procedimentos da decisão bem definidos;
- g) participação equilibrada;
- h) regras básicas estabelecidas;
- i) consciência do processo de trabalho de grupo;
- j) uso da abordagem específica

Parece utopia, mas acredita-se que ainda veremos o trabalhador entrando no portão da fábrica, com o mesmo entusiasmo que ele entra na avenida, para defender sua escola de samba. O empresário acha que só falta criar o clima, a motivação necessária, para que o milagre se realize (ADMINISTRAÇÃO, 1996).

Percebe-se que muitas pessoas pagam para torcer por um time, gritam, sofrem e até brigam, mas sabe-se que elas opinam, querem ver seu time vencedor e, o principal de tudo, é que elas têm um placar à vista, para acompanhar o resultado do jogo.

Observa-se que os administradores deveriam ter como objetivo principal não desmotivar as pessoas, pois, a compreensão dos subordinados, as boas relações humanas exigem mais do que saber seus nomes e datas de aniversário. Exige conhecimento de suas aspirações e frustrações; divisão, com eles, da parte da autoridade que os gerentes possuem sobre o trabalho.

Cada vez mais, ouve-se falar de grupos formados para executar determinadas tarefas. Mas quais são os desafios que surgem dessa nova estrutura? Quais são os fatores psicológicos e de gestão que influenciam o sucesso ou fracasso dela?

A competição individual leva a um grande desgaste, por causa das relações interpessoais conflituosas e da falta de um objetivo comum; quando se atua coletivamente, trocando experiências e voltado para o sucesso de todo o grupo, há uma soma de energia de trabalho, facilitando a realização da tarefa (ADMINISTRAÇÃO, 1996).

O trabalho com grupos não deve gerar a competição entre os grupos, mas harmonia entre eles, pois, o resultado que interessa é o alcançado pela empresa, com o empenho de todos os grupos.

O momento atual exige que os membros dos grupos também sejam trabalhados, suas emoções, aspirações e objetivos, pois, sabe-se que a cultura oriental é diferente da ocidental, em que os colaboradores orientais já trazem muitos princípios de grupos de dentro do seio de suas famílias, o que torna o trabalho em grupo mais fácil. A cultura que se conhece no Ocidente não é a da colaboração, da disciplina, mas de uma relação trabalhista de desunião e desconfiança.

Uma das qualidades do esquema japonês de administração é que ele dá mais valor e destaque às pessoas que são capazes de trabalhar melhor em grupo do que sozinhas. Nós, ao contrário, vivemos um dilema permanente, pois temos absoluta consciência da necessidade do trabalho em equipe, mas premiamos e destacamos, sempre que possível, o trabalho individual, e depois queixamo-nos de que não há grupo, de que as pessoas não se associam com facilidade e de coisas assim (BOTELHO, 1992, p.38).

O patrimônio humano das empresas deveria incorporar, em seu processo de melhoria da qualidade no trabalho diário, os lados conceitual e prático dos paradigmas, como ponto de partida estratégica para seu sucesso individual e melhor interação com outras pessoas.

O grande diferencial será o desenvolvimento do ser humano, talvez as empresas tenham optado pelo trabalho em equipe, para buscar maior participação, sugestões e competitividade. O ser humano, cada vez mais, é estimulado a trabalhar em grupo, mas a maioria das organizações, ainda não conseguiu implantar um sistema de trabalho em grupo que permita ao homem melhorar as relações interpessoais, que motivem e comprometam seus colaboradores e que estes possam acreditar em dias melhores e que possam ser mais realizados como seres humanos em seus locais de trabalho, pois, apenas seres humanos triunfadores farão empresas triunfadoras e de sucesso, e a saída para empresários e colaboradores será o estímulo a um jogo Ganha X Ganha.

Para Rogers (1987, p.33), "Toda pessoa é uma ilha, no sentido muito concreto do termo, a pessoa só pode construir uma ponte para comunicar-se com as outras ilhas se, primeiramente, se dispuser a ser ela mesma e se lhe é permitido ser ela mesma".

Desde o princípio da humanidade, vem-se num processo contínuo de aprendizagem, de boa convivência em grupos. Pois precisa-se produzir, comunitariamente, numa permuta também contínua de experiências. Deve-se obrigar a buscar uma relação profícua no binômio ação/interação, a fim de extrair daí vantagens coletivas (que acabarão por simbolizar benefícios individuais, pois se o grupo vai bem, é porque pessoalmente se está bem). Hoje não há como dissociar sociedade e grupo.

O pesquisador observou que existem algumas condições básicas para a formação e implementação dos Grupos de Melhorias na empresa PORMADE:

- a) pré-requisitos para Formação dos Grupos de Melhorias;
 - treinamento como identificar problemas e trabalhar em equipe para priorizá-los e solucioná-los;
 - devem ter autoridade, tempo e recursos para identificar e eliminar todas as perdas;
 - mentalidade de melhoria contínua;
 - empresa orientada para o cliente;
 - as pessoas precisam ser autorizadas pela gerência, para fazer mudanças necessárias;
 - eliminar o medo do desconhecido.

- b) estrutura para Implementação dos Grupos;
 - alta Gerência: Política para implementação dos Grupos por toda organização;
 - média Gerência: Educação para implementação dos Grupos por Setor;
 - demais Colaboradores: Atividades dos Grupos em toda a empresa.

c) a Função dos Coordenadores dos Grupos;

- O Coordenador deverá desenvolver um plano básico para os Grupos, baseado num entendimento dos conceitos fundamentais e propósitos dos Grupos.
- O Coordenador deverá entender as condições, sob as quais os Grupos estão funcionando, e criar um ambiente em que o Grupo possa buscar, com sucesso, a ação apropriada nestas condições.
- O Coordenador deverá motivar os Grupos, apoiar e treinar o líder da equipe, para ativar os Grupos.
- O Coordenador deverá ajudar os membros do Grupo a ensinarem uns aos outros.

d) condições Necessárias para Formação de um Grupo

- Mínimo: 3 pessoas
- Ideal: 5 a 6 pessoas
- Máximo: 8 pessoas
- Eleger, em cada grupo, o líder e o secretário. Caberá ao grupo decidir a liderança e o secretário. - Poderá ser em períodos semestrais, anuais ou por projetos.

e) conscientização para Formação de Grupos

- Quem somos nós ?
- Por que estamos aqui ?
- O que faremos juntos ?
- Que obstáculos encontraremos ?
- Como podemos nos ajudar ?
- Como estamos indo ?
- Nossas reuniões são eficientes ?
- Todos se sentem livres para contribuir ?
- Estão sendo tomadas mais decisões no piso da fábrica ?
- Todos estão recebendo apoio suficiente da administração ?
- O que precisamos melhorar para tornar a empresa ideal ?
- Estas perguntas são colocadas aos membros dos grupos, com o intuito de fazer com que eles sempre reflitam sobre o trabalho desenvolvido em grupo; os questionamentos visam, principalmente, a uma análise sobre o estado em que o grupo se encontra e o que deve ser feito para sempre estarem melhorando.

f) determinação das Funções de Cada Elemento do Grupo;

- Líder : Representa o grupo, lidera reuniões, não desviando do assunto. Mantém a ordem e disciplina na coordenação das reuniões, avalia a capacidade
-

dos membros, fazendo com que todos tenham a mesma igualdade de crescimento.

- Secretário: Redige as atas de reuniões, marca data e horário das reuniões, lê a ata da reunião anterior, encaminha a ata e participa de todas as atividades de apoio de seu grupo.

- Membros: Participam e divulgam ativamente os projetos dos Grupos e fazem apresentações das soluções/implantações

g) estágios de Crescimento do Grupo;

- Ansiedade: Quando a equipe se forma pela primeira vez, os membros são como nadadores iniciantes que ficam do lado de fora da piscina, molhando os pés.

- Desespero: Conforme os membros começam a conhecer o volume de trabalho que está à frente, é normal que entrem quase que em pânico. Agora, são como nadadores que pularam na água, pensam que vão se afogar e começam a bater os pés.

- Domínio: Conforme os membros da equipe se tornam mais confortáveis um com o outro e compreendem melhor o projeto e o que se espera deles, tornam-se uma unidade efetiva, com todos trabalhando em harmonia.

h) reuniões dos Grupos;

- Tempo de Duração: 1 hora de reunião por semana.

- Frequência: Duas reuniões mensais, no mínimo, no próprio local de trabalho ou em salas de reuniões dos grupos.

- Horário para reuniões dos grupos: Durante o expediente em período de baixa atividade, rotina (tal hora por semana), durante as paradas programadas ou falta de matéria-prima.

- Fora do expediente: em horas extras e em fins de semana.

i) regras Básicas da Reunião

- Presença: As equipes deverão dar alta prioridade às reuniões, considerando-as quase sagradas.

- Estímulo: As reuniões da equipe deverão começar e acabar no prazo. Isso facilita que todos se programem e evita perda de tempo.

- Local e Hora: Especificar um horário e local normal de reuniões e estabelecer um procedimento para notificar os membros das reuniões.

- Participação: O ponto de vista de todos é valioso. Todo membro de equipe pode dar uma única contribuição para o projeto.

- Educação Básica nas Conversas: Ouça atenta e respeitosamente os outros, não interrompa; uma conversa por vez, e assim por diante.

- Atribuições: Grande parte do trabalho das equipes é feito entre reuniões.

Quando os membros recebem sua responsabilidade, é importante que completem suas tarefas no prazo.

Interrupções: Decidir quando as interrupções serão toleradas (chamadas telefônicas, por exemplo); quando não serão.

- Agendas, minutas e registros: O líder de equipe é responsável por fazer os registros das reuniões: agenda, minutas, e assim por diante. Contudo, freqüentemente, os membros revezam a responsabilidade pelas minutas, relatórios e, às vezes, pela agenda.

- Outras normas e regras básicas: Que outras diretrizes são importantes para sua equipe ou situação em particular? Alguns comportamentos que geralmente não são conversados, mas, não obstante, governam o comportamento da equipe, são normas táticas e podem incluir vários assuntos.

j) avaliação Geral da Reunião;

- Como foi feita a reunião?
- De que não gostamos?
- Como estava o ritmo da reunião?
- Tratamos de itens numa seqüência razoável?
- Fomos impedidos de prosseguir?
- O que poderíamos fazer diferentemente?
- O que deveríamos fazer que não fizemos?
- Procuramos os problemas no sistema, em vez de culpar os indivíduos?
- Como estamos discutindo a informação?
- Com que clareza? Com que precisão?
- Como estamos respondendo às perguntas uns dos outros?
- Estamos satisfeitos com as respostas a nossas perguntas?
- Qualquer outro comentário, observação, recomendação?

k) liderar Grupos em Reuniões.

- Peça esclarecimentos;
 - Aja como "porteiro";
 - Saiba escutar;
 - Faça resumos;
 - Contenha a divagação;
 - Administre o tempo;
 - Termine a discussão;
 - Teste o consenso;
 - Avalie constantemente o processo de reunião.
-

4 LIDERANÇA: A ARTE DE TORNAR-SE MELHOR, DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

“Ninguém gosta de mudar [...] todo mundo tem explicações para justificar sua acomodação à realidade atual, tais como: eu gosto do jeito que as coisas são. É por isso que estou aqui. Se não gostasse eu estaria em outro lugar” (KELCH, apud SLATER, 1996, p. 3).

Segundo Drucker (1996, p.80), “nenhuma das questões sociais mais urgentes como deterioração do ambiente natural, corrida armamentista internacional, desgaste do sistema educacional público, dissolução da família ou fragmentação social crescentes serão resolvidas pela autoridade hierárquica”.

Conforme se constata em Bennis (1995, p.78), “líderes são pessoas que fazem a coisa certa; gerentes são pessoas que fazem a coisa corretamente”. Verifica-se que os dois papéis são importantíssimos e profundamente diferentes, geralmente se vêem pessoas em posição de destaque, fazendo bem a coisa errada. Parte dos erros cometidos está nas escolas de Administração; ensina-se às pessoas a serem bons técnicos e bons membros de equipe, mas não se treina para lideranças.

O autor citado define quatro competências evidentes, em praticamente todos os membros do grupo. São as seguintes:

- a) gerenciamento da atenção;
- b) gerenciamento do significado;
- c) gerenciamento da confiança;
- d) gerenciamento de si próprio.

A liderança é algo que pode ser sentido em toda a organização. Dá ritmo e energia ao trabalho e poder à força de trabalho. Em organizações com líderes eficazes evidenciam-se três aspectos fundamentais:

- a) *as pessoas sentem-se importantes*: Todos sentem que são necessários ao sucesso da organização. A contribuição pode ser pequena – entrega imediata de batatas fritas para uma mercearia ou desenvolvimento de uma peça pequena, mas essencial, de um avião. No entanto, quando energizadas, as pessoas percebem que o seu trabalho possui significado e importância;
- b) *aprendizado e competência*: os líderes valorizam o aprendizado e o conhecimento, e, assim, também o fazem as pessoas que trabalham para os líderes. Os líderes deixam claro que não existe fracasso, apenas erros que dão feedback e dizem o que deve ser feito depois;
- c) *as pessoas são partes de uma comunidade*: Onde existe liderança, existe uma equipe, uma família e uma unidade. Até mesmo as pessoas que não gostam muito umas das outras sentem essa noção de comunidade. Quando

Neil Armstrong fala sobre as explorações da Apollo, descreve como uma equipe conduziu um conjunto extremamente complexo de tarefas interdependentes. Quando não existiam mulheres astronautas, os homens se referiam a esse sentimento como *fraternidade*. Sugiro que troquem para “família” (BENNIS, 1996, p.84-85).

Infere-se que, onde há líderes, o trabalho é estimulante, desafiador, fascinante e divertido. Um ingrediente essencial da liderança organizacional é o de trazer, e não levar as pessoas em direção a um objetivo. Isso atrai e energiza as pessoas para que se envolvam em pontos de vista estimulantes sobre o futuro. Motiva por meio da identificação, e não de reconhecimento e punições. Os líderes articulam e incorporam os ideais pelos quais a organização se empenha.

Carrol (apud KOUZER, 1997, p. 21) coloca a credibilidade como fator preponderante para que a liderança possa ser exercida em sua plenitude. Assim, baseando-se em pesquisa realizada no período entre 1987-1995, nos países da América, Ásia e Austrália, e citados pelo mesmo, autor, descrevem-se, na seqüência, as características do líder que os seguidores admiram:

- a) honesto;
- b) antecipador de acontecimentos;
- c) inspirador;
- d) competente;
- e) justo;
- f) apoiador;
- g) liberal;
- h) inteligente;
- i) franco;
- j) confiável;
- k) corajoso;
- l) imaginativo;
- m) zeloso;
- n) determinado;
- o) ambicioso;
- p) autocontrolado;
- q) independente.

Seja qual for a ordem em que apareçam, essas características formam o que os peritos em comunicação denominam “fontes de credibilidade”. Quando estudam a credibilidade das fontes de comunicação – sejam elas de repórteres, vendedores, gerentes, médicos, políticos ou sacerdotes – os pesquisadores, em geral, utilizam três critérios para avaliar as pessoas: honestidade, dinamismo e esperteza. Assim, aqueles mais bem classificados nessas três dimensões são consideradas fontes mais incríveis da informação.

Tendo em vista que a liderança é um processo recíproco entre os que optam por liderar e os que preferem seguir, o pesquisador ressalta que quaisquer estratégias táticas, habilidades, critérios e regras – nada disso tem utilidade, a menos que se compreendam as aspirações humanas fundamentais, que unem líderes e seguidores.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Objetivando adquirir informações úteis para este trabalho, o pesquisador utilizou como instrumento de coleta de dados, o questionário e a entrevista, que são técnicas muito semelhantes, que se fundamentam na interrogação.

O questionário foi aplicado em grupo, com os componentes dos Grupos de Melhorias da empresa PORMADE, permitindo ao pesquisador maior rapidez na sua aplicação, e também, possibilitou pronto esclarecimento acerca da maneira adequada de preenchimento e, tão logo respondidos, os questionários foram recolhidos.

O questionário também foi aplicado ao coordenador dos Grupos de Melhorias e à Gerente de Recursos Humanos, com questões diferentes daquelas interrogadas aos componentes dos Grupos de Melhorias.

Os questionários foram elaborados com perguntas sobre fatos, crenças, sentimentos e padrões de ação, com todas elas sendo abertas, ou seja, dando condições para que os interrogados respondessem com suas próprias palavras, sem qualquer restrição, como, por exemplo: Na sua opinião, por que os Grupos de Melhorias da Empresa PORMADE continuam ativos e participativos até o momento?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho, podemos concluir que o comportamento de um Grupo de Melhoria é definido pelo comportamento de cada um de seus integrantes, pela leitura pessoal que cada um faz do mundo, pelos valores que cada um atribui às coisas e aos fatos que o cercam e, principalmente, pelo objetivo que cada um almeja e os métodos pessoais empreendidos para seu alcance.

As técnicas empregadas não foram receitas milagrosas, porque o pesquisador não acredita que elas apresentem soluções instantâneas. Não são sugestões de auto-ajuda, mas, muitas delas trouxeram mensagens reconfortantes, que não se pode dispensar na labuta diária, dado que o conhecimento vem da experiência.

A compreensão desta relação do ser humano em relação a outro ser hu-

mano possibilitou enxergar o quanto cada um é líder, o quanto cada um é criativo, o quanto cada um é ponto de referência para crescimento do outro e, dessa forma, percebem o quanto é prazerosa a boa convivência. Uma vida criativa trará prazer e enriquecimento a cada indivíduo dos Grupos de Melhorias e, conseqüentemente, àqueles que estão ao seu redor.

Levantou-se, por meio dos questionários aplicados aos colaboradores, formadores dos Grupos de Melhorias, o que eles sentiram após a formação dos Grupos, o que ou quais atitudes fizeram com que eles acreditassem no trabalho em grupo, quais os benefícios, o que mudou, se a mudança atendeu suas expectativas, se as melhorias realizadas por grupos eram apenas resultado do incentivo financeiro e se, realmente, existe desenvolvimento do indivíduo.

Questionou-se, neste trabalho, e observou-se a importância do líder do Grupo de Melhoria, se realmente é uma ferramenta de impulso aos demais colaboradores, se o seu comportamento e atitudes fazem com que os demais o sigam e se, realmente, esses líderes informais, nascidos nos Grupos de Melhorias, são apenas usados pela empresa, para melhorar o ambiente de trabalho ou se realmente são valorizadas as suas características, ou seja, se lhes é dada uma oportunidade para crescerem e se desenvolverem na empresa.

Objetivou-se também analisar se, após a formação dos Grupos de Melhoria, existe alteração no ambiente de trabalho, e crescimento e desenvolvimento individual dos componentes que os formam.

O pesquisador sugere que as empresas devem desenvolver programas que permitam que todos os seus funcionários se comprometam com ela, não comparecendo apenas fisicamente, mas com a cabeça e, principalmente, com o coração.

A Empresa PORMADE, no seu primeiro ano de formação e implantação de Grupos de Melhorias, conseguiu formar 15 (quinze) Grupos e registrou 551 (quinhentas e cinquenta e uma) sugestões de melhorias, envolvendo melhorias de Layout, Ambiente, Produto, Fluxo de Produção, Redução de Custos, etc.

Conclui-se este trabalho de pesquisa, perguntando aos responsáveis pelos Grupos de Melhorias qual seria a frase que resumiria o sucesso dos Grupos de Melhorias da Empresa PORMADE. Obteve-se a seguinte resposta: "Não tente fazer alguém mudar de direção, apenas diga-lhe que sempre há um caminho melhor".

A partir do estudo realizado, o pesquisador sugere algumas alternativas viáveis para o processo de trabalho apresentado:

- a) embasamento teórico-prático para reciclagem dos profissionais da área de Recursos Humanos e docentes universitários;
- b) motivar a implantação e implementação de Grupos de Melhorias, como um desafio para a empresa no novo milênio;
- c) a formação de Grupos de Melhorias, como pré-requisito para o desenvolvimento de filosofia inovadora nas empresas;
- d) a utilização, através dos grupos, de líderes informais, como futuros

multiplicadores e geradores de novas idéias.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO de Pequenos Grupos. São Paulo : IMAM, 1995.

BENNIS, W. **A invenção de uma vida**: reflexões sobre liderança e mudanças. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

BOTELHO, E. **A empresa inteligente**. São Paulo: Atlas, 1992.

DRUCKER, P. F. **Administrando em tempos de grande mudança**. São Paulo: Pioneira, 1996.

MARINS FILHO, L. A. **Administração hoje**. São Paulo: Harbra, 1998.

ROBBINS, H. **Por que as equipes não funcionam?** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SHINYASHIKI, R. **A revolução dos campeões**. São Paulo: Gente, 1995.

SHOLTES, P. **Times de qualidade**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1992.

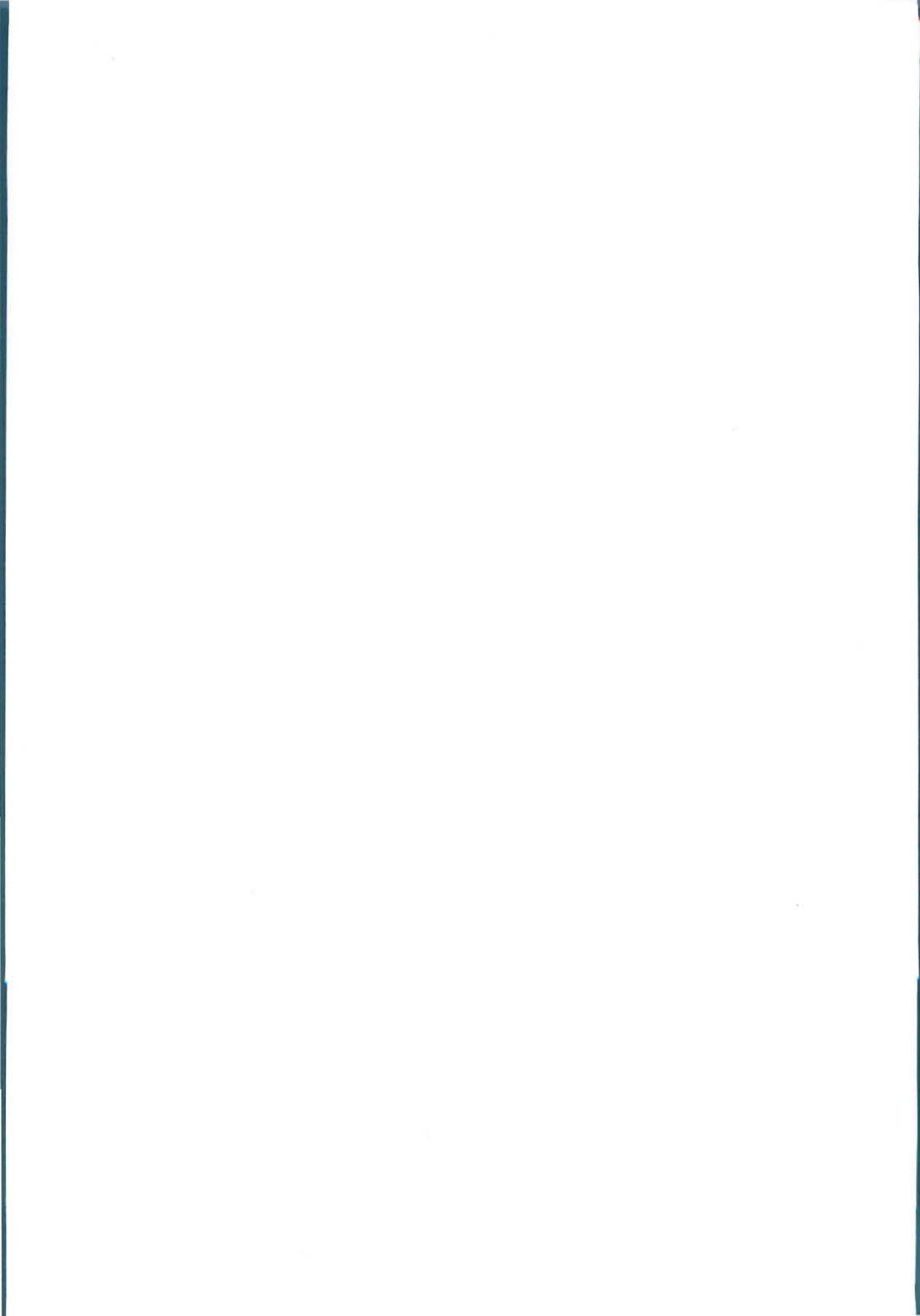
SLATER, R. **Liderança de alto impacto**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: Afiliada, 1992.

VIANNA, M. A. F. **A empresa ponto ômega**. São Paulo: Gente, 1997.

WEIL, P. **Relações humanas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982

WELLINS, R. S. **Equipe zapp**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.



ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO À GERENTE DE RH

- 1 - Há quanto tempo trabalha na empresa PORMADE?
- 2 - Que função você exercia antes de ser Gerente de RH ?
- 3 - Quais os benefícios oferecidos aos funcionários da PORMADE ?
- 4 - Você tem conhecimento de quais benefícios são oferecidos pelas outras empresas da região ? Como você ficou sabendo ?
- 5 - Antes de trabalhar na PORMADE, você já havia ouvido falar ou já havia trabalhado com Grupos de Melhorias ?
- 6 - Quando você começou a se relacionar com os Grupos de Melhoria da PORMADE ?
- 7- Quais foram, na sua opinião, os pontos fortes e fracos que você observou dentro dos Grupos de Melhorias ?
- 8 - Você utilizou alguma técnica com os grupos para a melhoria da qualidade das relações humanas dentro dos Grupos de Melhorias ? Quais foram essas técnicas?
- 9 - Como você analisa o nível da qualidade das relações humanas ?
- 10 - Existe algum trabalho individualizado com os colaboradores para a melhoria das relações humanas ?
- 11 - Você conhece outras empresas na região de União da Vitória que tentaram implantar Grupos de Melhorias ? Quais ?
- 12 - Na sua opinião, por que a PORMADE foi a única empresa, da região de União da Vitória, que conseguiu manter Grupos de Melhorias ?
- 13 - Na sua opinião, existem outros fatores que estão diretamente relacionados à qualidade das relações humanas, dentro dos Grupos de melhorias da PORMADE?

ANEXO B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO COORDENADOR DOS GRUPOS DE MELHORIAS

- 1 - Há quanto tempo trabalha na empresa PORMADE ?
 - 2 - Que função você exercia antes de ser coordenador ?
 - 3 - Qual foi a primeira vez que você ouviu falar em Grupos de Melhorias ?
 - 4 - Por que você foi escolhido coordenador ?
 - 5 - Como são formados os Grupos de Melhorias da PORMADE ?
 - 6 - Quais os tipos de melhorias que os colaboradores são motivados a realizarem ?
 - 7 - Existe alguma premiação pelas melhorias sugeridas ?
 - 8 - Você acha importante a qualidade das relações humanas dentro dos Grupos de Melhorias ? Por quê ?
 - 9 - Você utilizou alguma técnica com os Grupos, para melhorar a qualidade das relações humanas, nos grupos de Melhorias ?
 - 10 - Você realiza algum trabalho individual, para melhorar a qualidade das relações humanas nos Grupos de Melhorias?
 - 11 - Como você poderia medir a qualidade das relações humanas nos Grupos de Melhorias ?
 - 12 - Na sua opinião, existem outros fatores que estão diretamente relacionados com a qualidade das relações humanas nos Grupos de Melhorias da Empresa PORMADE ?
 - 13 - Você conhece outras empresas da região de União da Vitória que tentaram implantar Grupos de Melhorias ? Quais ?
-

ANEXO C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMPONENTES DE GRUPOS DE MELHORIAS:

1) Qual o seu grau de escolaridade ?

1º grau incompleto: 14%

1º grau completo: 11%

2º grau incompleto: 18%

2º grau completo: 43%

3º grau incompleto: 14%

2) Qual sua idade ?

Mais de 35 anos: 18%

Menos de 35 anos: 36%

Mais de 30 anos: 21%

Menos de 30 anos: 21%

3) Há quanto tempo você trabalha na empresa ?

10 anos: 21%

5 anos: 21%

3 anos: 29%

1 a 3 anos: 29%

4) Na sua opinião, o que mudou no seu trabalho, após a formação dos Grupos de Melhorias ?

Melhorias na qualidade e produtividade: 18%

Liberdade para opinar e participação: 32%

Melhoria no método de trabalho e relacionamento com os demais: 50%

5) Quais atividades realizadas com o seu grupo deixam você e seus companheiros mais satisfeitos ?

Reuniões onde se discutem problemas sobre qualidade e se dá sugestões de melhorias: 75%

Reuniões onde surgem idéias novas para melhorias: 25%

Ginástica matinal: 7%

Bom dia: 11%

6) Existem algumas técnicas ou atividades que foram usadas nos últimos tempos com o seu Grupo de Melhorias, que não eram usadas no início do trabalho com os grupos ? Quais ?

Reuniões com outros grupos: 18%

Marcação de produtividade: 4%

Dinâmicas sobre comprometimento e crescimento individual: 52%

Treinamento sobre o produto (TDP): 26%

7) Após aplicação dessas técnicas, dinâmicas ou atividades, você sentiu que o seu relacionamento com os colegas de trabalho melhorou? Exemplifique.

Sim. Existe mais respeito e colaboração: 53%

Sim. O grupo procura se ajudar: 25%

Sim. Podemos falar sobre todos os assuntos sem medo: 18%

Sim. Estamos mais unidos dentro e fora da empresa: 4%

8) Na sua opinião, por que os Grupos de Melhorias da PORMADE continuam ativos e participativos até o momento?

Porque não conseguimos trabalhar sem grupos: 14%

Porque os resultados mostraram que os grupos deram certo: 68%

Porque por meio dos grupos sempre temos algo a melhorar: 7%

Porque a direção da empresa apoiou os grupos: 11%

9) O que o motiva a participar e propor sugestões é o prêmio que lhe é pago?

Não. É porque nossas sugestões são aceitas pela empresa: 32%

O prêmio ajuda, mas o que mais motiva é buscar o crescimento: 46%

Não. É a oportunidade de mudar para melhor: 18%

Sim: 4%

A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS, EXPLORANDO CIFRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS

MARLENA ZÜGE

Graduada em Economia pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC/RS; Pós-Graduada em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Área de Economia pela FACEPAL, Palmas; Doutoranda em Engenharia de Produção, Área de Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professora Assistente IV do Departamento de Economia da Fundação Municipal Faculdade de Cidade de União da Vitória – FACE.

E-mail: marlene@twin-net.com.br

CARLOS ALBERTO ADÃO

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Pós-Graduado em Economia Teórica e Aplicada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ; Mestre em Engenharia Civil, Área de Estruturas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; Doutorando em Engenharia de Produção, Área de Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR.

E-mail: caadao@rla01.pucpr.br

CLEOMAR ALFEU TOMELIN

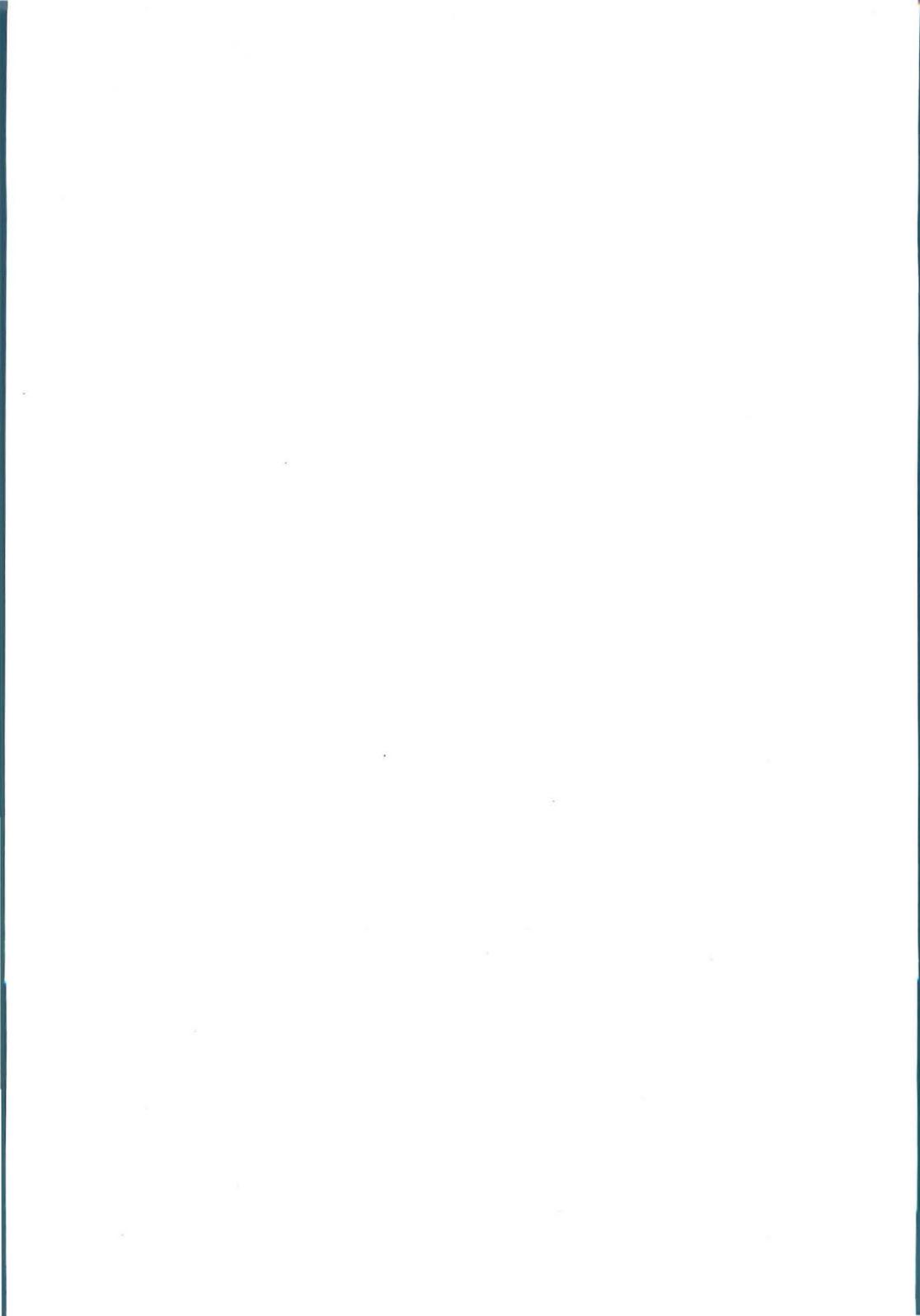
Graduado em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal do Paraná; Licenciado em Matemática pela Universidade Católica do Paraná; Master of Science em Energia e Termodinâmica pela The University of New Mexico (USA); Doutorando em Engenharia de Produção, Área de Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor Adjunto IV do Departamento de Física do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná; Professor do Departamento de Engenharia Mecânica do UNICENP; Professor visitante da Faculdade Católica de Administração e Economia no Centro de Desenvolvimento Empresarial – FAE/CDE.

E-mail: tomelinct@onda.com.br

EUGÊNIO LIBRELOTO STEFANELO

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS; Pós-Graduado em Cooperativismo, em Econometria e Administração Pública, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Doutorando em Engenharia de Produção, Área de Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Professor do Departamento de Economia da Faculdade Católica de Administração e Economia, do Business School FAE e do Centro de Desenvolvimento Empresarial – FAE/CDE.

E-mail: stefanelo@softone.com.br



RESUMO

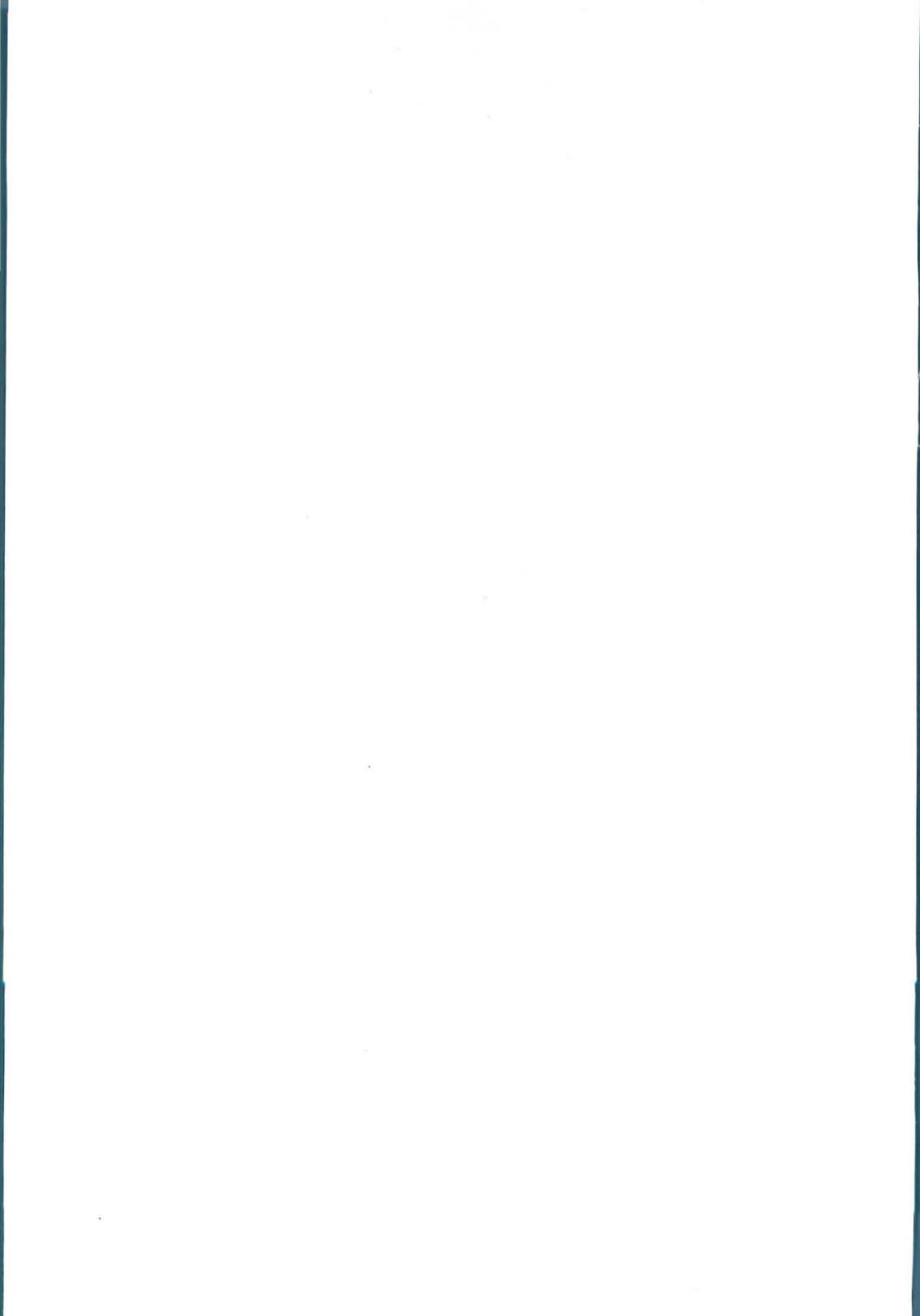
Este artigo apresenta uma proposta para a construção de estratégias empresariais com a exploração de cifras visíveis, associadas às informações econômico-financeiras fornecidas pela contabilidade, e de cifras invisíveis, vinculadas aos dados de riscos / oportunidades que precisam ser observadas pelos tomadores de decisão, tendo em vista o futuro da organização, em um ambiente cada vez mais complexo e incerto. O modelo holístico proposto, chamado de Modelo de Análise Organizacional (MÃO), possui cinco “dedos.” Estes identificam os dados que devem ser levados em consideração ao se fazer um diagnóstico econômico-financeiro de uma empresa, bem como, a sistemática de cálculo do Índice de Risco e Oportunidade (IRO), que pode ser usada em qualquer empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Riscos e Incertezas, Estratégia empresarial, Cifras visíveis e invisíveis

ABSTRACT

This paper presents a proposal for the construction of business strategies with the exploration of visible figures, associated to financial-economic information provided by the accountancy, and invisible figures, entailed to risky data/opportunities that have to be observed by the decision makers, having in view the future of the organization, in a more and more complex and uncertain environment. The holistic model which was proposed, called Modelo de Análise Organizacional – MAO (Organizational Analysis Model) has five “fingers”. These “fingers” indentify the data that must be taken into consideration when making a finance-economic diagnosis of a company, as well as the systematic way of calculating the Índice de risco e Oportunidade – IRO (Risk and Opportunity Index), that can be used in any enterprise.

KEY-WORDS: Risk and uncertainties, Business strategies, Vvisible and invisible figures.



1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira vem passando por importantes transformações desde o final da década de 80, ancoradas na dinâmica da economia mundial e no paradigma neoclássico que gerou as recomendações de política expressas no famoso Consenso de Washington, lançado em 1989 (pelos economistas do Fundo Monetário Internacional, FMI, do Banco Mundial e do Tesouro dos Estados Unidos) e adotado no Brasil a partir dos anos 90, tal como a política de abertura comercial e a política de desestatização econômica, via privatização das empresas estatais. O objetivo central dessa cartilha foi a redução gradual das despesas públicas, como forma de garantir o ajuste fiscal do nosso país (e dos demais países da América Latina), isto é, o controle da inflação, dos déficits correntes do Balanço de Pagamentos (incluindo a Balança Comercial e de Serviços) e estimular o seu crescimento econômico. No Brasil, esse conjunto de medidas acabaram por impactar todas as relações produtivas, comerciais e financeiras, interna e externamente, embora o resultado mais importante fosse o êxito do combate à inflação, que durante os anos 80 e, mesmo no início dos anos 90, atingia níveis intoleráveis (TAUILE, 2001).

A abertura dos mercados e a consolidação dos mercados globais foram as transformações que marcaram os anos 90 e, por conseguinte, a dinâmica das atividades econômicas locais.

A globalização econômica, impulsionada pela revolução científica e tecnológica e dos meios de comunicação, como assinala Tauili (2001, p.25), provocou profundas modificações na atividade econômica na última década, criando um novo e irreversível paradigma: a incorporação intensiva de tecnologia a produtos e processos, com a dispensa de contingentes crescentes de trabalhadores assalariados. Essas mudanças geraram um intenso processo de modernização da produção, do comércio e do sistema financeiro nacional, com base no desenvolvimento de apuradas técnicas e dispositivos de processamento, memória e comunicação de longa distância.

Como resultado desses movimentos, aumentou a competitividade e, também, a incerteza e os riscos das atividades, refletidas em constantes crises de confiança.

Essas crises de confiança no ambiente econômico interno e externo são desencadeadas por diversos motivos, como as crises econômico-financeiras de países específicos, que se alastram mundo afora, como foi a crise asiática, em 1997, a russa em 1998, a brasileira em 1999, a americana em 2001 (potencializada pelos

ataques terroristas), a Argentina, ainda em curso, e também porque o mercado acionário norte-americano vive, atualmente, uma espécie de ressaca da euforia dos anos 90, aumentada pelos recentes escândalos contábeis, envolvendo grandes corporações americanas. O aumento vertiginoso da aversão global ao risco tem-se refletido no preço das ações, que vêm despencando sistematicamente, nos últimos meses, nas bolsas americanas, européias e asiáticas, desorientando o mercado doméstico e internacional. Além de a crise de confiança externa repercutir diretamente no país, existe, ainda, a desconfiança dos investidores em relação à sucessão presidencial.

Todos esses fatores, conjugados, aumentam as incertezas e os riscos no campo econômico, pressionando para cima o dólar e a taxa de juros interna, com efeitos sobre os mecanismos de controle das metas de inflação e o ajuste do setor público para este ano.

A história da administração comprova que a consolidação dos mercados globais e a incorporação sistemática de novas tecnologias influenciaram sobremaneira a produtividade das empresas, bem como o aumento vertiginoso das incertezas na economia interconectada. A maioria dos negócios se globalizou – uma realidade impossível de ignorar – trazendo novas oportunidades, mas também maior complexidade. Essa nova realidade requer maior controle e um gerenciamento apropriado dos negócios expandidos, com vistas a atenuar os riscos envolvidos. Aliás, é praticamente impossível obter resultados desejados, com ferramentas inadequadas ou desatualizadas.

Em mercados globalizados e dinâmicos, os riscos e as oportunidades são inerentes às estratégias das organizações. Deve fazer parte da intenção empresarial o monitoramento de seus pontos fortes e fracos existentes para a melhoria das deficiências, em condições de enfrentar os novos desafios e aproveitar as novas oportunidades. Esta intenção dos empresários para o gerenciamento apropriado e o planejamento sério de seus negócios é chamada de estratégia empresarial.

Este artigo apresenta o conceito amplo de estratégia, que, de acordo com Casarotto Filho; Kopittke (2000, p.289), não é apenas um componente de um plano, mas o próprio plano. Nessa linha, a estratégia empresarial esboça os objetivos a serem alcançados pela organização, além de evidenciar como ela deve utilizar seus pontos fortes, existentes ou potenciais, para fazer frente às barreiras impostas pelo mercado mutante e poder aproveitar as oportunidades, com vistas a alcançar seus objetivos.

A estratégia empresarial, gerada a partir de um planejamento sério, deve evitar as cinco doenças mortais das organizações, que colocam em risco a própria estabilidade e sobrevivência da empresa. Deming (1900-1994), introdutor dos conceitos de controle de qualidade, no Japão, a partir dos anos 50, citado por Tomelin; Kock; Asper (1999, p. 28-29), descreveu essas cinco doenças, como sendo:

a) Falta de objetivos permanentes

Uma empresa sem constância de propósito não inspira confiança aos empregados, não possui planejamento de longo prazo e gasta muito (tempo e dinheiro) com planos de curto prazo, que não são implementados corretamente, ou não dão o retorno esperado em relação ao investimento realizado.

b) Ênfase nos lucros de curto prazo

No início da estruturação do sistema de franquias do McDonald's, Ray Kroc (o principal arquiteto do McDonald's System) viu vários franqueados ficarem ricos, muito antes dele. Em vez de ser ganancioso e aumentar o custo da franquia, ele usou tais exemplos de enriquecimento, para fazer propaganda do seu sistema. Ele foi regiadamente recompensado, e a rede de franquias McDonald's cresceu, a ponto de se tornar uma das maiores do mundo. Ele não deu ênfase aos lucros de curto prazo. É interessante sublinhar que, antes de ser criado, o McDonald's System, muitas redes de franquia surgiram e desapareceram.

c) Avaliação individual por cotas

A avaliação individual por cotas é um fracasso, em todos os lugares onde persiste. Isso não quer dizer que não deva existir hierarquia. Sem ela, a administração viraria um caos. A avaliação deve ser feita nas diferentes áreas da organização, com ênfase nos sistemas existentes e seus processos e, com base nos resultados obtidos e computados sistematicamente.

Ademais, é sabido que a capacidade dos funcionários oscila muito. Há os que estão acima da média e os que estão abaixo. Caso sejam estabelecidas cotas pela média, provocam-se frustrações e tensão nos que estão abaixo dela e, queda de produção nos que estão acima.

d) Mobilidade da gerência

Os administradores que vivem mudando de emprego nunca ficam muito tempo nas empresas, para conhecê-las a fundo, e para participar de planos a longo prazo, que venham a resultar em melhoria na qualidade e produtividade.

e) Dirigir uma empresa apenas com base nas cifras visíveis

Os números invisíveis são, via de regra, os mais importantes e difíceis de avaliar. O efeito multiplicador de um cliente satisfeito é um exemplo desses números invisíveis. Isso não quer dizer que não se deva levantar dados, parametrizar a qualidade e a produtividade e, coisas desse tipo. A parametrização, o gerenciamento com base nos dados, nas informações

é o fundamento do Programa de Melhoria da Qualidade e Produtividade (PMQP). O que se deseja enfatizar aqui é que deve haver uma busca contínua e sem tréguas de qualidade e, que não pode esperar técnicas de medição que poderão demorar anos para surgir.

Um esforço contínuo na busca de parâmetros para avaliação de itens complexos, como qualidade e produtividade na área de serviços, por exemplo, deve ser empreendido de forma perene. Entretanto, enquanto tais parâmetros não estão disponíveis ou não estão consolidados, a alta administração da empresa não pode ficar de braços cruzados.

O modelo proposto coloca as decisões financeiras e os dados de riscos / oportunidades no contexto global da organização.

2 VISÃO HOLÍSTICA

No início da década de 90, os jovens eram fanáticos por livros americanos intitulados "*Magic Eye*". Nesses livros existiam desenhos, preparados de tal forma que, mediante a alteração do ponto focal da visão, era possível se ver imagens tridimensionais fantásticas, sem relação nenhuma com a imagem original (básica). De uma figura plana, multicolorida, com certas simetrias podia-se vislumbrar uma segunda imagem, que estava escondida sob a primeira.

Essa analogia serve para alertar os dirigentes das empresas, que não devem analisar, planejar e propor estratégias empresariais, sem antes "desfocar" o seu plano de fundo e ver os "riscos e oportunidades" não visíveis, para uma grande parcela de seres humanos. Por isso, os estrategistas devem ser pessoas com alto grau de intuição e criatividade, que consigam tirar coelhos de uma cartola, mesmo quando não houver a cartola.

Os maus estrategistas empresariais são comparados com as pessoas que apresentam algum grau de astigmatismo e que não conseguem ver outra figura dentro da figura básica. O empreendedor que não consegue "ponderar" as cifras invisíveis e levá-las em consideração nos seus planejamentos, deve abandonar a atividade de propor estratégias empresariais, pois a sua probabilidade de sucesso será diminuta.

Este artigo esboça uma metodologia para que as decisões financeiras estratégicas da empresa sejam tomadas, considerando o ambiente global da organização.

A análise financeira é feita de forma padronizada e linear e, no mundo atual, essa análise deverá ser feita levando em consideração informações "intuitivas", de cifras não visíveis, isto é, o profissional, ao fazer a análise financeira, deve tomar a postura de estrategista corporativo.

Os diretores e gerentes devem ir além dos fatores meramente monetários

no planejamento empresarial, ou seja, devem considerar a intuição, na hora de tomar qualquer decisão. Ao adotar esta postura, seria prudente analisar os riscos/oportunidades de cada decisão. Para melhorar o desempenho, propõe-se uma sistemática de cálculo do Índice de Risco e Oportunidade (IRO), que pode ser usado em qualquer empreendimento. Ver modelo no Anexo 1.

Para que diretores, dirigentes e acionistas possam melhorar a qualidade das decisões tomadas, decorrentes de análises financeiras, propõe-se também um modelo holístico chamado de Modelo de Análise Organizacional (MÃO), que possui cinco “dedos”, correspondentes aos cinco segmentos empresariais, criadores de inter-relações desses elementos com as perspectivas gerais da empresa e a sua capacidade de estabilização em períodos de turbulência (risco), como o que estamos vivenciando nos últimos anos.

Os cinco segmentos da organização que compõem a MÃO são:

- a) capacidade da organização em gerar receita;
- b) capacidade da organização em parcerizar atividades que não sejam estratégicas;
- c) capacidade da organização em criar valor para o cliente;
- d) capacidade da organização em calcular corretamente o IRO;
- e) capacidade da organização em avaliar a qualidade da liderança da empresa.

2.1 CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM GERAR RECEITA

A empresa deve apresentar clareza de propósitos, que devem fazer parte de sua missão, tendendo a superar o desempenho de seus concorrentes diretos e potenciais. A visualização de seus clientes deve ser bem clara e, periodicamente, deve-se fazer pesquisas para verificar os desejos futuros e se os clientes estão satisfeitos com o desempenho da organização. Empresa nova, normalmente, não consegue avaliar corretamente este item. O que faz uma empresa ter sucesso em cativar os primeiros clientes? É importante que o(s) proprietário(s) tenha(m) um grande círculo de relacionamentos, pois seus primeiros clientes serão seus colegas, conhecidos, parentes, amigos, etc. Uma pessoa com deficiências no seu interpessoal, terá uma chance diminuta de sucesso, se tiver que se relacionar com os clientes.

Alguns indicadores que podem ser usados para avaliar essa capacidade:

- a) Razão de crescimento das vendas (RCV)

Essa razão é uma das maneiras mais fáceis de verificar como está o comportamento da demanda dos produtos, serviços, informações ou software da empresa.

Esse indicador deve ser calculado e acompanhado, permanentemente, pela própria empresa, bem como o de seus concorrentes (*benchmarking*).

$$RCV = (S_t - S_{t-1}) / S_{t-1}$$

Em que:

RCV: representa a razão de crescimento das vendas,

S_t : representam as vendas no período atual,

S_{t-1} : representam as vendas no período anterior.

Nesse indicador, o analista deve comparar o crescimento das vendas unitárias e o valor total das vendas e, também, o cômputo das variações das aquisições e revendas de ativos sobre as vendas.

b) Margem de contribuição e margem bruta (MC e MB)

Essas margens indicam o valor líquido da marca da organização. Quando elas estão acima de 50%, elas indicam que existe uma preferência grande dos clientes, por produtos ou serviços desta empresa. Quando a margem está alta, é possível a empresa sustentar uma estratégia de preços mais altos que seus concorrentes diretos.

$$MC = (S - CV) / S$$

Em que:

MC: representa margem de contribuição,

S: representa as vendas,

CV: representa os custos variáveis,

e,

$$MB = (S - CPV) / S$$

Em que:

MB: representa a margem bruta,

S: representa as vendas,

CPV: representa os custos dos produtos vendidos (serviços, software, etc).

Ao se analisar uma empresa, a margem de contribuição deve ser a preferida, pois exacerba a capacidade que a empresa tem para cobrir os encargos fixos. Essa informação é importante para empresas em início de atividade ou em processo de recuperação, após ter sofrido algum transtorno operacional.

A margem bruta representa uma informação importante, quando a empresa não dispõe de dados sobre os custos variáveis, isso acontece em empresas de alta tecnologia, do tipo venda de projetos ou informação.

c) Retorno sobre o capital (ROC)

Esta informação indica como está a saúde global da empresa, do ponto de vista financeiro, isto é, o nível de eficiência; como é utilizado o capital para gerar lucros. Qualquer empresa que deseje permanecer no mercado deve ter um retorno aceitável sobre o capital investido, caso contrário, suas perspectivas serão de “adoecer” e desaparecer do cenário empresarial.

$$\text{ROC} = (\text{EBITDA} / \text{Capital})$$

Em que:

ROC: representa o retorno sobre o capital,

EBITDA¹ : representa o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Capital: representa o Patrimônio² + impostos diferidos + LTD³

Um valor de retorno sobre o capital alto mostra que a organização é menos dependente de fontes externas de capital e indica que a empresa possui uma maior flexibilidade.

O analista estratégico empresarial deve comparar o ROC da empresa com o de seus concorrentes, bem como fazer um *benchmarking* com o ROC de outros segmentos da indústria e comércio, para que a avaliação seja mais holística. O valor do ROC fornece ao analista uma indicação verdadeira, se a organização está criando ou destruindo o valor corporativo, além de, logicamente, determinar o retorno real do capital investido.

2.2 CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM PARCEIRIZAR ATIVIDADES QUE NÃO SEJAM ESTRATÉGICAS

Essa etapa exige um levantamento de todos os processos da empresa, os gastos feitos com cada um deles e qual é o valor agregado ao produto ou serviço e que seja visualizado pelo cliente.

A meta é coletar os dados de gastos para associar o dinheiro desembolsado nos processos atuais e quanto seria desembolsado, caso o processo fosse terceirizado.

Ao se tomar a decisão de terceirizar qualquer processo não estratégico, a empresa deve tomar todo o cuidado contra os sabotadores do plano. Às vezes, é

¹ Sigla em inglês EBITDA que diz Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Installment (lucro operacional)

² O Patrimônio representa as ações preferenciais + ações ordinárias + lucros retidos – ações em tesouraria

³ LTD representam as dívidas de longo prazo + vencimentos atuais de dívidas de longo prazo

necessário diminuir o corporativismo, antes de adotar esta atitude.

A organização que não consegue parcerizar as atividades não estratégicas, cuja razão (valor agregado/gasto total) seja maior que a média do mercado, faz parte de potenciais candidatas ao desaparecimento.

2.3 CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM CRIAR VALOR PARA O CLIENTE

Uma análise financeira tem valor limitado, porque não se pode garantir que as vendas satisfaçam as expectativas. Assim, o analista que está verificando o mercado deve ter em mente três questões básicas:

1. Quem são exatamente os clientes?

A resposta deve ser a mais específica possível, fazendo a diferenciação entre os clientes atuais e os clientes expectantes, que estão fora do mercado, por falta de renda ou por desconhecimento do bem ou serviço.

2. Qual(is) o(s) motivo(s) que leva(m) o cliente a adquirir o bem ou serviço?

Neste caso, o analista deve diferenciar as razões que levam o cliente a comprar, com a estruturação de uma matriz de dupla entrada, sendo uma, o tipo de cliente e na outra, os tipos de produtos, bens básicos ou supérfluos, produtos com compras regulares ou por impulso, bens substitutos ou complementares, bens de consumo contínuo ou sazonal. Deve considerar, ainda, a influência da variação dos preços sobre a demanda (elasticidade-preço da procura) e a receita da empresa. Vale sublinhar que o simples conhecimento da maneira como é gerada a receita da empresa, se por venda direta, por catálogo ou via internet, não é suficiente para a empresa conhecer o cliente ou o mercado.

3. Quem decide a compra do bem ou serviço?

A resposta a esta pergunta parte da constatação de que todo cliente tem necessidades a serem satisfeitas e a compra do bem ou serviço, na verdade, busca resolver esse problema. Isso evidencia que o analista deve monitorar, permanentemente, as necessidades de seus clientes, bem como entender os benefícios que o bem ou serviço lhe proporciona. Ressalta-se que qualquer alteração nas necessidades dos clientes, portanto, afeta diretamente a receita da empresa.

A decisão da compra do bem ou serviço é, também, afetada por fatores macroeconômicos tais como: política fiscal, monetária (taxa de juros, crédito) e cambial; normas e regulamentos governamentais; demografia; clima (sazonalidade da demanda); influências religiosas, étnicas, dentre outros. Esses fatores criam incertezas que afetam a receita, levando o analista a se proteger contra possíveis riscos, mas, também, a identificar oportunidades deles decorrentes.

Dentro desse enfoque, a criação de valor ao bem ou serviço decorre das necessidades dos clientes e da solução desse problema, pela oferta de benefícios implícitos no próprio bem ou serviço.

Essas necessidades dos clientes e os valores agregados aos bens ou serviços para satisfazê-las, até hoje, normalmente, representaram cifras invisíveis, manipuladas pelo *feeling* dos analistas. Para torná-las visíveis, deve-se conhecer, para cada etapa do processo produtivo (de transformação do bem), qual a real agregação de valor e quantificá-la numericamente, bem como identificar como os clientes estão percebendo, efetivamente, esse valor agregado.

2.4 CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM CALCULAR O ÍNDICE DE RISCO E OPORTUNIDADE (IRO)

O modelo proposto visa ressaltar os pontos fortes (oportunidades) e as vulnerabilidades (riscos e incertezas) da empresa, considerando um ambiente de competitividade no mercado e ressaltando que os pontos fracos tendem a se traduzir em vantagens (oportunidades) para os concorrentes. É necessário enfatizar a importância de a empresa manter um processo de *benchmarking*, para monitorar permanentemente, seus concorrentes e tirar partido de suas vulnerabilidades, explorando-as como oportunidades.

O modelo considera três enfoques, fundamentais ao sucesso de uma organização: expansão, cultura e gestão da informação.

Por meio de perguntas dirigidas, busca-se a quantificação de probabilidades subjetivas dos fatores de risco, que evidenciam o grau de exposição da empresa às incertezas e riscos.

Em relação à expansão da empresa, quando ocorre de forma rápida, metas ambiciosas tendem a ser estabelecidas pelos executivos, sem manter, muitas vezes, coerência com as possibilidades reais de expansão, transformando objetivos desafiadores, estímulo à inovação, criatividade e desempenho econômico-financeiro em fatores de risco e riscos indesejados.

Quanto ao segundo item, nenhuma empresa consegue sobreviver sem uma cultura organizacional que leve à inovação e à criatividade, incorrendo em riscos. Porém, o sucesso pode gerar demasiada exposição a fatores de risco, vindo a comprometer as metas da empresa.

Quanto à gestão da informação, a maioria das empresas têm dados e fatos, registrados e mantidos dentro de um banco de dados. Poucas, no entanto, transformam sua base de dados em informações disponíveis aos administradores, para embasar o processo de tomada de decisão. Esse sistema de gestão da informação, num processo de *benchmarking*, deve gerar informações relativas, mediante a comparação das informações absolutas da empresa e de seus concorrentes.

Para cada um desses enfoques, são apresentadas sete situações (questões)

que representam fatores subjetivos de risco/oportunidade, ou cifras invisíveis, com uma escala de pontuação que vai de 1 a 7, conforme ilustra o Quadro 1:

Pontuação	Indicador
1	Nunca
2	Esporadicamente
3	Às vezes
4	Metade das vezes
5	Freqüentemente
6	Muitas vezes
7	Sempre

Figura 1: Quadro de escala de pontuação

Para cada situação (questão), apresentada no Anexo 1, o analista estratégico da empresa deve informar qual o indicador mais representativo dentro da escala acima. Ao final das respostas, o somatório das pontuações pode variar de 21 (todas as respostas com indicador nunca) até 147 (todas as respostas sempre).

A interpretação do resultado leva a três graus de exposição aos riscos / oportunidades, descritos a seguir:

a) De 21 a 49 pontos: Zona de Acomodação

As organizações que estão nessa faixa de índice de risco/oportunidade, que é baixa, estão a salvo de erros ou eventos inesperados, que poderiam ameaçar a sua saúde nos negócios. Nessa zona encontram-se empresas acomodadas, seguras, tradicionais e sólidas, só que esta baixa exposição ao risco/oportunidade transformam-nas em empresas não adaptadas às mudanças significativas do mercado. Quem não corre risco, também, não vislumbra as oportunidades. A separação entre risco e oportunidade é muito tênue, pois ambos estão nos extremos da curva normal.

b) De 50 a 98 pontos: Zona de Conforto

A maioria das empresas classifica-se nessa categoria intermediária. Essa é a melhor zona para uma empresa com um bom plano estratégico, mas ela deve monitorar todos os índices, para não aumentar sua pontuação. Essa empresa deve verificar como está sua pontuação em cada um dos três segmentos analisados. Se, porventura, a sua pontuação for alta, com mais de 40 pontos em qualquer um dos três itens, cultura ou expansão, por exemplo, a empresa deverá tomar o cuidado e tentar reduzir esse valor, para um patamar inferior a 25 pontos (por índice).

c) De 98 a 147 pontos: Zona de Perigo

Se a pontuação da organização for maior que 98 pontos, é necessário fazer soar o alarme e tomar medidas urgentes. A alta administração deve usar as ferramentas de controle, o *Balanced Score Card* (BSC), sistema de diagnóstico e controle e sistemas associados a controles internos tradicionais, para proteger seu negócio de uma grande possibilidade de desaparecer do mercado a médio prazo.

2.5 CAPACIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM AVALIAR A QUALIDADE DA LIDERANÇA DA EMPRESA

A rápida mudança dos mercados, acelerada pela inovação tecnológica e pela concorrência interna e externa, torna necessária a contínua adaptação do corpo gerencial da empresa a essas mudanças, fazendo com que ele esteja preparado para superar os períodos de turbulência. Também, a personalidade e as habilidades da equipe dirigente devem estar em consonância com a cultura corporativa.

Na avaliação da equipe dirigente, os seguintes itens devem ser respondidos:

- 1 - Eles têm quociente emocional bem estabilizado?
- 2 - Eles conseguem evoluir junto com a empresa?
- 3 - Eles admitem pessoas de talento, delegando-lhes responsabilidades?
- 4 - Eles trabalham arduamente e estão motivados?
- 5 - Eles são francos e éticos?
- 6 - Eles são criativos e têm intuição para os negócios da empresa?

Basta uma resposta negativa a qualquer um desses quesitos, para a empresa ter, em sua liderança, fatores de risco.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo descreveu uma metodologia que busca contribuir para a geração de uma base de dados que melhore o processo de tomada de decisões empresariais e, por conseguinte, a taxa de sobrevivência das organizações de pequeno, médio ou grande porte.

Os analistas estratégicos das empresas, para aumentar o valor de seu trabalho, principalmente quando envolvidos em questões estratégicas de médio e longo prazos, não devem embasar suas decisões apenas em cifras visíveis, fornecidas

pela contabilidade financeira. Devem, independentemente do período de crise de confiança ou não, desenvolver uma visão holística, que compreenda os mais diversos fatores de risco/oportunidades, impulsionadores das cifras invisíveis, porque esses, normalmente, alavancam o sucesso ou provocam o fracasso da empresa.

Dados estatísticos revelam que o Brasil exibe um dos maiores índices de “mortalidade infantil”: cerca de 56% das empresas que fecham no país têm menos de 3 anos de vida. Embora, esses mesmos dados possam revelar que o Brasil ainda representa uma terra de oportunidades, em que o espírito empreendedor ainda é muito forte (muitos desejam seu próprio negócio), especialmente, no sul do Brasil.

Referências Bibliográficas

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITKE, B. H. **Análise de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2000.

TAUILE, J. R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TOMELIN, C. A.; KOCK, N.; ASPER, G. **PMQP a qualidade total na prática**. Rio de Janeiro: INFOBOOK, 1999.

ANEXO I - ÍNDICE DE RISCO/OPORTUNIDADE (IRO)

Índice de Risco/Oportunidade (IRO) referente à expansão. Isso ocorre quando a empresa apresenta crescimento acentuado e alguns indicadores podem apresentar tendência de exacerbar o risco ou oportunidade.

1- O crescimento da produção faz com que se diminua as verificações (por exemplo as inspeções da qualidade, medições, etc.)

1 2 3 4 5 6 7

2- O crescimento da produção faz com que empregados recém contratados atendam aos clientes, mesmo sem o devido treinamento.

1 2 3 4 5 6 7

3- O crescimento da produção faz com que só se recompensem os empregados que atendem às expectativas de produção.

1 2 3 4 5 6 7

4- O crescimento da produção faz com que os funcionários ultrapassem os limites da ética (por exemplo, vender para maus pagadores somente para atingir sua cota).

1 2 3 4 5 6 7

5- O crescimento da produção faz com que a remuneração variável por desempenho seja maior que a remuneração fixa.

1 2 3 4 5 6 7

6- O crescimento da produção faz com que a empresa contrate a ampliação ou construção de novas instalações, sem critérios específicos e dentro do planejamento estratégico.

1 2 3 4 5 6 7

7- O crescimento da produção faz com que se contrate um grande número de pessoas rapidamente, sem pesquisa de histórico pessoal ou com poucas exigências de padrões de desempenho.

1 2 3 4 5 6 7

Índice de Risco/Oportunidade (IRO) referente à cultura da empresa. Isso ocorre quando a empresa apresenta uma cultura sólida e tradicional, não dando chance à inovação e à criatividade ou está totalmente voltada à criatividade, desconsiderando sua estabilidade.

8- Os executivos costumam investir em jogadas arriscadas para obter maiores lucros.

1 2 3 4 5 6 7

9- Os executivos costumam fazer alianças ou contratos com pessoas que, às vezes, não honram os compromissos.

1 2 3 4 5 6 7

10- Os empregados têm o costume de prometer coisas impossíveis aos clientes.

1 2 3 4 5 6 7

11- Existem facilidades para fazer chegar às informações aos níveis mais altos da hierarquia.

1 2 3 4 5 6 7

12- Os executivos não gostam de ouvir más notícias.

1 2 3 4 5 6 7

13- Existe competição desleal interna, em busca de promoção e recompensas.

1 2 3 4 5 6 7

14- Os relatórios de desempenho avaliam os funcionários, por comparação com seus colegas.

1 2 3 4 5 6 7

Índice de Risco/Oportunidade (IRO) referente à gestão da informação dentro da empresa. Geralmente, quando os sistemas de gerenciamento de informações são inadequados, sobrevém o caos, que aumenta o índice de risco/oportunidade.

15- Toda a alta direção está a par das obrigações, fluxos de caixa e balanços da empresa e de seus principais concorrentes.

1 2 3 4 5 6 7

16- Todos os gerentes/diretores entendem a linguagem complicada (jargão) usada pelos experts da empresa.

1 2 3 4 5 6 7

17- Quando a empresa aumenta o volume e a velocidade das transações, o seu sistema de informação fica sobrecarregado.

1 2 3 4 5 6 7

18- Quando a empresa está indo de “vento em popa” os executivos não se debruçam sobre fatos, números e relatórios, para descobrir possíveis problemas inclusive de seus concorrentes.

1 2 3 4 5 6 7

19 – Os diretores/gerentes ao necessitarem de informações, devem fazer telefonemas ou devem andar pela empresa a “cata” desses dados.

1 2 3 4 5 6 7

20- Os diretores/gerentes vivem “apagando incêndios”.

1 2 3 4 5 6 7

21- A alta direção só fica sabendo de informações importantes, quando já é tarde demais para tomar decisões acertadas.

1 2 3 4 5 6 7

CÁLCULO DO IRO

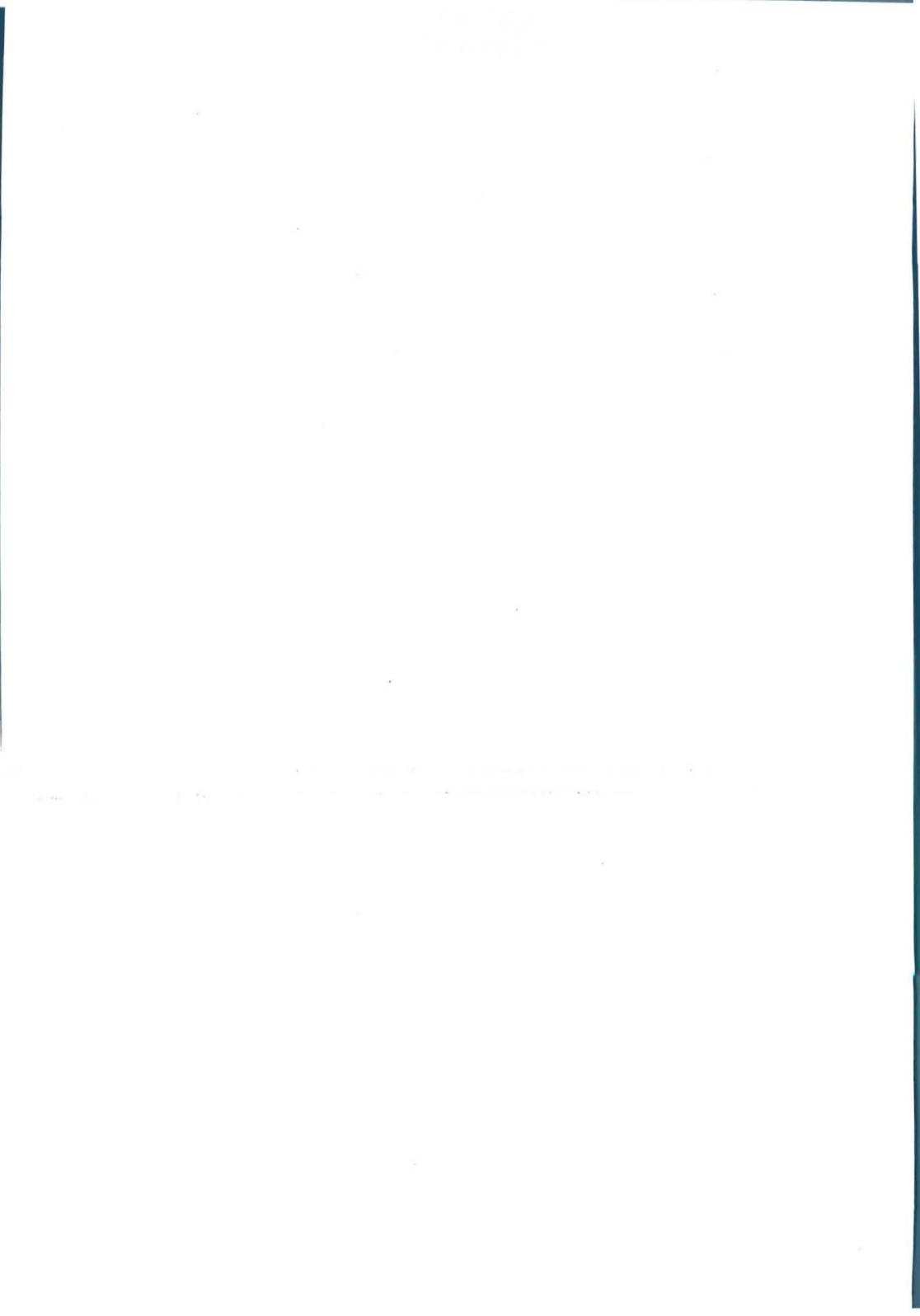
Somar todos os valores marcados.

INTERPRETAÇÃO DO IRO

De 21 a 49 pontos: Zona de Acomodação.

De 50 a 98 pontos: Zona de Conforto.

De 98 a 147 pontos: Zona de Perigo.



O MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS DE PORTER: SUA APLICAÇÃO NO ESTUDO DO CASO COPEL.

ALTAIR MARTINIAK

Acadêmico do 4º ano do Curso de Ciências Econômicas da FACE.

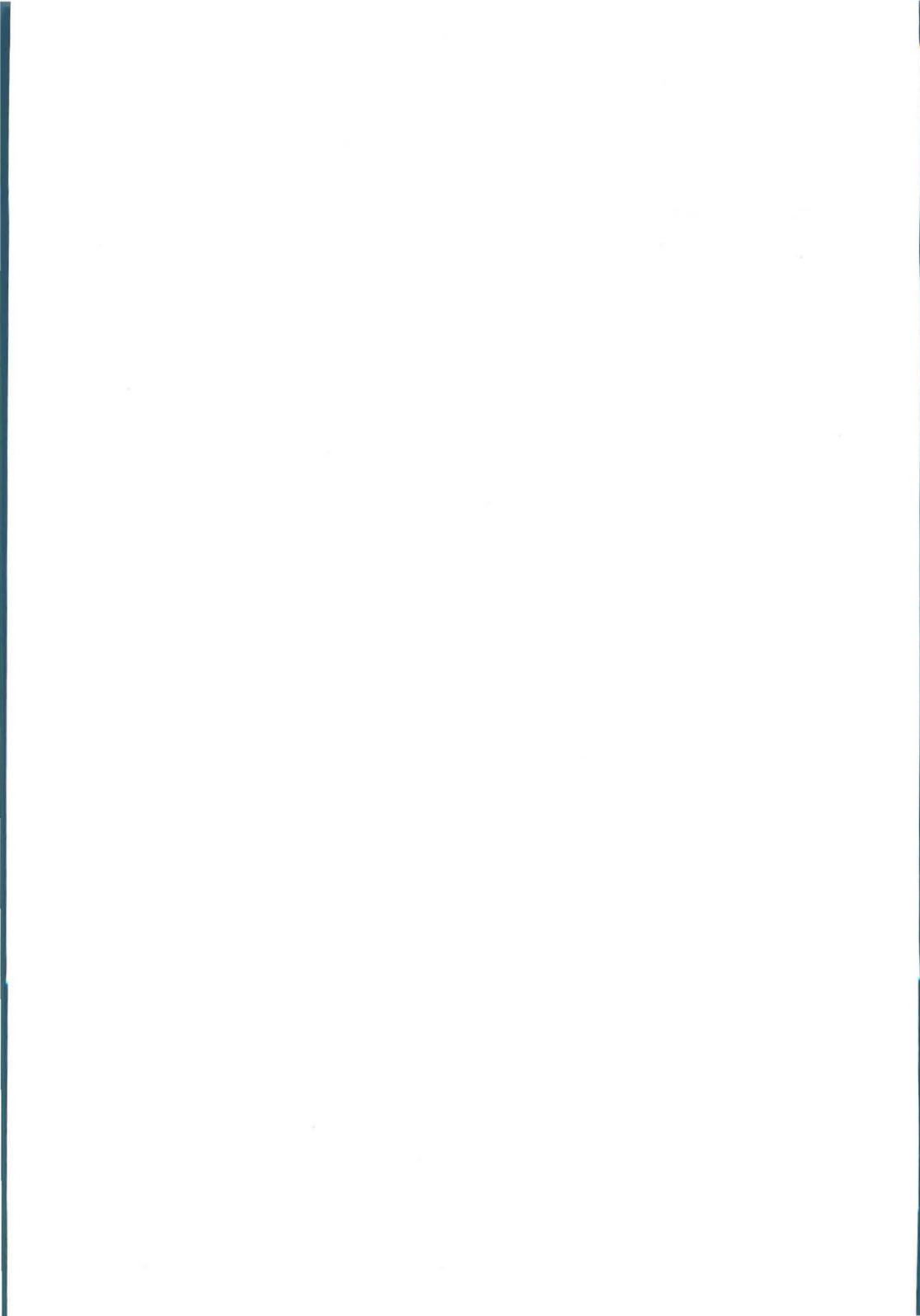
DALLAN MARCELO GREGÓRIO

Acadêmico do 4º ano do Curso de Ciências Econômicas da FACE.

RONALDO TEIXEIRA OZON

Graduado em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro; Especialista em Marketing Empresarial, pela UFPR; Mestrando em Economia Industrial pela UFSC, Professor e Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FACE.

E-mail: ozon@twin-net.com.br



RESUMO

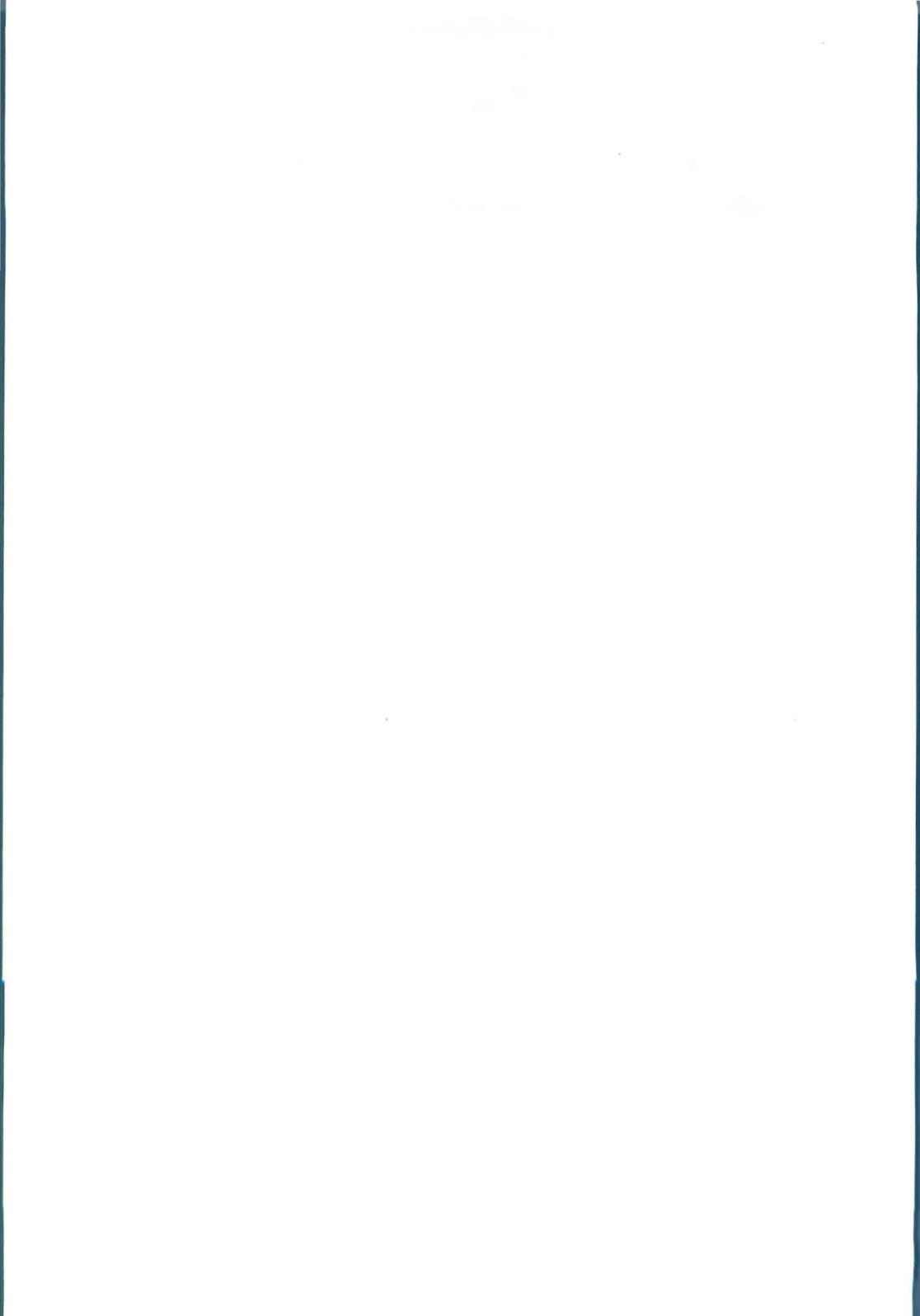
O presente trabalho tem por objetivo analisar os pontos fortes e fracos no ambiente competitivo da Companhia Paranaense de Eletricidade S/A – COPEL. A partir do referencial teórico da Moderna Economia Industrial, denominado de Modelo das Cinco Forças Competitivas, de Porter, são analisadas, cada uma dessas cinco forças, no setor de energia elétrica do Estado do Paraná e suas influências mercadológicas na empresa estudada. Primeiramente, são desenvolvidos conceitos de competitividade sob o enfoque da tradição da teoria neoclássica da economia, centrado no modelo da competição perfeita. Parte-se, num segundo momento, para uma descrição geral do Modelo das Cinco Forças Competitivas, inserido na chamada linha teórica da Moderna Economia Industrial, e, em seguida, adaptá-lo ao estudo de caso da COPEL. O intuito da análise é mostrar se tais forças desfavorecem a competitividade da empresa estudada. Conclui-se que a COPEL está, neste momento imune às influências dessas cinco forças, o que lhe proporciona excelentes condições de competitividade no mercado de energia elétrica no estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo das cinco forças competitivas, Competitividade, Moderna economia industrial, COPEL.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the strengths and weaknesses in the competitive environment of Companhia Paranaense de Eletricidade S/A - COPEL. From the theoretical referential of Modern Economy named Modelo das Cinco Forças Competitivas (Five Competitive Forces Model), elaborated by Porter, are analyzed, each of these forces, in the sector of electricity in the state of Paraná and its market influence in the company that was studied. Firstly, some concepts of competitiveness are developed in the light of the tradition of the neo-classic economics theory, centered on the model of perfect competition. Secondly, there is a general description of the Five Competitive Forces Model, inserted into the theory of Modern Economy, and, after that, adapt this model to the specific case study of COPEL. The purpose of the analysis is to show whether such forces are unfavorable to the competitiveness of this company. It is possible to conclude that COPEL is immune to the influence of these five forces at the moment, and this fact provides excellent conditions of competitiveness in the electric power market in the state of Paraná.

KEY-WORDS: Five competitive forces model, Competitiveness, Modern economy, COPEL.



1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização a que as empresas estão submetidas, impõe às organizações uma nova postura administrativa, econômico-financeira e mercadológica. Verifica-se, assim, um novo ambiente competitivo, em que a busca pela melhoria da qualidade e da produtividade é o caminho para se conseguir manter a fatia de mercado já conquistada e, principalmente, para expandir a participação da empresa no mercado. Nesse contexto, difundem-se as novas tecnologias e técnicas de gestão da produção e sobretudo o papel da estratégia competitiva torna-se relevante, pois é por meio dela que a empresa conquistará uma posição competitiva e sustentável na indústria em que atua.

Todavia, na elaboração de estratégias de sucesso para uma empresa, é imprescindível entender a estrutura da indústria, utilizando-se de instrumentais analíticos consagrados pela chamada Moderna Economia Industrial. Dentre eles, destaca-se o modelo das Cinco Forças Competitivas, caracterizado por Michael Porter (2000, p.21-28), assim composto: pela ameaça de novos entrantes, pelo poder dos fornecedores, pelo poder dos compradores, pela ameaça de produto substituto e pela rivalidade entre os concorrentes.

Portanto, o sucesso competitivo passa a depender da criação e da renovação constantes das vantagens competitivas, por parte das empresas, na busca de peculiaridades que a distingam favoravelmente das demais, como, por exemplo, custos e/ou preços mais baixos, melhor qualidade, maior habilidade de servir à clientela, etc.

Seguindo esse princípio, o presente estudo tem por objetivo analisar o comportamento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, em função do ambiente de concorrência determinado pelas forças competitivas básicas da estrutura industrial na qual está inserida.

Convém ressaltar que a importância dessa empresa na economia brasileira justifica a busca do entendimento do padrão de concorrência e da estrutura competitiva do setor, procurando caracterizar as forças competitivas que atuam sobre as empresas significativas do setor.

Nessa perspectiva, o presente trabalho baseia-se no recorte analítico-descritivo e na utilização do modelo proposto por Porter, que adota como parâmetro de análise as cinco forças competitivas.

2 COMPETITIVIDADE, PRINCIPAIS CONCEITOS

Embora a competitividade industrial seja uma expressão bastante difundida nas análises e discursos atuais, o entendimento preciso dos elementos *que a definem* não é objeto de consenso. A controvérsia em torno do conceito de competitividade se, por um lado, revela as lacunas teóricas e empíricas associadas a estudos sobre estruturas e políticas industriais, por outro lado, implica sérios desafios metodológicos para trabalhos que têm por objetivo diagnosticar a situação competitiva de setores ou complexos industriais específicos.

Nesse contexto, estabelecer procedimentos metodológicos significa, inicialmente, identificar os conceitos e, conseqüentemente, os indicadores mais adequados aos objetivos do trabalho.

As diferentes acepções do conceito de competitividade estão relacionadas a diferentes linhas teóricas. Na tradição da economia neoclássica, o conceito de competitividade representa um parâmetro definido a partir do modelo da competição perfeita. De acordo com essa abordagem, os estudos de competitividade industrial devem focar, sobretudo, as causas do distanciamento entre o desempenho de um setor industrial em questão e os que são teoricamente possíveis de serem obtidos, por meio da competição perfeita. Nessê tipo de abordagem, a análise da competitividade privilegia a análise das características estruturais do setor. Supõe-se que as diferenças de desempenho devem-se ao distanciamento dos traços estruturais, empiricamente identificados em um setor, dos pressupostos que garantem a estrutura da competição perfeita.

Nesse modelo, a competitividade é resultado do processo de interação anônima entre os agentes econômicos (empresas, consumidores), em que a pulverização de decisões é coordenada pelas forças de mercado. Supõe-se que todos os agentes têm acesso à perfeita informação e que o conhecimento tecnológico é acessível, codificável e perfeitamente transmissível. À ausência de barreiras ao acesso do conhecimento tecnológico são combinadas outras condições, tais como a perfeita homogeneidade de produtos e fatores produtivos, que garantem a perfeita flexibilidade na combinação desses fatores. Assim, por esses pressupostos, o conceito de competitividade está vinculado à eficiência produtiva, que pode ser medida por indicadores de produtividade relativa.

Diante desse conjunto de forças estruturais, a tecnologia, pelas suas próprias características, não é analisada como fator de diferenciação competitiva. Sendo a tecnologia perfeitamente disponível, seu papel na competitividade industrial é subordinada ao processo simétrico de difusão e convergência de informações, garantido pelas livres forças do mercado. Nesses termos, a tecnologia não é vista como um fator essencial à competitividade, pois ela deixa de ser um instrumento de capacitação empresarial, para se tornar um acervo estático e conhecido. (KAPLAN; NORTON, 1999, p.1-7).

Contudo, a chamada Moderna Economia não concebe a tecnologia como algo dado. A contribuição de Schumpeter foi pioneira nessa direção, ao associar a base científica à base tecnológica de uma atividade, expressa na relação “invenção-inovação-difusão”. Este autor permite que se entenda a tecnologia como um insumo que, como qualquer outro, incorpora-se a um sistema produtivo, envolvendo custos e riscos.

Ademais, a transição da invenção para a inovação implica a existência de um agente econômico que se define no cerne da competição – o empresário - e que utiliza a informação tecnológica como instrumento competitivo. Dessa forma, a Ciência e a Tecnologia (C&T), de externas ao sistema econômico, endogenizam-se, como o fator fundamental no processo de acumulação capitalista.

2.1 MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS DE PORTER

Segundo Porter (2000, p.24), o modelo envolve a interação de cinco forças competitivas, a saber: poder de negociação dos fornecedores; poder de negociação dos compradores (clientes); ameaça de produtos substitutos; ameaça de entrada de novos participantes e competição entre as empresas da indústria, visualizado na figura 1 a seguir.

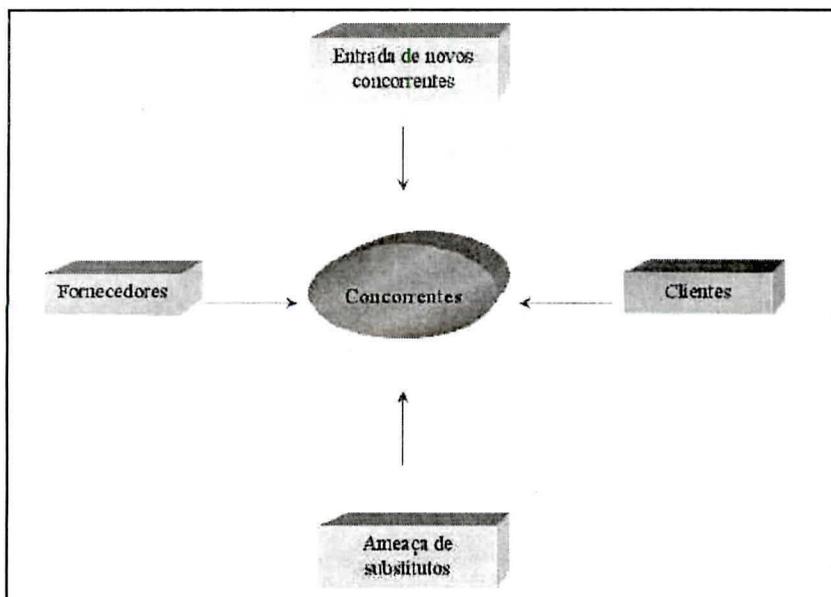


Figura 1 – MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS DE PORTER. Fonte: Modelo de Porter (2000, p.23), adaptado pelos autores.

A ação exercida pelas forças competitivas mencionadas determina a lucratividade da indústria, pois elas influenciam preço, custo e investimentos, fatores básicos para a rentabilidade. O poder de barganha do comprador e a ameaça de produtos substitutos exercem considerável influência sobre os preços que a empresa pode cobrar de seus compradores. O poder de negociação dos compradores pode também influenciar os custos e os investimentos, porque esses clientes exigem serviços onerosos. O poder de barganha dos fornecedores determina os custos das matérias-primas e de outros insumos. A intensidade da concorrência influencia os preços, como também os custos, para competir no desenvolvimento de produtos, propaganda e vendas.

O vigor de cada uma das cinco forças competitivas ocorre em função da estrutura industrial, ou seja, das características econômicas e técnicas peculiares à estrutura da empresa. A importância dos fatores que definem a estrutura de uma indústria, como também a intensidade relativa das forças competitivas, variam de indústria para indústria, podendo modificar-se à medida que uma indústria evolui. Para Porter (2000, p.25-44), as características que dão origem às forças competitivas são:

1) O poder dos fornecedores dá-se em função dos seguintes fatores:

- grau de concentração (poucos fornecedores);
- setor comprador pouco ou nada importante;
- inexistência de substitutos para seu produto;
- importância do seu produto como componente do produto da indústria compradora;
- porte das empresas;
- ameaça de integração para frente.

2) O poder dos compradores dá-se em função dos seguintes fatores:

- grau de concentração (poucos clientes) em comparação com a indústria ofertante;
- porte das empresas;
- alta participação do produto adquirido nos custos totais;
- disponibilidade de informações sobre mercado, preço e custo de fornecedores da indústria;
- padronização ou não-diferenciação dos produtos adquiridos;
- lucratividade de suas operações;
- ameaça de integração para trás.

3) A ameaça de produtos substitutos é significativa nas seguintes hipóteses:

- a evolução tecnológica possibilita reduções de preço e melhoria de desempenho;
 - as margens elevadas desses produtos possibilitam reduções de preço.
-

4) A ameaça de novos entrantes em uma indústria depende das barreiras à entrada. A intensidade dessas barreiras está relacionada com os seguintes aspectos:

- economias de escala;
- desvantagens de custo, independentemente do porte da empresa;
- diferenciação de produto;
- exigências de capital;
- política governamental;
- acesso à estrutura de distribuição.

5) A rivalidade entre os concorrentes depende dos seguintes pressupostos:

- concorrentes numerosos e bem equilibrados;
- crescimento lento da indústria;
- custos fixos altos ou perecibilidade do produto;
- ausência de diferenciação ou custos de mudança;
- aumento de capacidade em grandes saltos;
- diversidades de estratégias, de origens e de personalidades apresentadas pelos rivais;
- barreiras de saídas elevadas.

Com base nas cinco forças competitivas apresentadas, a empresa possui condições de avaliar os seus pontos fortes e fracos mais evidentes, de forma a posicionar-se adequadamente na indústria, defendendo-se contra essas forças ou influenciando-as em seu favor.

Essa análise possibilita o desenvolvimento de um plano de ação que irá determinar o comportamento da empresa no ambiente competitivo, por meio de três posturas não excludentes: a) a empresa pode buscar o posicionamento, defendendo-se contra as forças competitivas ou descobrindo posições em que as forças são mais fracas; b) a empresa pode ser mais ofensiva, alterando as causas das forças competitivas, influenciando o equilíbrio destas; c) a empresa pode antecipar as mudanças nos fatores subjacentes às forças e, também, sua reação a essas alterações, antes mesmo do reconhecimento dos concorrentes (PORTER, 2000, p.45).

O entendimento da estrutura industrial amplia a capacidade competitiva da empresa, pois faz reconhecer que a competição se dá também com clientes e fornecedores pelo poder de negociação, atentando-se para a entrada de novos competidores e produtos substitutos na indústria.

3 CARACTERIZAÇÃO DA COPEL¹

Por meio do Decreto nº 4.947, de 26 de outubro de 1954, o governo estadual criou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, tendo como base principal para a integralização de seu capital, o Fundo de Eletrificação. O conhecimento do Governo Federal deu-se pelo Decreto nº 37.399, de 27 de maio de 1955, que concedia autorização para que a COPEL funcionasse como empresa de energia elétrica, nos termos da legislação federal, que regulamentava o setor.

Como sociedade de economia mista, a COPEL procurava investir em obras de absoluta rentabilidade. Todavia, por conceber energia elétrica como serviço público, muitas vezes, assumia obras deficitárias, reclamadas pela população de regiões do interior do Estado, e cujo não atendimento poderia ocasionar "problemas de ordem social".

Para se ter uma idéia da dimensão do crescimento da demanda de energia no Paraná, basta observar o violento processo da urbanização ocorrido no Estado, a partir da década de 1950.

Com o Decreto nº 1.412, em 1956, a COPEL centralizou todas as ações governamentais de planejamento, construção e exploração do sistema de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos. Ela incorporava todos os bens, serviços e obras em poder de diversos órgãos e integralizava o capital, aplicando os recursos do Fundo de Eletrificação. Cabia à COPEL, portanto, a responsabilidade pela construção dos grandes sistemas hidroelétricos, previstos no Plano de Eletrificação do Paraná.

Encontrar uma solução definitiva para o abastecimento de energia elétrica, em larga escala, constituiu-se no maior desafio para a COPEL, durante a década de 1960. A solução estava representada pelo aproveitamento de Capivari-Cachoeira, projeto desenvolvido a partir de meados de 1961.

A construção da Usina Termelétrica de Figueira - UTELEFA, em 1963, foi fundamental na implantação do Plano Estadual de Eletrificação.

Em 1967, a COPEL inaugurava a Usina Salto Grande do Iguaçu que veio beneficiar dezoito municípios e, finalmente, em 1974, inaugurava a Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. Essa obra representou um passo fundamental na constituição da infraestrutura, indispensável à aceleração do desenvolvimento paranaense. No momento da sua inauguração, Capivari-Cachoeira era a principal unidade geradora da COPEL e a maior usina em funcionamento no sul do Brasil.

Em 1980, foi inaugurada a Hidrelétrica Foz do Areia, com previsão de 2.250 MWh, com unidades geradoras que eram, então, as maiores do Brasil. Com a operação da Foz do Areia, a geração própria da COPEL atingiu 2,9 bilhões de kWh, contra 1,9 bilhões do ano anterior.

¹ Este item baseia quase que integralmente nos dados do site da COPEL, disponível em: <<http://www.copel.gov.br>>

Nesse período, houve no Estado um intenso crescimento do mercado de energia, exigindo, cada vez maiores esforços para atender à demanda. Foram elaborados novos projetos, destacando-se o início do projeto da Usina de Segredo e a concessão para construir a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, usinas efetivamente consolidadas na década de 90.

Inaugurada em 29 de setembro de 1992, a Usina de Segredo reduziu a dependência paranaense de energia comprada de outros estados. Em dezembro de 1998, entrou em operação Salto Caxias, denotando assim um novo avanço na geração de energia elétrica, com conseqüências positivas no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Hoje, as usinas, linhas de transmissão e distribuição da COPEL, irradiam luz e oferecem conforto e paz social para todo Estado do Paraná e estados vizinhos. Esse cenário de progresso vem sendo conquistado ao longo de 4,5 décadas, com base no potencial hidráulico, no domínio tecnológico e, principalmente, no espírito empreendedor dos seus colaboradores. Esse conjunto de valores tem feito da Empresa o que ela é, e pode fazer para garantir a melhoria constante da qualidade de vida dos seus usuários, num mercado sintetizado pelos números do Figura 2:

Área de Concessão (km ²)	194.854
Municípios Atendidos	393
Localidades Atendidas	1.108
População Atendida (Mil Habitantes)	9.326
Taxa de Atendimento Urbano(%)	98
Consumo Médio Residencial (kWh/mês)	156

Figura 2: Quadro atendimento da COPEL. Fonte: COPEL.

Disponível em: <<http://www.copel.gov.br>> Acesso em: 14 abr. 2002.

3.1 ANÁLISE DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ, SOB ENFOQUE DO MODELO DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS, DE PORTER.

3.1.1 Ameaças de novos entrantes

Segundo Porter (2000, p.25), os novos entrantes em uma indústria podem trazer recursos substanciais à capacidade de produção, além de um grande desejo de ganhar parcela do mercado. O resultado pode ser uma queda nos preços ou nos custos e, como conseqüência, uma redução da rentabilidade. Assim, a

intensidade da força representada pela ameaça de novos entrantes depende das barreiras de entrada, criadas ou estabelecidas pelas empresas existentes.

No caso em estudo, vislumbra-se que a COPEL não sofre pressão de novos entrantes, visto que está inserida num setor estratégico da economia, em que o Estado detém o controle, não permitindo, assim, a entrada de novas empresas no setor. Enquanto não se concretiza a tão propalada privatização, não se pode afirmar que a COPEL atualmente sofre ameaças a seu desempenho, pelo surgimento de novas empresas, para o fornecimento de energia no Estado do Paraná.

De qualquer maneira, há outras barreiras à entrada de empresas, nesse setor, como: nível tecnológico alto; grande volume de capital inicial para operação; diferenciação do produto, acesso a canais de distribuição; desvantagens de custos independentes da escala; política governamental que, juntamente com o monopólio que lhe é assegurado, desencorajam os possíveis entrantes.

3.1.2 Poder de negociação dos fornecedores

Os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria, ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos (PORTER, 2000, p.43).

São poucos os fornecedores de suprimentos à COPEL, que podem exercer certa influência sobre os preços dos produtos, mas de maneira “controlada”. No mercado brasileiro, não há muitos compradores, sendo a COPEL detentora do monopólio da energia elétrica no Estado do Paraná, em muitos casos de compras de bens e serviços, a COPEL apresenta-se como monopsonista, diminuindo a força desses fornecedores.

3.1.3 Poder de negociação dos compradores

Segundo Porter (2000, p.40-41), os compradores ou clientes competem com a indústria ao barganhar por menores preços, por melhor qualidade ou mais serviços em relação aos produtos que estão adquirindo e, assim, influenciar nos resultados econômicos ou na rentabilidade da indústria.

Pelo fato de a energia elétrica ser um bem de consumo essencial e primário, todos irão consumi-la, variando apenas na quantidade, em função do preço. No entanto, poderá existir pressão quanto à melhor qualidade nos serviços prestados pela COPEL, bem como pela qualidade da energia. Tal assertiva é caracterizada pela existência de conselhos que regulam e fiscalizam os serviços e a companhia.

O Conselho de Consumidores da Copel - de caráter consultivo e sem personalidade jurídica - foi instituído, em novembro de 1993, pela Diretoria da COPEL,

em atendimento ao art. 13 da Lei nº 8.631, de 04.03.93, e teve suas atribuições readequadas, em conformidade com a Resolução nº 138, de 10.05.2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A função do Conselho é, além de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequação dos serviços prestados ao consumidor final, apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da COPEL com seus consumidores e com a comunidade em geral. Compõem o Conselho representantes das classes de consumidores comercial, rural, residencial, industrial e poder público.

3.1.4 Ameaça de produtos substitutos

Os substitutos afetam a demanda de um ou mais produtos de uma indústria, seja pelo preço favorável, seja pela qualidade, uma vez que esses dois atributos melhoram as condições de satisfação das necessidades do comprador (PORTER, 2000, p.39-40).

É muito complexo apresentar um produto substituto à energia elétrica. Pode-se apontar uma usina eólica (energia dos ventos), energia solar, energia gerada por uma caldeira, mas o problema está nos custos para implantação desses “meios substitutos de geração de energia”. É difícil, nas condições atuais, a concretização de um produto substituto ao que é produzido pela COPEL.

3.1.5 Rivalidade entre os concorrentes

De acordo com o autor em referência, a concorrência entre as empresas de uma indústria é definida pela disputa por posição, em um mesmo mercado. A rivalidade existente entre as empresas pode ser caracterizada pelo uso de táticas como: concorrência de preços, campanha de publicidade, prestação de algum tipo de serviço a clientes e introdução de novos produtos. A intensidade da concorrência na indústria e a rivalidade existente entre as empresas podem ser verificadas pelo número de concorrentes existentes e pelo equilíbrio entre eles (PORTER, 2000, p.34).

Uma vez que o mercado em que atua está protegido pelo Estado, a COPEL não possui concorrentes diretos. Portanto, conta com segurança e tranquilidade para operar no mercado de energia elétrica no Estado do Paraná.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a COPEL, pelo fato de ser uma empresa estatal, que detém o monopólio do fornecimento de energia elétrica no estado paranaense, desfruta de certa tranqüilidade no mercado, pois são poucas as pressões que ela sofre, tomando-se como referência o Modelo das Cinco Forças Competitivas de Porter.

A COPEL não possui concorrentes diretos, e mesmo que sofresse em comparação com outras companhias de fornecimento de energia, ela desponta como uma das melhores empresas do ramo, sendo considerada como modelo e líder em seu segmento. Sendo uma empresa de grande credibilidade, poucas vezes sofreu pressões por parte dos consumidores, exceto em nível de controle e manutenção de seus padrões, como é o caso dos conselhos.

Quanto a fornecedores, pode-se dizer que também são pequenas as influências diretas na empresa. E não há ameaça, *a priori*, de novos entrantes, salvo com a privatização do setor.

Diante de tais considerações, pode-se concluir que a COPEL, estudada pelos enfoques do Modelo das Cinco Forças Competitivas de Porter, encontra-se numa excelente posição mercadológica com relação à competitividade, para continuar a fornecer serviços de energia elétrica, primordiais ao desenvolvimento da economia paranaense, no limiar deste século.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.copel.gov.br>> Acesso em: 14 abr. 2002.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: *balanced scorecard***. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

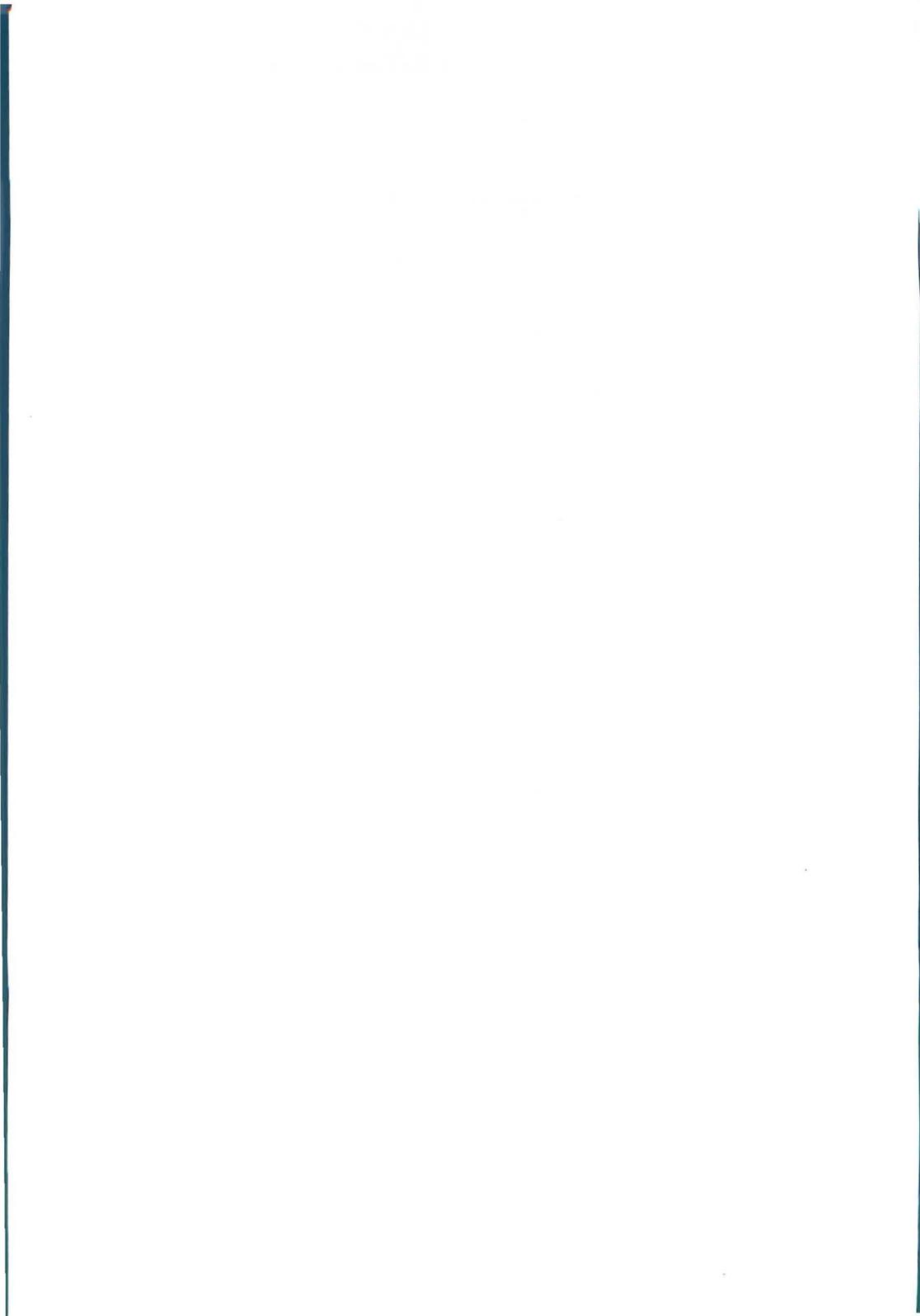
PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva** - Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.21- 48.

A EMPRESA DE PEQUENO PORTE NA ESTRUTURA PRODUTIVA

SUELY TEREZINHA MARTINI

Graduada em Ciências Econômicas, pela FACE, Licenciada em Letras/Inglês, pela FAFI; Especialista em Marketing Empresarial, pela UFPR; Mestranda em Economia Industrial, pela UFSC/FACE; Consultora de Empresas; Instrutora e Consultora terceirizada SEBRAE; Professora do Departamento de Ciências Econômicas da FACE.

E-mail: suelymartini@hotmail.com



RESUMO

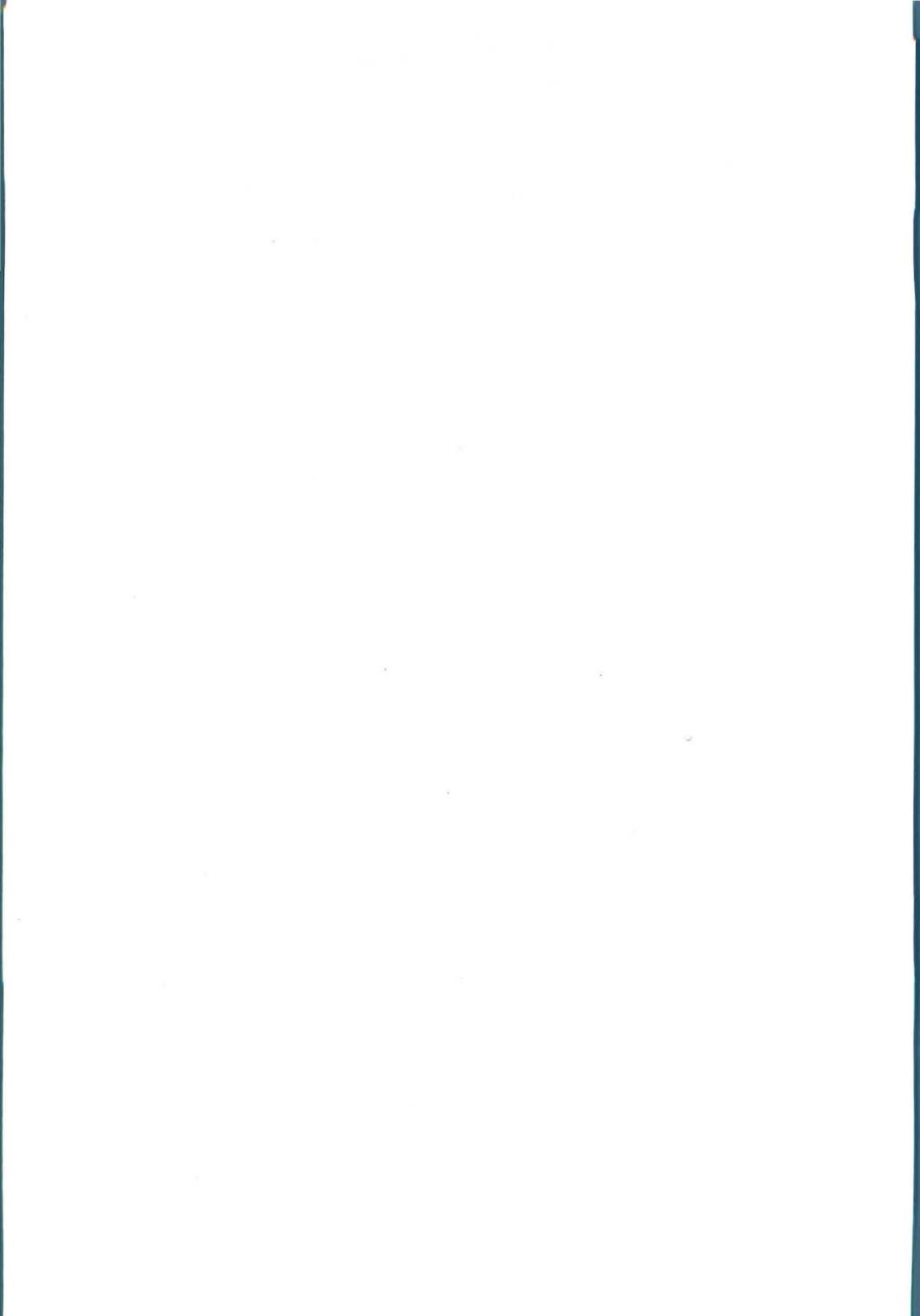
As micro e pequenas empresas (MPEs) marcam presença em todo o território nacional, sendo responsáveis pela capitalização da economia, chegam a regiões pioneiras, bem antes das grandes corporações; individualmente são frágeis. O tempo de sobrevivência é pequeno, para muitas MPEs e, principalmente, pela ausência de barreiras à entrada no mercado, novas empresas virão ocupar seu lugar. A maioria das pequenas empresas desaparece, antes que tenha tempo de crescer. Condições oligopolistas, em determinados ramos, conseguem assegurar a permanência de um certo número de pequenas empresas. Grandes empresas, com liderança consagrada na formação de preços têm pouco a ganhar com a eliminação de empresas menores. Muitas são as variáveis que influenciam as condições competitivas que levam ao crescimento e fortalecimento da pequena empresa, constituindo-se numa das preocupações da teoria e da política de desenvolvimento. A capacidade de um país aumentar a sua participação no comércio internacional é um desafio que pode ser vencido aumentando a produtividade das pequenas empresas industriais. Porém, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento industrial de longo prazo tem implicado, para as empresas de pequeno porte, que as medidas de políticas direcionadas a essas empresas apresentem resultados aquém do esperado.

PALAVRAS-CHAVE: Empresa, Microempresa, Pequeno porte, Competitividade, Desenvolvimento, Inovação tecnológica.

ABSTRACT

This micro and small companies (MPEs) exist all over the national territory, being responsible for the capitalization of economy, they establish themselves in pioneer regions, much before the great corporations can do it; individually they are fragile. The survival period is short for many MPEs and, mainly because of the absence of barriers to enter the market, new companies will take their places. Most small companies disappear before they can grow. Oligopolist conditions, in certain areas, can assure the permanence of a certain number of small companies. Big companies, which own the leadership to establish prices have little or no advantage in eliminating the smaller companies. There are many variables that influence the competitive conditions that lead to the growth and consolidation of small companies, thus becoming one of the preoccupations of the development theory and policy. The capacity a country has to increase its participation in international trade is a challenge that can be overcome by increasing the productivity of small industrial companies. But the absence of a long term industrial development strategy implies measures of small industrial companies. But the absence of a long term industrial development strategy implies measures of policies directed to small-scale companies which will present results that will be different from the expected ones.

KEY-WORDS: Company, Micro-company, Small-scale, Competitiveness, Development, Technological.



1 INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas do último milênio, reaparece o debate sobre a relevância das empresas de pequeno porte. Reconhece-se a capacidade das micro, pequenas e médias empresas (MPME)¹ em gerar empregos, mobilizar o desenvolvimento regional e contribuir para a distribuição de renda. Reconhece-se também a capacidade de gerar e incorporar inovações, atuar nas áreas de tecnologia de ponta e gerar divisas.

É importante que se analisem e esclareçam aspectos relacionados às micro e pequenas (MPEs) empresas com os grandes empreendimentos capitalistas, porque, a partir do conhecimento e transparência das relações entre os grandes e os pequenos capitais, abrem-se possibilidades de superar os principais entraves associados às pequenas unidades produtivas. No Brasil, quando se trata de discutir efeitos dessas limitações, deve-se considerar, adicionalmente, a defasagem tecnológica e de gestão das empresas. Além disso, as pequenas empresas atuam em diferentes setores de atividades e com várias formas de relações, assim os efeitos limitantes dos fatores não se apresentam de maneira uniforme para todas as empresas.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, para a consecução do processo de industrialização, tem como reflexo a baixa absorção de mão-de-obra na indústria, frente à experiência histórica do capitalismo clássico e, como consequência, surge a necessidade de um aumento desproporcional dos empregos, no setor terciário da economia. Grande parte do contingente de mão-de-obra não absorvida pela indústria trabalharia como autônomo ou em pequenas unidades produtivas, constituídas de micro e pequenas empresas, que operam sob extremas restrições de capital, muitas delas informais, não constituídas legalmente, não emitindo notas fiscais, não pagando os impostos e contribuições e evitando os custos institucionais de operacionalização.

O Brasil, dependente da demanda dos países desenvolvidos para continuar a crescer e exportar, deixou o mercado interno estagnado e incapaz de absorver os contingentes de mão-de-obra desempregados.

A microempresa é vista, então, como uma estratégia de sobrevivência ou uma das formas de organização da população excedente, resultante da estratégia de de-

¹ Micro, pequenas e médias empresas - Os critérios convencionais de definição se baseiam em indicadores quantitativos: número de empregados, valor de faturamento, patrimônio líquido.

envolvimento adotada pelo país e sua participação na economia nacional é importante.

Os neoclássicos tinham como inevitável o desaparecimento das pequenas empresas, no sistema capitalista, pelo fato de que elas operam com custos mais elevados que as grandes, pela impossibilidade de operarem em economias de escala e também pela concorrência acirrada.

Quando se inicia um estudo, o rol de problemas de sobrevivência dessas pequenas unidades avoluma-se e observa-se uma elevada taxa de mortalidade, que reforça a tese da “permanência temporária” dos postulados neoclássicos e a incompatibilidade com a premissa dos “rendimentos crescentes de escala”. No entanto, essa abordagem neoclássica torna-se muito limitada, à medida que não capta as inter-relações que se estabelecem entre os capitais.

Enfatizar apenas a falta de capacidade empresarial ou gerencial é colocar toda a responsabilidade pelo insucesso sobre as pessoas e desvincular de situações histórico-sociais concretas, isentando o sistema social e mascarando ideologicamente o problema.

A tenaz sobrevivência das pequenas empresas é, em parte, explicada pela disposição ao risco. Uma contínua corrente de pequenos empresários entra nos negócios, muitas vezes, por um breve lapso de tempo, para depois serem substituído por outros entrantes, cheios de esperança.

Uma das explicações citadas seria que a posição social do empresário, dono de seu próprio negócio, valorizada, e pela qual qualquer pequeno empresário lutará até o fim, tendo prejuízos e, nem assim, desistindo da esperança de sucesso, até se vir financeiramente incapacitado de continuar. Assim, os potenciais entrantes tendem também, a sobrevalorizar essa posição, não sendo desencorajados pela baixa lucratividade e pelos altos riscos.

2 A IMPORTÂNCIA DAS PEQUENAS EMPRESAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Contrariando o pensamento dos economistas neoclássicos, *micro, pequenas e médias* empresas não desapareceram do cenário econômico e são responsáveis por parcela significativa do produto nacional, dos rendimentos e do emprego da população.

Recentemente, foi atribuído a essas unidades produtivas o poder de saneadores da crise econômica pela absorção da mão-de-obra e geração de renda para um número significativo da população urbana, mão-de-obra não absorvida pelo processo de industrialização brasileira.

A crise econômica, a partir dos anos 80, potencializou a importância das pequenas unidades produtivas na absorção da mão-de-obra desempregada e os efei-

tos sociais passam a ser arrolados, além da vantagem da descentralização industrial, complementaridade à produção das grandes empresas e interiorização do desenvolvimento.

Grandes e pequenas empresas brasileiras podem e devem conviver no ambiente econômico, como já fazem as de qualquer parte do mundo, complementando e integrando suas atividades.

É sabido que, embora as micro e pequenas empresas (MPEs) marquem presença em todo o território nacional, sendo responsáveis pela capitalização da economia, chegam a regiões pioneiras bem antes das grandes corporações e, no entanto, individualmente são frágeis.

Em geral, o empreendedor é dotado de boas idéias e muita vontade de trabalhar e vencer, mas faltam-lhe sobretudo recursos financeiros para viabilizar seu negócio.

A burocracia na constituição, também empurra, cada vez mais, as empresas iniciantes para a chamada economia informal, aquela que não registra funcionários, não paga impostos e não aparece nas estatísticas oficiais.

As tendências atuais de informatização das empresas e mudanças nas formas e estratégias de atuação das empresas de maior porte leva-nos a crer que, especialmente nos setores comercial e de serviços às pequenas empresas, continuarão a nascer e grande parcela delas vai desaparecer num curto espaço de tempo. A sobrevivência das pequenas unidades produtivas depende, além da detenção, pelo empreendedor, de conhecimentos e informações sobre o ramo de atuação e, em especial, dos aspectos burocráticos, legais e fiscais, para o funcionamento de uma empresa, também da conjuntura econômica e de medidas concretas de política social e econômica.

A flexibilidade produtiva exigida pelo novo contexto da concorrência internacional favorece o surgimento e o êxito de estruturas produtivas mais flexíveis. Porém isso não pode ser interpretado como possível reversão da contínua e crescente importância das grandes corporações. As pequenas empresas ocupam importante papel na estrutura produtiva e podem contribuir, de forma ativa, para o desenvolvimento econômico.

Estudos recentes revelam a existência de inúmeras restrições à continuidade das MPEs. A baixa produtividade relativa, baixas economias internas, associadas à dificuldade de acesso às economias externas, os problemas de gestão, de acordo com a nova realidade da estrutura industrial, a dificuldade no acesso às redes de P & D, como aos bens de capital mais modernos e à impossibilidade de manter recursos humanos com maior qualificação técnica, representam algumas dessas restrições.

O tempo de sobrevivência é pequeno para muitas MPEs e, principalmente, pela ausência de barreiras à entrada no mercado, novas empresas virão ocupar seu lugar

O espaço para empresas que insistam em se manter pela reprodução do

padrão “baixa produtividade” será cada vez mais restrito. Para as pequenas empresas, também o trabalho qualificado e remunerado deve ser tratado como fator de competitividade. Pois, mesmo confirmadas as tendências que direcionam para uma estrutura industrial que ofereça maior espaço para plantas e empresas de menor tamanho, não estarão associadas à redução na qualidade das condições de trabalho.

Os neoclássicos viam como inevitável o desaparecimento das PME no sistema capitalista, visto que operam com custos mais elevados que as grandes, seja pela impossibilidade de operarem com economias de escala e pela concorrência acirrada. Pela “lei da sobrevivência do mais apto”, haveria o crescimento de algumas, que se transformariam em médias ou grandes, e as demais desapareceriam. Essa interpretação privilegia a análise estática. Porém, analisar cada aspecto em separado e, depois, integrá-lo à dinâmica do todo, parece ser mais produtivo. Geralmente, as análises permanecem no primeiro nível, não captando os determinantes macroestruturais. A análise fica restrita à empresa/empresário, privilegiando os fatores internos à empresa. A partir daí, identifica-se um extenso rol de problemas que dificultam e inviabilizam a sobrevivência dos pequenos empreendimentos. Observa-se, em decorrência, uma elevada mortalidade, entre as empresas de pequeno porte, o que reforça a tese de “permanência temporária” e a incompatibilidade com a premissa de “rendimentos crescentes de escala”. Os entraves e dificuldades por elas enfrentadas são atribuídos aos problemas gerenciais e administrativos.

Alguns autores apresentam uma visão baseada na teoria marxista. Visualizam o fenômeno do surgimento – dissolução - reaparecimento da PME, a partir da dinâmica do sistema econômico-capitalista. Enfocam a economia brasileira e, dentro dela, a PME articulada ao processo de acumulação de capital. Nesse contexto, dominada pelo grande capital, a PME insere-se de forma dependente e subordinada à grande empresa, que impõe o ritmo e a amplitude de oportunidades para os pequenos capitais. Contrários à tese neoclássica, defendem a dialética de acumulação de capital: concentração - dispersão - centralização.

O processo de concentração de capital conduz a um aumento da parcela de capital fixo, em relação ao variável, o que levaria ao desaparecimento da PME, pela sua incapacidade de acompanhar a tecnificação e, também, a tendência à centralização de capitais (capitalismo oligopolista).

“Essas novas pequenas e médias empresas, embora juridicamente independentes, constituem-se na realidade em extensões dependentes das grandes organizações produtivas (...) só sobrevivem assumindo o papel de subordinadas às grandes empresas, num sistema de subcontratação, fornecimento de insumos, compra e uso de tecnologia, assistência técnica e controle de qualidade, preços, etc.” (RATNER:1985, v.1, p.49).

No nível operacional, é comum o abuso de poder pela condição monopsonista, seja pela diminuição de encomendas, ameaça de integração vertical, concorrência entre subcontratados, entre outras. Se as relações de subordinação parecem mais evidentes, as relações de dependência implicam intercâmbio em duas direções, entre as empresas de diferentes portes. A deterioração das relações de troca e a subcontratação implicam exploração, à medida que pequenos produtores cedem à pressão das grandes empresas. A grande empresa é que decide os bens de que necessita “fabricar ou mandar fabricar”, impõe as quantidades, especificações, preço e nível de qualidade.

A função de empregar e recriar o excedente de mão-de-obra, requer o resgate dos conceitos marxistas de exército industrial, ou seja, um contingente populacional, capaz de ser mobilizado pelo capital “(...) disponibilidade para sua inserção imediata no mercado de trabalho capitalista” (AZEVEDO, 1985, p.95).

No Brasil ou nos países de industrialização recente, existe o exército industrial de reserva e mais uma parcela de mão-de-obra sobrando.

3 A POSIÇÃO RELATIVA DAS PEQUENAS EMPRESAS FRENTE ÀS GRANDES ORGANIZAÇÕES

O problema do tamanho, enunciado da Teoria de Marshall, é apresentado entre os fatores que influenciam o relativo êxito de empresas de vários tamanhos. A peculiaridade da teoria está em que, ao lado da empresa representativa (aquela capaz de fazer uso de economias de escala), sempre existem empresas menores (pequenas e médias). Essa coexistência é possível ao se supor a existência de concorrência imperfeita.

Pequenas empresas são protegidas por sua “benevolência”, pela preferência dos fregueses, pelos mercados individuais que possuem e que as grandes empresas só podem conquistar a certo custo.

A correlação entre a taxa de mortalidade e o tamanho das empresas é confirmada pelo resultado de pesquisas do SEBRAE. A diminuição da “taxa de mortalidade”, à medida que aumenta o tamanho, é marcante. A maioria das pequenas empresas desaparece antes que tenha tempo de crescer. Esse freqüente desaparecimento é compensado pelo número de novos ingressantes. Há uma rotatividade muito elevada e pode-se afirmar que a oferta desses pequenos empresários é elástica. No entanto, não há dúvidas, segundo Steindl, de que as pequenas empresas têm demonstrado, apesar de influências adversas, uma grande capacidade de sobrevivência, mesmo com baixíssima lucratividade e sua freqüente falência. Condições oligopolistas num ramo conseguem assegurar a permanência de um certo número de pequenas empresas. Grandes empresas, com

liderança consagrada na formação de preços, têm pouco a ganhar com a eliminação de empresas menores.

No Brasil, quando se trata de discutir possíveis efeitos das limitações que o pequeno empreendimento enfrenta, deve-se considerar, adicionalmente, a defasagem tecnológica e de gestão das empresas. A difusão de avanços sociais ou tecnológicos tende a restringir, crescentemente, o espaço concorrencial de empresas que insistam em buscar e preservar ganhos pelo uso intensivo de mão-de-obra em indesejáveis condições de trabalho. Essas empresas estão sujeitas, pela sua baixa resistência, aos desafios da concorrência, a altos índices de rotatividade de mão-de-obra.

A abordagem neoclássica, com uma visão microeconômica da empresa, faz uma análise muito limitada, à medida que não capta as inter-relações que se estabelecem entre os capitais.

Porém, enfatizar a falta de capacidade empresarial ou gerencial e colocar a responsabilidade pelo insucesso das pequenas empresas sobre as pessoas é desvincular de situações histórico-sociais concretas, mascarando ideologicamente o problema e também isentando o sistema social.

4 A MICRO E PEQUENA EMPRESA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A inovação tecnológica é uma das funções em que as pequenas empresas apresentam vantagens, graças à sua flexibilidade, menor risco do experimento e proximidade com o mercado, o que lhe permite transformar pesquisa em produto e em prazo mais curto. As dificuldades mais comuns são a insuficiência de recursos financeiros e humanos, equipamentos para desenvolver pesquisas, pelo que necessitam de uma política de apoio e de um ambiente regulatório que favoreça a inovação e a difusão tecnológica, como a garantia da propriedade intelectual, o estímulo à pesquisa básica e à integração entre universidade e institutos de pesquisa e empresas.

A aceleração das mudanças e inovações tecnológicas cria oportunidades para as pequenas empresas, mas envolve custos de transação e novos desafios.

A "CARTA DE BOLONHA" documento final da Conferência "*Enhancing the Competitiveness of SMEs in the Global Economy: Strategies and Policies*", realizada na Itália, em 2001, diz que a competitividade das PMEs é beneficiada por "um ambiente regulatório, que não imponha exigências excessivas para as empresas de menor porte e favoreça o empreendedorismo, a inovação e o crescimento, entre outras coisas: promovendo a "boa governança" e grande credibilidade..." (CNI/SEBRAE 2001, p.81).

As incubadoras têm sido utilizadas para estimular pequenas empresas de alta tecnologia e propensão ao crescimento, juntamente com mecanismos de investimento e financiamento. Diversas experiências atestam o maior dinamismo tecnológico e o potencial de desenvolvimento de vários tipos de arranjos de pequenas empresas, em um mesmo espaço regional: distritos industriais da Terceira Itália, do Vale do Silício na Califórnia e do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul.

5 A COMPETITIVIDADE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Muitas são as variáveis que influenciam as condições competitivas que levam ao crescimento e fortalecimento da pequena empresa, constituindo-se numa das preocupações da teoria e da política de desenvolvimento. Como obter desenvolvimento, com base em pequenas indústrias locais, tem sido preocupação para pesquisadores e empresários do mundo inteiro (SCHMITZ, 1997). A multiplicidade e a diversidade de variáveis que influenciam na competitividade fazem com que esse conceito permita as mais variadas definições, associadas a diferentes indicadores.

Porter (1986) diz que o conjunto de cinco forças competitivas, em uma indústria, determina a intensidade da concorrência, bem como a rentabilidade, e a força ou as forças mais acentuadas predominam na formulação das estratégias.

Para Ferraz (1995), a competitividade é vista como um desempenho – a competitividade revelada. A competitividade é, de alguma forma, expressa na participação no mercado (*market-share*) alcançado por uma firma, em um mercado, em um certo momento do tempo. A competitividade da empresa foi definida como a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Para as pequenas empresas, também, o trabalho qualificado e remunerado deve ser tratado como fator de competitividade. Pois, mesmo confirmadas as tendências que direcionam para uma estrutura industrial que favoreça maior espaço para plantas e empresas de menor tamanho, não estarão associadas à redução na qualidade das condições de trabalho.

A aglomeração de empresas (clusters) e o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pelas interações entre essas empresas e dessas com o ambiente em que estão localizadas vêm, efetivamente, fortalecendo suas chances de sobrevivência e crescimento, assim, constituindo-se em fonte de vantagem competitiva para as pequenas. A participação dinâmica em arranjos e cadeias produtivas locais tem auxiliado empresas de todo o tamanho, mas, particularmente, a

MPME, a ultrapassar barreiras de crescimento e produzir eficientemente e comercializar seus produtos em mercados nacionais e internacionais. A capacidade de um país aumentar a sua participação no comércio internacional é um desafio que pode ser vencido, aumentando a produtividade das pequenas empresas industriais. São elas que, junto com as grandes corporações e com o setor agrícola, podem incrementar as vendas, desde que preparadas e amparadas por uma política de apoio específica. Países como Japão, Estados Unidos, Coréia, Alemanha apresentam expressiva participação das pequenas e médias empresas nas suas exportações.

Robert Howard, editor da Harvard Business Review, diz que o desenvolvimento tecnológico e econômico torna possível um novo tipo de organização, combinando virtudes e estabelecendo cadeias de relacionamentos entre as empresas. Para ele, a capacidade de um país em estabelecer uma forte rede de produção constitui uma nova forma de vantagem competitiva. Construir um forte e competitivo setor de pequenas e médias empresas, na atualidade, depende de compreender os benefícios econômicos da cooperação e a importância de políticas públicas, para redesenhar as relações interempresariais.

Em um mundo em mudanças, com grande volatilidade dos negócios, em que as vantagens competitivas de uma empresa podem desaparecer da noite para o dia, o principal desafio empresarial é reduzir custos e o tempo de desenvolvimento de produtos, sendo pré-condição um incremento radical na flexibilidade organizacional, principalmente, no que se refere ao relacionamento com outras empresas (CNI-SEBRAE, 2001, p.84). Arranjos e sistemas produtivos locais de MPEs existentes são importantes, principalmente, se os desequilíbrios regionais e as disparidades na distribuição de renda são grandes, e promovem oportunidades de emprego e desenvolvimento local.

A empresa de pequeno porte enfrenta desafios na definição de uma estratégia competitiva, pela baixa capacitação gerencial, pois na maioria delas a administração é familiar. O tamanho reduzido das empresas faz com que seus proprietários/administradores tenham um horizonte de planejamento de curto-prazo e centralizem a tomada de decisões. Não há dentro dessas pequenas empresas uma prática de formalização de seus fluxos de informação que possa subsidiar a definição de estratégias competitivas de longo prazo e isso inibe as estratégias de inovação e geram dificuldades na conquista de novos mercados (VOS, KEIZER E HALMAN, 1998) ².

² Apud La Rovere 2001

6 CONCLUSÃO

A necessidade de estudos mais sistemáticos a respeito da micro e pequena empresa no processo de acumulação de capital é evidenciado por muitos autores, que sustentam sua posição na heterogeneidade desse segmento econômico. O debate em torno do pequeno capital tem evoluído, buscando os determinantes no processo de desenvolvimento capitalista, no entanto, ainda existe escassez de trabalhos específicos.

No processo de desenvolvimento econômico brasileiro, o modo de produção capitalista dominante cria, destrói e recria espaço para a atuação da pequena unidade produtiva, que serve de estratégia de sobrevivência para uma população sobrando, em decorrência da oligopolização dos principais setores industriais.

As micro e pequenas empresas constituem atividades extremamente heterogêneas e está bastante clara pelos estudos realizados, a necessidade de maior conhecimento dessas atividades, suas relações entre os diferentes tamanhos de empresas e as conseqüências que advêm para a sobrevivência e expansão dos pequenos negócios.

O porte da empresa aparece como um dos fatores mais importantes, pois, quanto maior o empreendimento, melhores são as possibilidades de ser bem sucedido e fica claro que os fatores que determinam o sucesso ou o insucesso dos pequenos não podem ser considerados isoladamente, isentando de todo, o sistema no qual estão inseridas. Uma política econômica adequada é necessária, assim como o desenvolvimento de políticas institucionais, desenvolvimento de ferramentas de gestão e formulação de estratégias concorrenciais mais apropriadas ao pequeno capital e ao pequeno negócio. Linhas de crédito, por si só, não trazem melhores resultados. No entanto, linhas de crédito especiais, idealizadas com o objetivo específico, acompanhadas de mecanismos que conduzam a superação das fragilidades do segmento e que levem à viabilização de sua permanência no mercado.

Ao longo das últimas décadas, não houve implementação de uma política industrial que efetivamente fortalecesse as pequenas unidades. A análise da experiência internacional e da literatura sobre políticas para PEs, no período recente, indica que essas empresas devem ser consideradas em políticas industriais, pois, integram a estrutura industrial e respondem por parte significativa da geração de renda e de riqueza em todos os países, desenvolvidos ou não, e suas debilidades estruturais, nos termos desenvolvidos por J. Steindl (1993; 1990) podem ser amenizadas por aparatos políticos institucionais adequados (BOTELHO, 1999).

A ausência de uma estratégia de desenvolvimento industrial de longo prazo

tem implicado, para as empresas de pequeno porte, que as medidas de políticas direcionadas a essas empresas apresentem resultados aquém do esperado. A ausência de políticas consistentes de desenvolvimento tecnológico para o conjunto do parque industrial brasileiro e a instabilidade macroeconômica afastam as empresas de investimentos de longo prazo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, B. A. **Pequena produção manufatureira**: uma interpretação à luz de uma nova problemática do desenvolvimento. Ensaio FEE, 14. Porto Alegre, 1993.

BOTELHO, M. R.A. **Políticas de apoio às pequenas empresas industriais no Brasil**: uma avaliação a partir da experiência internacional. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) UNICAMP, Campinas: 1999.

COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papyrus, 1994.

TEMAS fundamentais para as micro e pequenas empresas. CNI/SEBRAE 2001.

FERRAZ, J. C. **Made in Brazil**: Desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva** – técnicas para análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

ROVERE. Renata L. Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol.5, 2001.

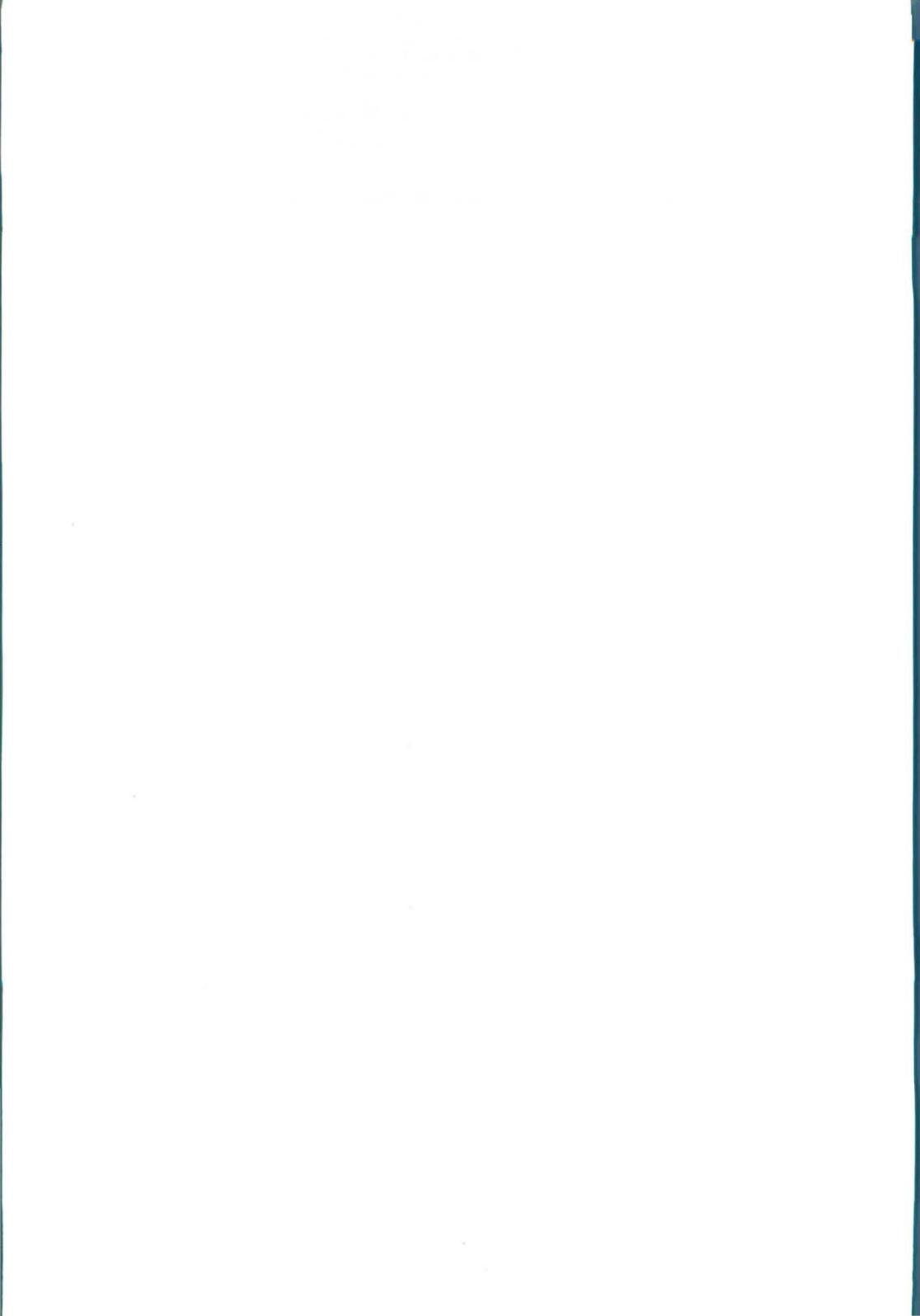
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Indicadores de competitividade para micro e pequenas empresas industriais no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 1993.

SCHMITZ H. **Eficiência coletiva**: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaio FEE, Porto Alegre: 1997.

SOUZA, M.C.A.F.; SUZIGAN, W. **Inserção competitiva das empresas de pequeno porte**. Relatório de Pesquisa. Campinas: UNICAMP, 1998.

STEINDEL, J. **Pequeno e grande capital**. São Paulo: Hucitec:Unicamp, 1990.

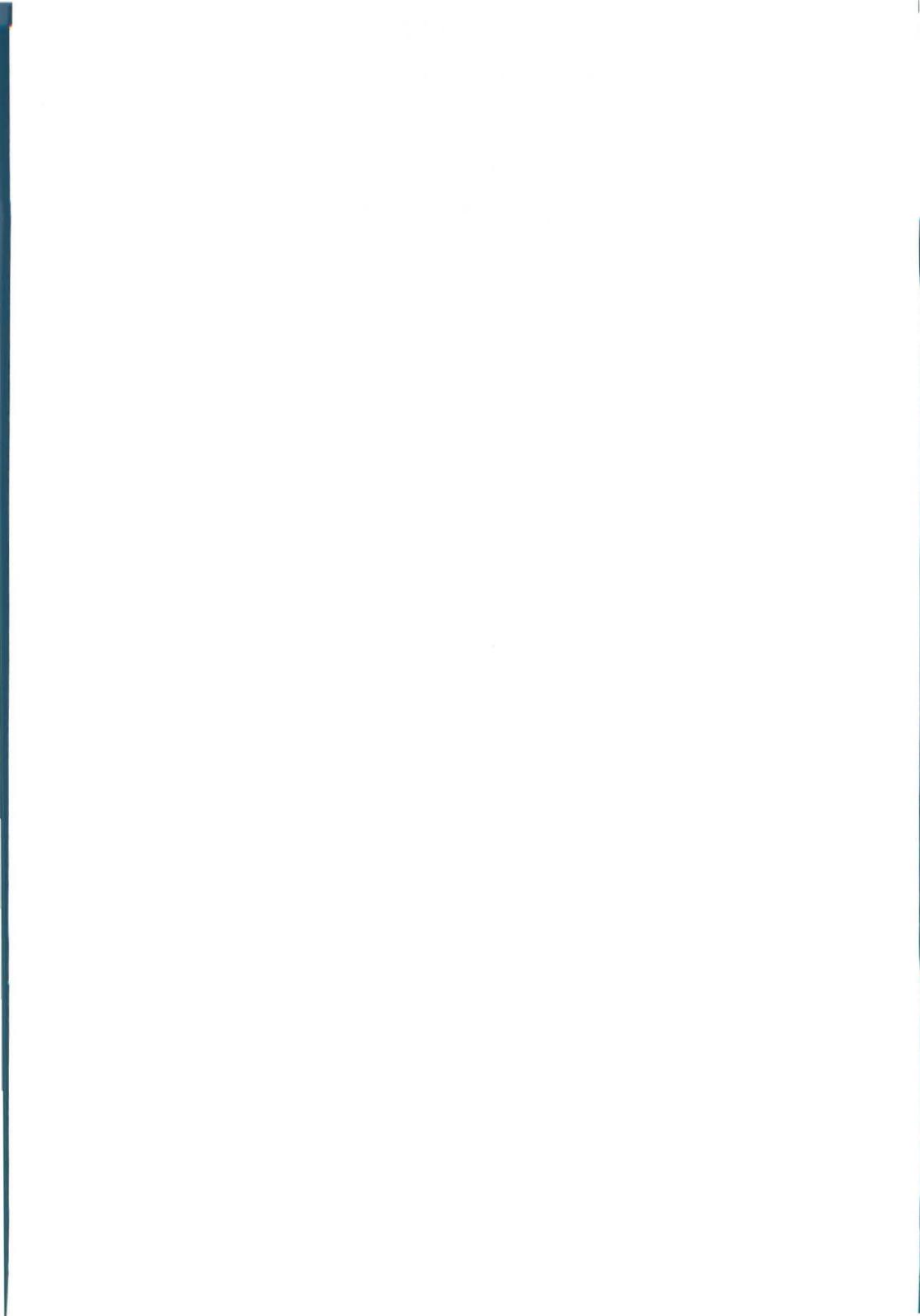
_____. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Hucitec:Unicamp, 1983.



MERCOSUL: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

DANIEL MELLO

Graduado em Ciências Contábeis, pela FACE; Pós-Graduado em Administração e Desenvolvimento de Pessoas, pela UFPR/FACE; Mestrando em Economia Industrial, pela UFSC/FACE, Perito Contador e Assessor Empresarial.
E-mail: danielmello@fasb.edu.br



RESUMO

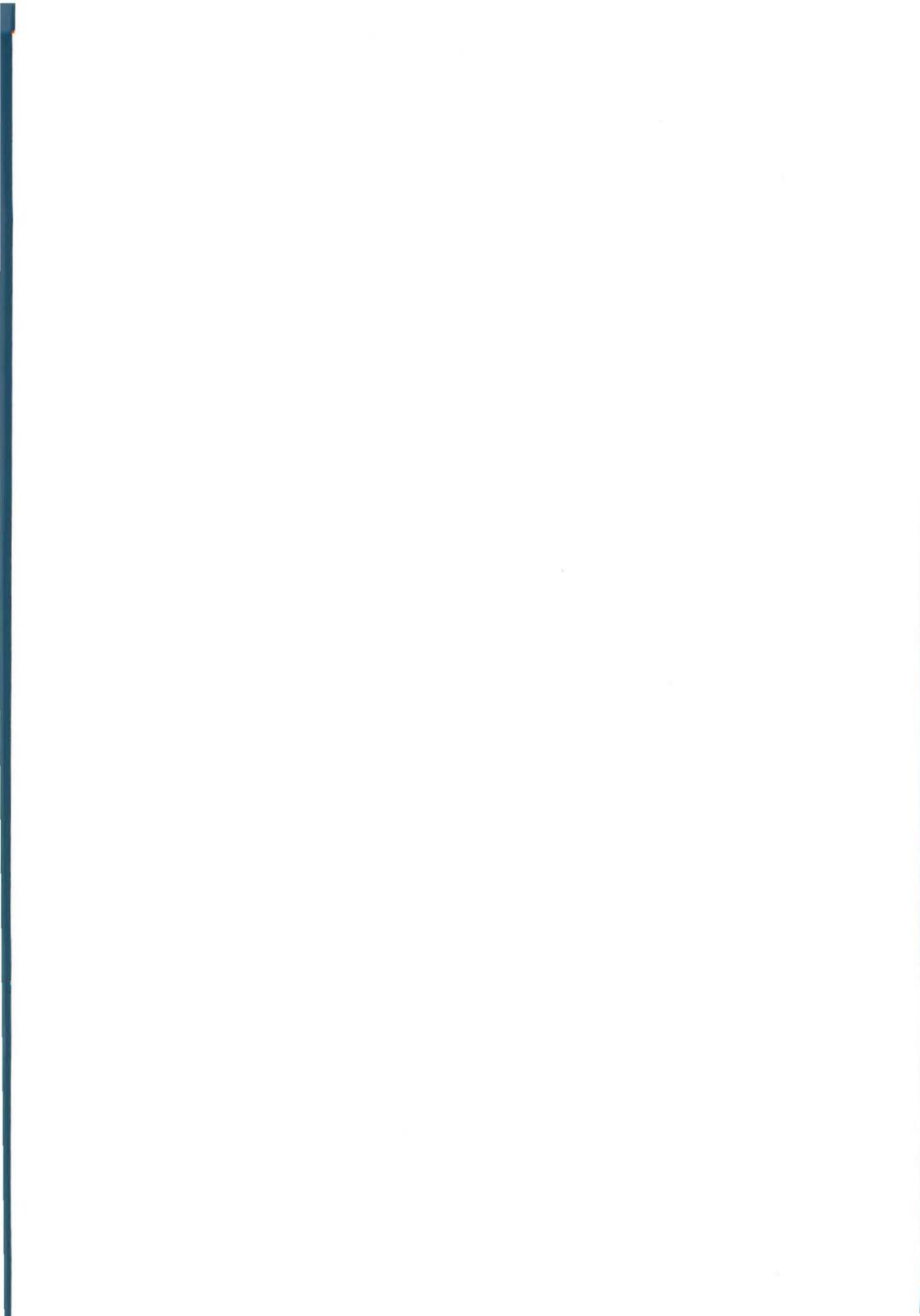
As relações comerciais, em nível mundial, vêm sofrendo profundas transformações, os países estão cada vez mais interdependentes e buscam o fortalecimento interno, por meio de formação de blocos econômicos regionais, que possibilitem, cada vez mais, sua inserção competitiva. Em geral, os blocos econômicos são formados em torno de um ou mais país central, em torno do qual outros países periféricos se aglomeram em forma de bloco. As tentativas de formação de um bloco regional na América Latina, ao contrário do que se pensa, não é uma idéia recente, remonta ainda ao século XXVIII, com os ideais integracionistas de Simon Bolivar. A formação do Mercosul, após inúmeras etapas, teve, como seu marco divisor de águas o "Tratado de Assunção", de 1991, porém com um grande entrave a sua efetivação: o tempo exíguo, pois sua entrada em vigor fora prevista para 1995, além das crises pelas quais passam atualmente os países-membros. Hoje o projeto Mercosul encontra-se repousando e é assolado pela eminência do alargamento, como quer o governo estado-unidense, das fronteiras do NAFTA, pela formação da ALCA. A ALCA, a propósito, para o Brasil, seria catastrófica, na atual conjuntura. Além de ser um retrocesso, pois poria fim ao projeto Mercosul, que em verdade é um modelo teórico bem mais avançado em relação à ALCA. O Brasil, na ALCA, assumiria uma posição de subserviência, de país periférico e à mercê do poderio econômico do "Big Brother do Norte", e com limitado ou nulo poder de barganha, ao passo que, no Mercosul, sua posição, por certo, será de país central, hegemônico, com clara ampliação de mercado e notório ganho de poder negociatório, frente às outras nações ou blocos econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Mercosul, Mercado Comum, Blocos Econômicos, Comércio Internacional

ABSTRACT

The business relationships, at a world level, have been going through great changes, countries are more and more interdependent and searching for internal strengthening, by making regional economic blocks that make it possible for them to compete. In general, the economic blocks are formed around one or more central countries, around which other peripheral countries cluster together like a block. The attempt to cluster the countries together in Latin America, different from what one may think, is not a new idea. It came up in the eighteenth century, with Simon Bolivar. The formation of Mercosul, after many stages, had as its crucial point, the "Tratado de Assunção" ("Asuncion Treatise"), in 1991, but with a great difficulty on its way: the lack of time, once it was supposed to start in 1995, besides the crisis through which the countries that belong in the group were going through. Nowadays the Mercosul project is at rest and is devastated by the eminence of enlarging, as the United States wishes, the borders of NAFTA, by the formation of ALCA. ALCA, by the way, for Brazil, would be a catastrophe. Besides being a backward motion, because it would put an end to the Mercosul project, which is an advanced theoretical model when compared to ALCA. Brazil, in ALCA, would play a minor role, the one of a periphery country, having to obey the "Northern Big Brother", with a limited trade power, if any, while, in Mercosul, its position would be the one of a central, hegemonic country, with an ample market and a noticeable gain of trade power.

KEY-WORDS: Mercosul, Comon Market, Economic blocks, International trade



1 INTRODUÇÃO

A formação de blocos regionais intensificou-se muito nos últimos anos, substituindo as tradicionais negociações multilaterais entre os países. Os blocos regionais são caracterizados pelo agrupamento de países menos industrializados, ao redor de um ou mais países industrializados (centrais).

Assim, temos a Comunidade Econômica Européia, que gravita em torno de três países-chave: Alemanha, França e Reino Unido; no NAFTA, temos o restante da América do Norte e, mais recentemente, o México, em torno dos Estados Unidos, e no extremo oriente podemos identificar o “quase bloco”, em que os países se agrupam em torno do Japão. Segundo Ianni (1996) “[...] nesta época, já se esboçam economias-mundo regionais, polarizadas pelas seguintes organizações ou nações: União Européia, com alguma influência no leste europeu e ampla ascendência sobre a África; Estados Unidos, com ampla influência em todas as Américas, do Canadá ao Chile, naturalmente compreendendo o Caribe; Japão, com ampla influência nos países asiáticos do Pacífico, compreendendo também a Indonésia e a Austrália; a Rússia, polarizando a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), ainda muito mobilizados na transição de economias nacionais, com planejamento econômico centralizado para economias nacionais de mercado aberto. É provável que a China se torne o centro de outra economia-mundo regional, não só no contraponto Japão-Rússia, mas também interferindo no jogo de interesses de outras economias-mundo regionais, já presentes na Ásia, como a norte-americana e a européia. Naturalmente, essas economias-mundo regionais encontram-se em diferentes estágios de organização e dinamização; inclusive interpenetrando-se, às vezes, amplamente. O Japão tem investimentos em outras regiões, assim como na Europa e nos Estados Unidos. Nas últimas décadas do século XX, os contornos de economias-mundo regionais estão mais ou menos esboçados, mas não parecem consolidados”.

O objetivo principal da consolidação dos blocos de mercado é substituir a concorrência entre nações pela concorrência entre regiões. Alguns mecanismos de integração estão se efetivando como estratégia de defesa à formação de outros blocos de mercado, na tentativa de coordenar e melhorar os esforços entre os países, aumentando o seu nível de competitividade, garantindo, dessa forma, sua sobrevivência e maior participação no comércio internacional.

O Mercosul, criado pelo Tratado de Assunção (1991), pela assinatura dos presidentes dos países participantes, é mais uma tentativa integracionista, que se faz na América Latina, envolvendo o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, cujo objetivo era a constituição de um mercado unificado entre esses paí-

ses, que pressupõe a livre circulação de mercadorias, serviços e fatores de produção (trabalho e capital), possibilitando o aumento do mercado consumidor, além de maiores chances de participação na economia mundial.

Em princípio, o Tratado de Assunção, assinado em 1991, previa início do Mercosul em janeiro de 1995.

O Mercosul de 1995 não cumpriu os critérios para a formação do mercado comum. Os avanços mais significativos ficaram circunscritos à liberalização do comércio intra-regional e ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, mesmo assim, com uma série de exceções, que classificam o Mercosul como uma união aduaneira imperfeita.

Existe, portanto, uma enorme agenda pendente de negociações, para que a meta do Tratado de Assunção seja alcançada. A vontade política de prosseguir na integração e o interesse dos setores empresariais e dos trabalhadores, certamente, serão os fatores fundamentais na determinação do ritmo e do limite dessa integração.

O presente trabalho propõe-se a estudar o processo de formação do Mercosul, de forma genérica e despretensiosa, desde suas origens, passando por sua estrutura, dificuldades e analisando suas perspectivas para o futuro. Dividiremos o presente trabalho, além da parte introdutória, em outras três seções. Na primeira, estudaremos um histórico do Mercosul, apresentando os seus antecedentes. Na segunda delas, avançaremos pelo Mercosul, desde a assinatura do Tratado de Assunção até os dias atuais, destacando os erros, os acertos e a atual situação, além de traçar algumas perspectivas para o Mercosul. Finalmente, numa terceira seção, apresentaremos nossas conclusões acerca do trabalho desenvolvido.

2 ANTECEDENTES DO MERCOSUL

Acordos de integração visando à criação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns não são fenômenos novos na América Latina.

Após os ideais integracionistas de Simon Bolívar, no século XVIII, podemos citar, mais recentemente, inúmeras tentativas de formação de blocos econômicos na América Latina.

2.1 BLOCO AUSTRAL

Em 1941, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, um projeto de constituição de um “bloco austral”: por iniciativa da Argentina, os países da bacia do Prata se reuniram na cidade uruguaia de Rivera, com o propósito de discutir

a criação de um bloco alfandegário regional.

Em novembro do mesmo ano, os chanceleres do Brasil (Oswaldo Aranha) e da Argentina (Enrique Ruiz) assinaram, em Buenos Aires, um tratado comercial, no preâmbulo do qual se afirmava a vontade, de ambos os países, de adotar um regime de intercâmbio livre (união aduaneira), contudo, essa decisão ficou no papel, pois, logo depois, aconteceu o ataque japonês a Pearl Harbor, e os países Brasil e Argentina tomaram posições distintas, o Brasil uma posição pró-aliada, esperando conseguir benefícios materiais dos Estados Unidos, enquanto a Argentina mantinha uma situação de ambígua neutralidade, quando não, uma atitude favorável às potências do eixo.

2.2 COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA – CEPAL

Em 1948, a Comissão Econômica da ONU para a América Latina (CEPAL) defendeu a idéia da integração regional, mediante o projeto de uma união aduaneira e o de uma união de pagamentos na América Latina. A CEPAL promove, nos anos 1950, o conceito de cooperação regional, baseado num sistema de preferências comerciais, como meio para acelerar o desenvolvimento econômico. Ela também preconiza um mecanismo poupador de divisas estrangeiras, similar ao que tinha, então, curso na Europa, através da União Européia de Pagamentos.

2.3 REEDIÇÃO DO PACTO ABC

Em 1951, quando na Europa já se tinha avançado para a constituição do Mercado Comum Europeu, fizeram-se algumas tentativas de aproximação política e econômica entre o Brasil, a Argentina e o Chile, no que seria uma reedição do velho “pacto ABC”, de princípio do século. Essa iniciativa, impulsionada sobretudo pelo “caudilho” argentino Juan Perón, seria, todavia, sabotada pelo próprio ex-Chanceler de Vargas, João Neves da Fontoura, que mantinha a tradicional postura anti-argentina dos setores das elites – e das Forças Armadas – do Brasil.

2.4 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO – ALALC

Em 1958, a CEPAL auspiciou a Primeira Reunião de Consulta de Política Comercial no Sul do Continente, organizada em Santiago, quando representantes da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai concluem que, “sem prejuízo dos estudos que já vinham sendo efetuados, referentes ao Mercado Comum Latino-Americano”, seria conveniente que os governos dos quatro países adotas-

sem, “simultaneamente e no mais breve prazo possível, uma política de liberação progressiva de seu comércio recíproco”.

Em 1959, ocorre a Segunda Reunião de Consulta sobre Política Comercial no Sul do Continente, em Santiago, quando se elabora, em colaboração com a CEPAL, um projeto zona de livre comércio.

Em 1960, o Tratado de Montevidéu, que constitui a ALALC, Associação Latino-Americana de Livre Comércio – serviu para impulsionar os fluxos do intercâmbio intra-regional. Visando à constituição de uma área de livre comércio (bastante ampla) em 12 anos. A ALALC pautava-se pela concepção de que o projeto de integração seria positivo para o modelo de substituição de importações, em função dos ganhos de economias de escala, dado ao alargamento do mercado.

2.5 PACTO ANDINO

Em 1969, através do Acordo de Cartagena, os países desenvolvimentistas da ALALC, ou seja, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, mesmo sem abandonar formalmente a ALALC, decidiram criar um subgrupo regional andino. Segundo Lins (1998), “trata-se do esquema de integração entre economias periféricas do sistema mundial que mais importância atribuiu aos problemas de distribuição de custos e benefícios”. A Venezuela aderiria, em 1973, e o Chile, já sob o regime ditatorial de Pinochet, abandonaria o Grupo Andino em 1976.

Em meados de 1979, inicia-se o “degelo” das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, com a assinatura do Acordo Tripartite Argentina-Brasil-Paraguai. Esse acordo permitia solucionar o contencioso acerca do uso dos recursos hídricos fronteiriços, que havia minado as relações entre Brasil e Argentina, durante a década de 1970.

2.6 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO – ALADI

Em 1980, a então ALALC, sem poder conformar a tão prometida zona de livre comércio, dá lugar, decidida em um novo Tratado de Montevidéu, à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), no quadro de amplo (e bem mais modesto) processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades da integração econômica na região.

2.7 ATA DO IGUAÇU

Em 1985, Brasil e Argentina assinariam um tratado bilateral, por meio da Ata do Iguaçu, chamamos aqui de “embrião” do Mercosul.

2.8 TRATADO DE INTEGRAÇÃO

Em 1986, a Argentina e o Brasil deram início ao processo de integração sub-regional, mediante o Programa de Integração e Cooperação Econômica, que logo se desdobrou no Tratado de Integração de 1988, prevendo a formação de um mercado comum, no espaço de dez anos.

2.9 ATA DE BUENOS AIRES E TRATADO DE ASSUNÇÃO

Em 1990, dava-se o grande passo para criação do Mercosul, a assinatura da Ata de Buenos Aires. Em 1991, com presidentes “liberais”, Menem, na Argentina, e Collor de Mello, no Brasil, dá-se início às negociações da formação do Mercosul, consubstanciado pelo Tratado de Assunção, em que, além da Argentina e do Brasil, associaram-se ao esquema bilateral o Paraguai e o Uruguai. O Chile e a Bolívia ingressariam posteriormente de forma parcial ao Mercosul.

3 O TRATADO DE ASSUNÇÃO

O Tratado de Assunção é mais bem entendido como um instrumento legal, que permite o estabelecimento de negociações para a constituição de um mercado comum unificado.

O Tratado de Assunção, assinado em março de 1991, previa em seu artigo 1º, como data limite, 31 de dezembro de 1994, para a realização do Mercado Comum quadrilateral. Caracterizado pela “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”, pelo “estabelecimento de uma tarifa externa comum” e pela “coordenação da políticas macroeconômicas”, assim como o “compromisso dos Estados partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes” constituíram, na verdade, o início de um processo de conformação de um amplo espaço econômico conjunto, cuja primeira etapa era dada pela instituição de uma união aduaneira evolucionária, isto é, potencialmente tendente a uma consolidação progressiva e cujo aprofundamento dar-se-ia em direção de fases mais avançadas de integração econômica.

Em sua essência, o tratado estabeleceu o cronograma de desgravação tarifária do comércio intra-regional, visando à formação de uma área de livre comércio plena, entre Argentina e Brasil, a partir de janeiro de 1995, e, no caso do Paraguai e Uruguai, a partir de janeiro de 1996. Foram previstas listas de exceções ao programa, durante o período de transição, que deveriam ser extintas, quando da entrada em vigor do livre comércio.

As negociações para a formação do mercado comum seriam conduzidas mediante a seguinte estrutura orgânica:

- a) conselho do Mercado Comum, responsável pela condução política do processo de integração e composto pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros;
- b) grupo Mercado Comum, órgão executor, coordenado pelos ministros das Relações Exteriores e composto por representantes de alguns órgãos públicos; e
- c) onze subgrupos técnicos, subordinados ao Grupo Mercado Comum, que tratariam dos instrumentos necessários à formação do mercado comum.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MERCOSUL

Originariamente, o Tratado de Assunção instituiu dez subgrupos:

- 1) assuntos comerciais;
- 2) assuntos aduaneiros;
- 3) normas técnicas;
- 4) políticas fiscais e monetárias relacionadas com o comércio;
- 5) transporte terrestre;
- 6) transporte marítimo;
- 7) política industrial e tecnológica;
- 8) política agrícola;
- 9) política energética;
- e 10) políticas de coordenação macroeconômicas.

Posteriormente, foi criado o subgrupo 11 de relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

Em dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a seguinte estrutura organizacional: Conselho de Mercado Comum, Grupo Mercado Comum, Comissão de Comércio, Comissão Parlamentar Conjunta, Foro Consultivo Econômico-Social e Secretaria Administrativa.

Os subgrupos técnicos subordinados ao Grupo Mercado Comum são atualmente em número de dez:

- 1) comunicações;
- 2) mineração;
- 3) regulamentos técnicos;
- 4) assuntos financeiros;
- 5) transporte e infra-estrutura;
- 6) meio ambiente;
- 7) indústria;
- 8) agricultura;
- 9) energia; e
- 10) relações trabalhistas, emprego e seguro social.

Através de negociações, os quatro países devem obter progressos que possibilitem:

- a) a diluição ou compensação das desvantagens setoriais ou nacionais;
 b) a melhoria da participação dos setores econômicos e sociais prejudicados e beneficiados no processo de integração em marcha; e
 c) a prevalência das estratégias globais e regionais.

Esta opção do Brasil pelo Mercosul demonstra uma mudança fundamental no tradicional posicionamento brasileiro, no que concerne ao seu relacionamento com nossos vizinhos imediatos.

Sob o ponto de vista institucional e político, o Mercosul aproxima-se muito mais do modelo europeu (CEE), ou seja, mais de tendência comunitária do que o do norte-americano (NAFTA), totalmente livre-cambista.

TABELA 1 - Modelos Teóricos de Integração Econômica

Características Contempladas / Integração	Áreas de Tar. Prefer.	(**) Áreas de Livres Com.	União Aduaneira	(***) Mercado Comum	(****) União Mon. ou Econôm.
(1) Redução de tarifas entre os membros da comunidade. a) Parcial (alíquotas nulas ou positivas para alguns ou todos os produtos transacionáveis) b) Total (alíquota zero para todos os produtos)	. . . X	. . . X X X X
(2) Tarifas dos países-membros da comunidade em relação ao resto do mundo. a) Diferenciada b) iguais X X	. . . X X X
(3) Livre mobilidade de fatores de produção dentro da comunidade X X
(4) Moeda e Banco Central comum X

(**) NARTA / ALCA (***) Mercosul (****) Comunidade Econômica Européia - CEE

Observe-se também que o potencial crescimento do comércio entre os países-membros do Mercosul é amplo, não apenas na área tradicional do intercâmbio de produtos, mas crescente nas áreas de serviços, tecnologia, investimentos, recursos humanos e, também, na de tecnologia de ponta. Embora o desenvolvimento tecnológico dos países-membros do Mercosul seja baixo, existe amplo campo de

progresso nesse setor.

O quadro abaixo demonstra a superfície dos países-membros que formam o Mercosul, totalizando 12 milhões de km², aproximadamente 9% da superfície ocupada por todos os países do mundo. Uma população de mais de 200 milhões de habitantes, e densidade demográfica de aproximadamente 17 habitantes por km².

TABELA 2 - Aspectos Territoriais e Populacionais do Mercosul

PAÍS	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
ÁREA KM ²	2.800.000	8.600.000	407.000	318.000
POPULAÇÃO HAB. DENSIDADE DEM.	34.000.000	160.000.000	5.000.000	3.000.000
HABITANTE/KM ²	12,2	18,6	12,3	9,5

Um ponto crítico é o impacto negativo dos desequilíbrios macroeconômicos dos países-membros. Iniciando-se o processo em 1991, a formação de uma Zona de Livre Comércio entre os quatro países.

A integração econômica requer, ademais, a integração jurídica dos ordenamentos nacionais dos países que entram na comunidade. O direito comunitário, sob essa ótica, é o instrumento da integração, abrigando estruturas ou formas de organização comunitária e as normas que regem sua operação. Sem a sistematização jurídica não é possível integrar-se.

A construção do Mercosul, dessa forma, ultrapassa o campo comercial ou econômico, envolvendo toda a sociedade e as comunidades nacionais, num único processo de desenvolvimento integrado, representando um processo muito mais complexo que mera integração econômica ou comercial entre quatro países irmãos.

3.2 PROBLEMAS E DIFICULDADES PARA A IMPLANTAÇÃO DO MERCOSUL

Embora a idéia da integração econômica começasse a ter vigência na América Latina em inícios da década de 1950, sob o impulso da CEPAL e sob pressupostos diferentes dos atualmente existentes, só, modestamente, é que a região pode dar significativos passos em direção a uma integração mais efetiva. Assim, os países envolvidos nesse projeto de integração têm, entre si, a característica de serem democracias recentemente implantadas, com problemas de ajuste in-

terno e externo, além de enfrentamento de desvantagens em termos de intercâmbio de seus produtos, em geral agro-industriais, em razão das políticas protecionistas dos seus principais mercados em nível mundial.

Na reunião de junho de 1992, em Las Leñas, Argentina, o então Ministro Cavallo, referindo-se ao Mercosul, afirmou, na oportunidade, que ele é *“transcendente no sólo para las negociaciones económicas que tienen que ver con el comercio, con la captación de inversiones, con la definición del perfil de nuestras industrias y de nuestra actividad productiva, sino también con todos los aspectos relacionados con la obtención, la incorporación y la utilización de tecnología y en cuestiones vinculadas a la política o a la seguridad internacional”*.

Em seu turno, o então Ministro da Economia do Brasil, Marcílio Marques Moreira, declarou, na mesma oportunidade que o Mercosul “é um bloco muito importante; é a forma de inserir-se no mundo, com soberania, com liberdade e competitividade”.

Desconsiderando-se o tom muitas vezes otimista, presente nas declarações oficiais, a verdade é que, para se obter a livre circulação de mercadorias, capital e trabalhadores, a liberdade de estabelecimento e competição implica a adoção de medidas de várias ordens, para superar as diferenças que hoje provocam certa incerteza para a constituição do bloco comum. Esses procedimentos demandam tempo, para que os países-membros possam inserir em seus contextos internos e adaptar-se a legislações comuns, sem aqui levarmos em conta os fatores macroeconômicos, dos quais não se tem controle internamente. Talvez o tempo dado da assinatura do Tratado de Assunção, março de 1991, e o início previsto para o Mercado Comum, 01/01/1995, tenha sido em muito ambicioso, e possa ser, até então, o maior entrave no projeto Mercosul.

O tempo de maturação de outros espaços econômicos comuns, como o da Comunidade Econômica Européia, foi superior em cinquenta anos.

Muitos são os pontos a serem sanados, para que se possa implantar e obter sucesso, na implantação do Mercado Comum, tais como: harmonização da políticas econômicas e macroeconômicas, legislação comercial comum, políticas para os investimentos externos, a tarifa externa comum, o câmbio, políticas agro-industriais, uniformização de especificações técnicas e sanitárias de produtos agrícolas e manufaturados, as situações fiscais, a carga tributária, legislações ambientais e energéticas, padronização aduaneira, legislações trabalhista, providenciária e social, a circulação dos recursos humanos, o transporte, entre tantos outros, também de grande importância, a serem ajustados ao longo do tempo.

3.3 O MERCOSUL ATUALMENTE

Todo o processo integracionista se faz sobre uma base social, material e

institucional preexistente. O da Europa, por exemplo, começou a ser feito numa conjuntura histórica marcada por grandes incertezas políticas e desequilíbrios geopolíticos, em plena era da guerra fria, agora está em vias de completar-se, num contexto estratégico, caracterizado pela superação das divisões políticas e de doutrinas econômicas.

Os projetos iniciados em diversas épocas na América Latina, por sua vez, quiçá pela inexistência de uma grande ameaça externa comum, ou pelos grandes desequilíbrios econômicos existentes, mas, provavelmente, mais ainda, pela heterogeneidade e a inserção extra-regional das economias, avançaram muito pouco em todos esses anos de industrialização substantiva e de crescimento para dentro. O continente está, não obstante, no limiar de uma nova época, em meio a processos de ajuste econômico em todos os países, e desfrutando de uma unanimidade democrática pouco vista na região, em décadas.

Hoje, o projeto Mercosul encontra-se um tanto esquecido, com os países-membros atravessando crises internas intensas: o Brasil, ainda vive os reflexos ocasionados pela desvalorização brusca de sua moeda, no início de 1999, causando problemas comerciais com a Argentina, e a própria Argentina que atravessa um momento extremamente crítico.

A Argentina amarga sua maior crise político-econômico-social da fase republicana: sua economia fragilizada está a ponto de ruir: o governo, por sua vez, pouco pode fazer, dependendo basicamente de financiamento externo, para sair do poço no qual se encontra.

Segundo Almeida (1993): "A ameaça de uma crescente marginalização da América Latina nas correntes de comércio e nos fluxos financeiros e de investimentos em escala mundial ajudaram as elites sociais a refletir sobre os desafios do presente [...] O próprio cenário de globalização dos mercados e de internacionalização dos sistemas produtivos serviu para motivar as lideranças políticas a buscar com urgência caminhos da superação da atual crise latino-americana".

Segundo Cabral (2001): "Apesar dos obstáculos e das dificuldades que ainda enfrentamos, esse processo de integração se consolida. Por vários caminhos, o antigo isolacionismo e a confrontação estão sendo substituídos por iniciativas de cooperação e entendimento, que vão instaurando, progressivamente, a união dos países latino-americanos".

Ainda segundo Cabral (2001): "Várias razões explicam e justificam amplamente esse processo de união. Em primeiro lugar, há uma exigência de maiores mercados para a expansão normal de importantes setores da economia, ligados a novas tecnologias. E a América Latina possui uma população de 400 milhões de habitantes. Por outro lado, a junção de esforços pode multiplicar a capacidade das instituições e das empresas locais na corrida tecnológica e na solução de problemas comuns".

A retomada do projeto Mercosul aguarda um desfecho positivo dos processos internos, pelos quais atravessam os países-membros, atrelada também à possibilidade eminente de um possível fim do projeto, em caso de os países da América Latina aderirem ao projeto ALCA, liderado pelo Governo estadunidense, que mostrou-se atraído pela possibilidade de expansão das fronteiras do NAFTA a toda América.

3.4. RELACIONAMENTOS EXTERNOS DO MERCOSUL

No que se refere ao relacionamento externo do Mercosul, caberia enfatizar, primeiramente, o aprofundamento das relações com outros esquemas de integração, a começar, obviamente, pela União Européia. O Mercosul se constitui no bojo de uma revitalização dos esquemas de regionalização. Segundo Machado & Markwald (1997) “a expansão do MERCOSUL, com base na renegociação dos acordos bilaterais com os demais países membros da ALADI, constitui estratégia fundamental com vistas a consolidar o papel de liderança política e econômica do bloco na América Latina, além de ampliar o poder de barganha do Mercosul, frente a novas proposta de integração, com a da ALCA”.

O Mercosul deve relacionar-se amplamente com os diversos esquemas sub-regionais, mas, ao mesmo tempo, preservar seu capital de conquistas no Cone Sul. Em outros termos, a associação via acordo de livre-comércio, de parceiros individuais (Chile e Bolívia a partir de 1996) ou de grupos de países (Grupo Andino), deve obedecer única e exclusivamente aos interesses dos próprios países membros do Mercosul.

A “ameaça” da ALCA incitou presumivelmente os europeus a se decidirem por avançar na implementação do acordo de cooperação inter-regional, firmado em Madri, em dezembro de 1995. Como registrado nesse instrumento, a liberalização comercial “deverá levar em conta a sensibilidade de certos produtos”, o que constitui uma óbvia referência à Política Agrícola Comum, uma das áreas de maior resistência à abertura no ulterior processo de negociação. Não obstante, é de se esperar que, por volta de 2005, e coincidindo com avanços similares nos planos hemisféricos e multilateral, o Mercosul e a União Européia tenham delineado as bases de um vasto esforço de cooperação.

Mais importante do que qualquer esquema “privilegiado”, de âmbito regional, é, contudo, o reforço contínuo das instituições multilaterais de comércio, condição essencial para que o Mercosul não seja discriminado indevidamente, em qualquer área de seu interesse específico, seja como ofertante competitivo de produtos diversos, seja com recipiendário de capitais e tecnologias necessárias. Atuando de forma coordenada na OMC, bem como em outros foros relevantes do multilateralismo econômico internacional, como a OCDE e a UNCTAD, os países-membros do Mercosul logram aumentar seu poder de barganha e ali exercer um

talento negociador, que os preparará para a fase da “pós-globalização” que já se anuncia.

4 O FUTURO DO MERCOSUL

No curto prazo, o Mercosul não parece politicamente ameaçado por alguma catástrofe irreversível, nem por algum conflito econômico de grandes proporções, a não ser por suas próprias escaramuças comerciais, de pouca magnitude intrínseca, aliás. Essas disputas por acessos recíprocos aos mercados dos países membros e as acusações recíprocas de “comércio desleal” entre parceiros são inevitáveis, na medida em que compreendem uma situação de abertura progressiva num contexto de indefinição, em termos de políticas macroeconômicas.

As discussões recentes também apontam que a integração econômica regional pode estimular os investimentos externos diretos como resultado do alargamento do mercado regional, e as empresas transnacionais desempenham papel fundamental nesse contexto (GONÇALVES et al., 1998).

As alternativas dicotômicas, colocadas como promessa ou ameaça no futuro do Mercosul, podemos dizer, por um lado, a realização plena do projeto integracionista original, ou seja, um mercado comum, caracterizado pela “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos”, consoante os objetivos do artigo 1º do Tratado de Assunção, ainda não realizados, diga-se de passagem. Por outro lado, e no outro extremo, a diluição do Mercosul numa vasta zona de livre-comércio, do tipo da ALCA, ou mesmo numa zona de livre-comércio geograficamente menos ambiciosa, como a proposta ALCSA.

No que se refere aos cenários extremos, comecemos, agora, por examinar a “hipótese” em função da qual foi elaborado o próprio projeto Mercosul, ou seja, a realização do mercado comum sub-regional. Não cumpridos os objetivos iniciais, contidos no Artigo 1º do tratado de Assunção, não tendo, com isso, entrado em vigor o mercado comum, em 01 de Janeiro de 1995. Segundo uma leitura otimista desse instrumento diplomático e do próprio processo de integração, esses objetivos serão cumpridos nesta etapa complementar, que denominamos de “Segunda transição”, observados os prazos fixados no regime de convergência, estabelecido para os diferentes setores definidos como “sensíveis” e cumpridos os requisitos mínimos desse mercado comum.

Ainda que esse cenário razoável não se concretize, como parece previsível, nos primeiros anos deste século, seu desdobramento faz parte da lógica interna do Mercosul. Nesse caso, ele resultaria num Mercosul muito próximo do padrão de integração apresentado pelo mercado comum europeu, em finais dos anos 1960.

Quanto a outra hipótese extrema, a diluição – ou dissolução, e adesão dos países-membros à ALCA, essa hipótese não pode ser excluída de todo, a

julgar pelas assimetrias persistentes e por uma certa busca de “vantagens” unilaterais, como parece ser a tentativa do Paraguai. A data fatídica de 2005 aparece como um verdadeiro marco divisor, um “antes” e um “depois”, um processo de escolhas cruciais, que estarão sendo colocadas para o Brasil e sua diplomacia econômica neste começo de século. O país não pode furtar-se a essas opiniões dramáticas e da qualidade das respostas dadas a alternativas por vezes contraditórias dependerá o futuro do Mercosul.

Consciente do projeto ambicioso impulsionado pelos Estados Unidos, assim como de suas próprias fragilidades estruturais no confronto com a supremacia competitiva do “Big Brother do Norte”, o Brasil, secundado pelos parceiros do Mercosul, buscou refrear o ímpeto inicial de, nos termos da Declaração de Miami, se “começar imediatamente a construir a ALCA”. Segundo Vizentini (1990): “Para conseguir que as nações desloquem suas finalidades, expectativas e atividades políticas a um centro de poder novo e mais amplo que o das Nações-Estado, é preciso primeiro satisfazer dois grandes requisitos. O primeiro e mais importante é o de fazer desaparecer a *desigualdade entre as nações*; o segundo, que deriva de certa maneira do primeiro, é o da valorização das aspirações políticas, econômicas e culturais das respectivas nações”.

Ainda assim, os argumentos a favor e contra a ALCA podem ser utilizados num e noutro sentido. A favor são ressaltados o maior potencial de mercado e a superior qualidade da parceria tecnológica que pode derivar de uma “relação especial”, particularmente com os Estados Unidos, comparativamente à modéstia, nestes termos oferecidas no Cone Sul. Contra aqueles que, por sua vez, privilegiam os laços sub-regionais, tampouco deixam de sublinhar, como parece claro, o desnível de poder negociatório com o “Big Brother do Norte”, o que condenaria o Brasil a fazer muito mais concessões do que as que obteria em troca em termos de acesso ao mercado dos Estados Unidos.

Outro fator que temos pode ser encontrado na também evidente assimetria de concessões e benefícios esperados de mais um processo de liberalização, conduzido apenas em escala hemisférica, quando o perfil geográfico aponta para uma diversificação bem mais ampla de parcerias, a começar pelo continente europeu. A União Européia é, e continuará sendo, no futuro previsível, o mais importante mercado comercial provedor de investimentos para a economia brasileira.

E, mais importante, pode-se considerar o espectro do eventual abandono do projeto regional (Mercosul) de construção de um espaço econômico próprio, no qual, a despeito de todas as suas aparentes fragilidades, o Brasil assume um nítido papel hegemônico, e não função subordinada, na qual se encontraria, em caso de adesão à ALCA.

O projeto ALCA constitui uma “opção extrema” em relação ao Mercosul. É inegável a existência de cenários para o desenvolvimento do País no contexto sul-americano. O Mercosul é uma realidade política e estratégica, que cumpre

preservar e estimular. É iniciativa gerada e dirigida por países que, muito além de uma área de livre comércio, que é o caso da ALCA, estão criando, no Cone Sul, um espaço próprio, fundado na cooperação e no aproveitamento de sinergias de expressivo e benéfico efeito para o conjunto de suas sociedades. Compreende-se, desse modo, a determinação do Brasil e dos demais países do Mercosul, em garantir que se estabeleça relação de apoio entre eles, para negociar, de forma mais fortalecida, ou seja, em forma de bloco regional e fortalecido com os Estados Unidos, em função da entrada conjunta do bloco, na futura Alca e os arranjos comerciais sub-regionais.

4 CONCLUSÃO

Após os estudos realizados acerca do Mercado Comum Latino-Americano, podemos chegar a algumas conclusões, quais sejam: a formação de blocos sub-regionais; faz-se necessário, em meio à atual situação de competitividade internacional, de formação e de fortalecimento desses blocos em nível mundial, como é o caso da Comunidade Econômica Européia, formada em torno da Alemanha, da França e do Reino Unido; do NAFTA, em torno dos Estados Unidos e do “quase bloco” asiático, em torno do Japão.

O único caminho que nos parece razoável, neste cenário, para a América Latina é a retomada e o fortalecimento do projeto Mercosul, o que, por certo, irá compensar as desvantagens setoriais ou nacionais, em termos de competitividade internacional; ampliação do mercado em nível regional, proporcionando um melhor desempenho individual dos setores internos e da economia como um todo, por consequência.

Apesar da história da formação de blocos econômicos remontar ainda ao século XVIII, na América Latina, assim como no mundo, as propostas e acordos mais claros, em torno do projeto Mercosul, são relativamente novas, se comparadas com o tempo de “maturação” da Comunidade Econômica Européia, por exemplo.

Podemos atribuir a este tempo exíguo o principal entrave na efetivação plena do projeto, que podemos dizer, teve seu início oficial, no início da década de 1990 (Ata de Buenos Aires), com a proposta inicial de ser efetivado o mercado comum, ainda no início do ano de 1995. Esse tempo foi insuficiente para todos os ajustes internos e externos a que os países-membros estavam sujeitos; como a propósito ficou comprovado posteriormente, o Mercosul não cumpriu os critérios para formação do mercado comum.

O projeto Mercosul encontra-se, atualmente, estagnado, dado principalmente às crises econômicas sofridas pelos países-membros, mais especificamente, a crise cambial brasileira, em princípios de 1999 e a Argentina, que atravessa uma crise sem precedentes.

Além das crises internas, um “fantasma” que ameaça o projeto sub-regional da América-Latina é a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, que também pode ser vista como uma expansão das fronteiras do NAFTA.

A ALCA, entendemos, em caso específico do Brasil, em caso de adesão a este bloco econômico, pode ter alguma aparente vantagem, como é o caso da ampliação do mercado para seus produtos, aliás, este é o principal argumento das correntes pró-ALCA, porém este fato fica de imediato sufocado, dada a assimetria econômica, tecnológica e política existente entre o Brasil e os Estados Unidos. O Brasil, em relação à ALCA, assumiria posição de subserviência, além de expor a indústria nacional a níveis de competição para os quais não está tecnologicamente ajustada.

A adesão brasileira à ALCA seria uma aceitação expressa de uma condição de aceitação tácita que verificamos no comércio bilateral Brasil/Estados Unidos, em que este impõe regras, apoiado em seu poder de barganha, em detrimento daquele, além de retrocesso, tecnicamente falando, pois, estaríamos abrindo mão da formação de um mercado comum, muito mais amplo, para adesão a uma área de livre comércio, bem mais restrita.

É nosso entendimento também, que o Mercosul, é hoje, a opção acertada para o Brasil em termos estratégicos. Podemos vislumbrar claramente a ampliação do mercado e o fortalecimento da economia do bloco, além de o Brasil, assumir, neste contexto de bloco sub-regional, papel hegemônico, de país central do bloco.

Além do que, as perspectivas futuras do Mercosul são as melhores possíveis, com possibilidades de fortes alianças com outros blocos econômicos, em especial, com a Comunidade Econômica Européia.

Dessa forma, entendemos ser, para o Brasil, prioritário e favorável, em termos gerais, a retomada do projeto Mercosul, com respectiva resposta negativa às pretensões estadunidenses de formação da ALCA, visto que esta última hipótese significaria aceitação expressa da condição de subserviência em relação aos Estados Unidos, e de mercado aos seus produtos industrializados, pondo em risco a frágil e primária economia brasileira, quando comparado à do “Big Brother do Norte” .

Além do que podemos vislumbrar uma etapa futura, após formalizado e fortalecido o bloco regional Mercosul, vindo este negociar sua adesão à ALCA, porém não em forma de países isolados e fragilizados, mas em forma de bloco econômico com significativo poder de negociação agregado; o que, por certo, resultaria em bem mais concessões por parte dos Estados Unidos em relação ao bloco.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ALMEIDA, P. R. **Mercosul fundamentos e perspectivas**. Brasília: GOB, 1998.

BRANDÃO, A. S. P., PEREIRA, L. V. (Orgs.) **Mercosul perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CABRAL, G. G. A. **Mercosul: primeiro ensaio**. 4. ed. Brasília: Edigraf, 2001.

FIGUEIRAS, M. S. **Mercosul no contexto latino-americano**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAMPRELA, L. F. Alca: os principais temas de um jogo. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, p. 11-14, mai./1997.

LINS, H. N. "Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais". In: VIGEVANI, T.; LORENZETTI, J. (coords.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr, 1998, p. 186-223.

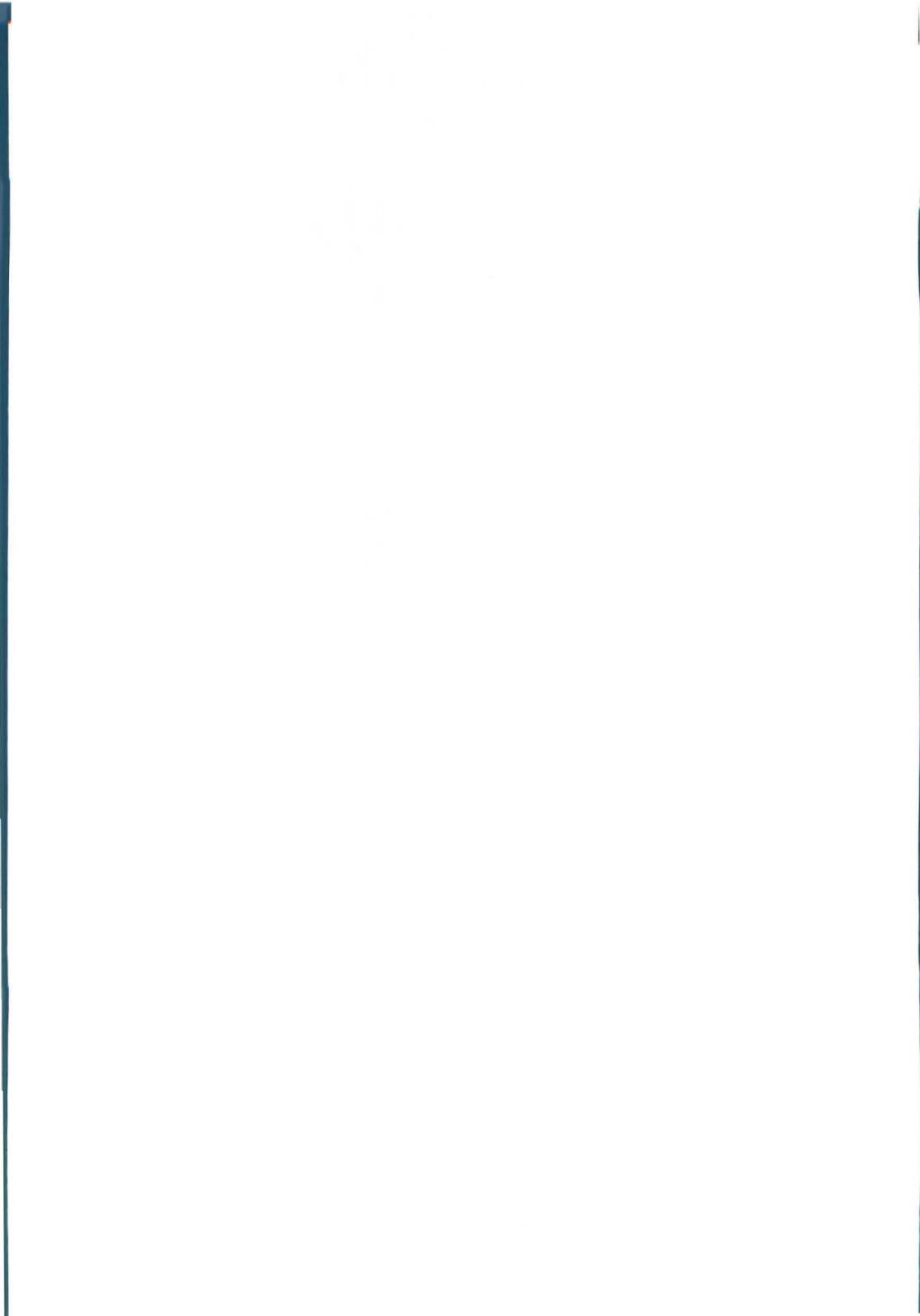
MACHADO, B. M. M.; MARKWALD, R. A. Dinâmica recente do processo de integração do Mercosul. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, 1997, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 1997. p. 723-742.

VIZENTINI, P. G. F. Crise e Transição: o contexto internacional das integrações regionais. In: SAITFNFUS, V. M. P., DE BONI, L. A. (coords.). **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E CONTÁBEIS DAS EMPRESAS NA DÉCADA DE 70, 80 E 90

O DELIR DILETO CACHOEIRA

Graduado em Contabilidade, pela UNOESC-Videira; Pós-Graduado em Gestão da Qualidade e Produtividade pela UnC-Caçador; Mestre em Contabilidade, pela FACEPAL - Palmas(PR); Coordenador do Pós-Graduação e Mestrado da FACE - União da Vitória; Consultor de empresas; Professor do Departamento de Ciências Contábeis da FACE; Professor de Pós-Graduação, pelo INBRAPE-Londrina.
E-mail: cachoeira@face.br



RESUMO

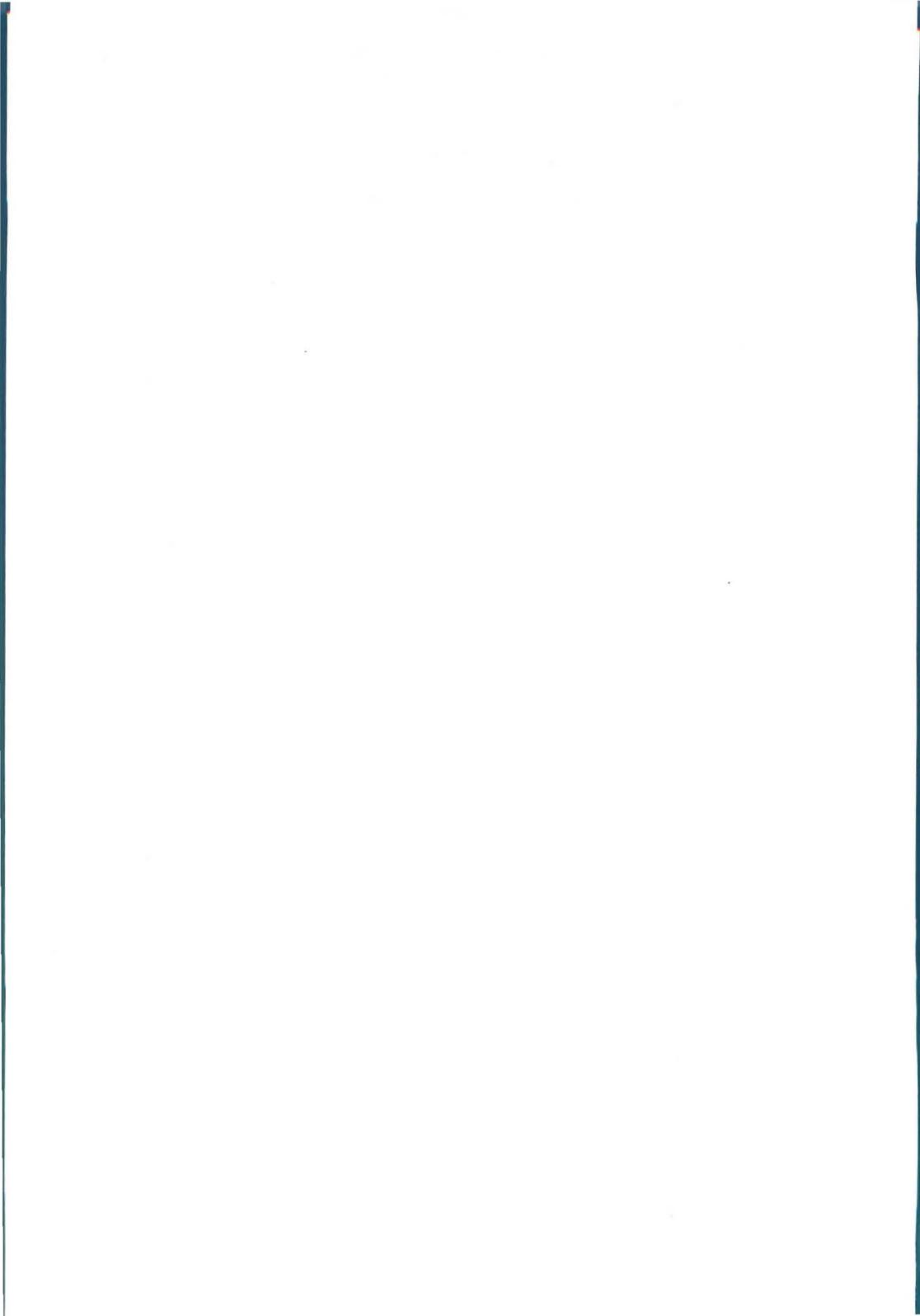
Este trabalho teve como objetivo apresentar a análise comparativa de indicadores econômico-financeiros e contábeis das empresas na década de 70, 80 e 90, abordando os principais aspectos da economia brasileira. Apresenta-se tanto uma análise histórica, como uma análise setorial do desenvolvimento econômico brasileiro, avaliando o impacto que empresas de diferentes setores sofreram com a implementação de medidas econômicas que caracterizaram as últimas três décadas. Procurou-se caracterizar as principais medidas de políticas econômicas adotadas no Brasil, por meio de um corte temporal na história, a partir da década de 70, até o começo da crise que se instalaria no início dos anos 80. Na década de 80, tratou-se da crise e do processo de ajuste externo, enfatizando-se os desequilíbrios macroeconômicos e os sucessivos planos econômicos, com vistas ao estancamento do processo inflacionário, que marcaram a economia durante toda a década. Nos anos 90, procurou-se dar ênfase, além dos planos econômicos, ao processo de abertura da economia, que colocou o país frente a um grande desafio competitivo internacional e de urgentes medidas de ajustamento interno.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, Políticas econômicas, Contabilidade, Indicadores econômicos, Desempenho empresarial e setorial.

ABSTRACT

This paper aims at presenting the comparative analysis of economic, financial and accounting indicators of companies in the seventies, eighties and nineties, approaching the main aspects of Brazilian economy. It is presented both a historical analysis and a sectorial analysis of the Brazilian economical development, evaluating the impact which companies from different sectors went through with the implementation of economic measures that characterized the last three decades. It intends to characterize the main measures of economic policies adopted in Brazil, by means of a cross section in history, from the seventies to the beginning of the crisis that started in the early eighties. In the eighties, it was dealt with the crisis and the process of external adjustment, emphasizing the macroeconomic imbalance and the successive economic plans, in order to stop the inflationary process that marked the economy during the whole decade. In the nineties, besides the economic plans, more emphasis was given to the process of opening up economy, which made the country face a great international competitive challenge and also urgent measures of internal adjustment.

KEY-WORDS: Economy, Economic policies, Accountancy, Economic indicators, Sectorial and business performance.



1 INTRODUÇÃO

Para se desenhar a atualidade e as perspectivas da indústria brasileira é fundamental retomar, ainda que resumidamente, a história das mudanças radicais que alteraram o panorama econômico nacional nos últimos anos. Há um pouco mais de uma década, podia-se, ainda, pensar o mundo, do ponto de vista político-econômico, em termos de relações bilaterais ou interlaterais. As mudanças ocorridas no final da década de 80, com o surgimento dos tigres asiáticos e as alterações geopolíticas (a queda do muro de Berlim, a derrocada do império soviético e a transformação do modelo chinês, por exemplo), foram acompanhadas pela formação de blocos econômicos. A visão de um mundo polarizado deu lugar a outro, globalizado, e a atividade econômica passou por uma dramática internacionalização.

Com a globalização, a produção e o comércio internacionais passaram a estar estreitamente relacionados. A multinacionalização das empresas espalhou-se pelo globo e a maior parte dos novos produtos é hoje transacionada internacionalmente, de um modo que nunca antes fora visto, em função também do avanço das novas tecnologias. A abertura comercial mundial tem sido acompanhada por mudanças nos fluxos de capitais. Oscilações de moeda são questões que agora afetam o planeta como um todo. Na era da globalização econômica, não há ilhas de estabilidade. Os bilhões de dólares em circulação ao redor do mundo podem desestabilizar moedas em um piscar de olhos. Da mesma forma, uma queda do índice da bolsa de valores em *Hong Kong* ou na Rússia (como aconteceu em 1988), como o episódio do dia 11 de setembro de 2001, que, com certeza, ficará marcado na memória de todos, quando as torres gêmeas do *World Trade Center* de Nova Iorque, nos Estados Unidos, foram subitamente atacadas por atentados terroristas, ou ainda, como a crise econômica da nossa vizinha Argentina, pode, no dia seguinte, causar pânico aos mercados de ações, desde Wall Street até São Paulo, resultando em fuga de capital, medida em bilhões de dólares, em poucas semanas.

Mudar de século parece que deixou de ser, agora, apenas uma questão cronológica. Neste novo milênio que se instala, esgota-se um modelo fundado no predomínio do trabalho, no seu sentido clássico. Acentua-se, também, a forte presença da máquina, impondo ao homem a necessidade de criar novos espaços à sua sobrevivência. O florescimento da globalização, a presença da biotecnologia, a aplicação da mecânica quântica, o avanço meteórico da informática, além da tragédia do desemprego e da exclusão social, estão demonstrando que, muito mais

que uma virada de século e milênio, está-se, na verdade, encerrando um modelo de civilização.

Levando-se em consideração as constatações sumárias apontadas e sem nenhuma intenção de esgotar o assunto, mas procurando condensar algumas informações sobre o que já foi pesquisado e divulgado sobre o desempenho econômico-financeiro das organizações em seus respectivos setores, fez-se uma correlação entre contabilidade, como ferramenta de avaliação e sistemas de normas, e políticas econômicas como elementos de interferência sobre os resultados empresariais, com o objetivo de constatar-se quais as principais interferências das políticas econômicas sobre o desempenho das empresas e quais as lições que podemos tirar dos processos de transições e planos governamentais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A preocupação da Contabilidade está relacionada à entidade, e este pressuposto está respaldado no Princípio da Entidade; tal princípio separa claramente os proprietários e a pessoa jurídica organizacional.

Isto encontra respaldo em Ludicubus, Martins, Gelbck (1995, p.67): “A contabilidade é mantida para as Entidades; os sócios ou quotistas destas não se confundem, para efeito contábil, com aquelas...”

Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objetivo de contabilização (ANDERSEN, 1994, p.43).

Seguindo o mesmo raciocínio, pode-se dizer, pois, que o objeto do estudo é o patrimônio, e seu campo de aplicação, o das entidades econômico-administrativas, assim chamadas aquelas que, para atingir seu objetivo, seja ele econômico ou social, utilizam bens patrimoniais e necessários de um órgão administrativo, que pratica os atos de natureza econômica necessários a seus fins. Essas entidades envolvem, tanto as com fins lucrativos, assim como as sem finalidades lucrativas, que também possuem um patrimônio e precisam administrá-lo e sobre ele fornecer informações a todos os que, direta ou indiretamente, mantêm vínculos de interesse com a entidade.

É importante ressaltar que, consubstanciando o enunciado pela estrutura conceitual básica da contabilidade, Franco (1992, p.20) diz que, para que a contabilidade atinja sua finalidade, é necessário que ela o faça:

(...) através do registro de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do patrimônio administrado, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas com ele relacionados, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins (FRANCO, 1992, p.20).

No entanto, o objetivo é apresentar a relação de objetividade e confiabilidade dos dados divulgados pelos vários instrumentos informacionais hoje existentes, tais como: revistas especializadas, institutos, órgãos reguladores de classes, entre outros, a respeito dos resultados econômico contábeis empresariais, através da análise comparativa de “índices” econômico-contábeis.

Bem, mas o que são índices propriamente ditos? Sob a ótica da avaliação contábil, segundo Matarazzo (1995, p.153), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”. Ainda continuando sob o ponto de vista do autor, “os índices constituem a técnica de análise mais empregada. (...) A característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.”

Estabelecida a diferenciação do objeto a analisar e determinados os tipos de análise nos aspectos do “conjunto patrimonial”, do “estudo econômico-patrimonial”, do “estudo financeiro”, da “composição das espécies no sentido administrativo” e na pesquisa do “comportamento das operações”- aí temos o quadro básico da função analítica.

É vasto e admirável o conjunto “estrutura-análise-interpretação” do quadro técnico-expositivo da contabilidade; sendo relativamente novo este último e já indispensável setor do conhecimento científico e especializado da matéria, é ainda incipiente esse conhecimento, tal a amplitude do campo a explorar.

Para esta análise, é de fundamental importância abordar aspectos da economia, em que os economistas estudam a empresa, relacionando o comportamento desta com o mercado. O estudo do comportamento das organizações pode projetar uma luz muito necessária sobre a natureza do lucro, a significação do lucro sob condições de incerteza, a significação da informação e o papel da organização.

Com efeito, afirma Rosseti (1994, p. 421): “os estoques de recursos produtivos de qualquer sistema econômico são constituídos por bases humanas e patrimoniais. Da interação e mobilização dessas bases, resulta o processo de produção, cuja finalidade última é a realimentação do próprio sistema”.

Como qualquer outra ciência, a Economia preocupa-se com a previsão e a explicação de fenômenos. Para tanto, utiliza-se de teorias. E o que significa cons-

truir teorias? Em economia, construir teorias significa extrair conhecimentos sobre o funcionamento do sistema econômico.

O conceito econômico depende, para sua mensuração, de fluxos nominais (correntes)

de caixa (ou, eventualmente, até de lucro contábil, na falta de valores de caixa), da fixação de um horizonte temporal e da estimação de uma taxa de juros que seria utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos futuros. Tanto mais nos aproximamos, no futuro, do lucro econômico, quanto mais importância for atribuída à avaliação contábil, como estimador de fluxos de caixa.

O conceito contábil, por sua vez, pode ser apurado, numericamente, por estática comparada, embora seja sempre desejável a individualização dos fluxos (causas) que originaram o acréscimo (ou decréscimo) do patrimônio líquido, ou seja, as receitas e despesas, perdas e ganhos da Demonstração de Resultados.

Tão perturbadoras quanto as variações de preços, para a contabilidade, têm sido certas tentativas parciais de resolver o problema. Este recai na natureza dos que precisam ser enfrentados com decisão, determinação e detalhe. Conquanto não se possa pretender tratar de todos os problemas ligados à inflação e às variações de preços na contabilidade, é preciso, pelo menos, apresentar um modelo abrangente de correção de análise, mesmo que numa simulação simplista de relatórios contábeis reais, num grau de detalhe que seja compreensível e utilizável.

Segundo Hendriksen (1974, p.142), mesmo reconhecendo que existem consideráveis problemas conceituais a respeito da utilidade das Demonstrações financeiras das empresas, existem várias sugestões para proporcionar soluções teóricas e práticas a respeito dos informes financeiros. Dentre eles, pode-se citar, em primeiro lugar, que existe uma crença muito grande com relação ao futuro da teoria contábil e que este depende da concepção de utilidade que melhor se ajuste ao que se chama de análise através de retornos econômicos contábeis. Um outro conceito, relaciona-se ao fato de que a teoria contábil deve medir e apresentar vários conceitos de utilidade, para propósitos diferentes, e ainda, que boa parte da discussão atual deve-se concentrar na criação de uma estrutura de apresentação de informações contábeis, às quais chamam-nas de "utilidades da contabilidade", centradas nas transações e nos processos de acumulação, como instrumentos de medida voltados para a atividade econômica usual.

A Contabilidade, como responsável pela correta avaliação da empresa, utilizando-se para isso, de todas as suas doutrinas, com função específica de conduzir a empresa por caminhos seguros em direção à sua missão, assegurando-lhe a sua continuidade, por meio da coordenação dos esforços com vistas à otimização de resultados, deve desenvolver um sistema de informações que espelhe a posição da empresa em relação à expectativa do mercado. Este sistema deve reportar corretamente seus resultados e proporcionar informações para o processo decisório em todos

os níveis da organização, além de promover adequada avaliação dos responsáveis por decisões.

Diante do exposto, abre-se uma lacuna no sentido da verificação dos resultados contábeis apresentados pelas empresas e, se estes resultados espelham a sua realidade, consideradas e comparadas as circunstâncias de mudanças que a evolução econômica e política impôs às empresas, ao longo dos tempos.

Uma das questões cruciais da política econômica, sejam quais forem os traços institucionais do sistema econômico, é a determinação e a hierarquização de objetivos. A explicitação dos objetivos fundamentais da política econômica, em dado período de tempo, envolve complexos problemas, situados não apenas no plano técnico, mas ainda, no domínio político e ideológico. É intuitivo que, para diferentes ideologias políticas, fixam-se diferentes objetivos de política econômica ou, pelo menos, hierarquizam-se sob critérios diferentes. É também intuitivo que a determinação de objetivos sujeita-se a variáveis conjunturais, aos problemas emergentes de curto prazo e à visualização das transformações estruturais de longo prazo, que se imagina devam ser provocados pela política econômica em curso. Todavia, à margem de todos esses problemas, resta sempre uma indagação básica: afinal, o que deseja a sociedade, dados, de um lado, os problemas quotidianos com que se defronta e, de outro, a escala de valores que deseja preservar? Ou então: a que se propõem os dirigentes políticos? Ou ainda: a que diretrizes e objetivos se submete a política econômica em curso?

Em resposta a essas indagações básicas, podemos ter várias soluções, mas segundo, a afirmativa é a seguinte:

Em diferentes momentos históricos, uma mesma sociedade pode estar disposta a aceitar e a perseguir objetivos diferentes. Não há uma regra básica, geral e universal. Os objetivos variam no tempo e no espaço. Em decorrência disso, variam todos os demais atributos da política econômica, notadamente ao nível dos meios e das medidas aplicadas. No entanto se procedermos a uma análise da evolução da política econômica de diferentes nações, em diferentes épocas, poderemos selecionar um conjunto fundamental de objetivos. Embora, à presença de diferentes problemas de curto prazo, e sob a influência de diferentes linhas ideológicas, os objetivos fundamentais tenham sido hierarquizados com base nos mais diversos critérios, poderão ser localizados aqueles que, independentemente dos problemas e das ideologias dominantes, sempre integram os fins a que os governos submeteram suas linhas de ação no campo econômico (ROSSETTI, 1986, p.128).

Realmente, verifica-se que há certos objetivos jamais negligenciados, sejam quais forem os critérios de hierarquização adotados e a ênfase com que os governos se dispõem a realizá-los. A identificação desses objetivos pode, então, conduzir a propostas de classificação. Ainda que nenhuma delas possa ser admitida como

universal, é importante conhecer os critérios em que se basearam e as sínteses a que chegaram.

Assim, por exemplo, quando empregamos a expressão política econômica governamental, estamos referindo-nos às ações práticas desenvolvidas pelo Governo, com a finalidade de condicionar, balizar e conduzir o sistema econômico, no sentido de que sejam alcançados um ou mais objetivos econômicos, politicamente estabelecidos. E estas ações práticas, devido à complexidade do mundo econômico e de seus problemas, tendem a ter o respaldo da Teoria Econômica, que é constituída por um conjunto de generalizações capazes de dar explicações lógicas e úteis aos fatos, aos problemas e à complexa realidade sobre a qual se pretende atuar.

A contabilidade, desde seus primórdios, tem procurado adaptar-se à evolução do desenvolvimento das organizações e dos negócios, ainda que, muitas vezes, essa evolução, a nosso juízo, não ocorra com a velocidade que as atividades econômicas requerem.

Um dos muitos aspectos que poderíamos realçar da contabilidade diz respeito a seu caráter utilitário. A Contabilidade é, como sabemos, uma ciência utilitária.

A Contabilidade é uma ciência essencialmente utilitária, no sentido de que responde, por mecanismos próprios, e estímulos informativos dos vários setores da economia. Portanto, entender a evolução das sociedades, em seus aspectos econômicos, dos usuários da informação contábil, e suas necessidades informativas, é a melhor forma de atender e definir os objetivos da contabilidade (IUDÍCIBUS, 1981, p.46).

Já embasados na teoria da pesquisa e das informações, selecionou-se o fenômeno a ser observado, de acordo com a necessidade de saber-se a evolução da economia, levantada de acordo com indicadores contábeis, e quais os impactos das várias políticas econômicas enfrentadas pelo país nos resultados econômico-contábeis das empresas. Evidentemente que foram analisados sob o aspecto das variáveis de mudanças ocorridas em cada época específica, passando-se, em especial, a observar quais foram as estratégias adotadas pelas empresas; estratégias que as colocaram em um lugar de destaque no meio nacional e internacional.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES CONTÁBEIS, EM DIFERENTES SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA, À LUZ DE MEDIDAS ECONÔMICAS ADOTADAS DA DÉCADA DE 70 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Embora freqüentes hoje em dia, os estudos sobre desempenho ressentem-se da ausência de consenso quanto à definição do conceito e, conseqüentemente, quanto às metodologias mais adequadas de avaliação.

A maior parte dos estudos recentes costuma tratar o desempenho como um fenômeno diretamente relacionado às características de competitividade ou de eficiência técnica e alocativa apresentadas por empresas e produtos e, a considerar o desempenho das nações, como a agregação desses resultados. De fato, embora manejem um elenco variado de indicadores, percebe-se a convivência de duas linhas de conceitos de desempenho.

Em uma primeira linha, o desempenho é visto como competitividade – a competitividade revelada. A competitividade é, de alguma forma, expressa na participação no mercado, alcançada por uma firma, em um mercado, em um certo momento do tempo. A participação das exportações da firma ou conjunto de firmas (indústria ou nação) no comércio internacional total da mercadoria aparece como seu indicador mais imediato.

Nessa visão, é a demanda no mercado que, ao arbitrar que produtos, de quais empresas serão adquiridos, estará definindo a posição competitiva das empresas, sancionando ou não as ações produtivas, comerciais e de marketing que as empresas tenham realizado. A eficiência na utilização de recursos produtivos definiria algumas das eventuais fontes de competitividade existentes, mas nunca a competitividade em si, já que esta depende de vários outros fatores, muitos deles subjetivos ou não mensuráveis. A competitividade é uma variável que sintetiza os fatores preço e não-preço – estes últimos incluem qualidade de produtos e de fabricação e outros similares à habilidade de servir ao mercado e à capacidade de diferenciação de produtos, fatores parcial ou totalmente subjetivos.

O fato marcante das últimas décadas tem sido, sem dúvida alguma, a aceleração do progresso tecnológico, com o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, particularmente aquelas associadas ao complexo eletrônico e à tecnologia da informação. Este progresso tem se refletido em maior eficiência, introdução de novos produtos e serviços, novos processos e criação de novas oportunidades de mercado. Na realidade, o progresso foi de tal significância que se transformou num novo paradigma tecno-econômico, que incorpora novos processos de produção, novos produtos e novos “conceitos-guia” em termos de organização da produção (GONÇALVES, 1994, p.14).

Na segunda linha, o desempenho é visto como eficiência – a capacidade potencial. Busca-se, de alguma forma, traduzir o desempenho por meio da relação insumo-produto praticada pela firma, isto é, da capacidade da empresa de converter insumos em produtos, com o máximo de rendimento. Os indicadores são buscados em comparativos de custo e preços, coeficientes técnicos (contábeis), ou produtividade dos fatores, em termos das melhores práticas verificadas na indústria nacional.

Nessa segunda visão, é o produtor que, ao escolher as técnicas que utiliza, submetido às restrições impostas pela sua capacitação tecnológica, gerencial, financeira e comercial, estará definindo o seu desempenho. O desempenho é um fenômeno que reflete o grau de capacitação detido pelas firmas, que se traduz nas técnicas por ela praticadas. O desempenho obtido no mercado seria uma consequência inexorável dessa capacitação. Considera-se, assim, que é o domínio de técnicas mais produtivas que, em última instância, habilita uma empresa a competir com sucesso, ou seja, representa a causa efetiva da competitividade.

O investimento em tecnologia, se na forma de P&D ou de ativos fixos, tais como computadores ou equipamentos controlados por computadores, só é bem-sucedido se for acompanhado pelas mudanças organizacionais apropriadas. Isto torna-se ainda mais importante com a onda contemporânea de novas tecnologias, em particular, aquelas relacionadas à tecnologia da informação (GONÇALVES, 1994, p.16).

À parte divergências conceituais quanto à escolha da competitividade revelada ou potencial como o enfoque mais apropriado ou a possibilidade de conciliá-los, interessa enfatizar as insuficiências apresentadas por ambos, em capturar a essência do fenômeno. Tanto desempenho como eficiência são enfoques limitados, por serem estáticos, analisando apenas o comportamento passado dos indicadores, sem elucidar as relações causais que mantêm com a evolução da competitividade. Não é sem razão que está cada vez mais sedimentada entre os especialistas a percepção de que análises de competitividade, baseadas somente em dados tópicos referentes a fatos contábeis, preços, custos (especialmente salários) e taxas de câmbio, extraídos do desempenho macroeconômico ou de empresas individuais, são insuficientes e conduzem a conclusões distorcidas.

Essa nova economia é global, e, nela, capital, produção, gerência, mercados de trabalho, informação e tecnologia estão organizados transversalmente às fronteiras nacionais. As unidades de contabilidade econômica e os marcos de referência para estratégias não podem mais ser as economias nacionais (GOLDENSTEIN, 1994, p.101).

A partir de uma perspectiva dinâmica, o desempenho no mercado e a eficiência produtiva decorrem da capacitação acumulada pelas empresas que, por sua vez, reflete as estratégias competitivas, adotadas em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico em que estão inseridas. Desse modo, em vez de entendida como uma característica intrínseca de um produto ou de uma firma, a competitividade surge como uma característica extrínseca, relacionada ao padrão de concorrência vigente em cada mercado. Um padrão de concorrência, por sua vez, corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico.

Conforme disse Ansoff (apud Bornholdt, 1997, p.52), em seminário no Brasil, em novembro de 1987: “A comunidade empresarial no Brasil sofre muito, não porque o governo quer que sofra, mas eles, os deputados e senadores, não sabem o que fazem. As empresas precisam fazer cursos e seminários para os governantes – eles geralmente não sabem o que fazem. Fazer lucro significa não se preocupar com o que acontece em Brasília”.

Isto quer dizer que, aos poucos, começa-se a entender o poder que as empresas têm, e cada vez se tornam menos dependentes do governo. Acreditava-se, no Brasil que, para fazer planos estratégicos e planos de longo prazo, precisava-se conhecer os planos do governo, dos políticos. Reduzir a influência de um passado com planos centrais, como se o governo pudesse determinar o destino das empresas e pessoas, ainda vai demorar muito, mas há fortes indícios de mudanças.

Após esta apresentação, introduz-se o estudo de alguns indicadores contábeis, tecendo-se comentários acerca de seus resultados frente às políticas econômicas do período em estudo.

O campo de estudo são as 500 maiores e melhores da Revista Exame e Conjuntura Econômica da FGV. Este tópico, especificamente, abordará dados gerais dessas empresas, sem a preocupação com setores específicos da economia, mas, sim, fazendo uma análise do desempenho dos dados contábeis nas últimas três décadas, à luz das políticas econômicas vigentes em cada época específica.

É muito mais útil calcular um certo número selecionado de índices e quocientes, de forma consistente, de período para período, e compará-los com padrões preestabelecidos e tentar, a partir daí, tirar uma idéia de quais problemas merecem uma investigação maior, do que apurar dezenas e dezenas de índices, sem correlação entre si, sem comparações e, ainda, pretender dar enfoque e significação absolutos a tais índices e quocientes.

Este é o núcleo da questão. Nenhuma fórmula, conselho ou quadro estilo painel substituirá o julgamento e a “arte” de cada analista, em cada caso. Cada empresa é uma individualidade e, como tal, deve ser analisada.

Diversos indicadores demonstram, com clareza, que há distinções notáveis entre os dias atuais e os anos anteriores no bloco dos gigantes empresariais bra-

sileiros. De animador vê-se o crescimento dos investimentos em ativos imobilizados, aliás, uma das preocupações da análise, haja vista a grande deficiência de capital disponível por parte das empresas e também do governo, que pouco tem feito a título de incentivo, bem como a chegada maciça do capital estrangeiro. Outros índices, no entanto, decepcionam e levam a indagar se não há retrocessos dolorosos, particularmente, nas margens e na produtividade das empresas.

Do ponto de vista positivo, a privatização provocou uma alteração indiscutivelmente promissora no elenco das maiores empresas que aqui operam: nunca é demais lembrar que o setor privado usualmente só investe quando vislumbra cenários otimistas no horizonte.

3.1 CRESCIMENTO REAL

Cabe interpretar, de início, os dados de crescimento real, em percentual. Dentro do conceito econômico, este crescimento é caracterizado pelo aumento da capacidade produtiva de bens e serviços de uma economia, num determinado período de tempo, cujo reflexo se retrata no aumento do Produto Nacional Bruto. Muitas vezes, para que isto ocorra, todo um conjunto de fatores são fundamentais para que uma economia obtenha resultados positivos, conforme evidenciado anteriormente, sob a visão da economia. No entanto, pela ótica contábil, conforme mostra a tabela 1, este crescimento é caracterizado pelo aumento real nas vendas de cada período em estudo, ou seja, é o crescimento da receita bruta de vendas e serviços, traduzido na moeda presente, descontada a inflação média do exercício social da empresa.

Tabela 1 - Evolução do crescimento real das vendas, no período de 1974 a 2000 das 500 Maiores e Melhores - em %

Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
1974	19,0	1980	7,1	1987	5,8	1994	6,2
1975	14,8	1981	-4,4	1988	3,7	1995	-1,9
1976	7,8	1982	3,2	1989	0,1	1996	4,8
1977	4,5	1983	-4,3	1990	-16,5	1997	5,9
1978	13,5	1984	3,9	1991	-3,3	1998	10,5
1979	7,5	1985	9,0	1992	8,4	1999	4,8
		1986	-1,4	1993	11,6	2000	7,0

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Exame, jul/2001.

Se observado o crescimento real, ao longo das décadas de 70, 80 e 90, percebe-se que existe uma inconstância muito grande. Isso, evidentemente, é que permite efetuarmos a análise dos resultados frente às políticas econômicas, no Brasil.

Fazendo, agora, a correlação da política econômica com os resultados contábeis de cada período, e, lembrando alguns, em especial, vimos que o período de 1968-73 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro, na história recente, com relativa estabilidade de preços. A taxa média de crescimento do produto situou-se acima dos 10% a.a., com destaque para o produto industrial, enquanto a taxa de inflação permaneceu entre 15 e 20% a.a. no período. Bom, mas por que usar como referencial os índices de crescimento, a partir de 1974? Justamente porque o rápido crescimento econômico, ao longo do “milagre”, levou ao aparecimento de alguns desequilíbrios, que gerariam pressões inflacionárias e/ou problemas na balança comercial. A manutenção do ciclo expansionista, em fins de 1973, dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável. Esta foi rompida pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973.

Em 1974, houve o aumento das taxas de inflação, que passaram de 15,5%, em 1973, para 34,4%. Internamente, a situação política aparecia como uma complicação adicional: a crise mostrava os limites políticos do modelo do Milagre. Em ano de mudança de presidente, começavam a surgir várias pressões por melhor distribuição de renda e maior abertura política, o que gerava certo imobilismo no Estado. Com a mudança de governo, lançou-se o II PND, em fins de 1974, como uma alternativa à dicotomia de ajustamento ou financiamento, colocando-o como uma estratégia de ajuste de longo prazo e, simultaneamente, de desenvolvimento econômico. Começava aí também a queda do crescimento real verificado na tabela 1.

O plano provocou uma alteração completa nas prioridades da industrialização brasileira: de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis, com alta concentração de renda, a economia passou a crescer com base no setor produtivo de meios de produção – bens de capital e insumos básicos. Com a realização do II PND, o Estado foi assumindo um passivo, para manter o crescimento econômico e o funcionamento da economia. A deterioração da capacidade de financiamento do Estado, que socializou todos os custos no período do II PND, sem criar mecanismos adequados de financiamento, constituiu-se no grande problema enfrentado posteriormente pela economia brasileira.

Com o início dos anos 80, vieram dez anos de instabilidade e estagnação, que conduziram ao atraso relativo da indústria brasileira, tendo como pontos críticos os anos de 1981, 1983 e 1986. Ao mesmo tempo em que a indústria mundial passava por um processo de intensa transformação, o investimento produtivo no país se contraía. Afora o pequeno período de recuperação, em meados da década – resultante inicialmente da expansão das exportações e de um excelente desem-

penho da agricultura e, a seguir, do fortalecimento do mercado interno, proporcionado pelo Plano Cruzado – o declínio do produto interno bruto e das taxas de investimento predominaram nos anos 80. Como conseqüência, em 1989, a renda *per capita* do país situava-se no mesmo nível de 1980, deteriorando-se, ainda mais, no início dos anos 90.

A década de 80 foi caracterizada por sucessivas transformações, tais como: elevação da taxa internacional de juros; queda na atividade industrial, com redução das importações;

evolução positiva da economia (1984-85), em alguns setores dinâmicos da economia (indústria, setor financeiro e de comunicações); sucessivas revisões da política salarial; tentativas, que não passaram de intenções, por parte do governo, de formulação de estratégias para o desenvolvimento industrial (1985-87); altos índices inflacionários; entre outros fatores que levaram muitos autores a usar a expressão de “década perdida”.

Em paralelo às transformações de ordem estrutural, o Brasil convivia com os desafios conjunturais. Desde o início dos anos 80, a economia brasileira enfrentava a dicotomia entre crescimento e estabilização. Na fase anterior à vigência do Real, tanto o risco de hiperinflação, quanto as políticas econômicas adotadas e a incerteza do ambiente econômico significavam sempre uma contraposição ao crescimento sustentado.

No início da década de 90, as políticas de estabilização adotadas levaram o País a uma recessão, somente superada anos mais tarde, em 1993 e 1994, já na fase preparatória e início do Plano Real, o que explica índices negativos de 16,5% e 3,3%, respectivamente, em 1990 e 1991, de crescimento real, apontados na tabela 1. A análise do desempenho setorial mostra a dificuldade enfrentada pela indústria, que sofreu uma queda acumulada de 13%, entre 1990 e 1992. Essa queda foi mais intensa na indústria de bens de capital, devido ao baixo nível de investimentos. Mais tarde, a recuperação se daria primeiramente no setor de bens de consumo duráveis, efeito da estabilização dos preços e a retomada do crédito, que passou a ser mais acessível às camadas mais pobres da população, então incorporadas ao mercado de consumo.

Na fase pós-Real, a inflação caiu, o ambiente econômico adquiriu maior previsibilidade, mas a equação básica do crescimento não foi solucionada. Como a capacidade instalada não cresce tanto quanto deveria, qualquer movimento de crescimento de consumo é abortada, por meio de medidas de restrição de crédito, elevação dos juros e aumento dos compulsórios, de forma que o crescimento torna-se um subproduto, e não o objetivo principal da política econômica.

Estas foram as análises sintetizadas acerca do crescimento real, em percentual, não se querendo, em hipótese alguma, esgotar o assunto, servindo, inicialmente, como estímulo para ampliação do estudo, haja vista que as medidas de política econômica, lançadas por meio de suas ferramentas específicas, têm repercussão direta sobre o desempenho das organizações, como se pode evidenciar nos dados apre-

sentados e sumariamente analisados através das ferramentas da contabilidade, as quais conseguem medir, com precisão, os reflexos das políticas econômicas adotadas no país, é claro, com base em dados pretéritos, mas que se consubstanciam como referencial histórico para projeções de futuro. Basta um vínculo melhor entre a contabilidade e a economia, para que medidas futuras não acabem sendo tomadas com intenções meramente “políticas”, sem objetividade, visões e princípios, conforme já mencionado na introdução deste capítulo.

3.2 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO

Rentabilidade do Patrimônio é o lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido, com o resultado sendo multiplicado por 100, para dar em percentagem. A verificação pura e simples do valor do lucro líquido de uma empresa não é esclarecedora. É preciso comparar esse valor com o capital investido. O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Letras de Câmbio, Ações, Aluguéis, Fundos de Investimentos, etc. Com isso, pode-se avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

Como o Lucro Líquido acha-se expurgado da inflação, a taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é real. Assim, ao se comparar com o rendimento da caderneta de poupança, toma-se apenas a taxa de juros desta e deixa-se de lado a Correção Monetária. Idem, com relação à comparação com o rendimento de outras aplicações

Para Gitman (1997, p.123), Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) é: “Medida do retorno obtido sobre o investimento (ações ...) dos proprietários da empresa. Geralmente, quanto mais alta for essa taxa de retorno, melhor para os proprietários”.

Tabela 2 – Evolução da rentabilidade do patrimônio, no período de 1973 a 2000 das 500 maiores e melhores - em %

Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
1973	15,2	1980	14,3	1987	6,5	1994	10,7
1974	16,0	1981	9,2	1988	10,8	1995	6,1
1975	13,3	1982	9,8	1989	14,0	1996	5,0
1976	14,8	1983	7,7	1990	1,4	1997	4,8
1977	13,8	1984	12,7	1991	-3,6	1998	4,2
1978	9,7	1985	13,2	1992	0,4	1999	2,7
1979	7,9	1986	13,3	1993	3,1	2000	7,3

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil

Seja privada ou pública, de fins lucrativos ou não, pequena ou grande, uma organização reflete sempre um conjunto de emoções, crenças, comportamentos, etc. dos diversos atores que dela fazem parte ou que com ela se relacionam, aqui considerados: acionistas, gerentes, empregados, clientes, fornecedores, banqueiros, agentes governamentais, etc.

O sucesso ou fracasso de qualquer tipo de empreendimento é sempre fruto das ações e reações dessas pessoas que se articulam em torno de suas missões ou objetivos.

“... o enfoque sistêmico possibilita a visão de conjunto da empresa e do ambiente em que ela atua, para assim efetuar uma análise completa da empresa e das suas interações com o ambiente ...” (NÉLO, 1997, p.59).

Associando-se a necessidade deste estudo mais amplo das organizações, não apenas os dados em um determinado momento, à análise da Rentabilidade do Patrimônio, percebe-se claramente, que até o início dos anos 90, houve uma certa estabilidade nos ganhos, em termos de rentabilidade. Este retorno estável demonstra que, embora se passe por períodos de intensa e crescente inflação, as taxas de retorno mantêm-se niveladas, haja vista a indexação da inflação na economia. Isto é, todos custos acabam por se transferir para o produto, que, conseqüentemente, acaba se transferindo para o consumidor, quando não, as perdas produtivas são compensadas pela ciranda financeira que imperou fortemente neste período.

Esta mesma realidade não se confirmou a partir de 1990. Por quê? Primeiramente, pela abertura da economia e, segundo, porque a competitividade empresarial foi a grande responsável pela queda das margens de lucros. Como as empresas brasileiras, advindas de um período muito difícil, a década de 80, quando pouco ou quase nada de investimentos ocorreram nos fatores produtivos, em contraposição ao que acontecia com países Europeus e nos EUA, o parque industrial encontrava-se extremamente defasado; para vencer os desafios, foi essencial empregar um esforço empresarial voltado para o ajustamento de suas contas, a busca dos ganhos de produtividade e a corrida à competição.

Diante dos índices da Tabela 2, quais as correlações que se podem fazer com as políticas econômicas? Primeiramente, os três primeiros anos da década de 70 foram marcados por um crescimento acelerado da economia brasileira, devido, principalmente, à retomada do investimento público em infra-estrutura, aumento do investimento das empresas estatais, demanda por bens duráveis, crescimento da taxa média da construção civil e grande crescimento nas exportações. Num segundo momento, no período imediatamente posterior a 1973, viu-se um crescimento vertiginoso da dívida externa, oriundo de captação de recursos no exterior, para financiar o crescimento do mercado interno. Na verdade, o estado respondia pela maior parte das decisões de investimento, controlando câmbio, salários, juros, tarifas, praticando uma política de preços administrados, com o objeti-

vo de eliminação da inflação, impedindo, dessa forma, que se transformasse em uma economia alocativa, em virtude do processo inflacionário tendente naquele momento.

Isso tudo não diminuiu substancialmente a rentabilidade do patrimônio, chegando

até, por alguns momentos, a ostentar e manter a mesma performance em quase todos os anos da década de 70, enfrentando e superando os problemas da economia brasileira ao longo do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha como meta eliminar, ou, pelo menos, tentar evitar as pressões inflacionárias que já se tornavam freqüentes.

Na década de 80, em que o cenário mundial transformou-se em um mercado mais competitivo, deixando transparecer a vulnerabilidade brasileira frente às novas mudanças internacionais, aliada a uma deterioração fiscal interna, em que o desequilíbrio externo, interferindo substancialmente na economia brasileira, provocaram déficits públicos muito grandes, em que o governo lançou mão de uma série de novos planos econômicos, quais sejam: o Plano Cruzado, Plano Bresser e o Plano Verão, que impactariam astronômicamente a rentabilidade do patrimônio das empresas, a partir do início da década de 90.

A década de 90 registrou seu pior resultado, já nos primeiros anos, com o advento do novo governo, o então Presidente Fernando Collor de Melo, o qual introduziu o Plano Collor, que, pode-se dizer, foi um confisco do dinheiro brasileiro, atingindo o pior resultado de toda a história, entre 1990 a 1993, com índices de 1,4%, -3,6% e 0,4, respectivamente, conforme evidencia-se na Tabela 17. Após esse período, com o impedimento do governo Collor e o advento do Plano Real, é que as margens de rentabilidade do patrimônio começaram a crescer, mantendo-se praticamente estáveis, pois a inflação mostrou-se mais equilibrada e os ganhos de produtividade acentuaram-se, como forma de padrão de competitividade internacional.

Dentro da amostra de estudo, as 500 maiores vinham, de 1992 a 1994 (inclusive), apresentando tendência de crescimento da rentabilidade sobre seus patrimônios líquidos. Em 1994, festeja-se o retorno aos patamares médios históricos de 1973. Breve euforia. Em 1995, ela foi de 6,1%, o que, conjugado com a baixa rentabilidade das vendas (atingiu quase metade do que havia sido no ano anterior), o decréscimo real no volume de vendas e mais o baixo nível de produtividade sobre o ativo, nos últimos 23 anos, foram responsáveis por um ano de difícil ajustamento para o mercado.

Esse dado remete de volta a dois desafios: o da gestão de custos e de controle, que paira sobre os administradores de empresas. Depois desse convencimento, cabe eleger um modelo de financiamento desse desenvolvimento. Após a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo, o modelo de fomento das economias, baseado no crédito, entrou em questionamento: o credor é sócio do fluxo

de caixa, e não hesitará em executar as garantias de máquinas produtivas, se seu principal estiver em risco. A tendência mundial é a parceria do capital: os acionistas são sócios no crescimento. Para isso, é preciso um conjunto de fatores mínimos: *expertise* (perícia) no processo produtivo de bens e serviços, também chamada de competência; capacidade gerencial, equivalente a uma elite administrativa em finanças, custos, marketing, vendas, produção e recursos humanos, dentre outras áreas, o que o Brasil já demonstrou ter para oferecer ou ser capaz de formar, regras estáveis, o que significa lei tributária sem surpresas anuais, lei societária moderna, fiscalização de mercados eficaz e Judiciário que ampare efetivamente as vítimas dos inescrupulosos, principalmente os majoritários, que assim se qualificam.

A rentabilidade de 2,7% do patrimônio das 500 maiores de 1999, se excluirmos os anos de 1990 a 1993 (quando o Brasil Empresarial pagou o preço pela turbulência política em nível federal), foi a pior desde 1974, ano em que logramos a marca de 16%. Esse indicador, aliás, sinaliza uma tendência idêntica à da deterioração dos lucros, que a partir de 1994, quando chegou a 10,7%, fez com que a rentabilidade do patrimônio caísse.

Os números de 1999 podem levar a crer que, após a constatação de um setor empresarial pujante que, no passado, apresentou taxas de rentabilidade do patrimônio de 16% ao ano, houve regressão. Ou, voltado ao solo, tendo com isso, de recomeçar tudo.

3.2 RENTABILIDADE DAS VENDAS

É a divisão do lucro líquido pelas vendas, em percentual. Mede o quanto a empresa obtém de lucro para cada 100 vendidos, e o seu resultado, quanto maior, melhor.

Mede o lucro líquido em relação às vendas. Mede a porcentagem de cada unidade monetária de venda que restou, depois da dedução de todas as despesas, inclusive do imposto de renda. Quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor. A margem líquida é uma medida bastante citada para indicar o sucesso da empresa, em termos da lucratividade sobre vendas. O que poderia ser considerado “boa” margem líquida difere consideravelmente entre as indústrias. Uma margem líquida de 1% (um) por cento, ou menos, não seria incomum para uma mercenária, enquanto uma margem líquida de 10% (dez) por cento seria baixa para uma joalheira.

Quando comparado com as vendas, devemos basear-nos apenas no lucro líquido operacional, ou seja, no lucro líquido sobre as vendas, excluídas as demais receitas não operacionais.

Tabela 3 - Evolução da rentabilidade das vendas, no período de 1973 a 2000, das 500 maiores e melhores – em %

Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
1973	7,0	1980	3,4	1987	2,4	1994	5,1
1974	6,4	1981	2,5	1988	3,7	1995	3,7
1975	5,4	1982	3,0	1989	4,9	1996	3,6
1976	5,6	1983	2,3	1990	0,4	1997	3,1
1977	5,7	1984	4,4	1991	-2,0	1998	3,0
1978	4,3	1985	4,7	1992	0,2	1999	1,8
1979	2,3	1986	5,6	1993	1,7	2000	4,2

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Exame, ago./95, ago./96, jul./98 e jul./2001.

Segundo Faria (1997, p.24), examinando a alegada inexistência de avanços na economia antes do Plano Real, a década de 80 tem sido apontada como “perdida”, por muitos analistas econômicos. Com efeito, olhando-se o período como um todo, essa impressão é inevitável. A inflação subiu de uma média de 30% a 40% ao ano, na segunda metade da década anterior, para 30% a 40% ao mês, no final dos anos 80. Entre 1970 e 1980, o PIB *per capita* nacional exibiu crescimento de 81% (6,1% em média anual) e o contingente sujeito à “pobreza pública diminuiu de 47% da população para 25%. Já nos anos 80, o PIB *per capita* declinou 4% (-,04% em média anual) e o percentual de pessoas sujeitas à “pobreza crítica” subiu para 27% da população.

Entretanto, quando se força a lembrança e se desagrega o período, observa-se que, após a crise de 1981-1982 (em 1984, precisamente) e, apesar da alta inflação, o déficit em conta corrente tinha sido eliminado; o déficit fiscal operacional era baixo, as taxas de juros internas idem e a economia tinha voltado a crescer fortemente. Esse foi um período, inclusive, de otimismo em relação ao futuro do país e de melhor aceitação dos programas de desenvolvimento e de substituição de importações da segunda metade da década de 70, encarados como essenciais ao bem-sucedido ajuste externo. E mesmo entre 1985 e 1989, quando a inflação acelerou grandemente e os problemas fiscais se tornaram agudos, houve importantes avanços conceituais, ou seja, na reflexão de rumos que se deveriam seguir para retomar o crescimento da economia.

Se a década de 80 não foi tão perdida assim, muito menos seriam os anos iniciais da década de 90. Kanitz (1994), às vésperas do Plano Real, manifestava-se da seguinte forma, em relação às perspectivas econômicas do país:

“O Brasil passou ao longo dos últimos dez anos, por grandes mudanças que não transparecem nas estatísticas econômicas. E, graças a essas mudanças, o país vive um novo ciclo de desenvolvimento, iniciado timidamente em 1992 e conso-

lidado em 1994, que se estenderá provavelmente até 2005”.

Kanitz (1994, p.49) listou diversas condições favoráveis que, grosso modo, continuam a se verificar: juros externos baixos, empresas com baixo endividamento e novamente rentáveis, como se pode verificar nas Tabelas 1 e 2, enorme fluxo de capital estrangeiro e grande melhora nos níveis de gerenciamento e qualidade nos processos de produção. Aduziu tais precondições a constatação de que, ao contrário do que se pensa, a empresa brasileira não está obsoleta.

A partir do início dos anos 80, apesar de situada entre as dez maiores potências industriais e de apresentar uma estrutura similar à de seus parceiros, em termos de distribuição setorial da produção, a economia brasileira, de maneira geral, não conseguiu acompanhar o ritmo das mudanças internacionais que apontavam para maior intensidade tecnológica de produtos e processos. No entanto, entre 1980 e 1994, embora tenham frustradas as expectativas de tornar o país uma potência industrial emergente – como os “tigres asiáticos” ou mais recentemente, a China -, conseguiu, através de ajustes sucessivos, adaptar-se a ambientes muito adversos e não só sobreviver como manter potencial de, em um futuro não muito remoto, reduzir o hiato em relação à indústria internacional, para atender satisfatoriamente à demanda interna e propiciar ao país uma inserção internacional mais equilibrada.

Percebe-se que, apesar de todas as adversidades enfrentadas pela inconstância das políticas econômicas, os grandes números das 500 maiores e melhores, em termos de Rentabilidade das Vendas (em %), mantiveram-se constantes, exceto pelo período de 1990 a 1992. Aliás, com resultados negativos também nas análises anteriores. Por isso, consideram-se estas últimas três décadas o período mais crítico da economia brasileira.

Este perfil demonstra a grande adaptabilidade das empresas brasileiras, frente às constantes mudanças que ocorreram ao longo do período estudado. Bom, mas como justificar isto tudo? As ações visando à sobrevivência e ao fortalecimento das competências empresariais, processo ainda em andamento, atingem todas as organizações (quer sejam privadas ou públicas), porém não ocorrem automaticamente ou sem custo. A cada estágio corresponde um conjunto de orientações, seguidas pelas condutas empresariais; a data de início é apenas indicativa dos sinais de mudança. Como em um processo epidêmico, cada estágio é iniciado por firmas líderes e, mais tarde, difunde-se por todo o sistema produtivo. Evidentemente, empresas com diferentes características estruturais, como tamanho, origem do capital ou setor de atuação, podem seguir orientações alternativas, distintas da trajetória básica percorrida pelo conjunto das organizações.

Fechando a análise da Margem (Rentabilidade) das Vendas, o que se evidenciou ao longo das últimas três décadas, através da tabela 3, que as organizações brasileiras têm grande facilidade de reverter, ou melhor, adaptar-se a quadros obscuros e imprevisíveis da economia. Partindo-se de um alto nível de

ineficiência, as empresas conseguem “queimar gorduras” com rapidez e grande retorno para os investimentos de pequena dimensão. Em seguida, são necessários esforços maiores e mais sofisticados, enquanto as taxas de retorno passam a ser cada vez menores. O desafio para as empresas mais avançadas é evoluir para se tornarem *learning organisations* (Organizações aprendizes), o que requer transformações nas estruturas organizacionais, somente viabilizadas a longo prazo. Os problemas, para as empresas que ainda não entraram na etapa de ajuste produtivo, estão associados à disponibilidade de recursos, principalmente humanos, e à baixa pressão por mudanças, uma vez que, em sua maioria, são empresas de menor porte e atendem a mercados pouco exigentes. Ao mesmo tempo, investimentos para a redução de ineficiências primárias implica mudanças radicais nas condutas, nas filosofias empresariais. Essa não é uma tarefa fácil para empresas em que prosperidade e gestão se confundem e que, provavelmente, assim permanecerão. Portanto, no restante dos anos 90, configurando-se um cenário de estabilidade e crescimento da demanda, esforços diferenciados, porém convergentes, na busca da eficiência ainda continuarão a ser implementados, com vistas à manutenção e ao aumento da Rentabilidade das Vendas.

Percebeu-se que, ao longo dos anos e conforme os planos econômicos iam sendo lançados, as empresas sempre buscaram novas formas de adaptar-se às novas realidades, superando as dificuldades e encontrando caminhos que lhes permitissem tornarem-se competitivas. Dentre os planos econômicos que o Brasil teve, nestas últimas três décadas, o que mais provou impacto negativo sobre as organizações fora o Plano Collor, em que a retirada do dinheiro de circulação fez com a grande maioria das empresas quase que leiloassem os seus produtos, para conseguirem formar capital de giro. Consequentemente, este fator provocou a grande queda da margem de rentabilidade das vendas. Após esse período, e já com esperanças na estabilidade econômica, é que as empresas tomaram fôlego e conseguiram recuperar-se das imensas perdas do passado, ao mesmo tempo, estabelecendo os próprios padrões de competitividade.

3.2 ENDIVIDAMENTO GERAL

É representado pela soma do exigível total a curto prazo com o exigível a longo prazo e as duplicatas descontadas, dividido pelo ativo total, em percentual. É um grande indicador de risco para a empresa, pois mede a participação de recursos financiados por terceiros. Mede, na verdade, a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores. Quanto maior for esse índice, maior será o montante do capital de terceiros que vem sendo utilizado para gerar lucros.

Tabela 4 – Evolução do endividamento geral no período de 1973 a 2000 das 500 maiores e melhores – em %

Ano	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
1973	51,0	1980	57,5	1987	41,3	1994	39,8
1974	55,4	1981	55,6	1988	42,2	1995	42,0
1975	56,7	1982	52,7	1989	41,7	1996	42,8
1976	56,3	1983	52,7	1990	49,0	1997	48,0
1977	58,7	1984	46,7	1991	37,9	1998	48,7
1978	55,3	1985	44,9	1992	39,0	1999	51,9
1979	56,6	1986	41,3	1993	40,9	2000	53,3

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Exame, ago/95, ago/96, jul/98 e jul/2001.

A situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros, que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Em geral, o analista financeiro está mais interessado nas dívidas de longo prazo da empresa, uma vez que esses empréstimos comprometem-na com o pagamento de juros de longo prazo, assim como a devolução do principal. Já que os direitos dos credores da empresa precisam ser satisfeitos, antes da distribuição dos lucros aos acionistas; os acionistas atuais e potenciais mantêm-se atentos ao grau de endividamento da empresa e à sua capacidade de pagamento das dívidas. Os credores também se preocupam com o grau de endividamento e a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver, maior será a probabilidade de que não consiga satisfazer as obrigações com os seus credores. É claro que os administradores precisam preocupar-se com o endividamento, em reconhecimento à atenção que as outras partes dispensam a esse aspecto, além do interesse de manter a empresa solvente.

Em geral, quanto mais dívida a empresa usa em relação ao total de seu ativo, maior será sua alavancagem financeira, termo usado para descrever a ampliação do risco e do retorno ocasionado pelo uso de financiamento a custos fixos, como dívida e ações preferenciais. Em outras palavras, quanto maior o endividamento a custos fixos, ou alavancagem financeira, de uma empresa, maior serão o seu risco e retorno esperados.

No que diz respeito a endividamento, cabe recuperar uma lição de finanças corporativas: ter dívidas não é pecado no mundo empresarial. Segundo análise da Revista Exame, os 51,9% em 1999 e 53,3% em 2000 de endividamento geral das 500 maiores empresas brasileiras não estão, provavelmente, muito distantes do endividamento das maiores empresas em outras partes do mundo. Algumas publi-

cações internacionais disponíveis mostram que eles se endividam bem mais, em média, que as nossas.

O que se pergunta é: como podemos, no Brasil, pagar o serviço de tais dívidas e acumular recursos para honrar o principal, diante das quedas na rentabilidade do patrimônio (Tabela 2), na margem das vendas (Tabela 3) e com juros elevados? De qualquer forma, embora crescendo continuamente desde 1991, o endividamento geral ainda está longe dos 58,7% de 1977.

Em termos gerais, o endividamento geral não surpreendeu: os 53,3% de 2000, ligeiramente superiores aos de 1999, estão perfeitamente em linha com a tendência histórica desenhada desde os anos 70. A estabilidade desse índice, relativamente baixo em comparação aos vigentes entre empresas européias e americanas, é compreensível por diversos motivos: taxas de juros altas, custo financeiro elevado do carregamento de estoques e inexistência de créditos de médio e longo prazo. Soma-se a isso o fato de que a mudança de controle acionário, via privatização, impacta o patrimônio líquido e não necessariamente o endividamento das empresas.

Correlacionando-se os percentuais de endividamento com os planos econômicos ao longo das três décadas, a grande lição que se tira é que não é possível fazerem-se dívidas, com um ambiente econômico instável. A grande preocupação dos planos econômicos implantados no Brasil sempre foi tentar evitar as pressões inflacionárias e o crescimento desordenado da economia, que é consequência direta do próprio processo inflacionário. Na verdade, nenhum plano econômico inspirou segurança para que as empresas buscassem aumentar seus endividamentos, para investimentos, via captação de recursos no mercado financeiro ou outro meio qualquer, pois, da mesma forma que o ganho financeiro foi resultado da inflação galopante, em que as empresas acabavam compensando suas perdas produtivas, esse mesmo ganho financeiro transformou empresas obsoletas e com total falta de capacidade para enfrentar o mercado competitivo que se desenhou já nos anos 80, intensificado e consumado, já a partir dos anos 90.

3.2 PRODUTIVIDADE – VENDAS SOBRE O ATIVO

O índice de produtividade representa a comparação entre as vendas (ou a produção) e os vários aspectos da aplicação de capitais.

Na parte concernente à estrutura do balanço patrimonial, o ativo representa a aplicação dos capitais. Assim, os capitais aplicados em valores disponíveis, realizáveis, permanentes e pendentes ou contingentes.

Esses capitais são, naturalmente, empregados na atividade econômica. As relações entre esses vários aspectos da aplicação de capitais e a produtividade total (produção ou venda) propiciam os quocientes de produtividade de cada um desses

valores, ou seja, quanto representa a produção total ou as vendas, em relação a cada um dos valores aplicados nessa dinâmica econômica.

Tabela 5 - Evolução da produtividade no período de 1973 a 2000 das 500 maiores e melhores – vendas sobre ativo

Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice
1973	1,23	1980	1,78	1987	1,57	1994	1,22
1974	1,41	1981	1,58	1988	1,68	1995	0,98
1975	1,43	1982	1,54	1989	1,68	1996	0,87
1976	1,51	1983	1,56	1990	1,62	1997	0,90
1977	1,56	1984	1,54	1991	1,11	1998	0,79
1978	1,43	1985	1,55	1992	1,13	1999	0,77
1979	1,49	1986	1,38	1993	1,28	2000	0,80

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Exame, ago/95, ago/96, jul/98 e jul/2001.

“A política de ajuste do balanço de pagamentos dos EUA, conjuntamente com suas tentativas de manutenção da hegemonia do dólar, como padrão de referência para a economia mundial, implicou reestruturação industrial nos demais países. Essa reestruturação tem provocado importantes transformações na divisão internacional do trabalho” (TAVARES, 1993, p.22).

A análise desse processo implica a necessidade de inter-relacionar os aspectos macroeconômicos e industriais dos países centrais, de forma a visualizar a conexão existente entre as políticas cambiais e financeiras e o processo de reestruturação industrial.

A partir dos anos 70, o desempenho da atividade industrial nos países desenvolvidos tem sido influenciado por um conjunto de fatores. Um dos aspectos é que ocorreu um enfraquecimento do potencial dinamizador da difusão dos produtos, processos e formas de organização empresarial, que formavam a base dos grandes investimentos, durante as décadas de 50 e 60. Em contrapartida, surgiram, a partir daí, novas oportunidades relacionadas à difusão de modernas tecnologias (microeletrônica, biotecnologia e novos materiais) e organizacionais.

A atividade industrial também foi afetada pelas alterações significativas, observadas nos preços relativos das matérias-primas e dos produtos manufaturados, ao longo das décadas de 70 e 80. “As oscilações ocorridas nos preços das matérias-primas básicas, como o petróleo, por exemplo, que aumentou significativamente nos anos 70 e caiu dramaticamente nos anos 80, geraram graves desequilíbrios na produção industrial e no comércio internacional” (MACIEL, 1995, p.35).

O padrão produtivo e organizacional, que apresentava sinais de esgotamento, era calcado no movimento de industrialização do pós-guerra, que difundiu a produção em massa, incrementada a partir da internacionalização das empresas americanas, européias e japonesas. Esse padrão até então vigente, baseava-se na produção de cunho fordista, desenvolvido com o princípio da completa e consistente intercambialidade das peças e da facilidade de ajustá-las entre si.

A partir dos anos 80, a progressiva ruptura do marco institucional que viabilizara a expansão industrial do pós-guerra, até então, fora também importante fator de influência no desempenho industrial, no final dos anos 80 e início dos 90. Destaque-se, nesse sentido, a crise do sistema monetário financeiro internacional, derivada da ruptura do padrão monetário de 1971. Adicionalmente, a progressiva adoção de medidas protecionistas, por parte não só dos países em desenvolvimento, mas também dos desenvolvidos, foi um fator a mais a se considerar na transformação ocorrida.

Para a análise das conseqüências, para o Brasil, do processo de reestruturação produtiva em curso na economia mundial, faz-se necessário o entendimento do papel do Estado brasileiro no processo. Existem duas questões a serem discutidas inicialmente: a primeira questão é que a atuação do Estado brasileiro foi desenvolvimentista, medida que foi a grande patrocinadora da expansão da atividade econômica, em contraponto ao que ocorria em outras áreas do mundo, onde se desenvolvia a figura do Estado do Bem-Estar; o segundo aspecto diz respeito à característica conservadora do Estado desenvolvimentista brasileiro, em que o provimento e a acessibilidade da educação nunca estiveram entre suas prioridades, tampouco a questão fundiária foi enfrentada, ao contrário do que ocorreu, como por exemplo, com o Japão e a Coréia do Sul.

Neste estudo, em que a configuração das organizações, é relevante, é evidente que as características do lado da demanda fornecem um quadro incompleto de como os fatores estruturais influenciam a competitividade. A forma como a empresa se organiza, assumindo configurações mais ou menos adequadas no que se refere à estrutura patrimonial e produtiva da oferta e a efetividade das articulações entre produtores e seus fornecedores e clientes, deve ser igualmente analisada.

Do lado da oferta, a indústria mundial tem presenciado um profundo esforço de adaptação dos grupos empresariais e dos modelos de organização da produção ao novo cenário competitivo internacional, que começou a vigorar ao final dos anos 70. A revolução nos conceitos de organização da produção, provocada pela crescente incorporação da microeletrônica e dos novos métodos gerenciais, aliada ao aprofundamento da integração financeira e comercial em nível global, deu a tônica das amplas reestruturações promovidas pelas diversas indústrias.

As mudanças nos padrões de concorrência, derivadas do surgimento dessas novas fontes de competitividade e da perda de importância das vantagens competitivas tradicionais, como as baseadas nas disponibilidades de recursos natu-

rais ou mão-de-obra barata, levaram a movimentos diferenciados de ajuste das configurações industriais.

De modo geral, nos setores de elevada intensidade de capital, as empresas optaram por processos de "re-centragem", preferindo se especializar em linhas-de-produtos afins, em termos de base tecnológica ou da área de comercialização, a se dispersar em *portfolios* de produtos que, embora lucrativos, isoladamente, apresentam baixa sinergia. Nos anos 90, as configurações industriais competitivas mostram-se mais enxutas, mais concentradas em termos patrimoniais e mais integradas em termos de linhas de produto que no passado recente.

De certo modo, a intensificação da cooperação vertical é uma resposta natural da indústria aos avanços ocorridos, tanto nas tecnologias organizacionais quanto na institucionalidade dos sistemas de tecnologia industrial básica e serviços de informação tecnológica. A difusão acelerada de novos métodos de gestão da produção e da qualidade tem proporcionado um grande incremento na confiabilidade das transações interempresas.

Ora, mas por que se fez uma abordagem, partindo da configuração global da indústria e dos fatores de produção e comercialização, para a especificidade brasileira, aliada às constantes mudanças políticas das últimas três décadas? Porque o indicador que mais causa preocupação, segundo estudos evolutivos no comportamento das 500 maiores empresas, analisadas pela Revista Exame, é o da produtividade, dado pela relação das vendas sobre o ativo: em 1999, a produtividade média foi de 0,77, muito abaixo do 1,78 de 1980, melhor marca já atingida por esse grupo. Ele é também pior do que qualquer dos índices de produtividade constatado no turbulento início da década de 90, período em que o Brasil Empresarial praticou um *stop and go*, imposto pelo cenário político mutante do país.

Esta preocupação, aliás, também destacada por Coutinho, Ferraz (1994, p.34), define a seguinte situação geral da indústria brasileira:

Em comparação com os padrões internacionais, no início da década de 1990, uma boa parte da indústria brasileira opera com equipamentos e instalações tecnologicamente defasados, apresenta deficiências nas tecnologias de processo, exhibe atraso quanto às tecnologias de produto e despende pequena fração do faturamento em atividades de P&D. Demonstra, ainda, limitada difusão dos sistemas de gestão de qualidade, tanto de produtos quanto dos processos de fabricação, e apresenta relativa lentidão na adoção das inovações gerenciais e organizacionais... [] Enquanto internacionalmente as empresas intensificam laços de colaboração, a maior parte da indústria brasileira resente-se de ausência de interação intensa entre usuário e produtor e carece de relacionamento mais cooperativo entre fornecedores e produtores. Finalmente, apresenta, em geral, um padrão anacrônico de relações gerenciais/trabalhistas, que ainda encara o trabalho como um custo e não como um recurso primordial da produção, dando pouca atenção ao treinamento e à formação de operários polivalentes.

Dado o longo histórico de resultados magros, ver os lucros do primeiro escalo da economia *decrecerem* e as vendas apresentarem um desempenho pobre leva à seguinte questão: estar-se-ia iniciando uma jornada do tipo “volta ao passado”, de desestímulo à atividade produtiva? Ou, ao contrário, não seria o caso de afirmar que o entusiasmo em relação às mudanças estruturais no setor empresarial, com mais capital privado, sobretudo estrangeiro, permite concluir que foi vencida uma etapa árdua na vida do país? E que daqui para a frente a luta é outra e melhor?

O ministro Pedro Malan, em entrevista dada recentemente à televisão, disse que “os próximos períodos serão de crescimento, com aquecimento da economia e incentivos aos fatores de produção”, porém as transformações tecnológicas em curso na indústria mundial, que para muitos estudiosos constituem as bases de uma terceira revolução industrial, revelam a consagração de um novo paradigma produtivo, em que qualidade de produto, flexibilidade e rapidez de entrega, além da racionalização dos custos de produção, passaram a constituir as alavancas básicas da competitividade, independentemente das políticas econômicas que imperem em seus países de origem.

3.2 LIQUIDEZ FINANCEIRA

A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade para satisfazer suas obrigações de curto prazo, na data do vencimento. A liquidez refere-se à solvência da situação financeira global da empresa – a facilidade com a qual ela pode pagar suas contas.

Este quociente, que é a comparação do ativo circulante com o passivo circulante, dá a possibilidade de solução dos compromissos em caso de conversão total dos direitos a curto prazo. Trata-se, portanto, da relação entre o total do ativo circulante e o passivo circulante.

Para perfeita interpretação deste quociente, é necessário conhecer o critério de avaliação dos estoques, pois o valor histórico, ou de custo dos estoques, em face da desvalorização da moeda, não reflete com fidelidade o valor desse importante elemento patrimonial.

Um índice de liquidez corrente, por exemplo, de 2,0 é mencionado, ocasionalmente, como aceitável, mas a aceitabilidade do valor de um índice depende, em grande parte, da indústria na qual a empresa opera. Por exemplo, um índice de liquidez corrente de 1,0 seria considerado aceitável para uma empresa de utilidade pública; porém poderia ser inaceitável para uma empresa industrial. Quanto mais previsíveis forem os fluxos de caixa da empresa, menor será o índice de liquidez corrente aceitável.

Tabela 6 - Evolução dos índices de liquidez financeira no período de 1973 a 2000 das 500 maiores e melhores

Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice
1973	1,21	1980	1,03	1987	1,09	1994	0,98
1974	1,15	1981	0,99	1988	1,16	1995	0,99
1975	1,17	1982	0,98	1989	1,05	1996	0,96
1976	1,19	1983	0,90	1990	0,93	1997	0,91
1977	1,14	1984	1,01	1991	0,89	1998	0,81
1978	1,06	1985	1,03	1992	0,87	1999	0,70
1979	1,09	1986	1,12	1993	0,85	2000	0,75

Fonte: Adaptado das 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Exame, ago./95, ago./96, jul./98 e jul./2001.

Por último, dos quadros das 500 maiores, a liquidez financeira leva-nos a imaginar que, mesmo com o crescimento das dívidas, as empresas, pelo menos até 1997, não descuidaram do caixa: o índice de 0,91 está abaixo dos 0,96 de 1996, porém, em linha com o que vinha acontecendo desde 1990. Provavelmente, como efeito da preocupação em crescer pouco os ativos e manter-se líquido para enfrentar eventuais agravamentos do quadro macroeconômico.

Esta previsibilidade, aliás pertinente, haja vista o resultado de 1999 apresentar o índice de 0,70 que, como pode ser constatado, é o pior de todo o período em estudo, embora as empresas tenham enfrentado queda seqüencial, desde 1974.

Mas o que isto indica? Seria incoerente analisar isoladamente esse índice, sem correlacionar com o Crescimento Real, a Rentabilidade do Patrimônio, Margem das Vendas, Endividamento Geral e Produtividade e, principalmente, com os Planos Econômicos. Na correlação com os planos econômicos, começamos com a implantação do II PNB (Plano Nacional de Desenvolvimento), que devido ao rápido crescimento econômico, ao longo do milagre, com a ocupação de toda a capacidade ociosa, levando a alguns desequilíbrios que gerariam pressões inflacionárias e problemas na balança comercial; o Plano Cruzado, que introduziu a nova moeda, na mesma linha de preocupação, ou seja, a queda da inflação; o Plano Bresser, anunciado em 12/06/1987, com a finalidade de evitar a pressão inflacionária e evitar a hiperinflação; o Plano Verão, implantado em 1988, que visava estabilizar a inflação em 15% a.m.; com Fernando Collor, que assumiu o governo em março de 1990, adotando em seu governo dois Planos econômicos, o Plano Collor I e o Plano Collor II. O Plano Collor I combinou a confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras, prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, ampliação da tributação sobre as aplicações financeiras e a chama-

da “reforma administrativa”, implicando fechamento de órgãos públicos e demissão de funcionários. Com a volta da inflação, em 1991, Collor lançou o Plano Collor II, um novo plano de estabilização, com vistas a impedir a aceleração inflacionária, por meio do congelamento de preços e salários, a unificação das datas-base de reajustes salariais, além de novas medidas de aperto monetário e fiscal. Por último, o Plano Real, adotado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que dividiu o ataque ao processo inflacionário em três fases distintas, sendo a primeira o ajuste fiscal, com vistas a equacionar o desequilíbrio orçamentário da União; a segunda fase introduziu uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Real de Valor) e a terceira fase transformou a URV em Real, fundindo-se, neste (no Real), as três funções básicas da moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. A expectativa era de que, nesse momento, romper-se-ia a indexação e, portanto, a inflação inercial. Assim como outros planos deste caráter, o sucesso só estaria garantido na ausência de novos choques.

Ante o exposto, e consubstanciando os comentários dos resultados das tabelas anteriores, percebem-se claramente as dificuldades concorrenciais que o Brasil enfrenta frente às mudanças tecnológicas e produtivas mundiais. Vislumbramos, ao longo do período estudado, que o Crescimento Real chegou a amargar até 16,5% negativos, em 1990, com crescimento em 1998, em função do investimento feito em ativos, embora esse aumento esteja afetado pelas privatizações; a Rentabilidade do Patrimônio passou por decréscimos constantes, salvo em um ou outro período, o que implica menor capacidade de investimento; a Margem das Vendas também caiu substancialmente, indicando que a competitividade (concorrência) forçou a um enxugamento das margens líquidas, o que também implica menos recursos; o Endividamento Geral não recuou, inclusive aumentando nos últimos anos – não seria um problema em se comparando com países europeus e EUA – com tendência de agravamento em função das inconstantes políticas econômicas; e a Produtividade que, como mencionada no item anterior, vê-se pressionada a tornar-se altamente eficaz, com vistas ao enfrentamento da competitividade internacional.

Todos esses fatores combinados, implicam, evidentemente, maiores dificuldades financeiras para as organizações, haja vista, em certos momentos, terem que enfrentar o desajuste inflacionário, crise financeira internacional, (como, por exemplo, a que aconteceu com os Tigres Asiáticos em 1997), inversões produtivas, acirramento competitivo, investimentos e sobretudo recursos de longo prazo, que financiem a atividade operacional, com vistas à manutenção constante da capacidade de investimento, sobretudo nos meios de produção.

Em princípio, um baixo endividamento é saudável, tendo em vista o custo do dinheiro no Brasil, mas, preocupante, ao evidenciar que as empresas relutam em trabalhar com recursos de terceiros. Esses investimentos mais pesados, se forem bancados por recursos próprios, comprometerão o fluxo de caixa da empre-

sa, este, vital para a manutenção da atividade operacional. O problema é que esses investimentos talvez sejam insuficientes para dar conta da expansão da produção, conquista de mercados e criação de empregos.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da economia brasileira, por meio de índices econômicos e contábeis, revela que o Brasil enfrentou um desafio paralelo: primeiramente um surto de desenvolvimento jamais visto na história brasileira, na década de 70, juntamente com a política de estabilização, que visava debelar o processo inflacionário crônico, magnificado nos anos 80 – com todas as conseqüências econômicas e sociais, como a crise do Estado e deterioração do quadro social – ocorria a grande transformação na economia mundial, com o processo de globalização, perda de autonomia dos Estados Nacionais.

O período de estagflação dos anos 80 também coincidiu com o esgotamento do modelo de substituição de importações, até então vigente, e o Brasil, principalmente a partir de 1990, buscou adaptar-se aos novos ventos, implementando políticas regulamentadoras e liberalizantes, basicamente seguindo o rito do conjunto de medidas de mudanças mundiais.

A análise do período revela uma política intermitente de estabilização econômica, em que o governo estimulou ou desencorajou a economia, através de política fiscal e monetária, de acordo com as condições reinantes. Sempre que houve uma relativa melhora na distribuição de renda, como, por exemplo, em 1986, efeito do Plano Cruzado, a desestruturação da oferta, em função da desorganização da economia, implicou necessidade de ajustes. A conseqüência foi que, seja pelas restrições no balanço de pagamentos, contenções de ordem fiscal, ou limitações da capacidade produtiva, o crescimento econômico esteve subordinado às tentativas de estabilização e de ajuste às transformações internacionais.

Os principais objetivos traçados para a pesquisa, quais sejam, análise do impacto das

políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro nas décadas de 70, 80 e 90, por meio de índices econômico-financeiros e contábeis, e se estes índices refletiram a realidade, tanto das

empresas, como da situação econômica de cada época, realizaram-se pela avaliação da tomada de dados divulgados pela Revista Exame – Maiores e Melhores. Os objetivos propostos foram atingidos, e foi possível verificar-se e certificar-se de que os resultados contábeis divulgados pelas empresas refletiram a realidade dos seus setores, ponderadas e comparadas as estruturas conjunturais da evolução econômica e política brasileira, influenciando diretamente sobre seus resultados.

Da percepção estrutural quanto ao surto de desenvolvimento estudado da década de 70, assim como ao caráter estrutural da crise da década de 80, evidenciados através da análise intersetorial, e concentrando-se as considerações à década de 90, percebeu-se que se traçou um caminho mínimo a ser percorrido com vistas à retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Foi premente a promoção da abertura da economia, para reduzir os custos de modernização da estrutura produtiva e criar um ambiente concorrencial que impelisse as empresas brasileiras, acomodadas ao alto grau de protecionismo até então vigente, a buscar ganhos de produtividade e qualidade de seus produtos.

Constatou-se, também, a retirada do Estado do setor produtivo, mediante um programa de privatização de suas empresas, com o objetivo de estimular o investimento privado, aumentando a eficiência do setor produtivo e promovendo o ajuste patrimonial necessário à solução estrutural do problema fiscal; desregulamentação da economia, com vistas a eliminar monopólios legalmente constituídos, eliminando práticas e controles impeditivos da livre-concorrência. Neste item, assume destaque a desregulamentação dos monopólios estatais do setor de infra-estrutura, que constituía obstáculo central à retomada do desenvolvimento.

Evidenciou-se a substituição de práticas e mecanismos de controle de preços e perpetuação de estruturas de domínio abusivo de mercado por instrumentos e legislação necessários a uma política ativa de defesa da concorrência. Substituição dos controles administrativos de importações por instrumentos e legislação adequados de proteção contra práticas de comércio externo, lesivos a empresas brasileiras. Substituição de políticas setoriais calcadas em subsídios incondicionados por políticas horizontais de apoio à inovação tecnológica e à busca de ganhos de produtividade e qualidade.

Diante desses fatores apontados, mais uma vez verificou-se a grande relevância do auxílio da contabilidade como ferramenta de controle, acompanhamento e avaliação dos resultados. Cada vez mais a ciência contábil se consolida entre as ciências empresariais como subsídio imprescindível de medida de avaliação econômica.

A Contabilidade erguera-se muito atada aos princípios e métodos do Direito; depois da Administração; e depois, ainda, da Economia, e até da Matemática.

Não é preciso muito esforço, por exemplo, para saber que uma coisa é o valor para a Economia, e outra o é para a Contabilidade; para a Economia, quanto maior a quantidade de dinheiro, pior a situação geral, ameaçada de inflação; para a Contabilidade, quanto maior a quantidade de bem numerário de que uma empresa dispõe, tanto mais resultados tende a conseguir (embora isso não seja uma verdade absoluta, mas apenas relativa).

O mundo de nossos dias, na área científica, evoluiu decisiva e decididamente para o estudo de agregados e de sistemas, e a visão isolada dos fatos

patrimoniais não mais é considerada com a importância de anteriormente. Isolamos, em nossa pesquisa, três grandes grupos de relações lógicas da riqueza: essenciais, dimensionais e ambientais, mas tudo aplicado ao funcionamento do sistema empresa, que se entende sejam estes sete: liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade e elasticidade.

Confirmamos, em nosso estudo, que o mundo exterior ao patrimônio, ou seja, o que representa o continente da riqueza, influi decisivamente sobre os fenômenos ocorridos nesta. Tais foram as mudanças ocorridas neste século XX, que deveriam ter reflexos expressivos nos estudos da Contabilidade. Já não vivemos mais o ambiente socioeconômico em que foram geradas as primeiras teorias contábeis e econômicas. Estamos diante da realidade que implica sérias mudanças de comportamento. Podemos dizer que as alterações foram de tal forma profundas, que os rumos de nossas teorias também devem-se modificar, e só nos parecem competentes as que tiverem consideração realística de tal metamorfose.

A Contabilidade, como ciência social, subordina-se à metodologia própria de tais ramos do saber, não pode nem deve desconhecer o que evolui na sociedade. Novos aspectos surgiram e tendem a novas modificações, e precisamos acompanhar essa evolução natural no tempo, sob pena de realizarmos estudos inúteis.

O século XX viu surgir o grande avanço tecnológico que reformou, basicamente, critérios de produção e distribuição das riquezas, tanto como influiu sobre o consumo de forma peculiar. O progresso prodigioso das ciências determinou novas tecnologias, aptas a aprimorarem a qualidade e a quantidade da produção, assim como a aceleração da distribuição e a motivação do consumo.

Os mercados, em decorrência, tornaram-se mais exigentes, mais consumistas e competitivos.

Embora seja relativamente cedo para avaliar-se a real dimensão da “modernização conservadora” posta em prática, a análise do período mostra uma significativa reestruturação da política e da produção, tendo como pano de fundo o novo paradigma industrial, fortemente baseado nas mudanças provocadas pela globalização e pela revolução da telemática.

A consequência para a economia brasileira decorre da maior exposição ao mercado internacional, que induziu as empresas locais à busca de padrões de competitividade, tendo como parâmetro o mercado mundial; o que implicou profundos ajustes na estrutura política e produtiva brasileira. As principais consequências desse ajuste implicaram a renovação tecnológica, a substituição da produção local por importações, a adoção de modernas técnicas gerenciais e administrativas, além, principalmente, de mudança cultural, com vistas à formação de profissionais, tendo como referência os valores de um mercado protegido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P. (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ANDERSEN, A. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BORNHOLDT, W. **Orquestrando empresas vencedoras: guia prático da administração de estratégias e mudanças**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRUM, A.J., **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, ago. 1997. Edição especial.

EXAME. Maiores e melhores. São Paulo: Abril, ago. 1995. Edição especial.

_____. Maiores e melhores. São Paulo: Abril, ago. 1996. Edição especial.

_____. Maiores e melhores. São Paulo: Abril, jul. 1998. Edição especial.

_____. Maiores e melhores. São Paulo: Abril, jul. 2001. Edição especial.

FARIA, L. V. Lições esquecidas. **Revista Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, ano 51, n.7: p.45-53, jul. 1997.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FURTADO, C. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. 6. ed. São Paulo: LTC, 1997.
- GASTALDI, J. P. **Elementos de economia política**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GONÇALVES, R. **Abre alas**. A nova inserção do Brasil na economia mundial. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R., **Economia brasileira contemporânea**: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996.
- HENDRIKSEN, E. S. **Teoria de la contabilidad**. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana, 1974.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCK, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- KANITZ, S. **O Brasil que dá certo**: o novo ciclo de crescimento, 1994-2005. São Paulo: Makron Books, 1994.
- MACIEL, C. S. **Glohalização, crise do padrão de financiamento da economia e reestruturação institucional do setor elétrico brasileiro**. 1995. Tese (Doutorado) Universidade de Campinas, Campinas. 1995.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1995.
- NAISBITT, J. **Paradoxo global**: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são seus protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos. Tradução de Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- NÉLO, A. M. Os aspectos da mensuração da empresa numa visão sistêmica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 8, n.7, p.48-60, jun. 1994.
- PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 1998.
-

PRÉLOT, M. **A ciência política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

REVISTA EXAME. 500 maiores e melhores. São Paulo: Abril, jun. 1999. p.35-36. Edição Especial.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Política e programação econômicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Vocação moderna da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 28, n. 119, p.49-53, set./out. 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

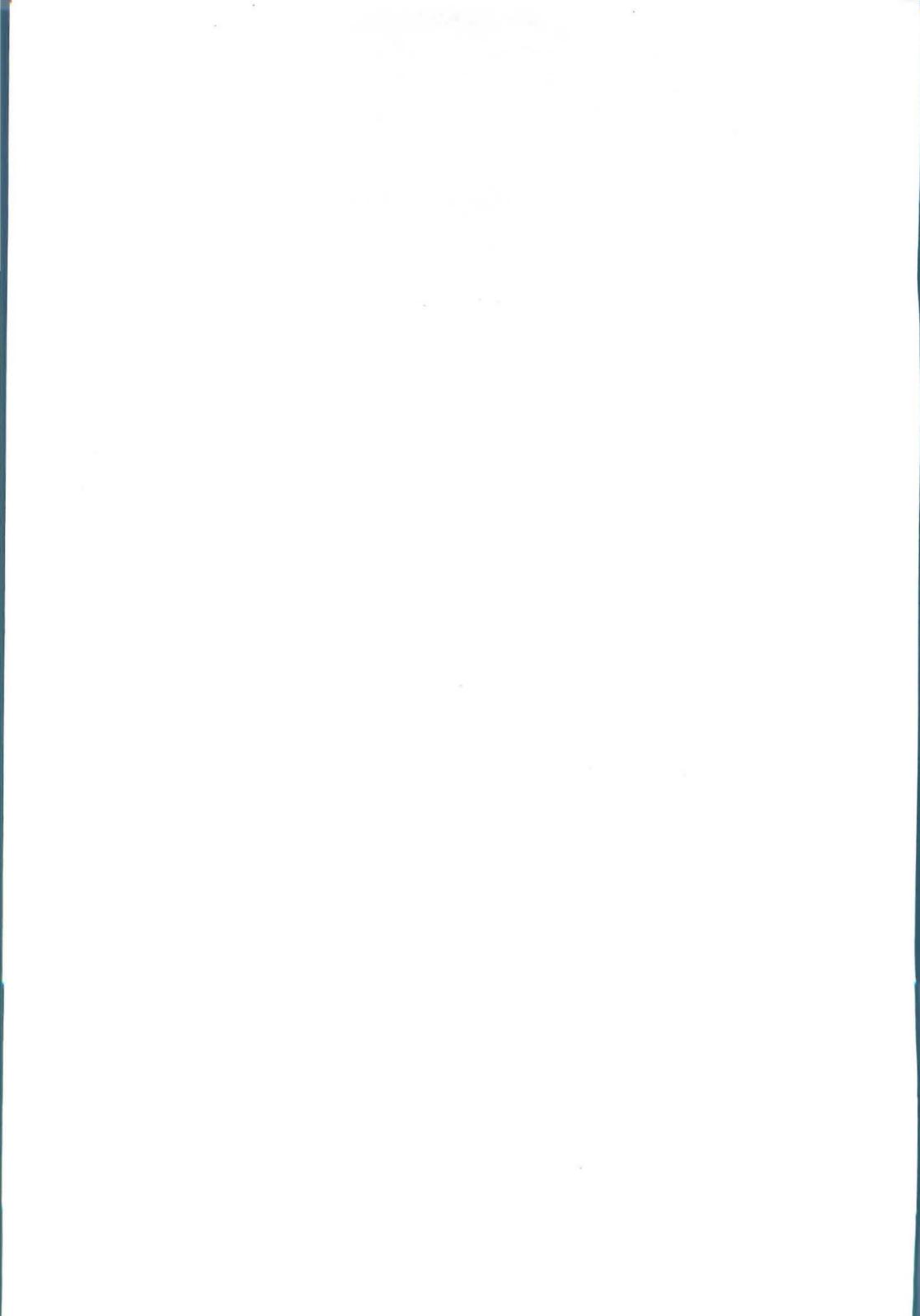
TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org). **Desajuste global e moderniza o conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. da C.; DAVID, M. D. (Org). **A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira**. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

WILLIAMSON, J. **A economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WOMACK, J.; ROSS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WONNACOTT, P.; WONNACOTT, R. **Economia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.



TURISMO PARA TODOS: A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

ANA CLÁUDIA FOLMANN

E-mail: acfolmann@hotmail.com

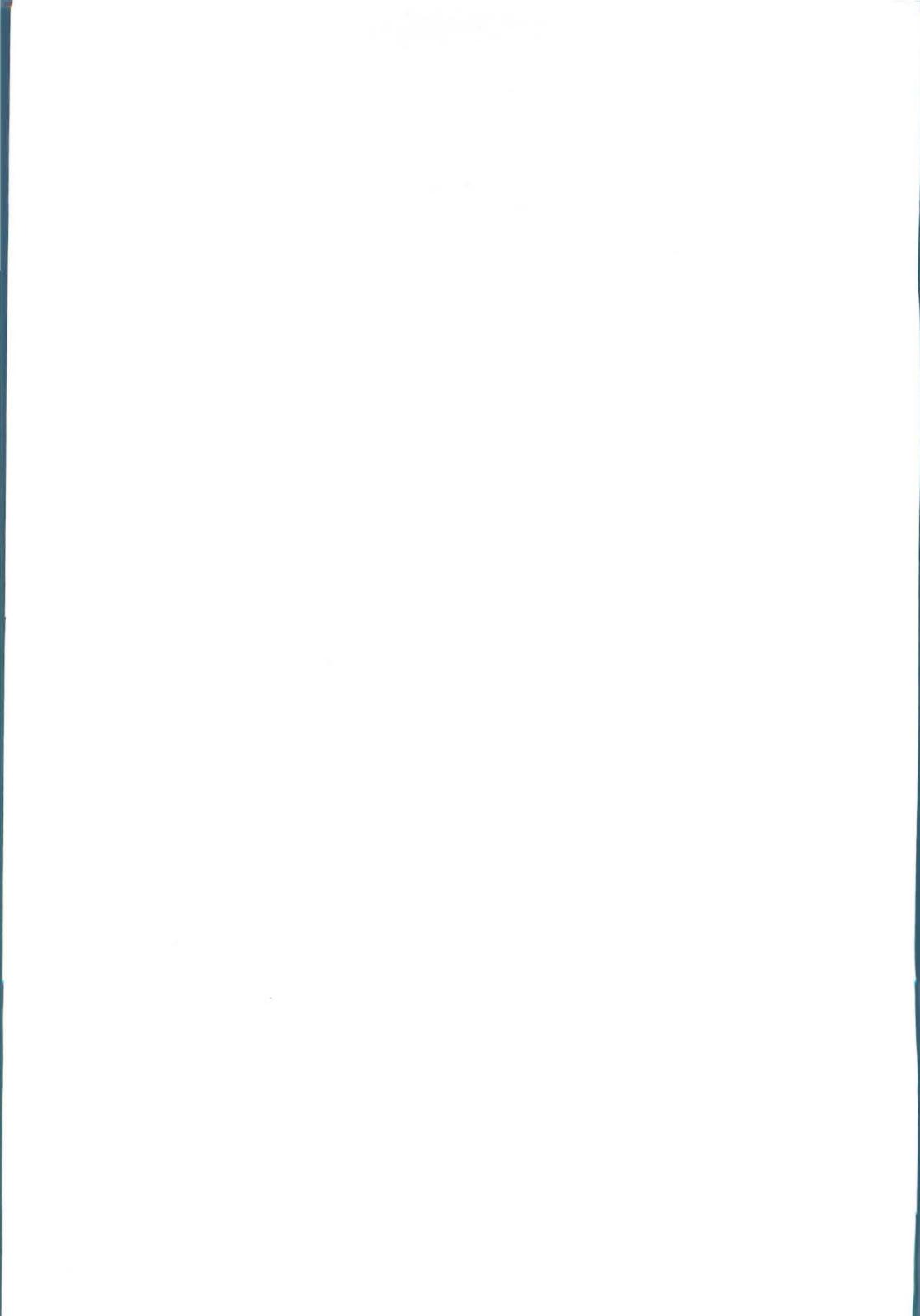
ANTONIA YUME EIRI TREBIEN

E-mail: toniatrebi@hotmail.com

SAMARA DE SOUZA P. ARTEN

E-mail: sama_spa@yahoo.com.br

Acadêmicas do terceiro ano do Curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.



RESUMO

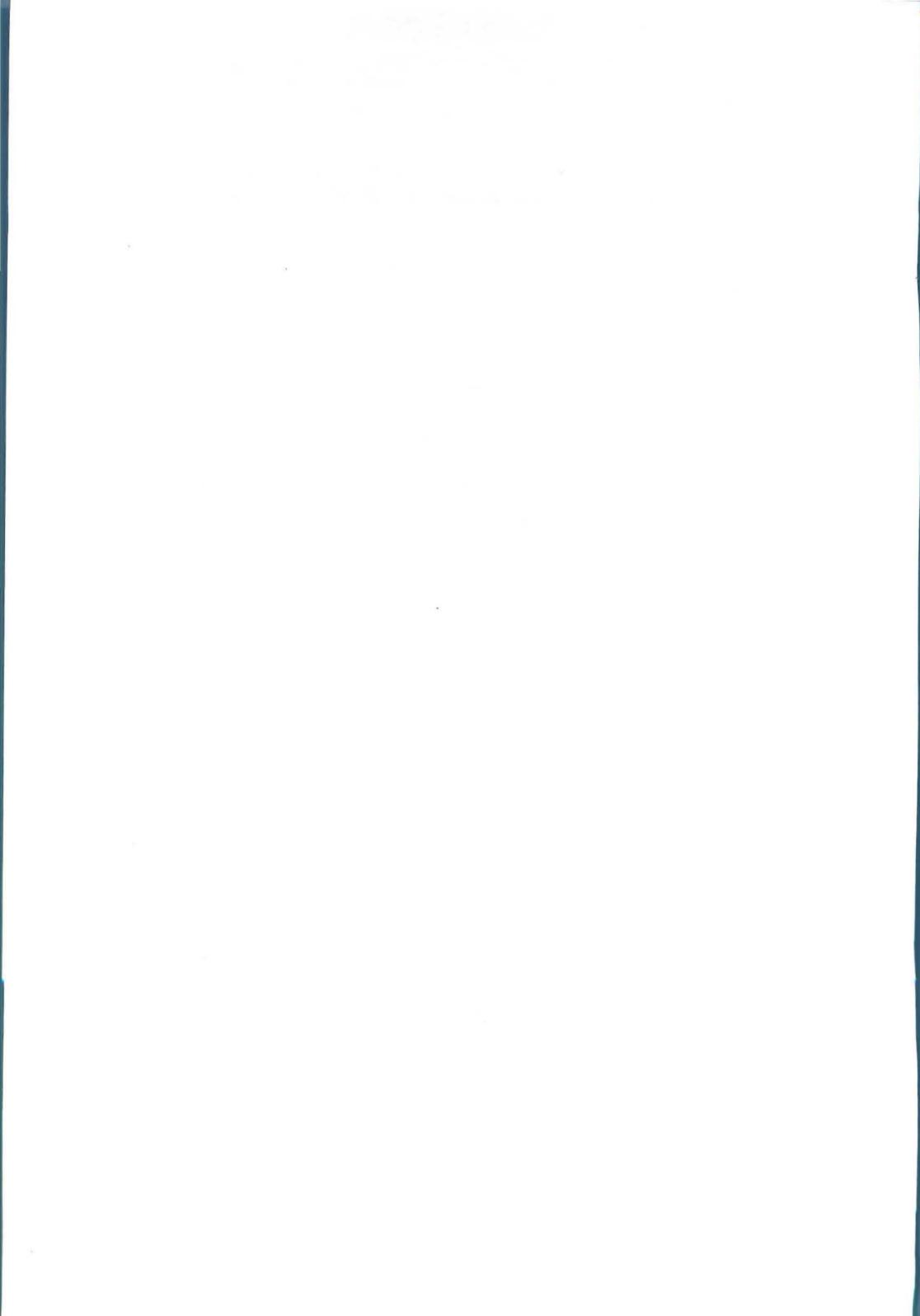
O turismo é uma atividade que pode proporcionar lazer, cultura, possibilidades de relacionamento humano e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Mas apenas parte da população tem acesso a esses benefícios, ficando excluídos, entre outros, os portadores de necessidades especiais. Os deficientes físicos, auditivos e visuais – que representam uma parcela significativa da população – muitas vezes, encontram dificuldades para usufruírem das destinações turísticas, pois não existe uma infra-estrutura adequada e nem profissionais capacitados para atendê-los. Por isso, investimentos nessa área podem trazer grande retorno financeiro, elevar a imagem da empresa e também beneficiar as pessoas com variados graus de dificuldade de locomoção, como forma de contribuir, assim, para o exercício da cidadania. Desta forma, pretende-se demonstrar aos profissionais ligados ao turismo que esta pode se tornar uma atividade acessível a todos, desde que seja bem planejada e que tenha profissionais capacitados para atender às mais diversas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Inclusão, Portadores de necessidades especiais, Planejamento

ABSTRACT

Tourism is an activity that can provide leisure, culture, possibilities of human relationship and that can also improve the quality of people's life. But only part of the population has access to these benefits, being excluded, among others, the disabled ones. The physically disabled, hearing impaired and the blind – who represent a significant number of the population - many times find difficulties to benefit from the tourist destinations, once there is no adequate infrastructure destinations, once there is no adequate infrastructure nor qualified professionals to assist them nor qualified professionals to assist them. Therefore, investments in this area can bring great financial profits, improve the image of the company and also benefit people with varied degrees of physical disability, thus contributing for the exercise of citizenship. For this reason, we intend to prove to professionals in the tourism area that tourism can become an accessible activity for us all, if it is planned and if qualified professionals prepared to be responsible for the most diverse needs work together.

KEY-WORDS: Tourism, Inclusion, People with special needs, Planning.



INTRODUÇÃO

O modo de vida da sociedade atual, com o processo de globalização e ampliação do tempo livre em relação às horas trabalhadas, faz com que o homem procure, cada vez mais, momentos para descanso e lazer, como fuga de tensões e estresse. Os locais de residência e trabalho, a convivência ininterrupta com as mesmas pessoas e as atividades de rotina tornam-se cansativas e desgastantes. Essa situação faz com que os homens procurem atividades diferenciadas, como o turismo e o lazer, que podem apresentar-se como alternativas.

O turismo pode funcionar como uma oportunidade de revitalização das energias humanas, já que pode proporcionar lazer, cultura e possibilidades de relacionamento humano. Os benefícios das atividades turísticas refletem-se na qualidade de vida das pessoas, envolvendo aspectos sociais, culturais e físicos. Apesar de existir um mercado que se torna cada vez mais amplo e abrangente, os serviços turísticos ainda não estão preparados para atender à diversidade das pessoas. No entanto, uma atividade turística, se não for bem planejada, pode deixar de ser agradável e tornar-se motivo de preocupação, quando envolve pessoas portadoras de necessidades especiais e/ou que apresentam dificuldades para se locomover.

As pessoas portadoras de deficiência física, visual e auditiva encontram dificuldades para desenvolver a atividade turística, devido à falta de infra-estrutura adequada do equipamento turístico, bem como, à falta de profissionais capacitados para atendê-los.

Até o século XIX, os portadores de deficiência eram limitados à mendicância, não gozavam de nenhum direito e ainda sofriam sérios problemas de discriminação. É justamente por isso que esse período ficou conhecido como fase da exclusão, pois as pessoas com necessidades especiais, decorrentes de alguma deficiência, eram consideradas anormais e, portanto, indignas da atenção social.

Já no início do século XX, a segunda fase, denominada segregação, o atendimento às pessoas com deficiências sofreu uma mudança, com o surgimento das Instituições Especializadas, que alojavam os deficientes e os retiravam do convívio familiar e social. Muitas dessas instituições foram desveladas como verdadeiros "depósitos humanos".

Em meados das décadas de 1950 a 1960, teve início a chamada fase da integração, que propunha a adaptação dos deficientes às regras sociais, num movimento unilateral, que acabava excluindo quem a elas não se adequasse.

A atual fase da inclusão propõe a adaptação das regras e condutas sociais

às necessidades dos deficientes. A instigante busca por uma sociedade menos excludente, mais consciente, participativa e melhor para todos, tem sido a meta de movimentos sociais, educacionais e políticos, que procuram, nos ideários integracionistas, a inspiração necessária à real inclusão ao pleno exercício da cidadania.

Este trabalho pretende mostrar aos profissionais ligados ao turismo a importância da inclusão dos portadores de necessidades especiais, neste caso, os deficientes físicos, auditivos e visuais, nas atividades turísticas. Pretende demonstrar, também, que esse público representa uma parcela significativa da população mundial e, portanto, uma boa oportunidade de mercado.

Tendo por base essas idéias, o primeiro passo para uma abordagem mais direcionada aos profissionais ligados ao turismo é o conhecimento de que todos têm os mesmos direitos, respeitando-se as diferenças de cada um.

DESENVOLVIMENTO

Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), existem, em países em desenvolvimento, de 10% a 15% de habitantes (no Brasil equivalentes de 14 milhões a 22 milhões) com algum tipo de deficiência¹. Ainda com base nos estudos da OMS, estima-se que 5% da população sofre de algum problema mental, 2% tem dificuldade física, 1,5% auditiva, 0,5% visual e 1% tem deficiência múltipla.

A deficiência visual pode estar na perda total ou parcial da visão, devido a fatores congênitos ou adquiridos. Assim, os deficientes visuais têm dificuldades ou, mesmo, não podem distinguir luminosidade, forma ou cor. Os deficientes auditivos podem ser divididos de duas maneiras: os que nasceram surdos e, conseqüentemente, não desenvolvem a fala, e os que perderam a sua capacidade auditiva, após o desenvolvimento da linguagem oral. São consideradas deficientes físicos aquelas pessoas que, por algum motivo, apresentam dificuldade, insegurança, ou mesmo, não conseguem se locomover, sem o auxílio de cadeira de rodas ou outros aparelhos ortopédicos especiais.

As pessoas portadoras de deficiência necessitam de atendimento especial, em alguns aspectos, para que barreiras e diferenças possam ser minimizadas, mas podem e devem ter acesso igualitário à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, à cultura, ao lazer e ao turismo. É o que garante a Constituição Brasileira, por

1 "deficiência é qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica, ou anatômica, decorrente de causas congênitas e/ou adquiridas." (CANZIANE, Maria de Lourdes. **O trabalho e a pessoa com deficiência – manual informativo**. SERT. Curitiba: SERT, 1999.)

meio do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A legislação existe, mas muitas vezes não é respeitada. A sociedade constrói seu entorno para seres humanos com o estereótipo ideal, sem levar em conta a diversidade das pessoas. Atualmente, começa-se a pensar um novo conceito de sociedade – a inclusiva, planejada para todos. Segundo Paula (2002), a concepção de inclusão baseia-se na idéia de pessoas diferentes entre si, convivendo juntas, valorizando, assim, a diversidade humana e o direito de todos terem suas necessidades e especificidades atendidas.

É essa visão que os empreendedores e os profissionais ligados ao turismo devem adotar para diferenciar o seu produto, já que esse é um público bastante significativo e representa uma grande oportunidade de mercado que, se for bem trabalhada, trará bons recursos financeiros, a partir do momento em que o produto turístico² for adequado.

Existem fortes motivos para que sejam feitos investimentos, para atender a essa nova demanda do mercado turístico. Um desses motivos é que o público em questão representa uma grande parcela da sociedade. Isso significa que os investimentos em estrutura e capacitação profissional podem trazer grande retorno financeiro, além de também serem utilizados pelas pessoas com variados graus de dificuldade de locomoção (entre os quais, incluem-se os idosos, as gestantes, os obesos, os cardíacos, as pessoas com dificuldades temporárias de locomoção ou mães conduzindo carrinhos de bebê).

Deve-se levar em conta, ainda, que uma empresa que proporciona serviços diferenciados, com uma política social bem estruturada, tem sua imagem elevada, contribuindo para o exercício da cidadania.

Tornar a atividade turística acessível aos portadores de necessidades especiais não exige investimentos muito altos e nem é tão complicado quanto possa parecer. São necessárias adaptações, como rampas, portas e espaços mais amplos, corrimãos, elevadores, pistas táteis, material em braile e em letra ampliada, sinalizações sonoras, entre outros.

Também é preciso que os profissionais da área estejam preparados para atender esse público, que conduzam corretamente o deficiente visual e que consigam se comunicar com o deficiente auditivo, por meio da linguagem dos sinais. Mas, que saibam, principalmente, como tratar o deficiente, para que ele se sinta incluído, oferecendo um atendimento especial, sem superprotegê-lo.

No Brasil, não existem muitos locais turísticos adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais. Temos, como exemplos, a Trilha Braile, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro; alguns setores do Memorial do Imigran-

2 "O produto turístico é um conjunto composto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofrem uma agregação do mercado ao serem postos em destaque os atrativos turísticos." (BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2000, p.172)

te, em São Paulo; e o Jardim Sensorial do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. O número ainda é muito pequeno, se comparado com outros países.

Alguns países da Europa são considerados modelos de inclusão e acessibilidade turística. Agências especializadas em turismo acessível oferecem ao portador de necessidade especial a possibilidade de viajar para a praia, campo ou mar. Na Noruega, por exemplo, há um grande número de museus e todos são adequados para deficientes. Além disso, existem companhias que oferecem serviços de transporte, com embarcações adaptadas.

Em Amsterdã, na Holanda, existe o Troppen Museum, que a maioria das peças (objetos procedentes das antigas colônias holandesas) podem ser tocadas, para uma melhor percepção.

Algumas praias da Espanha, principalmente na Cataluña e na Comunidade Valenciana, têm sido adequadas para portadores de necessidades especiais e possuem certas adaptações, como vagas reservadas em estacionamentos, itinerários acessíveis do estacionamento até a água, acesso por rampas, áreas de descanso, banheiros e duchas adaptadas, áreas de banho delimitadas por bóias, cadeiras “anfíbias” e profissional de vigilância preparado. O litoral valenciano conta, ainda, com um projeto de adaptação de 80 praias da região.

Os parques da Disney são outros locais preparados para atender às necessidades especiais – existem visitas guiadas em linguagem dos sinais, aluguel de cadeiras de rodas, guias de informações em braille, espaços reservados nas salas de espetáculo, serviços, restaurantes e hotéis acessíveis.

Entretanto, o turismo só será realmente acessível, quando possam desfrutar dele, ao mesmo tempo, pessoas com ou sem deficiência. Para que isso se torne possível, é fundamental que seja feito um planejamento adequado e articulado com outros setores da sociedade, já que um dos problemas dos planos de desenvolvimento turístico está na sua falta de integração com outros programas econômicos e sociais das localidades. Assim, acabam acontecendo ações isoladas, que nem sempre atingem os objetivos propostos (RUSCHMANN, 2000, p. 87).

Segundo Ruschmann (citada por ANSARAH 2001, p.67), planejamento é “um processo que consiste em determinar os objetivos do trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos”.

Todavia, não basta apenas fazer um planejamento que torne os atrativos turísticos mais acessíveis. É preciso também que todo o equipamento de apoio ao turismo (bares, restaurantes, hotéis, etc) além da infra-estrutura urbana (calçadas, semáforos, telefones públicos, entre outros) sejam adaptados para minimizar

as barreiras e tornar o turismo uma atividade mais interativa, proporcionando uma verdadeira inclusão do portador de necessidade especial na atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência ainda é vista pela sociedade como um fator limitante do indivíduo nos aspectos físicos, psíquicos e sociais. Por isso, os portadores de necessidades especiais encontram dificuldades em várias áreas, entre elas, o turismo.

A atividade turística pode tornar-se mais democrática, a partir do momento em que todos tenham acesso igualitário ao seu produto, desfrutando, assim, dos benefícios gerados por tal atividade. Porém, isso só ocorrerá de fato quando houver uma infra-estrutura adequada e os profissionais ligados, direta ou indiretamente, ao turismo, estiverem preparados para atender às necessidades dos mais diferentes tipos de pessoas.

A idéia da inclusão do portador de necessidades especiais no turismo não quer dizer que se deva criar algo exclusivo para esse público, mas fazer com que ele participe da atividade turística, como qualquer outro cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001.

AZCÁRATE, M. E. R. de. A golpe de pedal... pero en tándem. **Perfiles** – Revista de la Organización Nacional de Ciegos Españoles, Madrid, n. 167, p.16-21, jul-ago. 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

CANZIANE, M. de L.. **O trabalho e a pessoa com deficiência – manual informativo**. Curitiba: SERT, 1999.

DOMÉNECH, C. UE: el reto de una comunidade accesible. **Perfiles** – Revista de la Organización Nacional de Ciegos Españoles, Madrid, n. 167, p.06-13, jul/ago. 2001.

FÁVERO, E. A. G. Muito além da benevolência. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br>> Acesso em: 19 fev. 2002.

MELO, L. Floresta Limpa – Parque da Tijuca ganha faxina e quer ser Patrimônio da Humanidade. **Revista Istoé**. São Paulo, n. 1600, p. 58-59, 31 mai. 2000.

Accesibilidad. **ONCE – Organização Nacional dos Cegos Espanhóis**. Disponível em: <<http://www.fundaciononce.org/graficos/accesibilidad.asp>> Acesso em: 09 jan. 2002.

PAULA, A. R. de. Inclusão Social – um novo paradigma. **Sentidos – o lado virtual de pessoas especiais**. Disponível em: <<http://www.sentidos.com.br/subhome/visao.asp>> Acesso em: 10 mar. 2002.

TREVISAN, C. Pela Porta da Frente. **Revista Istoé**. São Paulo, n. 1562, 08 set. 1999. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/comport/156223.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2002.

RUSCHMANN, D. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.

TURISMO para todos – Guia de accesibilidad turística. Disponível em: <<http://www.cabtfe.es/sinpromi/index2.html>> Acesso em: 14 jan. 2002.

TURISMO para um grupo especial: algumas adaptações. **Turismo & Progresso** – (Revista Eletrônica e Científica de Turismo). Disponível em: <<http://www.turismoeprogresso.hpg.ig.com.br/n2/n2.htm>> Acesso em: 07 jan. 2002.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Graduação. **Iniciativas, atividades e ações da UFPR acerca da pessoa com necessidades especiais**. Curitiba: UFPR/PROGRAD. 2000. (Caderno de Educação Especial, 2).

DETERMINAÇÃO DOS REGIMES DINÂMICOS EM UM SISTEMA LOTKA-VOLTERRA

CAREN CODEN FELTRIN

Graduada em Matemática, pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestre em Matemática, pela UNIJUÍ-Rs; Professora do Departamento de Informática da FACE.

E-mail: face@face.br

LEONARDO RAMOS EMMENDORFER

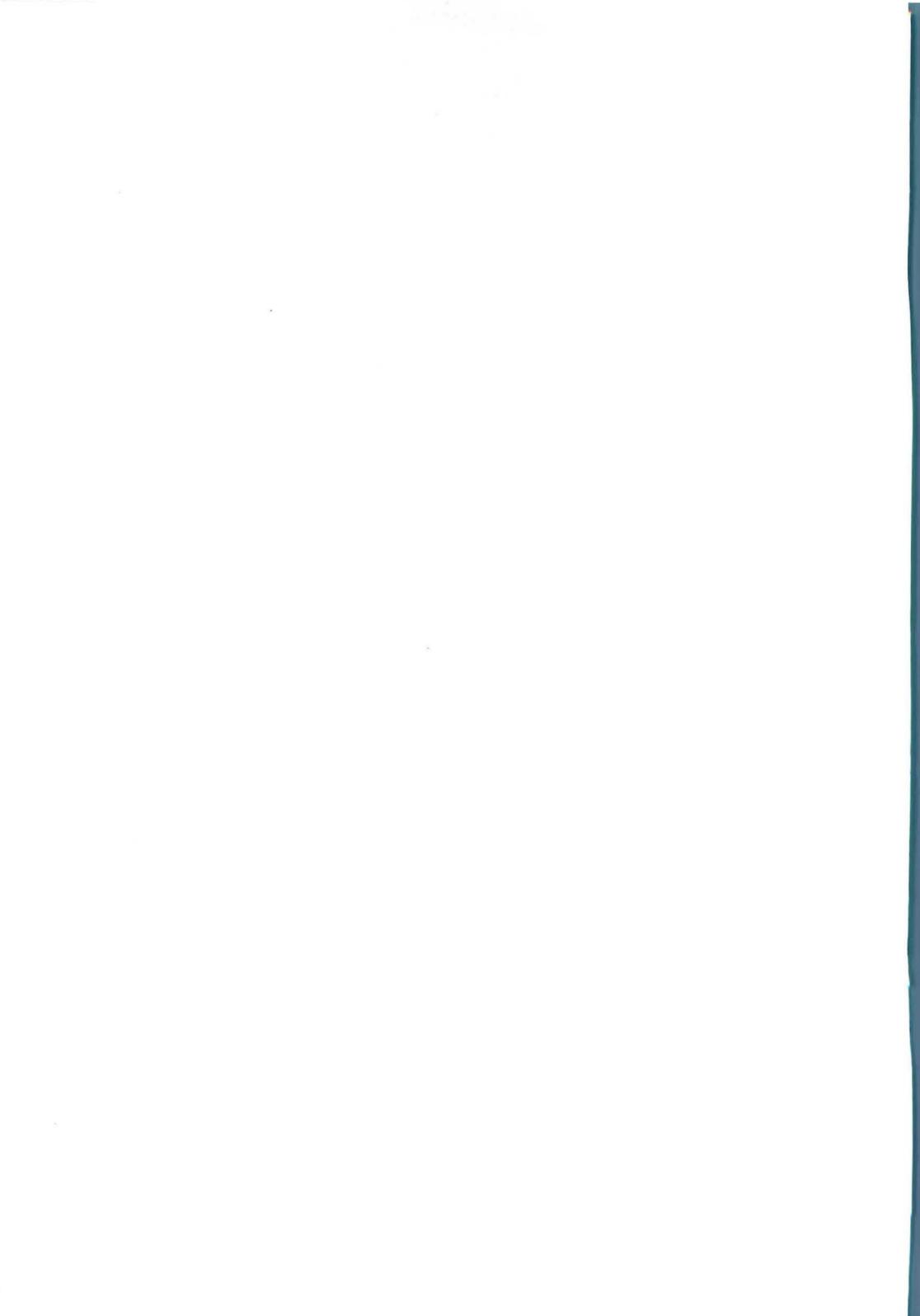
Graduado em Engenharia da Computação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Matemática, pela UNIJUÍ-Rs; Professora do Colégio Técnico de União da Vitória – COLTEC.

E-mail: face@face.br

MARAT RAFIKOV

Doutor em Cibernética Técnica e Matemática Econômica, UETK – Rússia, 1985.

E-mail: face@face.br



RESUMO

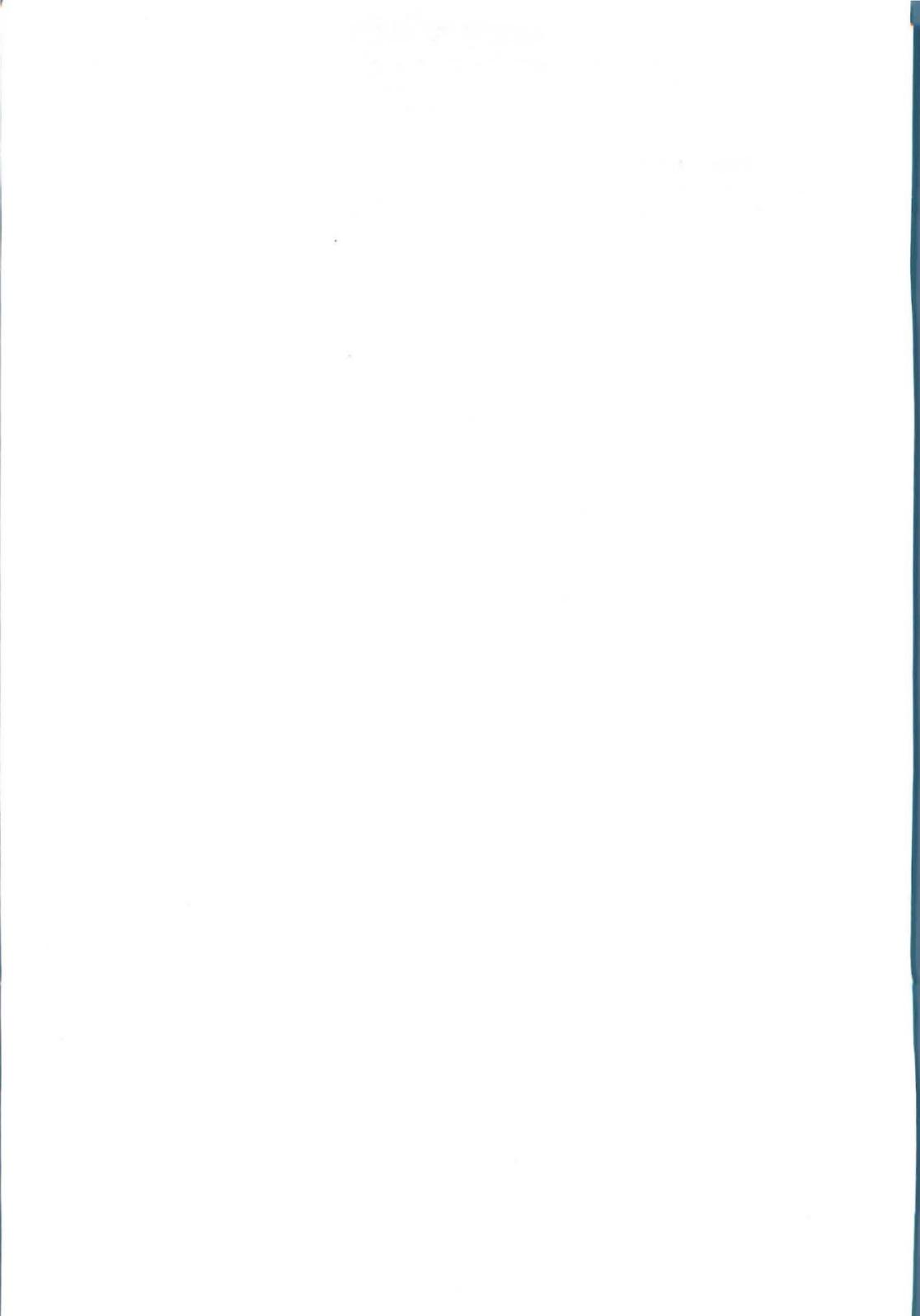
Para os sistemas dinâmicos em geral e sistemas ecológicos em particular é muito importante investigar o comportamento do sistema para vários valores de seus parâmetros e coeficientes. Neste trabalho é considerado um sistema de três equações diferenciais não lineares, em que podem surgir oscilações irregulares ou caóticas que são sensíveis às pequenas mudanças ou incertezas nas condições iniciais, não sendo possível prever comportamentos futuros. Para realizar as simulações computacionais foi utilizado o software MATLAB. As simulações computacionais realizadas revelam a existência de regimes com ciclo limite e comportamento caótico do sistema. Concluiu-se que as pequenas variações de um parâmetro do modelo acima referido podem mudar bruscamente o comportamento do sistema ecológico investigado. Este sistema que tinha uma dinâmica estável, com ciclo limite para o valor do parâmetro $m=0.05$, apresentou o comportamento caótico para o valor do parâmetro $m=0.11$.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas dinâmicos, Sistemas ecológicos, Parâmetros e coeficientes, Simulações computacionais.

ABSTRACT

For the dynamic systems in general and ecological systems in particular, it is quite important to investigate the behavior of the system for several values of their coefficients and their parameters. In this paper it is considered a system of three non-linear differential equations in which may appear irregular or chaotic oscillations that are sensitive to little changes or uncertainty in the initial conditions, making it possible to predict future behaviors. In order to make the computational simulations, the MATLAB software was used. The computational simulations that were made reveal the existence of systems with limit cycle and chaotic behavior of the system. The conclusion was that the small variations of a parameter of the above mentioned model may suddenly change the behavior of the ecological system that is being investigated. This system, which had a stable dynamic, with limit cycle for the value of the parameter $m=0.05$, presented a chaotic behavior for the value of the parameter $m=0.11$.

KEY-WORDS: Dynamic systems, Ecological systems, Parameters and coefficients, Computational simulations.



1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores descobertas nos últimos 20 anos é que até simples sistemas oscilatórios podem mostrar um comportamento complexo, se as suas equações são não-lineares. Por um lado, neste sistema podem surgir oscilações regulares, que não dependem de condições iniciais. Por outro lado, em um sistema de, pelo menos, três equações diferenciais ordinárias não-lineares, podem surgir as oscilações irregulares ou caóticas que são sensíveis às pequenas mudanças ou incertezas em condições iniciais. Neste caso, a previsão do comportamento do sistema a longo prazo torna-se impossível.

2 MODELO DE INTERAÇÃO DE POPULAÇÕES DE TRÊS NÍVEIS TRÓFICOS

Consideremos o sistema de equações diferenciais ordinárias de Lotka Volterra:

$$\begin{aligned}\frac{dN_1}{dt} &= N_1((3-4m)-N_1-N_2-N_3) \\ \frac{dN_2}{dt} &= N_2(-1+N_1+2mN_2) \\ \frac{dN_3}{dt} &= N_3(-1+N_2)\end{aligned}\quad (1)$$

onde m é um parâmetro constante.

N_1 é a densidade de uma espécie de presa.

N_2 é a densidade da primeira espécie de predadores.

N_3 é a densidade da segunda espécie de predadores.

Biologicamente esse sistema pode ser interpretado com um sistema de três níveis tróficos.

Consideremos as seguintes condições iniciais:

$$N_1=0,2 \quad N_2=1,2 \quad N_3=0,5$$

Para o sistema (1), calculamos o ponto de equilíbrio positivo

$$N_1=1-2m \quad N_2=1 \quad N_3=1-2m$$

A matriz do sistema linearizado tem a seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} 1-2m & 1-2m & 1-2m \\ -1 & -2m & 0 \\ 0 & -1+2m & 0 \end{bmatrix}$$

Os autovalores são:

$$\lambda_1 = -1 + 2m$$

$$\lambda_2 = m \pm \sqrt{m^2 + 2m - 1}$$

O nosso objetivo é investigar o comportamento do sistema para vários valores do parâmetro m . Para isso, compararemos os resultados das simulações com as previsões que foram feitas com base na análise dos autovalores. Quando os valores de m são negativos, a nossa previsão se confirma, pois os autovalores correspondentes mostram que a parte real é sempre negativa, levando o sistema à estabilidade, e as simulações confirmam esses resultados (figura 1).

Aumentando um pouco o valor de m , considerando $m=0,05$, com base na análise dos autovalores, temos a parte real positiva, caracterizando um ponto de equilíbrio instável. Mas as simulações revelaram oscilações regulares, que se repetem em um determinado intervalo de tempo, formando ciclos (figura 2).

Ainda aumentando um pouco mais o valor de m , para $m=0,1155$, com base na análise dos autovalores, a parte real é positiva, o que nos leva a concluir que o ponto de equilíbrio seria instável. Mas as simulações apresentaram um comportamento

imprevisível: apareceram oscilações irregulares ou caóticas, resultantes das pequenas mudanças do parâmetro m (figura 3).

Continuando a aumentar o valor de m , tomando $m = 0,2$, ainda teremos a parte real dos autovalores positiva, e a nossa previsão para o comportamento do sistema se confirma tanto nas simulações como na análise dos autovalores: o ponto de equilíbrio é caracterizado como ponto instável (figura 4).

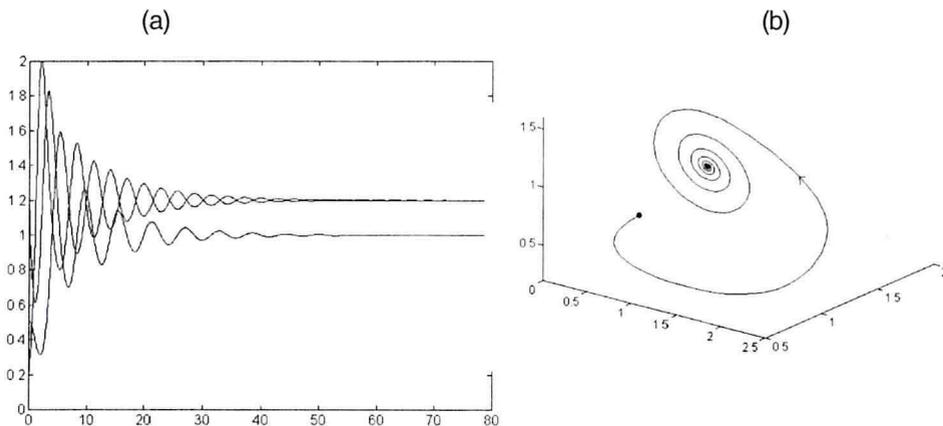


Figura 1: Simulação com $m=-0,1$. Em (a), mostramos a evolução das populações ao longo do tempo. Inicialmente a população oscila e, depois de um determinado intervalo de tempo, tende ao equilíbrio. Em (b), mostramos o diagrama de fase das populações, onde o ponto inicial tende à estabilidade em forma espiral.

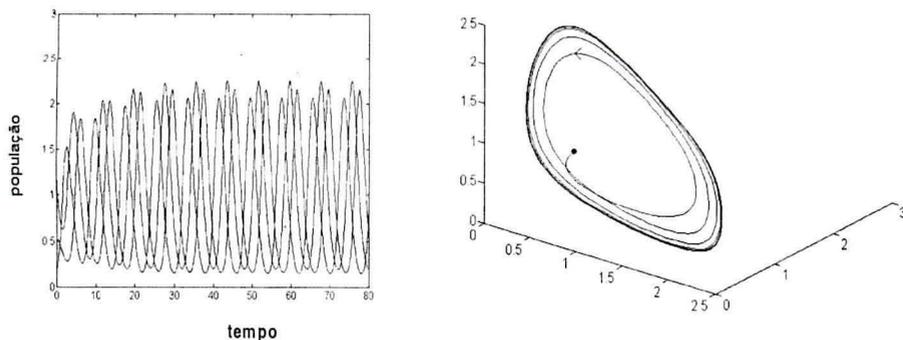


Figura 2: Simulação com $m=0,05$. Em (a), a população oscila regularmente, repetindo-se em um determinado intervalo de tempo. Em (b), no diagrama de fase das populações, percebemos que o ponto inicial tende a uma trajetória fechada, formando um ciclo.

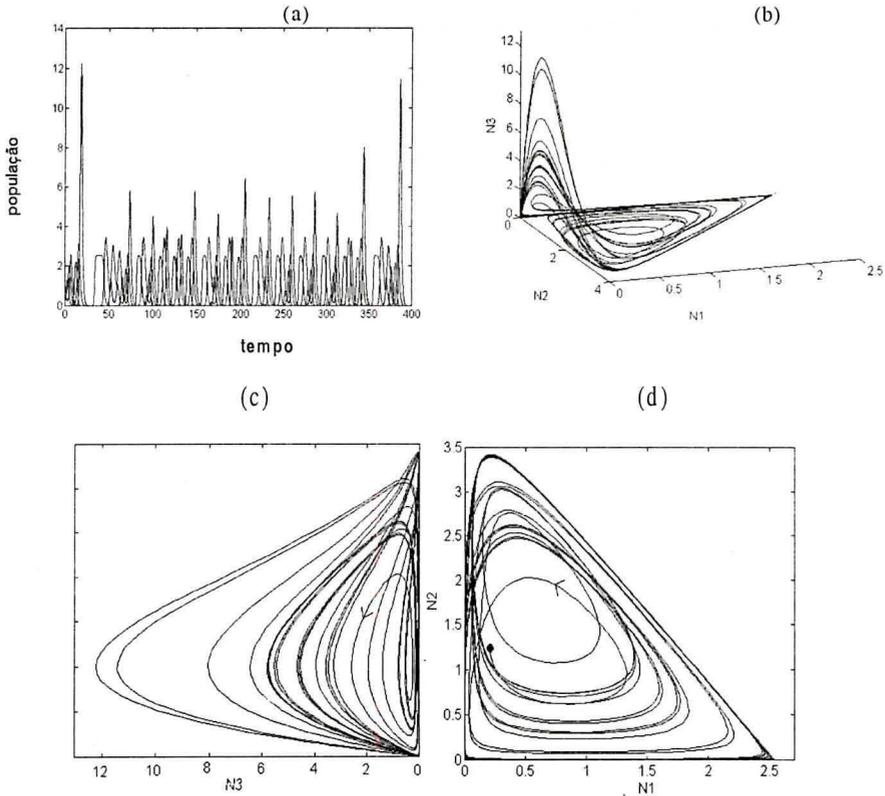


Figura 3 : Simulação com $m=0,11555$. Em (a), uma pequena variação do parâmetro m mostra o aparecimento de oscilações irregulares, caracterizando o comportamento caótico do sistema. Em (b), o diagrama de fase das populações revela o aparecimento de um atrator estranho.

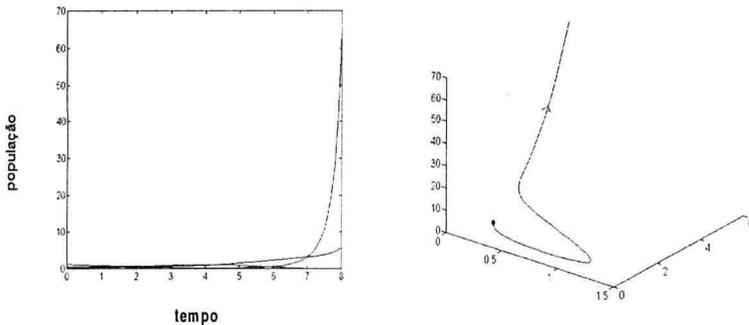


Figura 4 : Simulação com $m=0,2$. Em (a), a população tende a um crescimento infinito. Em (b), no diagrama de fase das populações, percebemos que o ponto inicial tende a instabilidade.

3 ALGORITMO DE BUSCA

Foi implementado no software MATLAB um algoritmo que busca padrão caótico no sistema, dado um intervalo para o parâmetro m . Este algoritmo classifica o comportamento do sistema para cada valor do parâmetro m , para que o caos possa ser encontrado. O trecho que realiza a classificação está sendo ilustrado na figura 5.

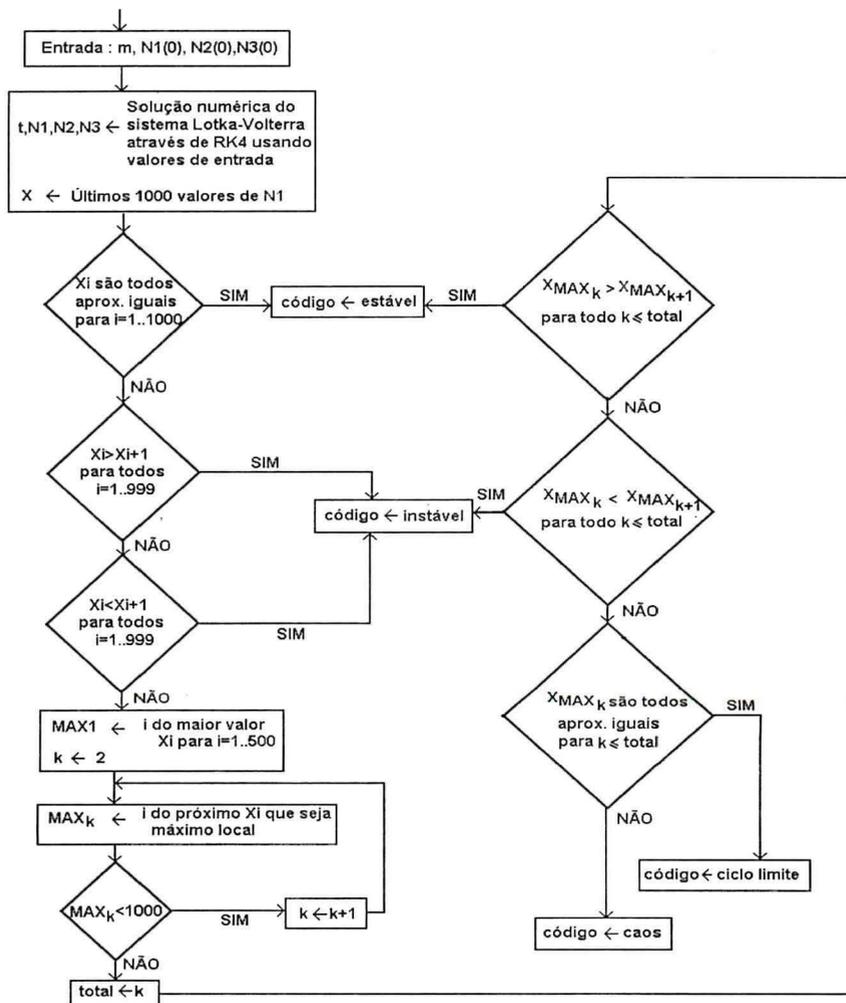


Figura 5 : Fluxograma de Classificação.

4 CONCLUSÃO

Concluiu-se que as pequenas variações de um parâmetro do modelo acima referido podem mudar bruscamente o comportamento do sistema ecológico investigado. Este sistema, que tinha uma dinâmica estável com ciclo limite para o valor do parâmetro

$m = 0,05$, apresentou o comportamento caótico para o valor do parâmetro $m = 0,11555$. Por isso, qualquer previsão sobre o comportamento futuro do sistema torna-se impossível. Um dos pioneiros na obtenção desse tipo de resultado foi Edward Lorenz, em 1963 [1], que através de simulações computacionais em um modelo que descrevia o clima, percebeu o aparecimento de regimes irregulares até então não encontrados. O resultado que encontramos quando o sistema apresentou o padrão caótico é semelhante ao de Lorenz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boyce, W. E.; Di Prima, R.C. **Equações diferenciais e problemas de valores de contorno**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

Py.Kh –lu.A. **Equilíbrio e estabilidade em modelos da dinâmica populacional**. Moscou: Nauka, 1973.

Anexo A - Programas utilizados

```

% ACHADOR.M
%
% Procura por padroes caoticos

for mi = 0.11:0.01:0.2
    [t,x,y,z] = rk43(0.2,1.2,0.5,200,'lotktst',[mi]);
    if classif(x) == 6
        % 6 eh o no. do caos no programa 'classif'
        'Caos no ponto '
        mi
    end
end;

% CLASSIF.M
%
% Classifica o sistema quanto a estabilidade

function [cod] =classif(x)

[m,n] = size(x);
x = x(n-1000:n);
    % soh os 1000 ultimos x(i)

cod = 0;
if (sum(abs(x-mean(x)))/1000) < 0.001
    % valores x(i) muito parecidos
    cod = 1;          % 'Estavel'
else
    xdesl1 = x(1:999);
    xdesl2 = x(2:1000);
    soma = sum(xdesl1>xdesl2) ;
    if (soma == n-1) + (soma == 0)
        cod = 2 ;          % 'Instavel'
    else
        [v,i] = max(x(1:500));

        maximo(1) = i;      % maximo global para o intervalo [1..500]
        continua = 1;
        estavel = 1;
        instavel = 1;
        indefinido = 1;
        for k = 2:3,
            while (continua)
                while(x(i+1) <= x(i) ) * (i < 1000) ,

```

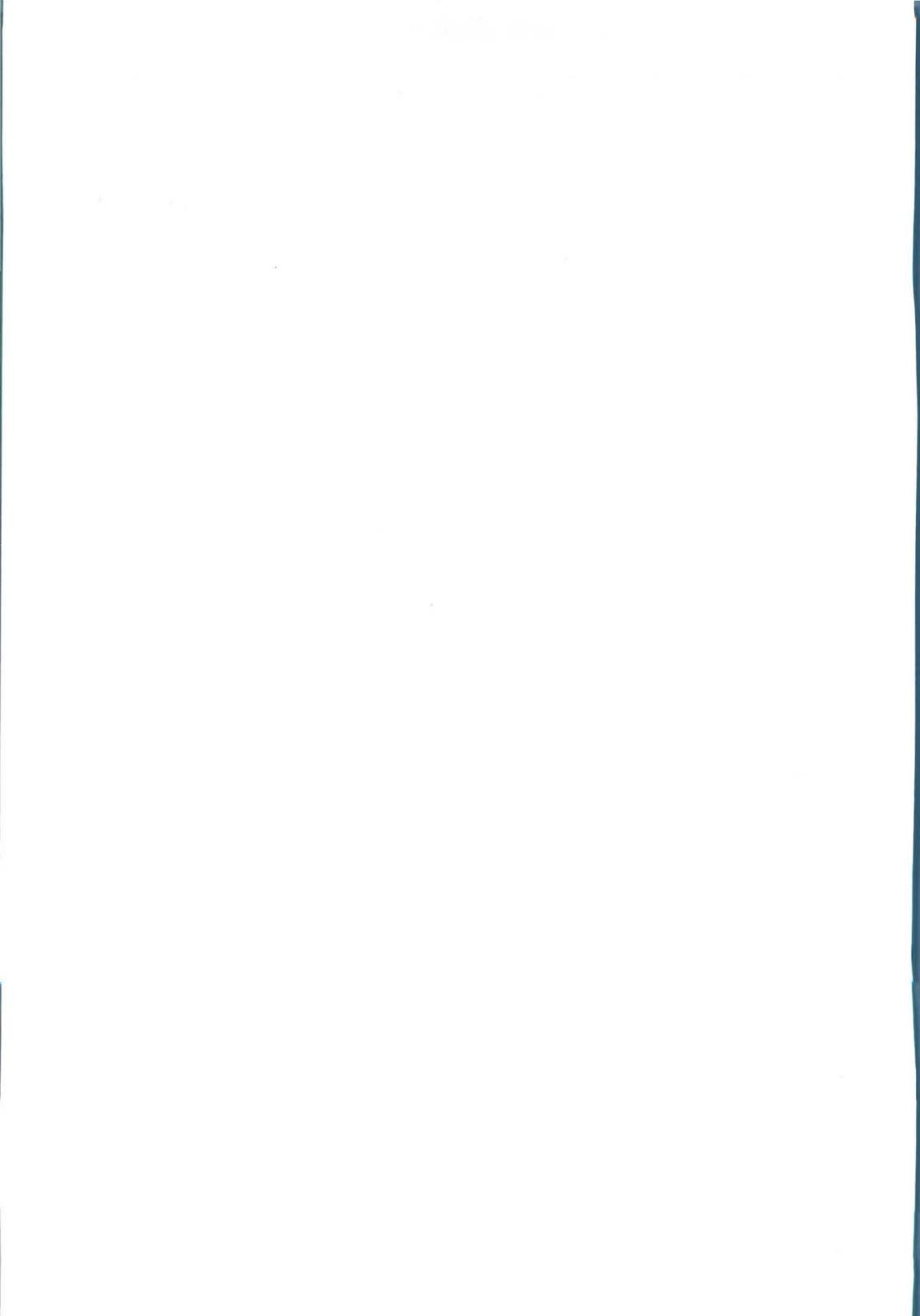
```
% procurando minimo local
i = i+1;
end
while (x(i+1) >= x(i)) * (i < 1000),
    % procurando maximo local
    i = i+1;
end
indefinido = 0;
if (x(i) > maximo(k-1))
    estavel = 0;
else if (x(i) < maximo(k-1))
    instavel = 0;
if ( abs(x(i) - x(maximo1)) < 0.001) + (i >= 1000) )
    continua = 0;
end
end
maximo(k) = i;
end

if estavel + instavel +indefinido,
    if estavel
        cod = 1; % estavel
    end
    if instavel
        cod = 2; % instavel
    end
    if indefinido
        cod = -1; % indefinido
    end
elseif i > 1000
    cod = 6; % caos
elseif ((maximo(2) - maximo(1)) - (maximo(3) - maximo(2))) < 4
    % se a diferenca na posicao dos maximos for pequena
    cod = 3;
        % 'Ciclo limite'
else
    cod = 6; % Caos
end
end
end
```

AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO E PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

EDITE SIQUEIRA

Graduada em Pedagogia, Habilitação em Orientação Educacional e Especialista em Psicopedagogia, pela FAFI - União da Vitória; Professora do COLTEC/UVA; Técnico em Biblioteca; Membro do Conselho Editorial da FACE.
E-mail: esiqueira@face.br



RESUMO

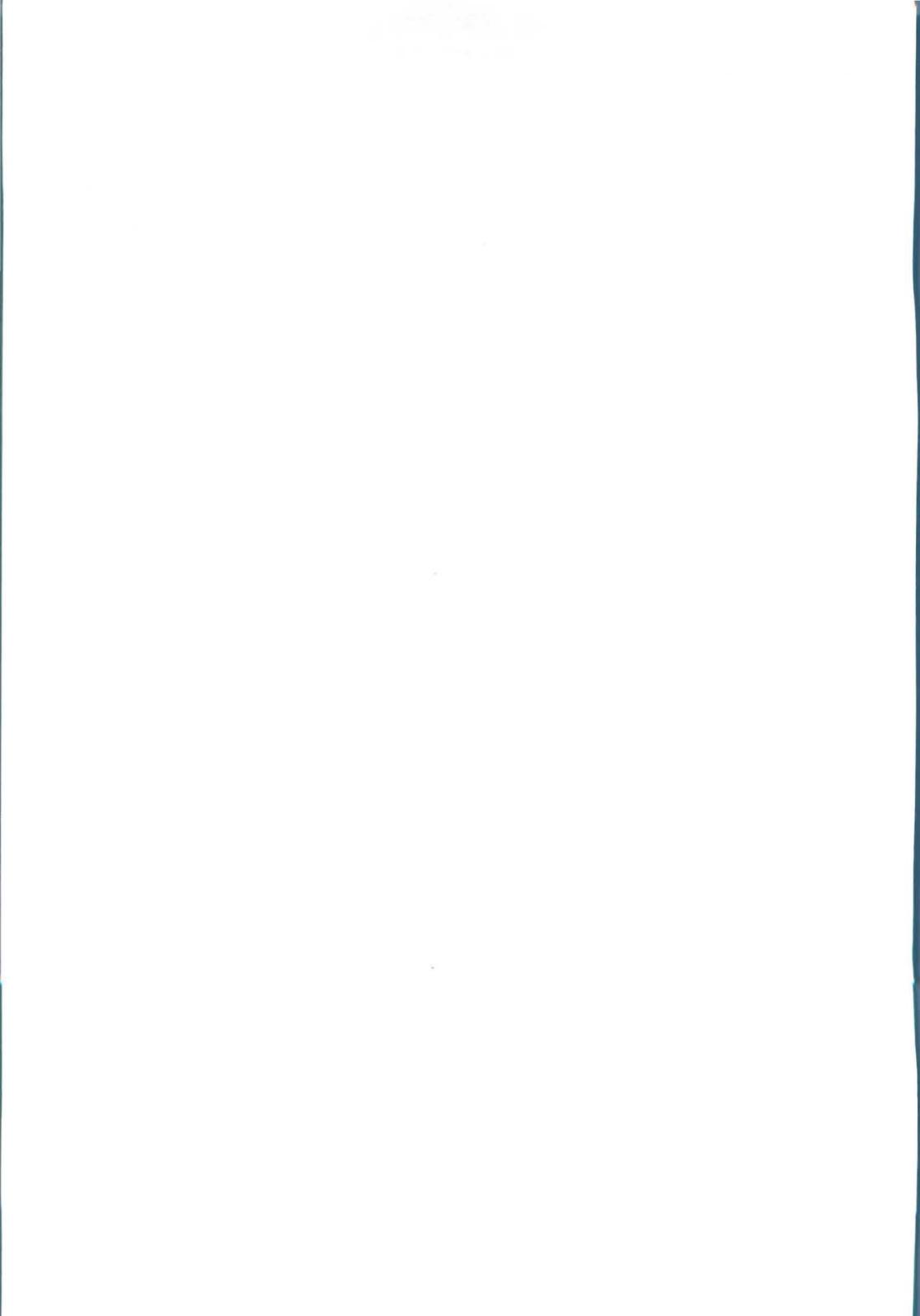
O presente artigo analisa o processo de alfabetização e aquisição do conhecimento. Por meio de pesquisa bibliográfica e busca de referencial teórico, é possível relacionar a teoria piagetiana do processo de desenvolvimento e aquisição do conhecimento. Em linhas gerais, o texto aborda as etapas do desenvolvimento humano, a aprendizagem, seu conceito e a forma como outros autores a interpretam. Traz abordagens de autores modernos que mostram que a iniciação precoce na aprendizagem conduz a dificuldades que podem adquirir o caráter de permanentes. Finalmente, mostra ao leitor a necessidade de que educadores e escolas tenham consciência do grau de exigência a que são submetidas as crianças na educação infantil, e os convida a refletirem sobre sua ação pedagógica e atitudes que devem ser tomadas frente à problemática da desmotivação, para que suas crianças não sejam mais negligenciadas pelo sistema e possam vir a apresentar dificuldades de aprendizagem ou problemas emocionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil, Piaget – Etapas do desenvolvimento, Cognição

ABSTRACT

The present study analyses through library research and theoretical reference research the teaching of reading process and the acquisition of knowledge. It is possible to link Piaget's theory of the process of knowledge development and acquisition. On the whole, the text approaches the stages of human development, learning, its concept and the way other authors interpret it. It shows modern authors' approaches that point out that an early start in learning takes to difficulties that may become permanent. Finally, it shows the need for educators and schools to be aware of the level of exigency children are subject to in kindergarten education and invites them to reflect upon their pedagogical action and the attitudes that must be taken towards the lack of motivation problem, so that children are not neglected by the system anymore nor show learning difficulties or emotional problems.

KEY-WORDS: Children education, Piaget – Stages of development, Cognition



1 INTRODUÇÃO

Alfabetização, a princípio, significa o domínio da leitura e da escrita, mas esse domínio é, na verdade, a conclusão de um longo processo. Para que uma criança seja alfabetizada, é preciso que ela passe, antes, por uma série de etapas em seu desenvolvimento, tornando-se, então, preparada para a leitura e a escrita.

Em relação à cognição, a criança aprende o tempo todo, mas não, necessariamente, aquilo que lhe é ensinado de forma intencional.

A relação ensino/aprendizagem nem sempre é linear e direta: nem tudo que se ensina, é aprendido, e, às vezes, aprendem-se coisas que não se pretende ensinar.

A aquisição do conhecimento, antes da idade escolar, dá-se por meio da ação e da exploração, ou seja, da construção do conhecimento pela própria criança. Uma vez adquirido por ela mesma, a apropriação desse conhecimento é mais significativa e com ela permanece.

Escolhemos relatar a *Teoria Piagetiana*, por considerarmos a mais completa descrição do desenvolvimento humano. Finalizando, procurou-se abordar algumas questões sobre os problemas de aprendizagem, e reafirmar o compromisso de educadores e escola, no processo de desenvolvimento do educando, como ser humano, dotado de capacidades, habilidades e limitações.

2 A AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO SEGUNDO PIAGET

Segundo Jean Piaget (1980), a aquisição do conhecimento baseia-se na interação da atividade do sujeito e do objeto do conhecimento, portanto, a obtenção do conhecimento é resultado da própria atividade do sujeito. O ponto de partida da aprendizagem é o próprio sujeito e não o conteúdo a ser abordado. Sendo o conhecimento construído a partir da interação sujeito *versus* objeto, não está, portanto, pré-determinado no sujeito (aquele que conhece), nem se encontra pronto nas características do objeto (aquilo que é conhecido). Essa interação não é intercâmbio de formas de conhecer, pré-formadas no sujeito, com as características do objeto; essas formas evoluem, são construídas pelo sujeito em sua troca de influências com o objeto, resultando na adaptação sujeito *versus* objeto. A inteligência é, então, definida por Piaget (1980), como forma de adaptação do sujeito e como uma das formas de adaptação do organismo ao meio.

Piaget (1980) definiu o desenvolvimento como um processo de equilibrações sucessivas. Entretanto, esse processo, embora contínuo, é caracterizado por diversas fases, etapas, ou períodos. Cada etapa define um momento de desenvolvimento ao longo do qual a criança constrói certas estruturas cognitivas. Segundo Piaget, o desenvolvimento passa por quatro etapas distintas: a sensório-motora, a pré-operatória, a operatório-concreta e a operatório-formal.

Não obstante, Piaget (1980) reconhece que, a despeito de preponderar, em determinadas faixas etárias, uma forma específica de pensar e atuar sobre o mundo, podem existir atrasos ou avanços individuais em relação à norma do grupo. Essa variação pode ser devida, em grande parte, à natureza do ambiente em que as crianças vivem. Contextos que colocam desafios às crianças são potencialmente, estimulantes para o desenvolvimento cognitivo.

As diferentes etapas cognitivas apresentam, portanto, características próprias, e cada uma delas constitui um determinado tipo de equilíbrio. Ao longo do desenvolvimento mental, passa-se de uma para outra etapa, buscando um novo e mais completo equilíbrio, que depende, entretanto, das construções passadas.

Não é possível passar, por exemplo, da etapa sensório-motora para a operatório-concreta, “pulando” a pré-operatória. A seqüência das etapas é sempre invariável, embora, como já visto, a época em que elas são alcançadas, possa não ser sempre a mesma para todas as crianças. De igual modo, as etapas do desenvolvimento cognitivo não são reversíveis: ao se construir uma determinada capacidade mental, não mais é possível perdê-la.

Dos quatro fatores básicos responsáveis pela passagem de uma etapa de desenvolvimento mental para a seguinte – a maturidade do sistema nervoso, a interação social (que se dá por meio da linguagem e da educação), a experiência física com os objetos e, principalmente, a equilibração, ou seja, a necessidade que a estrutura cognitiva tem de se desenvolver, para enfrentar as demandas ambientais, e, na teoria piagetiana, a interação social é a que é menos abordada. Dessa maneira, a educação – e em especial a aprendizagem – tem, no entender de Piaget (1980), um impacto reduzido sobre o desenvolvimento intelectual. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem não se confundem: o primeiro é um processo espontâneo, que se apóia, predominantemente, no biológico. Aprendizagem, por outro lado, é encarada como um processo mais restrito, causado por situações específicas (como freqüência à escola), e subordinado, tanto à equilibração quanto à maturação.

Vimos que, segundo Piaget (1980), à medida que as crianças podem lembrar-se de objetos e de eventos, podem também formar conceitos e, portanto, desenvolver a aprendizagem significativa.

Entre 3 e 6 anos de idade, as crianças estão no segundo estágio – período pré-operacional, do desenvolvimento cognitivo, em que podem pensar em símbolos. Podem imaginar objetos, pessoas ou eventos, independentemente de sua pre-

sença física, usando representações mentais.

Nessa fase pré-operatória, as crianças diferenciam-se intelectualmente das mais velhas, por serem centralizadoras, irreversíveis, antitransformadoras, transdedutivas, egocêntricas e os estímulos propiciados devem levar em conta essas características, ainda que diferindo bastante de criança para criança, e conforme sua maior proximidade ou distância dos seis anos.

Para Bruno Bettelheim (1987), o pai pode tecer fantasias agradáveis sobre o futuro do filho, ao ver o jovem em frente a um computador, ou tocando um instrumento musical. Ainda assim, para a maioria dos pais, o bom desempenho escolar parece mais propenso a indicar sucesso futuro. Por isso, muitos pais (sem perceber, realmente sua motivação), hoje em dia, exigem dos filhos bom desempenho escolar muito cedo, no maternal, ou mesmo antes.

Eles acreditam que isso promoverá o progresso do filho na escola primária, mas tudo na vida há o tempo certo e o errado; se pressionamos a criança para que tenha um bom desempenho ou para que tenha êxito, o mais freqüente é que isso provoque o resultado oposto. Ensinar leitura ou matemática não é recomendável para a maioria das crianças antes dos seis ou sete anos. Ainda que o intelecto da criança possa ser estimulado muito cedo, isso é benéfico apenas quando feito de modo adequado à idade (BETTELHEIM, 1987, p.213).

Para o ensino fundamental, em muitas escolas particulares, tais exigências são absolutas, embora as crianças tenham condições de saúde, estimulações ambientais, condições socioeconômicas favoráveis; o que permitirá dizer que, em escolas públicas, esses fatores seriam a causa da desmotivação escolar; mas nessas escolas particulares também padecem desse mal: a desmotivação.

Embora seja verdade que muitas crianças podem aprender a ler, escrever, contar e fazer cálculos matemáticos simples, com pouca idade, em geral, essas atividades não têm significado intrínseco para elas, a não ser pelo fato de que realizá-las agrada aos pais. O resultado pode ser que essas atividades escolares continuem mais tarde a carecer de sentido para essas crianças. Contudo, é apenas esse significado intrínseco que motivará a criança a dedicar-se ao tipo de aprendizado oferecido no primeiro grau. Se uma criança pequena é "empurrada" cedo demais para os trabalhos escolares, ela o faz apenas para agradar aos pais. Se isso acontecer, mais tarde, quando entrar em conflito com eles, pode sentir-se tentada a magoá-los fracassando nos estudos.

Quanto menor o significado intrínseco do aprendizado escolar para a criança, no primeiro contato, maior a probabilidade de que venha a abandoná-lo mais tarde. É muito melhor, adiar a exposição da criança ao aprendizado intelectual de natureza escolar até que esteja suficien-

temente amadurecida para isso, e seu intelecto desenvolvido o bastante, para o que esteja aprendendo tenha um significado intrínseco considerável (BETTELHEIM, 1987, p.215).

2.1 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A APRENDIZAGEM E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO

Existem pelo menos sete fatores fundamentais para que a aprendizagem se efetive, seja qual for a teoria de aprendizagem considerada:

1. saúde física e mental;
2. motivação;
3. maturação;
4. inteligência;
5. concentração ou atenção;
6. memória.

Ao conjunto de todos esses elementos, Bruner (apud DROUET, 2000) chamou de prontidão para a aprendizagem.

Para Mabel Condemarin (1989), uma das causas mais conhecidas, ainda que nem sempre a mais freqüente, de dificuldades para a aprendizagem da leitura e da escrita é a dislexia específica. No entanto, se examinarmos as características das crianças com problemas na leitura, numa população escolar, verificamos que certo número delas não pode ser considerado disléxico.

A maioria das dificuldades na leitura, excluindo a dislexia específica, proviriam de:

- a) incapacidade geral para aprender;
- b) imaturidade na iniciação da aprendizagem da leitura;
- c) alteração no estado sensorial e físico;
- d) problemas emocionais;
- e) carência cultural;
- f) métodos de aprendizagem defeituosos.

Essas causas podem produzir, na criança, um retardamento secundário na leitura. Nesse caso, essas dificuldades tendem a solucionar-se, geralmente, num grau diferente daquele retardamento produzido por uma dislexia específica.

Além do mais, para os autores acima, a imaturidade na iniciação da aprendizagem constitui uma causa freqüente de dificuldades na aprendizagem da leitura. As investigações demonstram que a instrução formal da leitura deve iniciar-se quando a criança possui uma idade mental de seis anos e meio, aproximadamente. Essa iniciação formal refere-se ao ensino sistemático dos símbolos gráficos.

Nem todas as crianças atingem um nível de maturidade numa mesma idade cronológica; tal como o ato de caminhar, que só poderão fazê-lo, quando atingirem um nível de maturidade suficiente. Quando a criança é iniciada precocemente na aprendizagem, o provável fracasso pode determinar um rechaço ou uma atitude negativa com relação à leitura, à escrita, à socialização; ficando assim a criança totalmente desmotivada.

Vemos também uma gama de variedades no crescimento e desenvolvimento da criança; nem todos atingem a maturidade necessária para a aprendizagem sistemática simultaneamente. Mas não podemos deixar de ressaltar, as diferenças de sexos. "Em geral, os meninos amadurecem um o e meio depois que as meninas e são estas que, como grupo, aprendem a ler primeiro." (CONDEMARIN, 1989, p.89).

Muitas escolas regem-se pela idade cronológica, como único critério de seleção para os alunos que ingressam na primeira série, e não consideram o aspecto de maturidade para iniciação da aprendizagem da leitura.

Estar pronto para ler implica maturidade em vários aspectos: a criança deve possuir uma idade visual. O olho de seis anos possui, freqüentemente, uma hipermetropia; ela não pode ver com clareza objetos tão pequenos como uma palavra. Implica também uma idade lingüística: a criança deve ser capaz de expressar seus pensamentos em frases, com suas próprias palavras, escutar e contar estórias em seqüência apropriada e dar identidade verbal aos objetos e símbolos. Implica, por último, uma idade emocional e social: a criança deve ser capaz de permanecer longe da mãe, sem angustiar-se. Deve ser capaz de alternar, cooperar e competir com um grupo de iguais e de aceitar outra autoridade e fonte de afeto, independente do laço familiar primário.

O conceito de maturidade para a aprendizagem da leitura é diferente do conceito de quociente intelectual e está relacionado com o conceito de aptidão biológica, o qual constitui, principalmente, o reflexo de certos padrões de integração entre o SNC e o ambiente. A iniciação precoce na aprendizagem conduz a dificuldades que podem adquirir o caráter de permanentes.

Essas informações indicam quanto é necessário a educação infantil respeitar a idade historicamente escolhida para o início da escolaridade (que significa aprender a ler, escrever e contar), e da consciência. Esta escolha resultou do modo intuitivo de percepção pelas crianças, pois é nessa idade que elas estão capacitadas, por já possuírem uma estrutura mental operatória, a compreender regras e obedecer a elas, a organizar-se no mundo e organizá-lo.

3 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Algumas Escolas mostram-se como Espaço Aberto para "receber" as crianças com dificuldades de aprendizagem. Todavia, não oferecem condições satisfatórias para o trabalho dessas dificuldades, levando-se em consideração, que tais condi-

ções exigem tempo, etapas didáticas e situações apropriadas para o “acolhimento” dessas especificidades. A escola, no entanto, prefere na maioria das vezes, esperar que a criança possa se adequar à forma tradicional do ensino, sem que haja alguma informação específica ao professor acerca dessas dificuldades. Capacitar seu professor, tomando por base os quatros pilares da educação: Aprender a conhecer...Aprender a fazer...Aprender a conviver e Aprender a ser...Modificar seu procedimento em sala de aula é uma medida urgente e necessária, haja vista que tais medidas apenas atenderão às necessidades de toda a turma. Vale aqui lembrar que a escola é para todos os alunos e não apenas para os bem sucedidos! Receber a criança, sem as devidas mudanças, significa contribuir para o seu insucesso escolar, na verdade escolar, com o agravamento de um quadro de insatisfação e ansiedade, que por certo, começará a existir, à medida que sua aprendizagem mostrar-se visivelmente defasada, em relação à aprendizagem das demais crianças de sua sala de aula (PAMPLOMA, 1986).

Temos que perceber que as crianças que apresentam, desde cedo um quadro de “resistência à aprendizagem” na sua vida escolar, na verdade, poderão ter, por trás, um quadro de dificuldades que as impede de aprender, da mesma forma que as demais.

E isso, por si só, já é importante indício a ser investigado. As dificuldades devem ser interpretadas pelos educadores, não como fracasso, mas como desafio a enfrentar. Querendo ou não, as dificuldades de aprendizagem existem na vida de algumas crianças, independentemente da vontade ou do esforço delas ou dos pais. E se existem, não podem ser ignoradas, tendo em vista os sérios transtornos que causam à criança e a seus familiares. Precisamos lembrar que, se a criança passa grande parte de sua vida dentro da instituição “Escola”, é justo que seja, no mínimo, um espaço de prazer e não um “campo de concentração”.

Na maioria das vezes, o método convencional de aprendizagem não atende às necessidades escolares da criança. Nesse momento, falta ao educador a informação específica que o tornará capaz de diagnosticar uma situação-problema. Tentar resolvê-la, supondo ser preguiça, (lentidão) ou “simples” falta de atenção, estará certamente fazendo essa criança perder sua primeiro chance de ter suas dificuldades “assistidas e trabalhadas” dentro do próprio sistema educacional, que é de onde se espera a competência para o diagnóstico precoce das dificuldades de aprendizagem. Se o educador não tem a “competência” para identificar, no seu espaço de aula, as crianças que apresentam indícios de alguma dificuldade de aprendizagem, por parte do educador”, entre elas a Dislexia e os distúrbios de leitura e escrita o induzirá, fatalmente, a uma avaliação inadequada, posto que julga o aprendiz apenas por seu erros, desconsiderando tanto a sua realidade, quanto as possibilidades que levariam ao desenvolvimento de seu

potencial, na condição de ser que aprende diferente...mas aprende (CONDEMARIN, 1989).

Se a aprendizagem não acontece nesse quadro, trata-se, pelo menos, de um duplo fracasso: do aluno que falhou, por não ter sido atendido em suas especificidades, e do professor, que não conseguiu interpretar os constantes e repetitivos erros.

O educador precisa rever seu conceito de erro. Saber interpretá-lo será um grande passo, que ajudará o educador sensivelmente na aprendizagem de qualquer criança.

É importante que a escola elabore, em sua proposta pedagógica, uma forma de diagnosticar os problemas existentes na aprendizagem, assim como um plano de ação para atingir seus objetivos, sem o risco da desmotivação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessária a construção de práticas que levem em conta as necessidades das crianças, assim como suas possibilidades de aprendizagem, criando condições e dando-lhes autonomia suficiente, para que não só aprendam umas com as outras, mas também com os próprios erros, sem medo ou preconceito. Caso contrário, a escola será um lugar indesejável e, fatalmente, logo a criança a rejeitará, reprimindo seus sentimentos e apresentando comportamentos que poderão explodir sob as formas mais inexplicáveis.

Esperamos que tenha ficado claro que não consideramos fundamental o compromisso da alfabetização com uma determinada idade cronológica, mas que, ao contrário, acreditamos que o compromisso fundamental, é com a aplicação do campo de ação da criança, o que, naturalmente, facilitará o seu processo de aprendizagem.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987

CASTRO, Amélia Domingues. **Piaget e a pré-escola**. São Paulo: Pioneira, 1979.

CONDEMARIM, Mabel; BLOMQUIST, Marlys. **Dislexia, manual de leitura corretiva**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artes Médica, 1989.

_____. CHADWICK, Mariana. **A escrita criativa e formal**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1987.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Distúrbios de aprendizagem**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2000.

JOSÉ, Elizabeti; COELHO, Maria Tereza. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1993.

PAMPLOMA, Antonio Manuel Morais. **Distúrbios de aprendizagem**. 3.ed. São Paulo: Edicon, 1986.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. São Paulo: Zahar, 1980.

PONTES, David; CAPELTO, Ivan; MINATTI, Ângela. As primeiras letras na hora certa. **GAZETA DO POVO**, Curitiba, 20 nov. 1999. Caderno Viver Bem, p.4.

**Centenário da Imigração Ucraniana:
Jangada. Marco Cinco. General Carneiro
(1895 – 1995)**

PAULO HORBATIUK

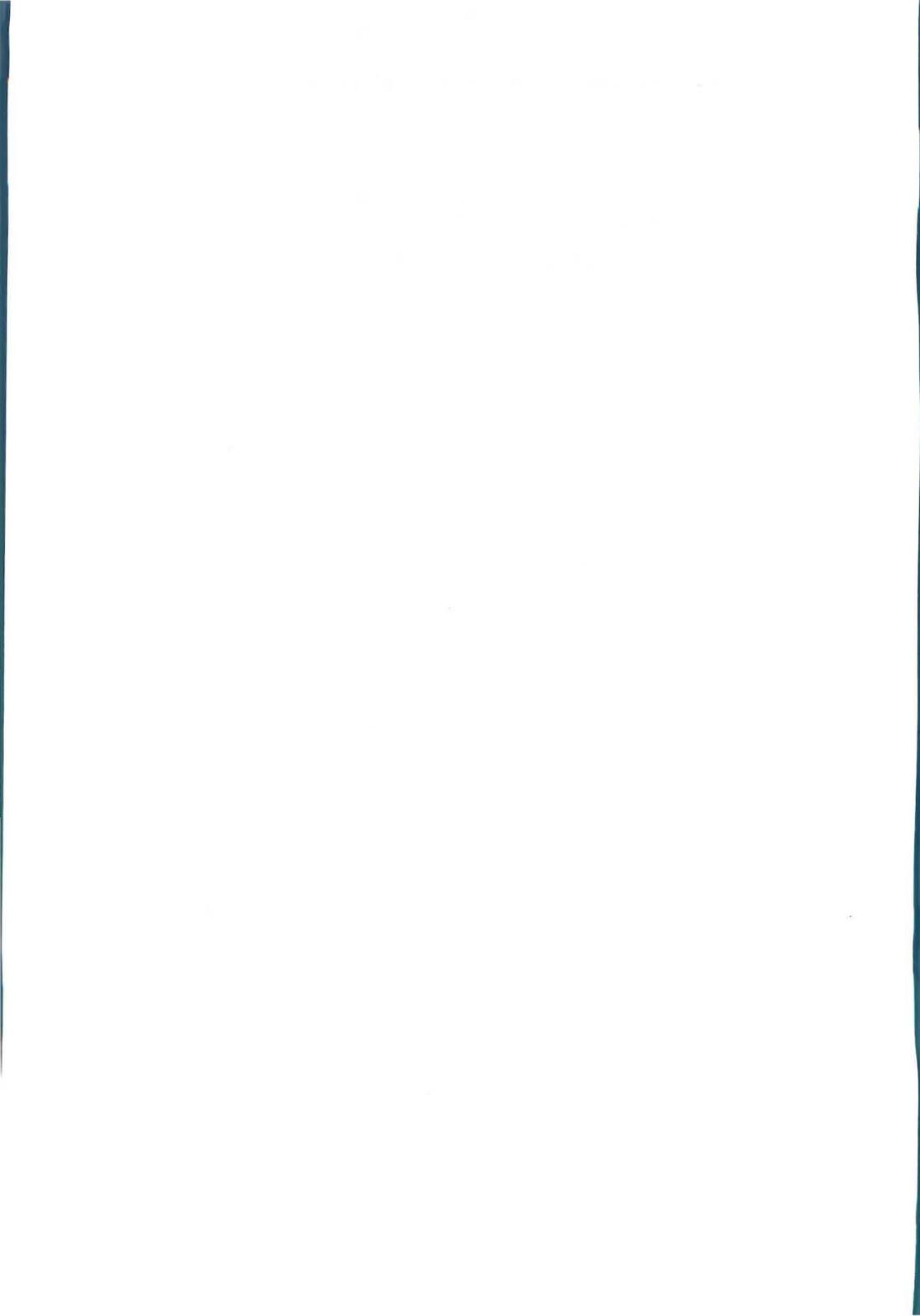
Mestre em História da Cultura Brasileira; Professor do Departamento de Economia da FACE; Membro da Academia de Letras Vale do Iguaçu.

E-mail: face@face.br

LÉA LÚCIA HUNHEVICZ

Professora; Membro do Núcleo Regional de Educação (1991 a 1995)

E-mail: face@face.br



RESUMO

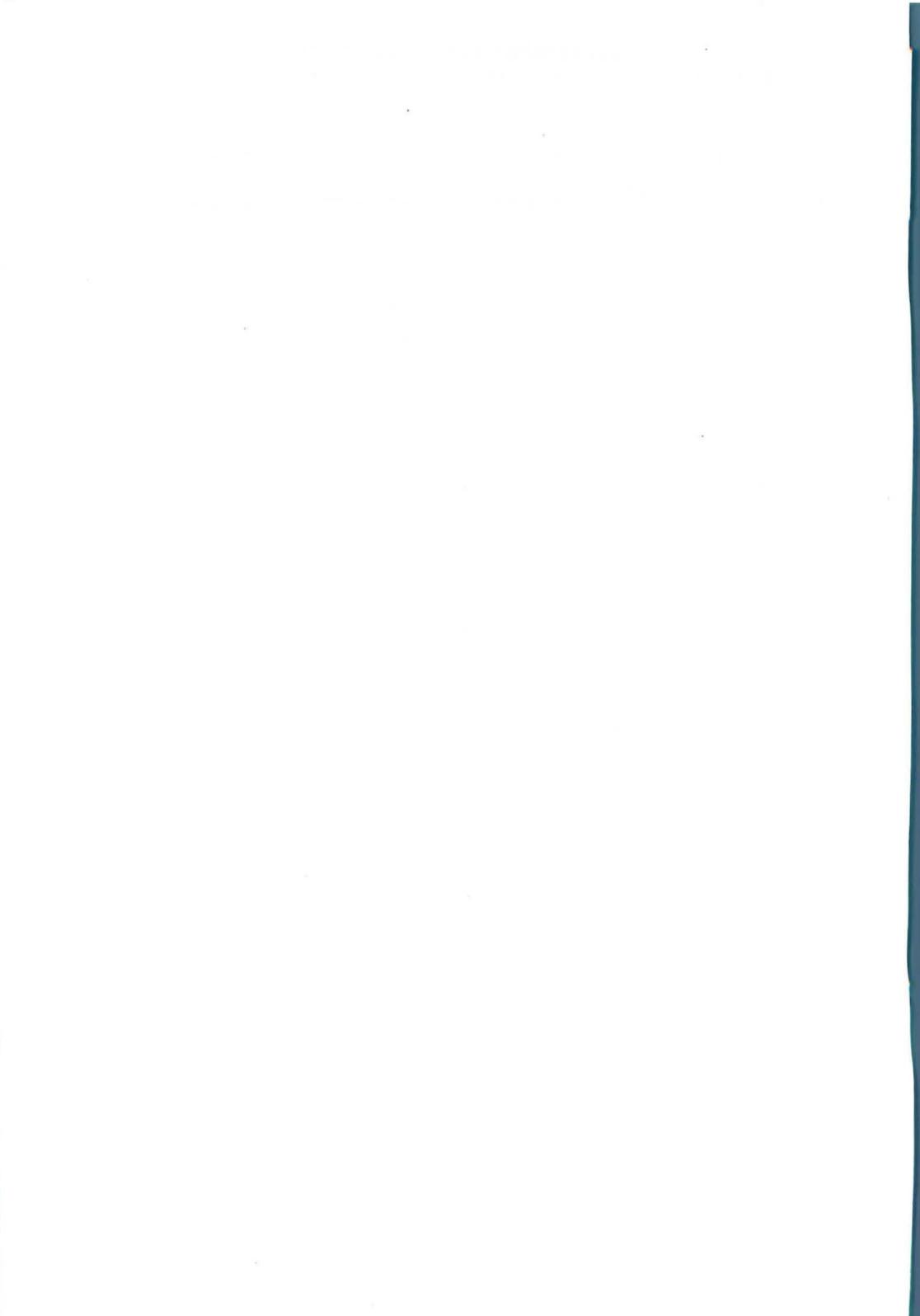
A história vivida pelos bravos fundadores da região de Jangada, Marco Cinco e General Carneiro, paralelamente à dos patrícios, em diversos locais vizinhos no Estado do Paraná e Santa Catarina e, integrada à de tantos outros imigrantes de nacionalidades diferentes, vem organicamente se fundindo, para formar a identidade maior: a da nação brasileira. O Sul do País, no entanto, comparado ao restante, traz ainda as cores locais: idiomas, tradições, costumes, aspectos físicos, folclore, capazes de lançar nossa reflexão até suas origens. Todo indivíduo é compelido a conhecer suas raízes para melhor construir sua identidade e organizar-se no grupo social em que vive. E, passadas já quatro gerações, os descendentes dos primeiros imigrantes buscam essa retrospectiva integradora. Visa-se recuperar a herança cultural do imigrante ucraniano, na região, vendo, em suas tradições, lutas, experiências e hábitos, devido à força que os levou a agir num meio tão diverso ao seu, modificando, assim, grande parte da sociedade que os abrigou.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Ucraniana, Sul do Brasil :tradições, Religiosidade: centenário

ABSTRACT

The history of the founders of Jangada, Marco Cinco and General Carneiro corresponding to the fellow countrymen's history, in several neighboring cities in the states of Paraná and Santa Catarina and integrated to the history of so many other immigrants from different nationalities, has been organically merging, to make the greater identity: the identity of the Brazilian nation. The South of the country, however, compared to the rest, still shows local colors: languages, tradition, habits, physical characteristics, folklore, which are able to make us recall their origins. Each individual is compelled to acknowledge his or her roots to build their identities and find their places in the social groups where they live. And, after four generations, the descendants of the first immigrants search for this integrating retrospective. There is a wish to recuperate the cultural heritage of the Ukrainian immigrants, in the region, seeing, in their tradition, difficulties, experiences and habits, due to the forces that made them interact in an environment which is completely different from their own, modifying part of the society that accepted them.

KEY-WORDS: Ukrainian immigration, South of Brazil: tradition, Religiousness: centenary



1 ESBOÇO HISTÓRICO

O Município de General Carneiro, PR, iniciou, em 1895, com a chegada de imigrantes ucranianos a Jangada do Sul. Em 1902, no local chamado Marco Cinco, instalou-se a sede de um grupo de famílias, a partir da construção provisória de uma Capela, cujo Padroeiro era Divino Espírito Santo, com estrutura de taquara e bracatinga.

Nessa Comunidade, constitui-se uma Diretoria pró-construção da Igreja, que se tornou o centro cultural e religioso para toda a imigração ucraniana da região:

PRESIDENTE: Basílio Walkovicz

VICE-PRESIDENTE: Alexandre Charavara

1º SECRETÁRIO: Antonio Nedochetko

2º SECRETÁRIO: Estefano Lobas

1º TESOUREIRO: Frederico Paulek

2º TESOUREIRO: Estefano Kuzmek

CONSELHO FISCAL: Antonio Leskiu, João Hunhevicz, Kostante Honesko, Nicolau Moroz, Karpo Muzeka e Paulo Hopisch.

O Primeiro padre a visitar e celebrar missa, na região, foi o Pe. Antonio Martiniuk.

O Sacerdote que fez o lançamento da Pedra Fundamental da Igreja foi o Padre Clemente Bjuhovskey, da Ordem de São Basílio Magno.

Um ano após, 1903, é construída a primeira Igreja, de madeira (serrada manualmente), construída em estilo Oriental, sendo conservada sem alterações de estilo, até o presente momento. Trabalho Artístico e pintura do Iconostás foram feitos pelo Sr. João Tchaikoski, no ano de 1903.

Na época da imigração, essa região pertencia ao Município de Palmas-PR. Pertence ao Município de General Carneiro, Estado do Paraná, desde 1960, ocasião de sua emancipação; o nome de Jangada é devido ao rio que banha esse local. O povoado ao redor da Igreja, com seu comércio e indústria, chama-se Marco Cinco.

O grupo de aproximadamente cem famílias ou mais, no início, foi assentado em barracos, no local do atual trevo de Bituruna, junto à BR 153.

Desde o início de sua fundação, instalou-se por meio de assentamento dirigido pelo Governo do Paraná, na Região de Jangada - Marco Cinco, adquirindo pequenas glebas de terrenos rurais, nas seguintes localidades: Jangada, Marco Cinco (sede); Passo da Galinha (atual cidade de General Carneiro), e outras localida-

des como: Marco Quatrò (Estrada Velha, atual Santa Rosa); Anta Gorda (município de Porto Vitória – PR, E: Xaxim, Jangada, Jangadinha (Porto União – SC), Arroio do Meio (Porto União e Matos Costa).

Um dos primeiros trabalhos oferecidos aos imigrantes, como forma de obterem recursos para pagarem os terrenos adquiridos, foi a construção da estrada, sob coordenação de uma Companhia do Exército, a picaretas e pás, do trecho que liga União da Vitória a Palmas. E, para sobreviver, tiveram que alimentar-se de caça, raízes, pinhão, alimentos fornecidos pela natureza local.

2 FAMÍLIAS DE ORIGEM UCRANIANA

Em um livro de Chamada e Matrícula da Escola de Estrada Velha, do Professor Felipe Horbatiuk, de 1926, constam como pais de alunos os seguintes nomes: André Zamulhak, Miguel Forosteski, José Tchernouski, Francisco Tchernouski, Simão Sandak, João Gela, Ignácio Stanquevitch, Meketa Pachechen, Basílio Seroiska, João Andrukiu, Miguel Maguelniski, João Ilkiw, José Blaschechen e Miguel Laskouski.

Eram os seguintes alunos da escola multisseriada, em 1ª, 2ª e 3ª séries, nessa ocasião: Pedro Zamulhak, Gregório Forosteski, Pedro Tchernouski, Elias Tchernouski, Basílio Sandak, Demetrio Gela, Estefano Laskouski, José Stankiewicz, Estefano Zamulhak, José Laskouski, João Pachechen, Silvestre Tchernouski, Alexandre Zamulhak, Eva Stankiewicz, Olga Seroiska, Maria Andrukiu, Anna Tchernouski, Natália Sandak, Tecla Gella, Emília Maguelniski, Anna Ilkiw, Quecênia Seroiska, Maria Tchernouski, Antonia Laskouski e Anna Blaschechen.

A colônia Ucraniana estendeu-se também ao longo da Estrada de Palmas, podendo-se mencionar as seguintes famílias de descendentes que residiram na região, completando os nomes acima mencionados. Naturalmente, faltarão alguns nomes, por não ser exaustiva a pesquisa: Andrukiu, Bak, Banach, Barrida, Blaschechen, Boiko, Budniak, Bulyk, Chabatura, Charavara, Chavala, Charnoski, Chass, Chedlowskey, Chelez, Chimenka, Chukailo, Demetrenchen, Drabek, Dutko, Euwdoschen, Fediuk, Forosteski, Gaiowicz, Gella, Gelaski, Gresko, Guerelus, Holup, Honesko, Horbatiuk, Horodeski, Hopish, Hreniuk, Hretcay, Hunhevicz, Huryn, Ilkiw, Istiuk, Jakemiu, Jakubiw, Jaskiw, Jukowski, Katchorowskey, Kereliw, Kobryn, Kohut, Kostin, Koteski, Kotviski, Kotzan, Kravetz, Kuchar, Kussek, Kuns, Kuzmek, Laskoski, Lachowcz, Leskiw, Lhubey, Lobas, Maguelniski, Maksemiuk, Mazurechen, Melek, Mekelyta, Metelski, Mochnacz, Moroz, Mussak, Muzeka, Nakalski, Nedilha, Nedoschetko, Nekolen, Nekolhak, Nikolaiko, Nestor, Olinkewicz, Otkowicz, Palhuk, Paulek, Paraschen, Pastka, Paschechen, Paulichen, Pochodenko, Preslhak, Procek, Pronek, Protzskiv, Polegatch, Plakitka, Roblowski, Sandak, Sandesky, Sawitzki, Scheuwtchuk, Sedor, Seleski, Sawchuk, Stachuk,

Sembalhuk, Seroiska, Sloboda, Slojala, Soroka, Stankiewicz, Steptchuk, Stechechen, Tarara, Tchaikoski, Tchuvaiv, Terleski, Tereska, Tomachewski, Trevisan, Tropak, Tuchinowicz, Valek, Walkowicz, Volek, Wolhaniuk, Zamulhak.

3 CULTIVO DA FÉ

A Comunidade foi assistida, no seu início, pelos Padres Ucranianos Greco-Católicos, da Ordem de São Basílio Magno, vindos da Ucrânia, cujos nomes listamos, por ordem de chegada: Padre Antônio Martiniuk (1902), Pe. Clemente Bijuchovsky (1902), Pe. Eustáquio Turkoved, Pe. Marquiano Chkirpan (1916), Pe. Matírio Kotovetch (1916), Pe. Rafael Krenetchkey e Pe. Bartolomeu Senhuta, Pe. Pedro Protchkiu e Paulo Petreski, do Clero Diocesano. Esses padres assistiram a comunidade até 1928. Desta data até 1936, a Igreja foi administrada pelos Padres Ortodoxos: Pe. Nicolau Mokohin Djombra e Pe. Leonardo Struk.

A partir de 1936, os Reverendos Padres Basilianos voltaram a atender a Comunidade. Nesse tempo, os seguintes Padres visitam a Comunidade: Benedito Melnek, Josafat Roga, Irineu Wihorenskey, Irineu Bilhan, Teodozio Kutchenskey, Gregório Mazepa, Bartolomeu Seniuta, Pe. Metódio Kowal (Diocesanos).

Em 1949, Pe. Pedro Baltzar assume a direção da Comunidade Ucraniana da região, tornando-se o primeiro Pároco da Paróquia São Basílio Magno, em 1953. Até 1964, foram Párcos: Pe. Benedito Melnek, Mateus Demeterko e Mariano Strujak. Como Coadjuutores, nesse período, trabalharam os seguintes Padres Basilianos: Pe. José Baranjuk, Bartolomeu Seniuta, Irineu Bilhan, Gregório Mazepa, Arsenio Kozechen, José Pereima, Mateus Siantchuk.

A partir de março de 1964, a Paróquia de São Basílio Magno passou a ser administrada pelos Padres Diocesanos. Foram Párcos: Pe. Floro Wodonis (1964-1976), Pe. Paulo Barabacz (1976-1980), Pe. Sérgio Krasnhak (1980-1986), Pe. Josafat Gaudeda (1986-1994). Em 1995, o Pároco era o Pe. Sérgio Hryniewicz. Como Coadjuutores trabalharam: Pe. Paulo Barabacz, Volodymyr Barabacz, Carlos Treuk, Josafat Gaudeda, Sérgio Krasnhak, Jaroslau Ssla, Metódio Krawetz, Sergio Hryniewicz, Samoel Kozelinski, Bogdan Fleituch, Sérgio Chmil, Luiz Pedro Polomaney.

O atual Eparca, Dom Efraim Basílio Krevei OSBM, ainda como sacerdote, visitou a Comunidade. Como Eparca, visitou a Comunidade, aos 15 de janeiro de 1984; uma outra vez, esteve visitando pastoralmente a Comunidade, no dia 14 de maio de 1989, por ocasião do Milênio do Batismo da Ucrânia. Esteve presente no dia 27 de agosto de 1995, por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração.

Em 1902, foram pregadas Missões pelos Padres Antônio Marteniuk e Cle-

mente Bjuchovsky, OSBM.

Em 1906, novas missões pregadas pelo Pe. Clemente Bjuchovsky; conta a tradição que houve um episódio trágico, que vitimou, por motivos religiosos, um filho e o casal da família Mykelita, ocasionado por um destacamento policial, sediado em Jangada do Sul. Dessa família sobreviveu o jovem Estefano Mykelita, formado, mais tarde, em Advocacia e Engenharia Civil.

Em 1922, a comunidade recebe a visita do Metropolita Maior, Dom Andrey Cheptytskyi, líder máximo da Igreja Ucraino-Católica, na Ucrânia.

Em 1938, houve missões, pregadas pelo Padre Orestes Dub, OSBM.

Em 1946, a comunidade de Jangada recebe, em visita, o Arcebispo Dom João Butchko, de Lviv – Ucrânia. Em 1949, novas missões do padre Orestes Dub e Pe. Nicolau Ivaniv (OSBM); voltando, este último, em 1970.

Por ocasião do Milênio do Cristianismo, na Ucrânia, 1988, pregaram missões os Padres Tarcísio Zaluski e Waldomiro Kovbetch, OSBM.

Muitas vocações religiosas surgiram dessa região, consagrando-se ao serviço de Deus e da Igreja, na Congregação Imaculada Virgem Maria, com sede em Curitiba (PR), e atuam em diversos centros educacionais, entre as Comunidades de origem ucraniana, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e no exterior. Entre elas, podemos citar: Irmã Josafata Pachechen, Irmã Cecília Zamulhak, Irmã Juliana Zamulhak, Irmã Maurícia Gaiovicz, Irmã Joaníquia Demetrenchen Seroíska, Irmã Salete Seroíska, Irmã Elicéia Jackiw, Irmã Luúia Sandak, a última da Congregação das Catequistas de Santa Anna, (Arquivo da Paróquia São Basílio Magno).

Uma parcela da comunidade é da Confissão Ucraino-Ortodoxa, desde 1938, com sede em Jangada, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, tendo sua organização social União Agrícola-Instrutiva, Igreja com o Padroeiro Espírito Santo, e tradições semelhantes.

A Comunidade Ortodoxa, por muitos anos, foi atendida pelo Pe. Basílio Postulhan, e tem como Pároco o Pe. Pedro Blaschechen.

4 EDUCAÇÃO

Logo que se instalaram, os colonos não descuidaram da educação de seus filhos, criando pequenas escolas. Havia uma, em Marco Cinco, tendo como primeiros professores Felipe Bak e João Simbalhuk. E na Estrada Velha, hoje Santa Rosa, com o professor Felipe Horbatiuk.

Essas escolas funcionaram até 1940, primando pelo ensino básico, patriotismo e Língua Nacional, conforme orientações do Inspetor Escolar, Pedro d'Araújo Netto.

Com a volta dos Padres Basilianos, segundo atas da Igreja Divino Espírito Santo

(1905), no atendimento à comunidade, o Pe. Benedito Melnek (OSBM), vindo da Ucrânia, ordenou a criação de um Colégio em Marco Cinco, junto à Igreja Divino Espírito Santo, aos cuidados das Irmãs Religiosas da Congregação Servas da Imaculada Virgem Maria, com o objetivo de cuidar da educação religiosa e cultural da comunidade. As primeiras irmãs eram: Irmã Josefa, Irmã Leônia e Irmã Michaila.

Na mesma época, a pedido do Bispo de Palmas, Dom Carlos Bandeira, foi instalado um Colégio em Jangada do Sul, cujo Padroeiro era São José, sob a direção das Irmãs da mesma Congregação. As duas escolas funcionaram até 1971, quando foram fechadas por ordem de suas Superiores, e as Irmãs, transferidas para outras comunidades mais populosas.

A partir de 1972, a Escola Divino Espírito Santo, de Marco Cinco, passou a ter como Professora a jovem Léa Lúcia Hunhevicz, por um período de dois anos, hoje residente em União da Vitória. Em seguida, assumiu o ensino a Professora Zenóvia Lobas Silva e, mais tarde, Marlene Soroca, que trabalham, em dois turnos.

Em Jangada do Sul, assumiu as aulas a Professora Wanda Pohl Olinquevicz, e, em Santa Rosa, João Chabatura.

5 VIDA SOCIAL

Em 1936, funda-se, no local, a primeira Sociedade, sob a denominação do poeta Marquiano Chanquevicz, com a participação do Padre Martírio Kotovech e dos demais fundadores. Conforme atas da Sociedade União Agrícola-Instrutiva (1936), a primeira diretoria tem, entre seus membros:

PRESIDENTE: José Hopisch

VICE-PRESIDENTE: José Budnhako

1º SECRETÁRIO: José Seleski

2º SECRETÁRIO: Nicolau Holub

1º TESOUREIRO: Eugênio Seleski

2º TESOUREIRO: Onofre Gaiovicz

ORADOR: João Nechochetko

CONSELHO FISCAL: Quindrade Gaiovicz, Basílio Honesko, Alexandre Budnhak, João Hopisch e Kuba Gaiovicz.

O nome da Sociedade, um ano após, veio a ser substituído pelo de Sociedade Ruch Ucrâniana.

Em 1950, reformados os estatutos, por motivo de ordem política, passou a chamar-se Sociedade Agrícola-Recreativa (Sociedade União Agrícola-Instrutiva).

A primeira Diretoria da Sociedade Ruch Ucrâniana contava com os seguintes membros diretores:

PRESIDENTE: José Seleski

VICE-PRESIDENTE: Onofre Gaiovicz

1º SECRETÁRIO: João Hunhevicz

2º SECRETÁRIO: Basílio Honesko

1º TESOUREIRO: Frederico Barrida

2º TESOUREIRO: Basílio Serońska

ZELADOR: Alexandre Lobas

A partir de 1950, a sociedade Agrícola-Recreativa foi administrada por:

PRESIDENTE: Pedro Nechochetko

SECRETÁRIO: Pedro José Hopisch

TESOUREIRO: André Bulek

CONSELHO FISCAL: José MaximiuK

BIBLIOTECÁRIO: Frederico Lobas

Esta Sociedade permanece ativa até nossos dias.

6 ATIVIDADES ECONÔMICAS

A comunidade, de começo, dedicou-se à agricultura e à pecuária, apesar do solo ser, em grande parte, acidentado e pedregoso, sendo possível pouca mecanização. Por serem propriedades pequenas e terras de fraca produção, muitas famílias migraram para Pato Branco, Francisco Beltrão, Vitorino, Curitiba e, um grande número, para União da Vitória e Porto União; à procura de cursos superiores, emprego em indústrias e outras profissões.

Parte da comunidade reside na cidade de General Carneiro, atuando em diversos ramos de atividades urbanas, como funcionários públicos, comerciantes, empresários. Ali possuem sua organização social, o Clube Ucraniano e a Igreja São Miguel Arcanjo.

7 PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA

Descendentes da etnia ucraniana têm tido acesso a cargos políticos de destaque.

Foram Prefeitos do Município de General Carneiro o Sr. Thomas D. Gaiovicz, Sr. Mozart Jakimiu e Vice-Prefeito o Sr. Sérgio Sebastião Stepchuk.

Foi vereador, no Município de Palmas, o Sr. Pedro Nechochetko e, em General Carneiro, Emílio Barrida, Theotônio Lobas, Basílio Tuklinovicz, Pedro Maguelniski, Mozart Jakmiu, Raul Gaiovicz, Ivo Sedor, Maria Rosa Gaiovicz e o Vereador Ivo Gaiovicz. Na década de 1950, foi eleito Deputado Federal pelo Paraná, um filho da Terra, o Dr. Estefano Mykilita.

8 ATUALIDADE

A comunidade ucraniana de Marco Cinco, Jangada, apesar de seu reduzido número de habitantes e com os mais diversos problemas sociais que enfrenta, vem preservando o patrimônio fundado e legado por seus antepassados, principalmente, a fé e a tradição trazida da Ucrânia. Vem mantendo e ampliando, também, a sua sede social.

O município de General Carneiro, em seu Centenário, é administrado pelo Prefeito, Sr. Joelcir Marcos Lammel, que procura atender, com desvelo, os interesses de todos os segmentos da Comunidade.

A Diretoria da Igreja e do Clube Social vem atuando segundo estatutos legalmente registrados.

Constituem a Diretoria os seguintes representantes da comunidade:

PRESIDENTE: Sergio Zamulhak

VICE-PRESIDENTE: Rafael Chokailo

1º SECRETÁRIO: Merone Zamulhak

2º SECRETÁRIO: Izabel Lobas

1º TESOUREIRO: Waldomiro Sloboda

2º TESOUREIRO: Valdomiro Barrida

CONSELHO FISCAL: Nicolau Nestor, Ambrozio Zamulhak, Augusto Moroz, Jorge Sloboda, Gregório Zamulhak, José Silva e Pedro Barrida.

Pode-se concluir que, nos cem anos de desbravamento em terras brasileiras, o povo ucraniano da região manteve-se unido em torno de sua fé, cultura e tradições, com espírito construtivo e perseverança, tendo, como seus líderes, os religiosos ucranianos e brasileiros, da descendência ucraniana, que sempre se fizeram presentes.

A oportunidade de conhecimento desse passado de luta pode servir aos descendentes como estímulo e exemplo de vida, e até de justo respeito por seu passado histórico.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

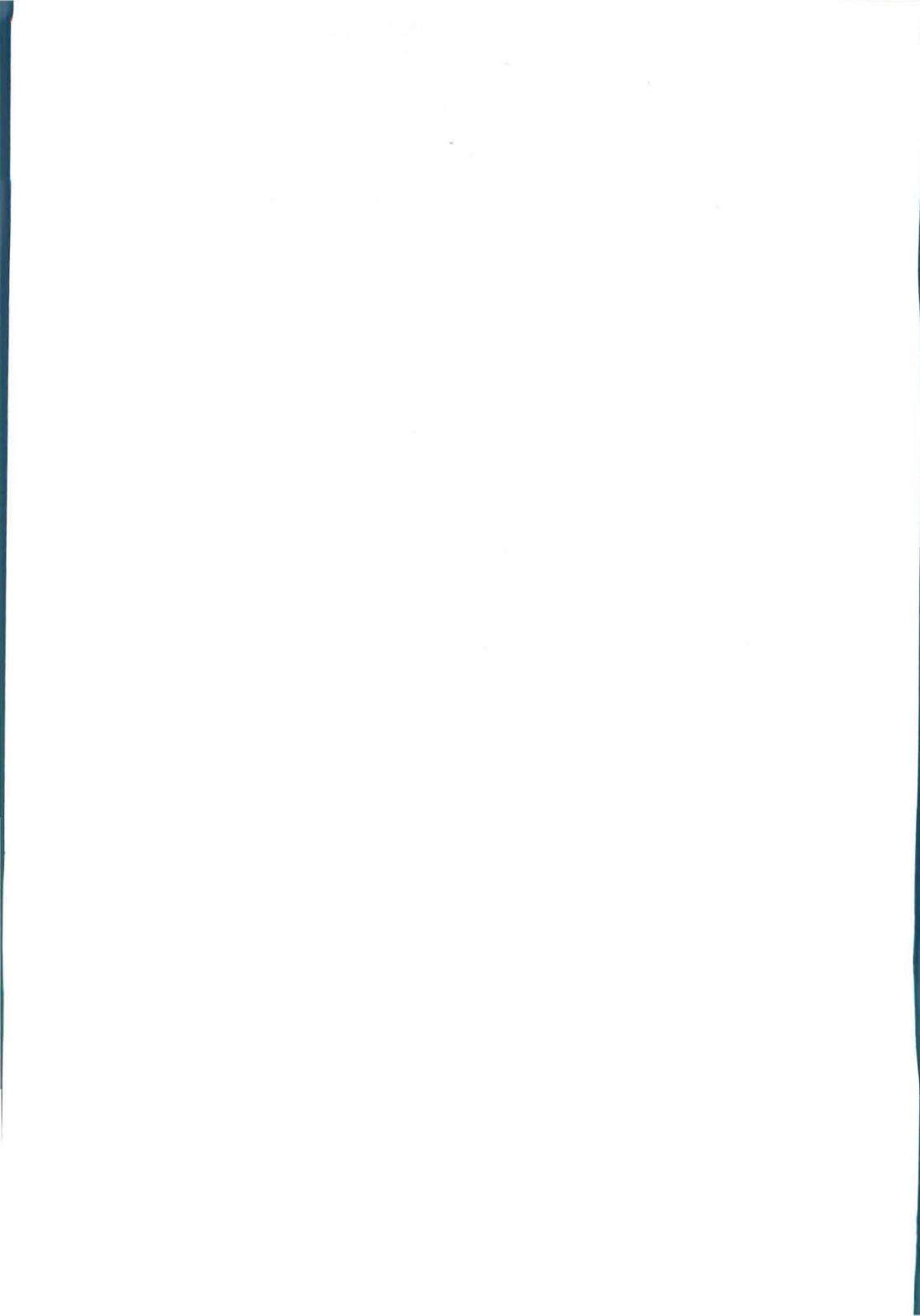
ATA da Sociedade União Agrícola-Instrutiva, 1936.

ATAS da Igreja Divino Espírito Santo, 1905 a 1917.

ARQUIVO da Paróquia São Basílio Magno.

LIVRO de Chamada. Escola Estrada Velha, 1926, de Felipe Horbatiuk.

ZAMULHAK, Merone. Entrevistado em Marco Cinco, 1995.

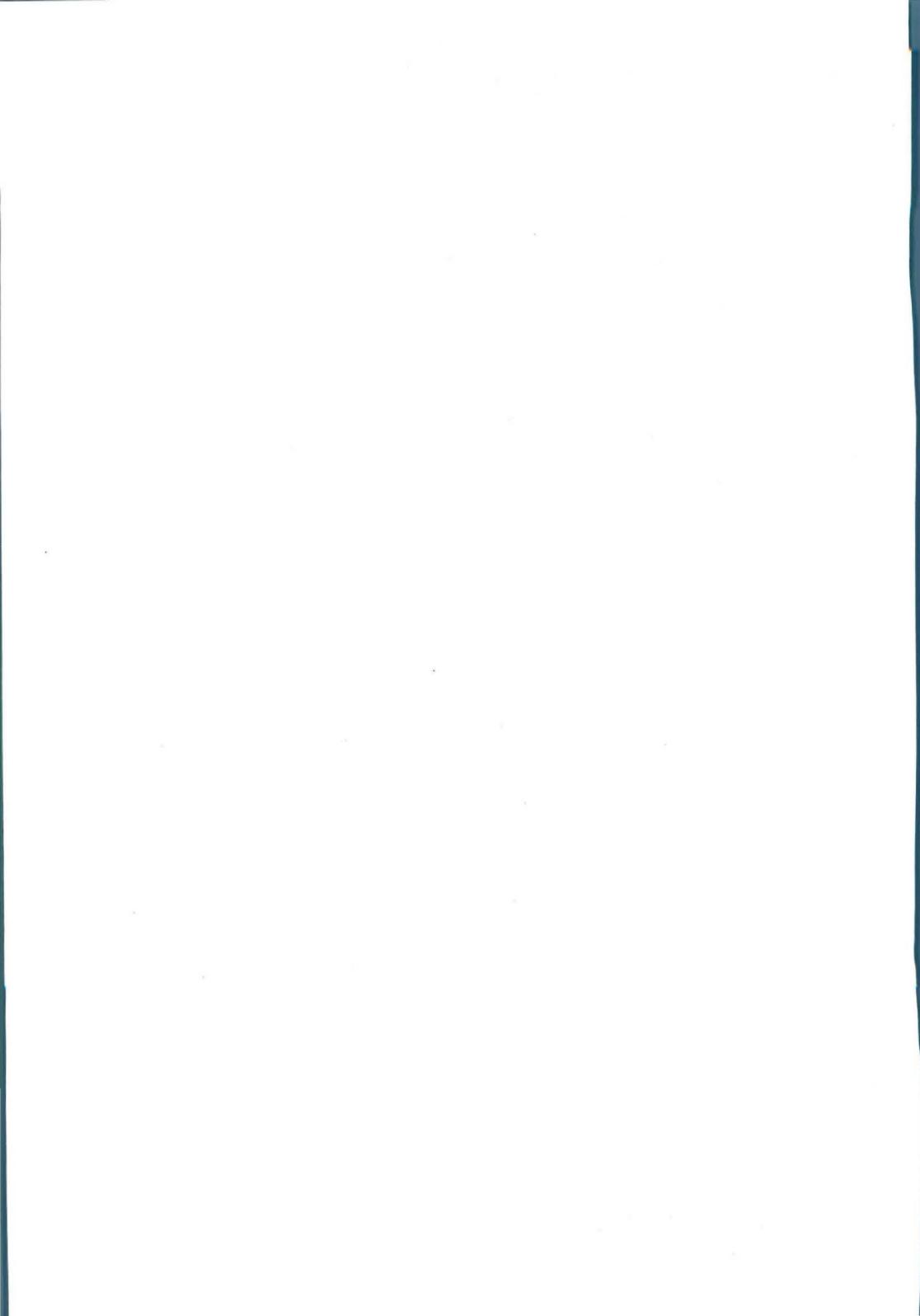


A REALIDADE DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO

SANDRA APARECIDA DE PAULA E SOUZA

Graduada em História e Geografia pela FAFI/UVA-Pr, Especialista em Geografia Física pela UFPR e História Social, pela FAFI/UVA. Mestranda em Turismo Internacional, pela UNICENP/Curitiba em convênio com a Universidade de Las Palmas de Gran Canária, Técnica Pedagógica da Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Educação de UVA-Pr. Professora dos Departamentos de Turismo e Licenciatura em Informática da FACE/UVA; Professora do COLTEC/UVA.

E-mail: face@face.br



RESUMO

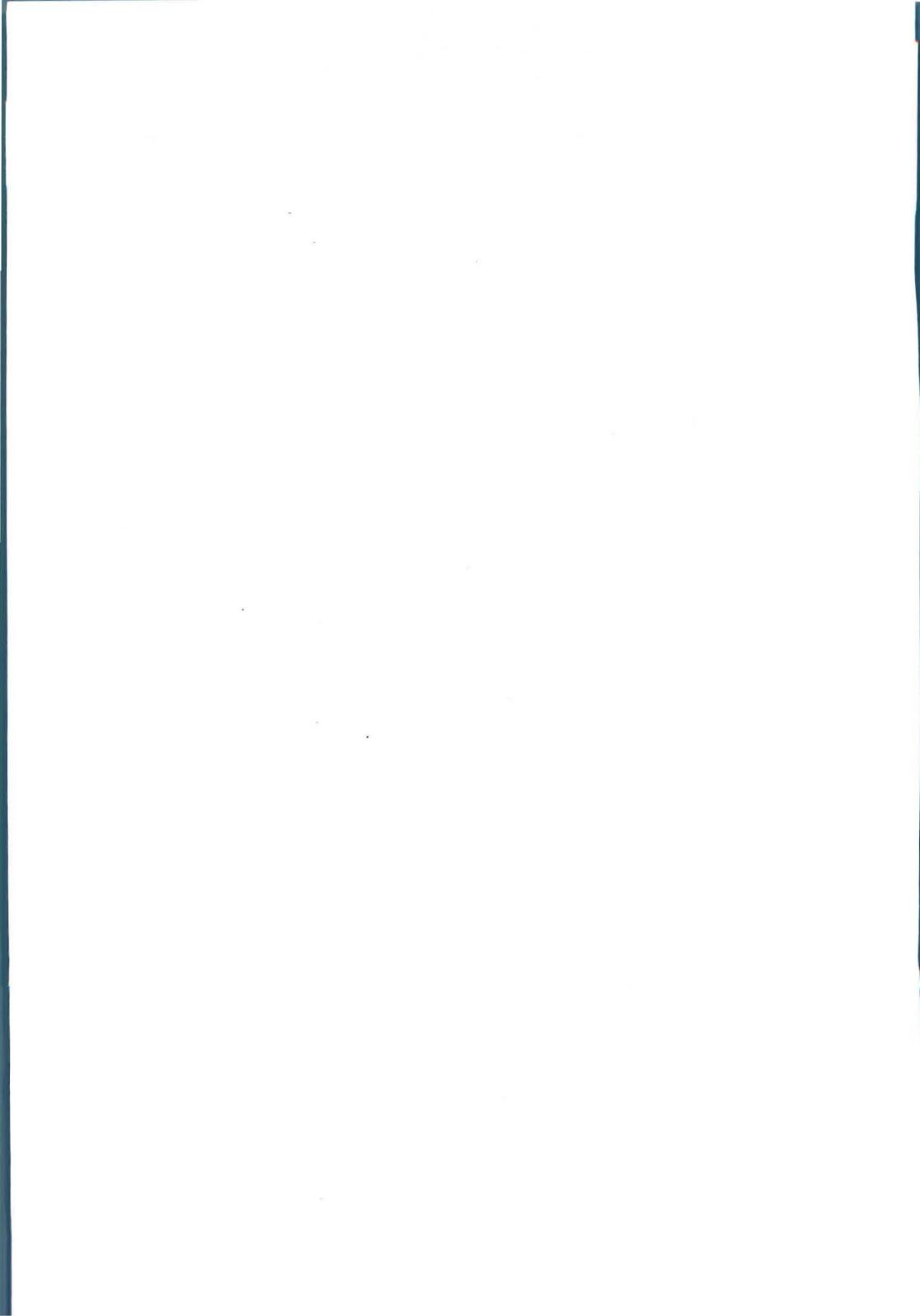
No decorrer do século XX, a tecnologia sofreu imensa transformação, perceptível em todos os setores que constituem a sociedade humana. Torna-se evidente a necessidade de mudanças, que vão, desde os métodos até a organização de sistemas. Nesse contexto, a educação assume total responsabilidade pela inserção de sujeitos dotados de conhecimento, bem como aptos a assumirem oportunidades que a era tecnológica poderá oferecer. A partir da relação entre educação e transformações tecnológicas, é analisada a relação informática, sociedade e educação. Concluindo, cabe-nos evidenciar que, no decorrer do século XXI, é do professor a responsabilidade em assumir uma postura de agente responsável pela formação dos educandos, com base na era tecnologia. O professor deverá fundamentar-se, para a adoção de uma prática pedagógica eficaz, diante das mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, Educação, Transformação, Responsabilidade, Revolução

ABSTRACT

During the twentieth century, technology went through great changes, noticeable in the entire human society. The need for changes is evident, from methods to organization systems. In this context, education is fully responsible for preparing educated individuals who will be able to take advantage for the opportunities that technology may offer. The relationship between computer science, society and education is analyzed from the relationship between education and technological changes. Finally, it must be said that, during the twenty-first century, the educators are fully responsible for the scholar education of their students based on technology. The teacher will have to establish grounds to adopt an efficient pedagogical practice to face the changes.

KEY-WORDS: Technology, Education, Change, Responsibility, Revolution



1 INTRODUÇÃO

A sociedade humana vivencia um momento de inúmeras transformações visíveis em todos os setores. Entretanto, o setor educacional, é sem dúvida, o principal responsável por orientar e instruir as pessoas, para que cada um, não fique alheio as inovações.

A educação precisa, portanto, fundamentar-se para promover a inserção das pessoas, sobretudo, instruí-las para o avanço da tecnologia, uma das ferramentas mais utilizada na atualidade.

No início deste milênio, constatamos que “se trata do disco, do rádio, da televisão, da gravação audiovisual, da informática ou da transmissão de sinais eletrônicos”, segundo Delors (2001, p.186), dentre outros instrumentos, o que, nos faz vivenciar o momento, marcado essencialmente pela dimensão econômica e social. Os avanços nos levam a reconhecer que a educação passa por transformações, nos chamando, a assumir um papel de agentes transformadores de opiniões, em constante instrução.

Após análise das tendências por meio de referências bibliográficas, constatamos que no decorrer do século XX, a tecnologia passou por inúmeras transformações, o que nos levou a escrever o presente artigo, tendo como objetivo, analisar as novas tecnologias e sua relação com o setor educacional.

2 TECNOLOGIA E SUAS TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XX

Durante o século XX, a atividade tecnológica sofreu uma transformação de sua estrutura, até atingir seus métodos e fins. Em consequência, podemos constatar em todo o mundo, um novo modo de vida nas sociedades humanas. Em outras palavras, a tecnologia foi fundamental para a guerra, tanto quanto para a paz.

Há três aspectos relevantes das transformações tecnológicas, propostas por Drucker (1973, p.63). São eles: em primeiro lugar, *possíveis mudanças estruturais*, que incluem a profissionalização, a especialização e a institucionalização do mundo do trabalho tecnológico.

O segundo aspecto diz respeito às necessárias *mudanças dos métodos*; deverá ocorrer o desencadeamento de uma nova relação entre o momento tecnológico e a ciência, o aparecimento da pesquisa sistemática e o entendimento do novo conceito da inovação tecnológica.

O terceiro aspecto diz respeito ao *enfoque de sistemas*, fazendo-nos reconhecer que a tecnologia nada mais é do que uma disciplina organizada e sistemática.

Do acima exposto, acabamos por reconhecer que todo trabalho tecnológico deverá ser plenamente consciente, tomando por base o esforço científico.

Prosseguindo, cabe-nos referenciar a educação, um dos setores da sociedade organizada, que deverá assumir a responsabilidade da transmissão do conhecimento e da superação dos desafios que a moderna tecnologia provoca. Salientamos, deverá desempenhar papel imprescindível, a fim de desvendar o novo, o “desconhecido”.

Retornando, historicamente, ao ano de 1900, quando a alfabetização torna-se uma necessidade em todos os países industrializados, verificamos a progressão elevada da tecnologia.

No passado, antes da industrialização, encontramos uma sociedade que privilegiava um número reduzido de pessoas que detinham o conhecimento da leitura e da escrita. Tinham acesso a esses conhecimentos os padres, advogados, médicos e todos os funcionários do governo, além dos comerciantes.

Quando analisamos a sociedade, por volta de 1965, verificamos que os desempregados, muitas das vezes, eram as pessoas que não tinham, nem mesmo, um grau significativo de educação.

A educação deixa de figurar como ornamental e assume o lugar do principal recurso econômico para a sociedade que está surgindo. Sob essa perspectiva, reconhecemos que o setor educacional assume o principal centro de investimentos da sociedade industrial desenvolvida.

Na sociedade tecnológica, percebemos mudanças e reconhecemos ser possível um maior acesso à educação. Percebemos que a sociedade necessita de homens educados, que desenvolvam seus conhecimentos e que sejam valorizados e recompensados por seus talentos.

Entretanto, na sociedade tecnológica, a educação, certamente, deverá assumir lugar de destaque para poder oferecer oportunidades.

3 INFORMÁTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Quando consultamos, no Dicionário Aurélio, a palavra “INFORMÁTICA”, encontramos a seguinte definição: “é a ciência que visa ao tratamento de informações por meio do uso de equipamentos e procedimentos de processamento de dados”. Para Barros, (citado por BOGATSCHOV, 1999, p.5) “informática é a ciência do armazenamento, recuperação e transformação da informação, que tem como preocupação a velocidade do processamento”.

Analisando o exposto, entendemos que o tempo gasto em processar infor-

mações torna-se indispensável para a Informática. Entretanto, não podemos deixar de relatar a importância assumida pela Internet, de onde milhões de pessoas diariamente retiram informações, além de se comunicarem rapidamente, distantes há vários quilômetros de distância ou, ainda, de países ou continentes distintos. Para se comunicarem, possuem como suporte equipamentos de alta tecnologia.

Tomando como referência o exposto, reconhecemos que a sociedade humana participa de um processo de mudanças. Notamos ser indispensável que os homens saibam desenvolver sua capacidade de pensar sabiamente, para que possam conviver e aceitar o momento das mudanças. Percebemos que a onda da informática poderá transformar, além dos campos científico e da comunicação, toda a estrutura das sociedades humanas e que acabará por desencadear, até mesmo, uma profunda mudança na dimensão cultural.

Levando em consideração que o setor educacional está situado na dimensão cultural das sociedades, percebe a necessidade de propagar os valores, os costumes sociais que possibilitem aos seus cidadãos condições de se tornarem seres humanos úteis.

Por outro lado, iremos encontrar nova situação. Quando nos referimos ao ajuste social, podemos nos defrontar com o conservadorismo. Entretanto, com a onda da informática, presenciaremos uma crescente e irreversível transformação, porém, reafirmamos que a educação deverá superar o conservadorismo, adaptando-se à nova era, ou seja, a uma sociedade em permanente mudança.

Para suportar esse processo, entrará em cena o computador, que será responsável pela aprendizagem. Desse modo, o educando, terá oportunidade de aperfeiçoar seu conhecimento. O que realmente importa é a formação de seres humanos capazes de pensar criticamente e que, ao mesmo tempo, desenvolvam a criatividade que nas palavras de Piaget, (citado por BOGATSCHOV, 1999, p. 56) (...) "... pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma". Este ponto de vista, leva-nos a reconhecer que a educação tem a responsabilidade de propiciar aos educandos o gosto pela pesquisa e leitura, sobretudo, vivenciada em locais de intensa cooperação.

A interação entre tecnologia, sociedade e educação deve, acima de tudo, garantir para as gerações, atuais e futuras, acesso ao trabalho.

Na seqüência, comentaremos três reportagens, com referência ao setor educacional e sua relação com o avanço da tecnologia.

Primeiramente, quando lemos a Reportagem "Tecnologia, Aula Ponto Com, o uso da Internet na Educação", percebemos que o uso da Internet poderá representar o futuro da Educação, e que "dar" aulas passou a ser mais simples, contudo, muito mais estimulante. Entretanto, devemos entender que, para ser uma escola de qualidade, não basta ser uma Instituição Educacional cheia de computadores; torna-se imprescindível aperfeiçoar a maneira de como a Escola utiliza esses recursos. Betting afirma: "Internet é como o sexo no casamento. Não tem

nenhuma novidade, nem é tão excitante assim. O problema é que se a gente não fizer bem feito, vem outro e faz pela gente”.

Um aspecto importante, descrito na reportagem, faz referência às diferenças de legislações. Citaremos a escola K-12, dos Estados Unidos, em que os alunos, durante seus primeiros doze anos de aprendizagem, não precisam estar presentes em uma sala de aula. Basta estarem conectados na Internet. E o contato humano? Onde fica a socialização?

Contudo, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/96, do Brasil, a escola K-12 seria ilegal, porque a nossa lei prevê a presença física, obrigatória do aluno na escola, durante os primeiros doze anos de educação, que corresponde ao Ensino Fundamental, o qual objetiva fortalecer a vida social do educando, por meio dos vínculos familiares, os laços da solidariedade, e sobretudo a tolerância.

A reportagem “A Educação na era digital” enfatiza que o setor educacional dobrou nos últimos vinte anos e foi registrado que poderá dobrar até meados de 2010. Trevisan (2001) registra que, “segundo previsões da United Nations Education Organization, o mundo consumirá esse serviço pelos menos 50% a mais do que hoje”. Essa afirmativa evidencia a evolução da onda tecnológica que acaba influenciando mudanças no setor educacional. Prosseguindo, Trevisan destaca os “Estudos conduzidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, demonstrando que a educação, como serviço, terá um crescimento anual nos próximos quinze anos projetado para 3,5% - países desenvolvidos; 9,5% - países em desenvolvimento e 5,2% em termos globais (estima-se uma taxa de crescimento anual da demanda global em torno de 3.8% ao ano até 200%)”. Acabamos por concluir, tendo em vista o exposto, que a utilização dos meios eletrônicos está ganhando espaço. No entanto, poderá desencadear o aparecimento de novas profissões, que poderão exigir profundas mudanças e atualização do setor educacional.

Dando prosseguimento à reportagem de Trevisan (2001), quando se faz referência aos mercados que consomem esses produtos, observamos que, “os maiores produtores são também os que representam os maiores mercados dos consumidores (somente os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão representam 73% do consumo mundial das novas ferramentas de educação). Também, no Brasil, os preços da educação digital são norteados pelo mercado internacional que, por sua vez, é fortemente influenciado pelo nível de preços nos Estados Unidos”.

Concluímos que o Brasil não ignora a evolução da educação digital, de acordo com suas políticas internas educacionais; inúmeros cursos foram ofertados por todo o território nacional, mesmo não atingindo os níveis exigidos pelos padrões internacionais. No entanto, a nova oferta dos serviços de educação no Brasil está mais concentrada em regiões detentoras de elevada atividade industrial e

comercial, contemplando em maior proporção a Região Sudeste, composta pelos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e a Região Sul, subdividida nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Reconhecemos a importância da Tecnologia da Informação no setor educacional, entretanto percebemos que a maior responsabilidade por uma aproximação de conhecê-la e aplicá-la no processo ensino – aprendizagem está sendo da responsabilidade do professor. Nós, educadores, estamos vivenciando a década do impulso da Tecnologia, devemos nos apropriar dessa ferramenta, para podermos superar o equívoco de que o computador substituirá nosso lugar. Para tanto, devemos considerar tal instrumento como nosso aliado e nos apropriarmos de sua capacidade, para podermos desempenhar, com excelência, nossa tarefa de educadores, contribuindo efetivamente para o crescimento de nossos educandos.

4 O SÉCULO XXI E A RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR FRENTE ÀS MUDANÇAS

Tendo em vista a responsabilidade do professor frente às mudanças, no decorrer do século XXI, destacamos a afirmativa de Cuban, (citado por SANDHOLTZ, 1997, p. 173) “... os professores são portas de entrada para a mudança”. Salientamos, com referência ao exposto, a importância do papel que deverá ser desempenhado pelos professores, como dirigentes de suas salas de aula. Quando tratamos de uma sociedade em permanente transformações, não devemos esquecer a necessidade da orientação e sobretudo de conscientização do processo da mudança e não podemos permitir que nossos educandos permaneçam alheios a ele.

Portanto, a evolução da tecnologia exerce um constante desafio ao setor educacional. Cabe-nos ressaltar que todos os professores, quando desejosos de ingressar e investir em seu aperfeiçoamento, merecem total apoio.

Assim sendo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 no Brasil, a “ Seção IV do Ensino Médio, no Artigo 36, estabelece: O Currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: I destacará a educação tecnológica básica ...; no Capítulo III, Da Educação Profissional, Artigo 39, A Educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva; no Capítulo IV, Da Educação Superior, Artigo 43, A Educação superior tem por finalidade: III incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da criação e difusão da cultura, e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

Quando analisamos a legislação do setor educacional brasileiro, reconhe-

emos que ela acaba contemplando o ensino tecnológico, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior; para tanto, reconhecemos e inserimos o ensino tecnológico em nossa realidade. Mesmo não pertencendo aos países de economia desenvolvida, estamos sintonizados com as mudanças e pretendemos que o setor educacional do Brasil não fique alheio ao momento da inovação tecnológica.

Em seqüência, não poderíamos deixar de citar os princípios da educação tecnológica, defendidos por Sandholtz (1997, p.174) "(...) Princípios fundamentais para apoiar a integração da tecnologia. A Tecnologia é vista como um catalisador e uma ferramenta que reativa a empolgação de professores e alunos pelo aprender e que torna a aprendizagem mais relevante, no século XXI. A aprendizagem é um processo ativo e social que ocorre melhor em ambientes centrados no aluno... Aperfeiçoamento Profissional, os professores ficam mais dispostos a adotar e adaptar novas idéias quando vêem modelos em salas de aula ativas, onde os alunos participam de forma bem – sucedida."

Esta ênfase sobre os princípios apresentados por Sandholtz leva-nos a reconhecer que o desenvolvimento tecnológico deve ser encarado como uma ferramenta, que pode propiciar aos educandos brasileiros um aprendizado profícuo. No entanto, torna-se indispensável um personagem especial, o professor, ou seja, o educador, que deve, além de acompanhar esse desenvolvimento, apropriar-se dele, para a realização de uma prática pedagógica eficaz.

Além de Sandholtz, não poderíamos deixar de mencionar a análise sobre o impacto das novas tecnologias em (DELORES 2000, p.186-193):

Novas tecnologias... uma verdadeira revolução que afeta tanto as atividades ligadas à produção e ao trabalho como as ligadas à educação e formação... desempenharão um papel cada vez mais importante na educação de adultos, de acordo com as condições próprias de cada país... como instrumento de educação de crianças e adolescentes, uma oportunidade sem precedentes de responder com toda a qualidade necessária a uma procura cada vez mais intensa e diversificada... um meio de lutar contra o insucesso escolar... na educação constitui uma opção financeira, social e política e deve ser uma das principais preocupações de governos e das organizações internacionais... não diminui em nada o papel dos professores, antes pelo contrário; mas modifica-o profundamente e constitui para eles uma oportunidade... da comunicação e informação leva a um domínio mais amplo dos saberes.

Após os sete momentos definidos por Delores, sobre as novas tecnologias, observamos que sua visão parte de um momento revolucionário, adentra num processo de oportunidades, que acaba desvelando novos talentos.

Nossa análise acaba detectando a necessidade do engajamento de todos os

representantes e setores da sociedade. Faz-se necessário o reconhecimento desse momento irreversível que nossa sociedade está vivenciando, para que possamos edificar um mundo de oportunidades.

Acreditamos até que estudiosos no assunto nos provem o contrário, que a evolução tecnológica continuará. Com base em nossa afirmativa, reconhecemos que estamos adentrando no terceiro milênio, em um dos momentos históricos jamais presenciados pela humanidade. É muito simples. De nossos lares, instituições, podemos, no momento em que desejarmos, em questão de alguns minutos, estar conectados com qualquer lugar de nosso planeta. Isso é possível, graças ao computador, agente responsável pela tecnologia da informática. Contudo, devemos ter plena consciência do uso desse instrumento e como professores, temos imensa responsabilidade de orientar nossos alunos, para que se apropriem desse recurso e possam desenvolver a plenitude de seu valor, para seu crescimento e desenvolvimento intelectual.

Sabemos que essas necessidades são urgentes e, nesse momento, não dispensável: entretanto, como permanente estudante, reconhecemos que estamos diante de um dos momentos mais extraordinários da inteligência humana. Devemos refletir e, ao mesmo tempo, concordar em que todos os setores organizacionais de nossa sociedade, certamente, irão desenvolver, em um ritmo mais acelerado, a partir da educação, a política, a saúde, a segurança, a esfera social e o setor econômico.

Enfim, será que a evolução da tecnologia acabará, exclusivamente, beneficiando as sociedades humanas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC EDUCATIO. São Paulo: Eyll'as Criart , v.1, n.4, jan.2001.

AULA ponto com. **Profissão mestre**. Curitiba, v.2, n.19, p.4, abr.2001.

BETING, J. **Na prática a teoria é outra**: os fatos e as versões da economia. São Paulo: Impres, 1998.

BOGATSCHOV, D. N. Informática educativa: para se repensar a epistemologia escolar. **Caderno de Apoio ao Ensino**, Maringá, n. 6, p.49-60, abr.1999.

DELORES, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2000.

DRUCKER, P. F. **Tecnologia, gerência e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

SANDHOLTZ, J. H. **Ensinando com tecnologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

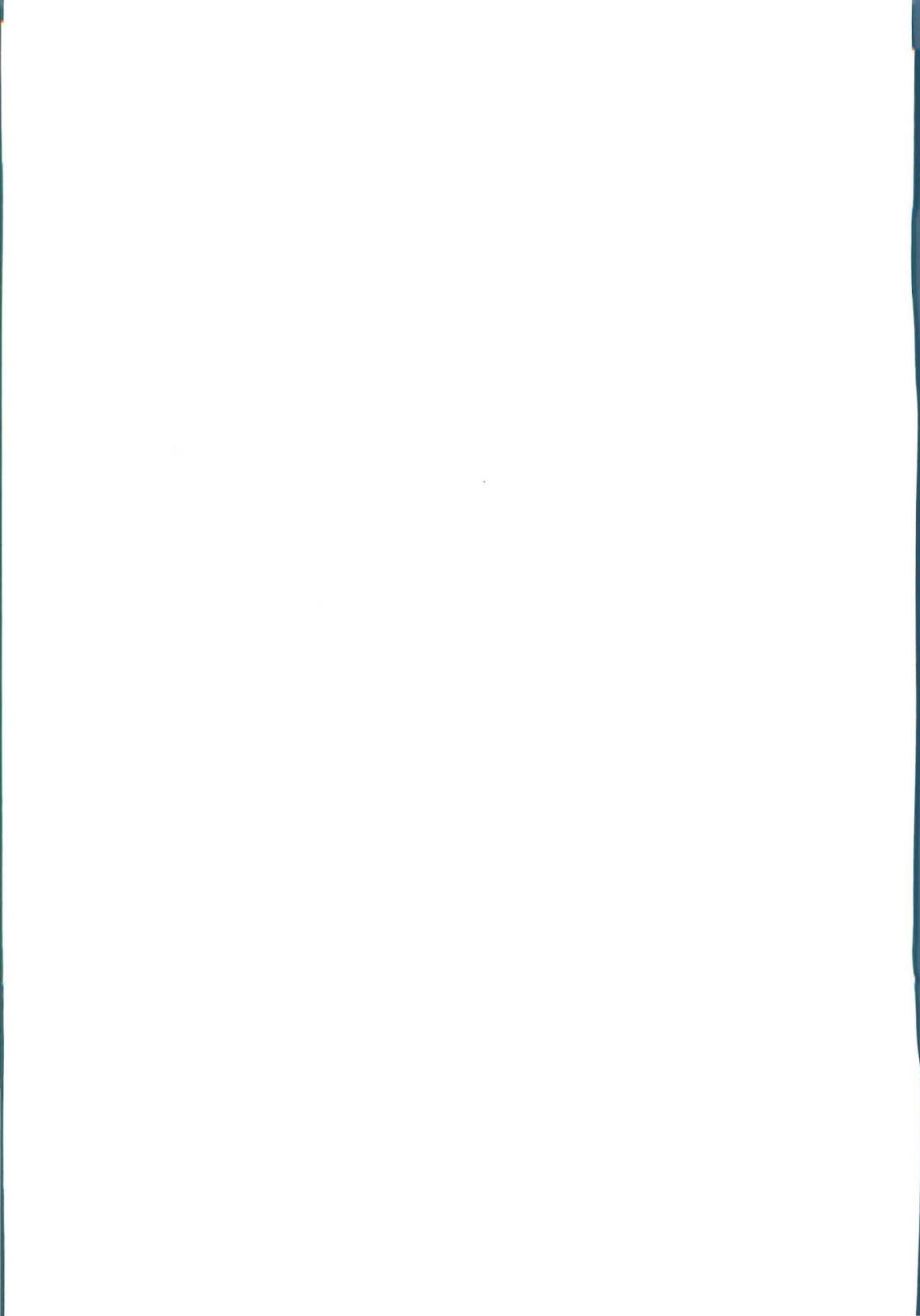
TREVISAN, Á. L. K. A educação na era digital. **Revista Trevisan**, São Paulo, v.14, n.155, p.14-19, 2001.

A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA COMO UM RECURSO PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

SIMONE SANTOS JUNGES

Técnica em Tradução e Interpretação pelo Colégio Americano Batista de Vitória - ES; licenciada em Letras - Inglês, pela Universidade Federal do Espírito Santo; Especialista em Língua Inglesa, pela FAFI/UNESPAR; Professora de Língua Inglesa Instrumental, nos cursos de Turismo, Comércio Exterior, Licenciatura em Informática e Secretariado Executivo, na FACE; membro do Conselho Editorial da FACE.

E-mail: simonejunges@hotmail.com



RESUMO

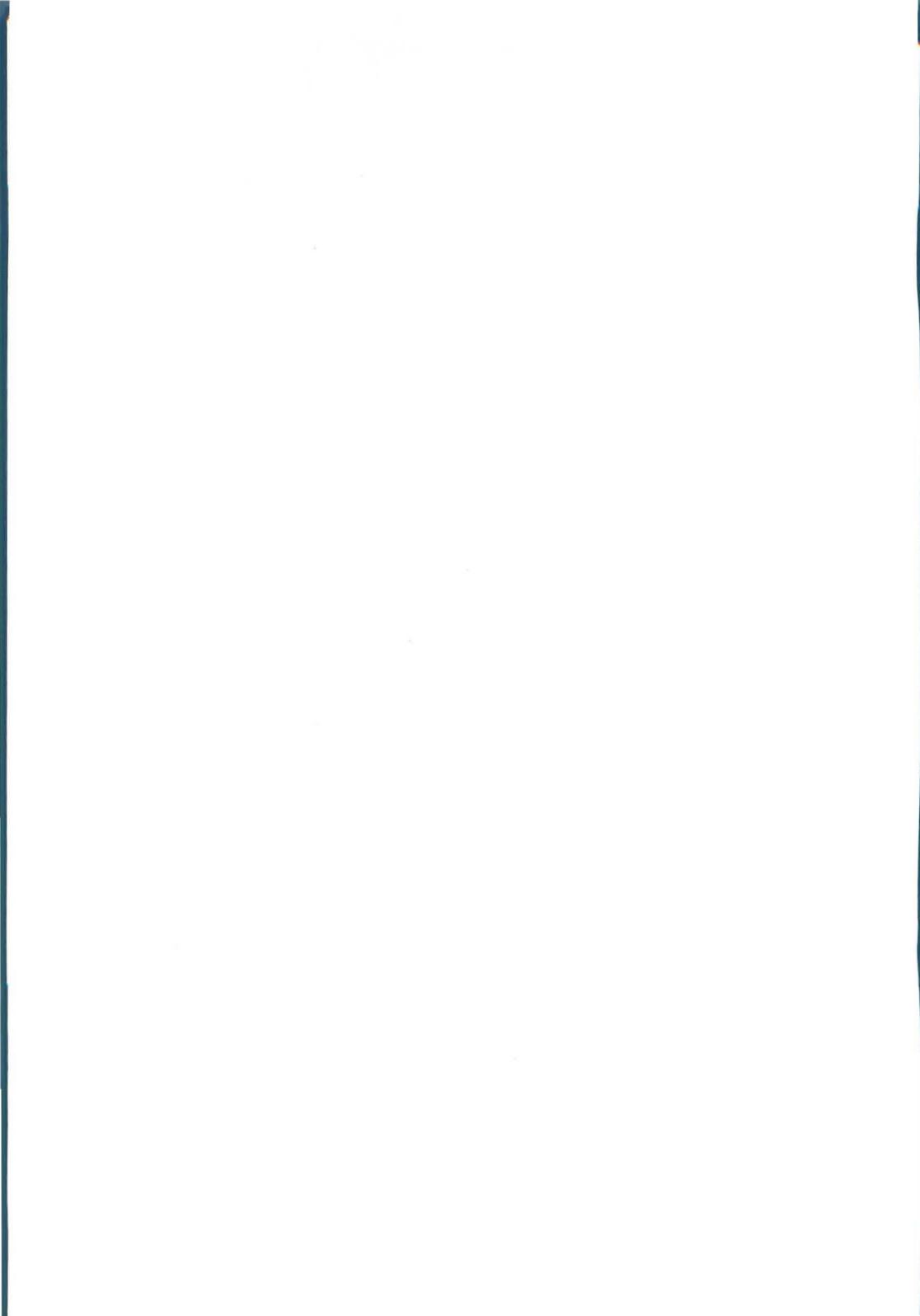
O presente trabalho tem por objetivo apontar as vantagens da aplicação de técnicas de Programação Neurolingüística (PNL) ao processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Pretende-se definir o termo 'programação neurolingüística', bem como citar seus principais pressupostos, relacionando-os ao contexto educacional escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Programação neurolingüística (PNL), Línguas estrangeiras, Educação escolar

ABSTRACT

The aim of this paper is to give a sense of what neurolinguistic programming (NLP) is all about, pointing out the advantages of using its techniques and strategies to assist effective communication, personal growth and change, and learning. There is also an attempt to define the main elements of NLP - the presuppositions, relating them to the educational context.

KEY-WORDS: Neurolinguistic programming (NLP), Foreign languages, Education



A expressão 'Programação Neurolingüística', que num primeiro momento pode parecer bastante complicada, na verdade, compreende três idéias simples:

- a) programação: por programação entende-se o processo pelo qual as pessoas se organizam para pensar, agir e falar; é a habilidade de abandonar hábitos destrutivos e opiniões limitadas e substituí-los por comportamentos mais positivos e eficazes e pontos de vista mais flexíveis; é como programar (ou reprogramar) um computador;
- b) neuro: refere-se à forma como interagimos com o mundo externo por meio dos cinco sentidos e as representações que fazemos desse mesmo mundo através de processos neurológicos;
- c) língüística: é a parte da PNL que está relacionada à forma como a linguagem e os sistemas de comunicação que utilizamos modelam e refletem nossa experiência de mundo e como essa linguagem influencia a comunicação com nossos semelhantes.

A programação neurolingüística é definida como o estudo da estrutura de experiências subjetivas e o que pode ser deduzido a partir desse estudo. A PNL também acredita que todo comportamento tem uma estrutura.

Segundo George Szenészi (citado por MIRANDA 1999), a "neurolingüística é uma ciência que desenvolveu padrões que influenciam o comportamento verbal e não-verbal das pessoas, de forma a atingir resultados e/ou objetivos desejados". A partir dessa definição, pode-se dizer que a neurolingüística é uma ciência, ou uma tecnologia que permite e possibilita uma adequação dos processos mentais aos objetivos pessoais. Uma definição mais subjetiva poderia afirmar que programação neurolingüística é uma atitude de vida.

Muitas pesquisas científicas foram feitas até a presente data, e descobriu-se que a PNL pode ser aplicada em diferentes áreas, como, por exemplo, desenvolvimento pessoal, gestão, negócios, psicoterapia, relacionamentos intra e interpessoais, comunicação, treinamento e educação.

A PNL baseia-se em uma série de pressuposições sobre o funcionamento da mente e a forma como as pessoas agem e interagem. Seu objetivo principal é melhorar a qualidade de vida das pessoas, ajudando-as a identificar e alcançar seus objetivos, a interagir melhor com outras pessoas; é um meio de alcançar a excelência inter e intrapessoal

No início da década de setenta, John Grinder, professor de língüística, e o então estudante de psicologia Richard Bandler, queriam descobrir a 'diferença que fazia a diferença' entre meros mortais e pessoas que se sobressaíam nas áreas

em que atuavam. Começaram por estudar e observar terapeutas bem sucedidos, como Virgínia Satir, Fritz Perls e Milton Erickson. Descobriram que haviam várias semelhanças entre eles, vários padrões dos quais nem os próprios terapeutas haviam-se dado conta, tais como o modo como se relacionavam com seus pacientes, a linguagem que usavam e a confiança que tinham em seu trabalho. John Grinder e Richard Bandler decidiram então descobrir exatamente quais eram essas semelhanças, definir e codificar padrões e verificar se esses padrões poderiam ser aprendidos por outras pessoas. Surgiu assim a Programação Neurolingüística. Os padrões observados e codificados pelos estudiosos são chamados de pressupostos. Acreditar nesses pressupostos e aceitá-los como verdade garantirá o seu uso positivo e adequado. Alguns desses pressupostos não são exclusivos da PNL; são idênticos ou muito semelhantes às crenças particulares de cada um. Eles não precisam ser aceitos como verdade absoluta, mas agir como se acreditasse que são verdadeiros pode fazer uma enorme diferença na vida das pessoas.

Eis os pressupostos:

- a) a mente e o corpo estão interligados: mente e corpo são partes de um mesmo sistema e assim sendo, um afeta o outro. Quando o estado mental é bom, há uma tendência a se sentir bem fisicamente. Da mesma forma, é correto afirmar que ativando-se o corpo, ativa-se também a mente. Atividades físicas produzem conexões no cérebro e facilitam o aprendizado;
 - b) o mapa não é o território: pessoas diferentes acreditam em coisas diferentes. E as nossas crenças influenciam nossos atos e o modo como reagimos aos estímulos. Se criamos um estado mental positivo, esse sentimento nos segue aonde vamos, e faz com que tenhamos uma postura positiva em relação a tudo que nos acontece. Mas, se criamos um estado mental negativo, ele resultará em comportamentos negativos que fatalmente nos impossibilitarão de atingir nossos objetivos. Podemos dizer então, que um pensamento gera um estado mental que por sua vez gera um comportamento. Isso pode funcionar no sentido inverso: um novo comportamento gera um novo estado mental, que gera um novo pensamento. Conseqüentemente, podemos mudar nosso modo de pensar se mudarmos nosso comportamento;
 - c) não existe fracasso, apenas feedback e uma nova oportunidade de alcançar o sucesso. Há uma história sobre Thomas Edson que diz, mais ou menos, o seguinte: "Quando alguém disse a Thomas Edson que ele tinha fracassado 1999 vezes antes de conseguir inventar a lâmpada, ele respondeu: 'Bobagem. Foi apenas um processo com 2000 etapas.'"
-

Quando tentamos fazer algo e o resultado obtido não é exatamente o que esperávamos, de nada adianta reclamar e lamentar por dias e dias. Devemos tirar algum aprendizado de nossos erros, nossas falhas. Devemos pensar em como agir diferente de uma próxima vez para que o resultado seja melhor (REVELL; NORMAN, 1999, p. 47).

As palavras que usamos têm uma grande influência sobre nós. Se chamamos alguma situação de 'problema', nossa atitude em relação a essa situação será negativa e responderemos a ela de forma negativa. Mas, se ao contrário, chamarmos de 'desafio', consideraremos a situação como algo novo e excitante, e responderemos a ela de forma diferente. Uma das formas de usarmos a linguagem a nosso favor, de acordo com a neurolinguística, é dar uma conotação positiva às palavras que de outra forma seriam negativas. Por exemplo, *erro*, torna-se *lição*; *fim*, passa a ser *um novo recomeço*; *crise*, transforma-se em *oportunidade*.

d) o mapa torna-se o território: o que acreditamos ser verdade, ou é verdade, ou se torna verdade. Henry Ford, uma vez, disse que não importa se pensamos que somos capazes ou se pensamos que somos incapazes. No fim, estaremos sempre certos;

e) é preciso estabelecer metas e planos de ação: é difícil falar sobre metas e objetivos, sem falar sobre sonhos. O sonho é tão importante na vida das pessoas que deve ser alimentado sempre. Uma pessoa sem sonhos é uma pessoa que não tem motivos para lutar. O sonho nada mais é do que a esperança de se realizar algo. Walt Disney é um grande exemplo. Ele costumava dizer que antes de um plano de ação era preciso existir um sonho. Sempre que tinha um sonho, Walt Disney estabelecia um plano de ação. Isso feito, convidava profissionais para discutirem, criticarem e sugerirem melhorias para que seu sonho se realizasse. Só havia uma coisa que esses profissionais não podiam questionar: o sonho. Para Walt Disney, seus sonhos eram sacrossantos.

Muitas vezes temos um sonho e traçamos um plano para realizá-lo, mas à medida que surgem obstáculos, alteramos nosso sonho, reduzimos o sonho para que seja mais fácil torná-lo realidade. E freqüentemente terminamos com algo medíocre, porque achamos que é mais real, mais razoável. É preciso manter os sonhos.

f) os recursos de que precisamos estão em nós. Os recursos que utilizamos na PNL são qualidades positivas, como senso de humor, confiança, paciência, persistência, curiosidade, motivação, etc. E todas essas qualidades estão em nós, basta deixá-las aflorar. Recursos e habilidades são duas coisas distintas. Podemos não ter a habilidade prática de progra-

mar um computador, mas temos a infinita capacidade de aprender. Esse recurso (capacidade de aprender) está em nós. E, se no mundo, algo é possível ser realizado por um ser humano, então é possível de ser realizado por todos os seres humanos. Obviamente teremos que adquirir as habilidades práticas necessárias e treinar até que possamos realizar a tarefa. Mas se acreditarmos na possibilidade e tentarmos com afinco, seremos bem sucedidos;

g) a comunicação é tanto verbal quanto não-verbal. Quando nos comunicamos, nossa postura, nossa expressão facial, nossos gestos e nosso tom de voz assim como nossas palavras, também têm significados, também contêm uma mensagem;

h) todo comportamento tem uma intenção positiva: tudo o que fazemos, fazemos por uma razão. Entretanto, nem sempre o que é positivo para uma pessoa o é para outra. Aqui, positivo não significa *bom*. Se esperamos mudar um comportamento, é crucial conhecer a intenção positiva que está por trás desse comportamento e encontrar outras formas de satisfazer essa intenção. Devemos tentar dar às pessoas ou a nós mesmos outras opções;

i) o significado da minha comunicação é a resposta que obtenho: somos responsáveis por nossas ações e nossas vidas. Se queremos mudanças, devemos iniciá-las;

j) seguir o exemplo de pessoas bem sucedidas auxilia-nos a alcançar o sucesso. Observar essas pessoas significa observar o comportamento externo assim como os processos internos.

No contexto educacional, a PNL auxilia as pessoas a aprenderem a utilizar seu cérebro, a se organizarem mentalmente. É, portanto, um conjunto de técnicas, padrões e estratégias que contribuem para uma comunicação eficiente, para o crescimento pessoal, para a construção de atitudes positivas e para a aquisição de conhecimentos.

Devemos concordar que a pessoa mais importante na sala de aula é o aluno, e que cada aluno é diferente, e assim tem o direito de ser reconhecido e tratado como indivíduo. Alunos diferentes aprendem de formas diferentes, *assim como* têm necessidades diferentes, personalidades diferentes e contribuições diferentes a fazer. É possível que cada indivíduo tenha uma forma particular de aprender, mas a grande maioria se beneficia da variedade. É importante que o professor tenha uma abordagem flexível e que se utilize de todos os sistemas representacionais (visão, audição, tato, olfato e paladar) para facilitar o aprendizado de todos os alunos.

Os alunos normalmente têm um sistema representacional preferido. Muitos são visuais, ou seja, aprendem melhor o que vêem. Outros são auditivos, o

que significa que conseguem adquirir mais conhecimentos por meio da audição. O professor de língua estrangeira que utiliza recursos que favorecem diferentes estilos de aprendizagem tem mais chances de atingir um número maior de alunos. Dessa forma, também é possível ajudar os alunos a melhorar ou aperfeiçoar outros sistemas representacionais ou estilos de aprendizagem: desenvolver o sistema auditivo, por exemplo, certamente ajudará a melhorar a pronúncia deles. Ao revisar vocabulário ou estruturas, é interessante fazê-lo de forma diferente da utilizada quando essas estruturas ou palavras novas foram apresentadas. Usar o mesmo estímulo ajudará os alunos a lembrar-se delas, mas não os encorajará a transferir o que aprenderam para outras situações.

Finalmente, podemos dizer que todos têm em si o potencial para alcançar a excelência, a genialidade. No âmbito educacional, o professor é de suma importância na sala de aula, não como o detentor do conhecimento, mas como um facilitador da aprendizagem, um efetivo colaborador do aluno, um educador que leva os alunos a tomarem consciência da construção de seus conhecimentos com base no que já conhecem. A aprendizagem é uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre professores e alunos. Ela depende da cooperação e do envolvimento de ambas as partes. Cabe a cada um escolher desenvolver esse potencial ou deixá-lo adormecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAS, S.; ANDREAS, C. **Transformando-se**: mais coisas que você não sabe que não sabe. 2. ed. São Paulo: Summus, 1991.

BANDLER, R.; GRINDER, J. **Sapos em príncipes**: programação neurolingüística. 8. ed. São Paulo: Summus, 1982.

CUDICIO, C. **PNL e comunicação**: a dimensão da criatividade. Rio de Janeiro:Record, 1996.

ELLIS, R. **Understanding second language acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GRINDER, J.; BANDLER, R. **Atravessando**: passagens em psicoterapia. 3. ed. São Paulo: Summus, 1984.

HOLLIDAY, A. **Appropriate methodology and social context** Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (Cambridge Language Teaching Library).

KRAMSCH, C. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MIRANDA, S. **A eficácia da comunicação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

O'CONNOR, J.; SEYMOUR, J. **Introdução à programação neurolingüística**: como entender e influenciar as pessoas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1995.

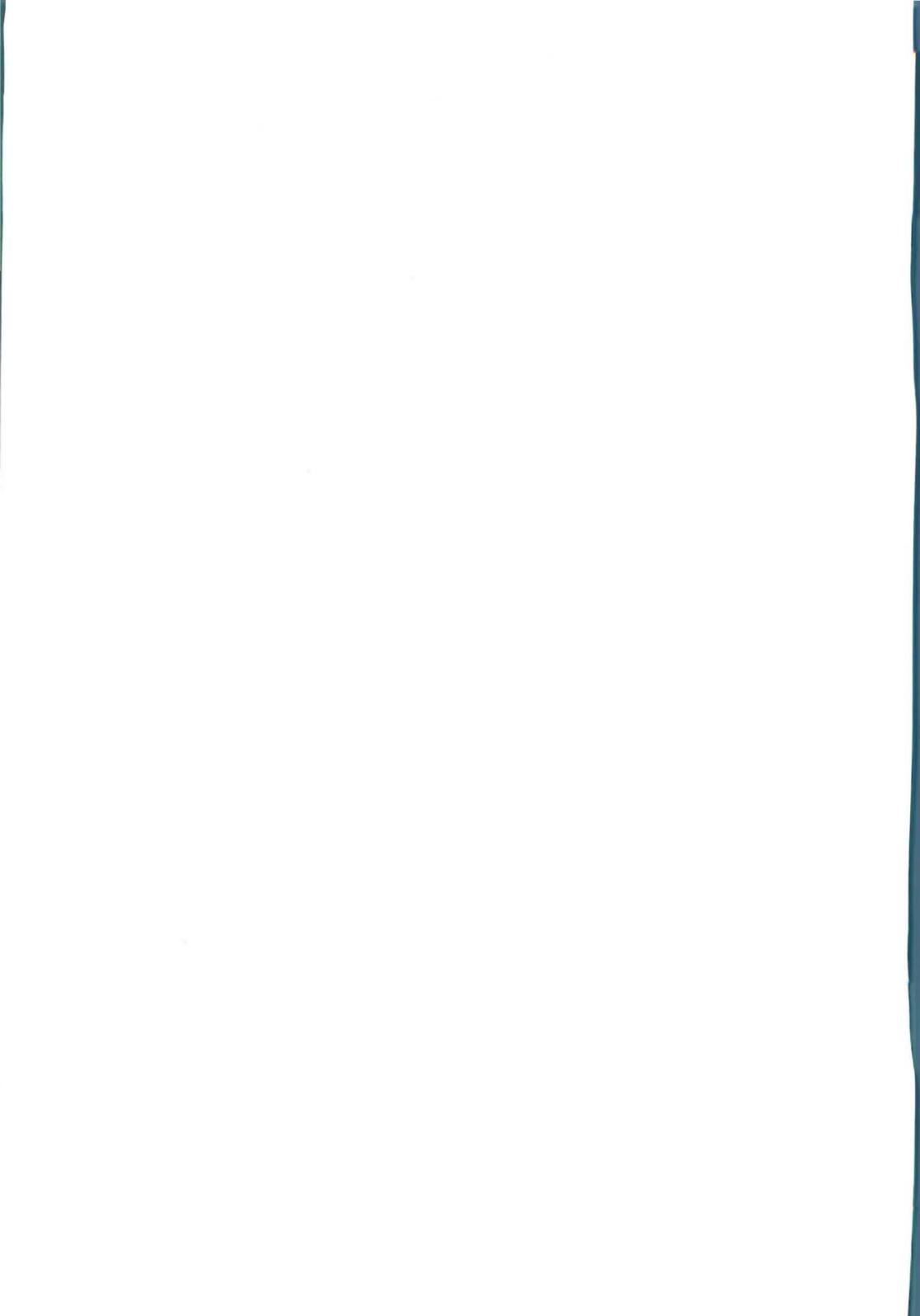
TEIXEIRA, E. A. **Aprendizagem e criatividade emocional**: como liberar a criatividade que há em você. São Paulo: Makron Books, 1998

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ELIZABETE DE FÁTIMA EMPINOTTI

Graduada em Pedagogia, habilitação em Administração Escolar e Especialista em Administração Escolar, pela FAFI/UVA; Mestranda em Educação, pela UEPG/PR.

E-mail: elisa.pr@bol.com.br



RESUMO

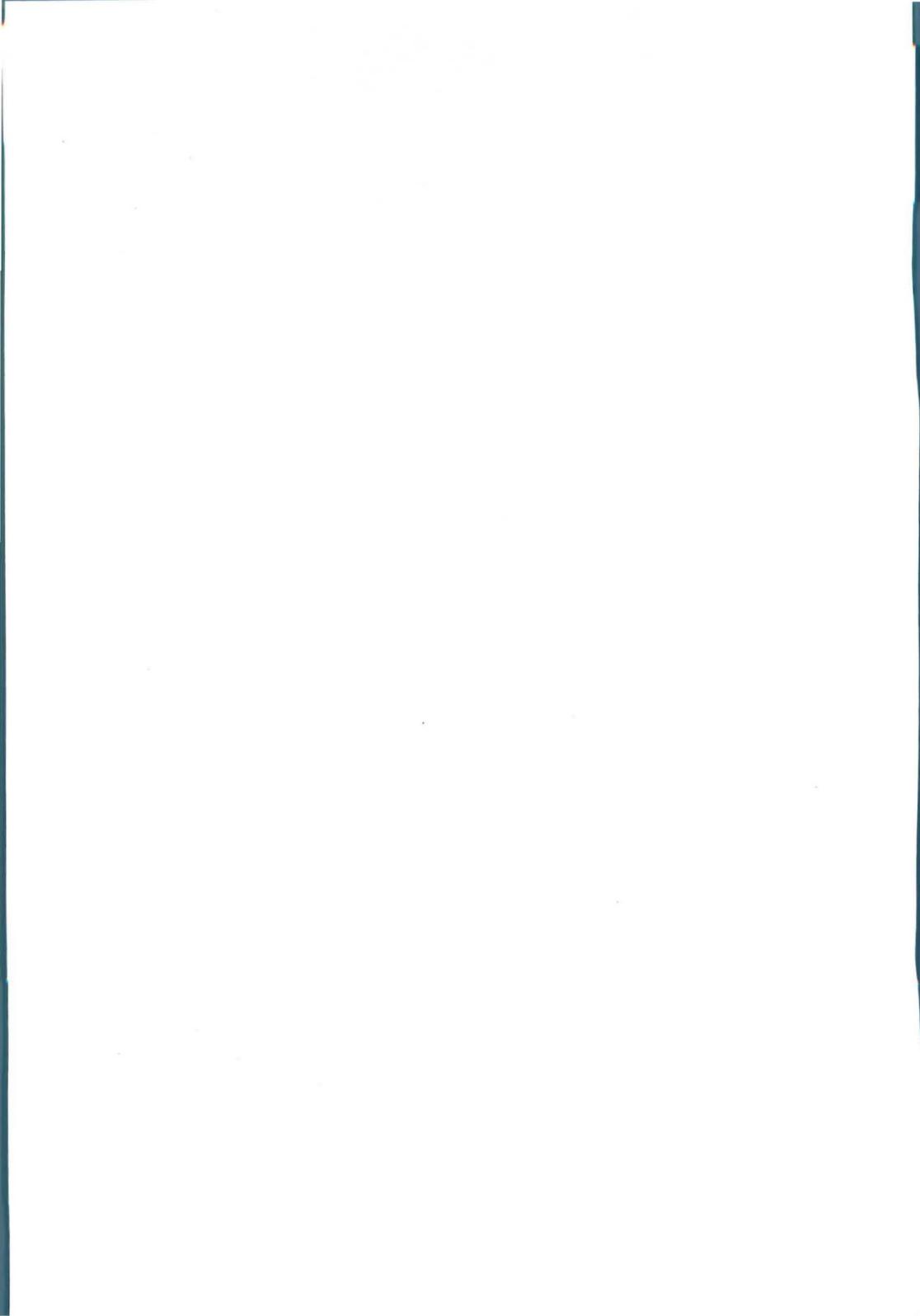
O objetivo do presente trabalho é analisar a modalidade de educação a distância, enfocando uma retrospectiva histórica a respeito da formação de professores, conceituação, políticas públicas, fundamentação legal e novas tecnologias da informação e comunicação utilizadas na viabilização da educação a distância. As instituições educativas vivem uma crise geral de identidade ligadas aos processos históricos e sociais que incluem novas demandas educativas impostas pelo processo de globalização da economia. Com a lei 9394/96, surge uma nova fase para a Educação a Distância e nesse cenário de oportunidades e desafios, considerando o tema posto, realizaremos avaliação da política pública no município de União da Vitória-PR, privilegiando a reflexão acerca do Curso Normal – Nível Médio a Distância e o uso de novas tecnologias da informação e comunicação. Utilizando de pesquisa documental, entrevistas e análise de conteúdos junto aos atores sociais envolvidos no referido programa, conseguimos levantar indicadores relevantes a esse processo. O uso de novas tecnologias, as parcerias entre empresas e instituições de ensino superior, as formas inovadoras de ensinar e aprender, as necessidades urgentes de atendimento às demandas sociais de escolarização ou de complemento da formação, ao lado da desejável democratização de acesso ao conhecimento, podem encontrar, na educação a distância, um lugar de destaque na educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância, Tecnologia da informação, Comunicação, Globalização.

ABSTRACT

The aim of the present study is to analyze distance learning, focusing on a historical retrospective about the teacher development, concepts, public policies, legal basis and new information and communication technologies, used to make distance learning possible. The educational system is going through a general identity crisis, connected with historical and social processes which include new educational requests imposed by the economy globalization process. With the 9394/96 law, a new stage for Distance Learning started and, in this scenario of opportunities and challenges considering this theme, we will evaluate the public policy in União da Vitória, a town in Paraná, giving emphasis to the reflections on Curso Normal (high school course to prepare teachers) - Distance Learning, and the use of new information and communication technologies. Through library research, interviews and content analysis together with the social actors involved in the program, we were able to get relevant indicators. The use of new technologies, the partnerships between companies and colleges or universities, the innovative ways of teaching and learning, the urgent necessity to serve the social needs for education or further education, together with the desirable democratization of access to knowledge, may find, in distance learning, a prominent place in Brazilian education.

KEY-WORDS: Distance learning, Information technology, Communication, Globalization



Nossa sociedade, nomeadamente, a partir de meados do século XX, com exigências específicas, tanto no nível educativo e cultural, como no socioprofissional e econômico, tem enfatizado a educação e a formação como meios privilegiados para a satisfação das necessidades individuais e socioorganizacionais, numa sociedade que se descobre, cada vez mais, em mudança acelerada.

Giddens (1991, p. 13), analisando as correntes pós-modernas, concluiu que “as conseqüências da modernidade estão-se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (1991, p.13). Para compreender como seria (ou deveria) ser a escola que corresponde a essa modernidade, faz-se mister compreender as relações entre educação, comunicação, formação de professores, uso das novas tecnologias e o Ensino a Distância.

Uma das maiores conquistas do homem moderno é o direito à educação (universal, igualitária, democrática) e o direito à comunicação (livre e plural). O direito à comunicação corresponde à criação de um novo espaço público de discussão livre e “pública” (no sentido de transparente), identificado com o direito de expressão das opiniões do cidadão emancipado e esclarecido e com o dever de exigir a “publicização” (transparência) dos negócios do Estado (BELLONI, 1998, p. 02).

Para justificar a “Educação pra Todos”, presente na Constituição, e utilizando o discurso da modernidade, vultosos recursos são destinados aos programas educacionais, num contexto de quantidade, de massificação da educação.

Pela sua complexidade interna, pela riqueza e diversidade das idéias novas que comporta e pela maneira como procura a articulação entre elas, o projeto da modernidade é um projeto ambicioso e revolucionário. As suas possibilidades são infinitas, mas por o serem, contemplam tanto o excesso das promessas como o déficit do seu cumprimento (SANTOS, 1994, p. 71).

Com a Era Industrial, o trabalhador precisou sair de sua condição de “doador” da força de seus braços, em troca de salários, para utilizar também o intelecto nas novas máquinas que chegavam nas linhas de produção das fábricas. A chegada do rádio de ondas médias foi um precioso instrumento para levar a educação mais longe e para mais pessoas. Ao longo do século XX, muitos foram os processos de “modernização” da escola, passando pelo rádio, pela TV, aparelhos de videocassete, antenas parabólicas, e, agora, pela verdadeira revolução das tecnologias da informação.

Mas o que significa trazer a tecnologia da informação, a informática e a comunicação num contexto como nunca se viu antes, para o sistema de ensino? Estão nossos cursos de formação preparando devidamente os professores para formar o cidadão, capaz de “ler e escrever”, em todas as novas linguagens do universo informacional em que ele está imerso?

As sociedades vivenciam uma sucessão de rompimentos que têm por base a crescente “tecnologização” dos processos de trabalho e da comunicação, que acabaram por repercutir, também, nas instituições educativas. E, nesse sentido, as instituições educativas vivem uma crise geral de identidade, ligada aos processos históricos e sociais, que inclui novas demandas educativas, impostas pelo processo de globalização da economia.

Os desafios de uma sociedade em contínua mudança apresentam novas exigências, tanto a cidadãos individualmente considerados, quanto aos sistemas organizacionais, e reclamam respostas adequadas, justificando, em grande medida, a ênfase que, a partir dos anos 60, tem sido dada à educação de adultos, educação permanente, formação contínua, formação profissional, formação ao longo da vida.

O mundo está exigindo que os sistemas educacionais desenvolvam aptidões e formem seus alunos com um conjunto de habilidades e competências diferentes das enfatizadas na pedagogia do século passado. Portanto, devem esses sistemas contribuir para o desenvolvimento de modelos que possam atender a uma sociedade, em que o domínio da tecnologia da informação é indispensável.

A globalização¹ gera mudanças em todos os níveis e esferas da sociedade, criando novos estilos de vida, de consumo, e novas maneiras de ver o mundo e de aprender. E um dos requisitos básicos para o processo de modernização da sociedade brasileira é, sem dúvida, o equacionamento das questões educacionais em todos os níveis. Os processos educativos mais tradicionais já “não dão conta” de formar o contingente necessário de pessoas para um mundo em transformação. Somos, hoje, convidados a pensar em processos educativos que apresentem como possibilidade a criação de novos ambientes de aprendizagem, em que a relação presencial professor/aluno seja transcendida.

Nesse cenário, podemos acenar para a Educação a Distância como uma possibilidade de se criarem novos ambientes de aprendizagem. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), surge uma nova fase para a educação a distância, que passou a admitir essa modalidade de estudo em todos os níveis, libertando o país do atraso que o marcava, nesse campo.

Apesar da crescente ampliação da Educação a Distância, ainda é um ‘terre-

¹ Apesar de se estarem progressivamente a alargar os efeitos sociais homogeneizantes que decorrem das globalizações, todos nós que vivemos em diferentes zonas do globo, somos confrontados com múltiplas situações em que se é forçado a reconhecer que, a par desses fenômenos de homogeinização, há diversidade. (Revista Brasileira de Educação)

no' cujas definições e compreensões estão em processo de construção, por isso a importância de se analisar e estudar com rigor o processo de ensino nessa 'forma' de se fazer educação. As resistências e as desconfianças em relação a essa modalidade são muitas; no entanto, existem muitos estudiosos divulgadores das propostas da Educação a distância (EAD), discutindo que essa modalidade é uma forma efetiva de se fazer educação.

A escola tradicional e a Educação a Distância podem e devem coexistir com suas velocidades próprias e de acordo com a determinação de prioridades. O que não é admissível é condenar a Educação a Distância *a priori*, mas vê-la como capaz de propiciar o exercício da cidadania melhorando em geral, dando liberdade para aquisição de conhecimentos (independentemente da modalidade adotada), formando e aprimorando os professores ou criando maiores oportunidades educacionais (NISKIER, 1999, p.29).

Somos, hoje, pensadores preocupados com os processos educativos, cuja função é formar pessoas para um mundo em transformação. Além disso, as novas funções técnicas, geradas pela utilização massiva e intensa da tecnologia, não têm sido atendidas, do ponto de vista formativo, pelas instituições com concepções tradicionais.

O conhecimento é um processo; só conhecemos, realmente, quando passamos de um conhecimento empírico, menos elaborado, para um conhecimento científico, mais elaborado. Com isso, percebemos que sempre chegamos a um conhecimento provisório, jamais acabado. Então, faz-se mister compreender as novas tecnologias da informação e comunicação para melhor integrá-las à educação, de modo a permitir que o aprendiz se aproprie delas, tornando-se autônomo e emancipado.

Apesar de partilharmos da afirmação de que, "analisar os diferentes fenômenos na formação contínua de adultos é percorrer sempre, por meio da reflexão, zonas híbridas entre o campo das práticas educativas e sociais e o campo da construção científica" (Santiago, Alarcão e Oliveira, 1997, p. 11), procuraremos, neste trabalho, discutir o papel e a importância da formação de professores para o bom desenvolvimento profissional.

Neste início de século, em que vigora a rapidez das mudanças tecnológicas, econômicas e político-sociais, podemos dizer que a educação, formação e cultura serão, sem dúvida, os melhores instrumentos com os quais poderá contar o indivíduo para sobreviver e prosperar, nesta sociedade em constante transformação.

A educação ao longo da vida, isto é a formação profissional atualizada, diversificada e acessível a todos será não apenas um direito de todos

e, portanto, dever do estado, mas constituirá provavelmente o melhor senão o único meio de evitar a desqualificação da força de trabalho e a exclusão social de grandes parcelas da população, consistindo num importante fator de estabilidade social (BELLONI, 1999, p. 101).

É importante salientar, que não bastam programas esporádicos de formação de professores, para que o problema da capacitação para o magistério seja minimizado. Há necessidade de promoverem-se ações integradas e permanentes, envolvendo as capacidades locais e as instituições sociais.

Qualquer melhoria ou inovação em educação passa necessariamente pela melhoria e inovação na formação de formadores. Novas perspectivas e novas competências têm de ser desenvolvidas, a proposta de uma formação "reflexiva" do professor que pesquisa e reflete sua prática tem de ultrapassar o mero discurso retórico e alcançar um grau maior de sistematização e gerar o conhecimento científico novo no campo da pedagogia (NÓVOA, 1995, p. 47).

O interessante, que se constitui como um problema em pleno século XXI, é que o receio permanece, inclusive no Brasil, quando se admite como consequência da educação a distância, o desemprego de professores, esquecendo, os menos avisados que o papel dos professores subsiste sempre, apenas uma nova competência deverá ser internalizada. Além disso, não se diz que a educação a distância "acabará" com a educação presencial, ao contrário, as duas serão aliadas.

A discussão e a reflexão em torno da temática - tecnologias da comunicação na educação - não é algo decorrente da Educação a Distância. No entanto, para que essa modalidade educativa pudesse existir, foi importante o avanço de tecnologias que puderam ser disponibilizadas, segundo determinados momentos históricos, principalmente nas três últimas décadas.

Para Leila Dias (1995, p.), podemos analisar este recente desenvolvimento em três fases. A primeira, durante a década de 70, fez com que a informática fosse sendo gradativamente introduzida na sociedade mas, ainda como algo traumatizante, mais próximo da alquimia, com os computadores de grande porte. Quando em 1970 é lançado o primeiro computador de bolso - percebe-se um movimento de transformação muito forte surgindo, durante esta década, o microprocessador (*micro processing unit*) e a CPU (*Central Processing Center*), conhecido como o cérebro do computador. Definitivamente, este cenário começou a ser transformado. Nasce assim a microinformática, constituindo-se na chamada segunda fase do recente desenvolvimento tecnológico. Ao longo da década de 80, instala-se a chamada terceira fase, com o aumento da capacidade de análise instantânea de dados

paralelamente ao barateamento dos equipamentos(...) Novos atores entram em cena. Fala-se, então, em descentralização dos sistema, em redes interativas, em conexões em tempos reais.

A partir dessa data, a Internet passa a fazer parte da realidade do mundo acadêmico, e despontando como elemento de conexão entre equipamentos e, com isso, introduzindo novas formas de produzir conhecimento e cultura. No mundo contemporâneo, as redes, como afirma Castells, voltam a se constituir em elementos estruturadores de territórios, de novas formas de agir, pensar, sentir. Vivenciamos o nascimento de uma sociedade rede. Como afirma Castells, "as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão desta lógica de rede modifica substancialmente os processos e os resultados de produção, experiência, poder e cultura" (CASTELLS, 1999, p. 467). Destarte, só é possível sobreviverem com autonomia e independência, num mundo de conexões, aqueles povos e culturas que conseguirem estabelecer relacionamentos com o conjunto da rede, de forma intensa e com valores culturais locais potencialmente fortes, para serem disponibilizados e interagirem com o conjunto. E nesse contexto a educação precisa inserir-se.

Mas a distância entre o mundo da informática e da comunicação com o mundo da educação é muito grande. Necessitamos uma profunda transformação estrutural desse sistema, refletindo mais profundamente como se pode sustentar esse sistema, ainda centrado em velhos paradigmas.

Ana Leda Barreto, analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais, uma das principais bandeiras do governo de Fernando Henrique Cardoso, reforçava a necessidade de uma sólida formação dos profissionais da educação, como sendo básica para a transformação desse sistema. Segunda ela,

Não é mais possível em mais uma proposta de governo ser "esquecida" a obrigação dos dirigentes da nação com a formação sólida e continuada dos principais formadores de mentalidade do país. Tal esquecimento nos faz pensar que a desqualificação das professoras e professores foi um dos mecanismos 'para mantê-los fracos e disponíveis à manobras e conchavos político-burocráticos' (ARROYO, 1985, p. 9) formando outros cidadãos e cidadãs fracos e disponíveis às mesmas manobras e conchavos (BARRETO, 1996, p. 4).

Assim, a transformação do sistema educacional passa, necessariamente, pela transformação do professor. Não podemos continuar pensando em formar professores com teorias pedagógicas que se superam quotidianamente, centradas em princípios totalmente incompatíveis com o momento histórico.

Nossos currículos, programas, materiais didáticos, incluindo os novos e *sofisticados* multimídias, softwares educacionais, vídeos educativos,

continuam centrados em três grandes falácias, como afirmou Emilia Ferreiro para a Revista TV Escola. Segundo ela, insistimos ainda que a aprendizagem deve se dar sempre do concreto para o abstrato, do próximo para o distante e do fácil para o difícil (MEC 1996). Mantendo esta perspectiva, evidentemente não conseguimos compreender as transformações contemporâneas que estão modificando todos os campos, do trabalho, do lazer, do social, do saber e, seguramente, também da educação (PRETTO, 2001).

Continuar adotando essa perspectiva é desconhecer completamente as transformações que estamos vivendo no mundo contemporâneo e os novos elementos que estão fazendo parte da realidade de nossos jovens e adolescentes. Compreender os novos processos de aquisição e construção do conhecimento é básico, para tentarmos superar esse impasse. Os cursos de formação de professores devem considerar fundamental a introdução das chamadas tecnologias da comunicação e informação nos processos de ensino-aprendizagem, sendo essa uma condição necessária, mas não suficiente. É a implantação de políticas educacionais coerentes com as transformações da sociedade como um todo que vai proporcionar o avanço das tecnologias a serviço da produção de conhecimento e cultura.

A tecnologia sempre afetou o homem: das primeiras ferramentas, por vezes consideradas como extensões do corpo, à máquina a vapor, que mudou hábitos e instituições, ao computador que trouxe novas e profundas mudanças sociais culturais, a tecnologia ajuda-nos, completa-nos, amplia-nos..., às vezes facilita-nos ações, outra vez nos substitui, nos transporta, em certos aspectos nos fascina, em outros nos assusta, ora nos marca, ora nos fere... Mesmo que não estejamos nos dando conta, a tecnologia está mudando, entre outras coisas, aquilo que tradicionalmente chamamos de "ensino". Os novos meios digitais: a multimídia, a Internet, a telemática trazem novas formas de ler, de escrever, e, portanto, de agir e pensar. As novas tecnologias estão desterritorializando a instituição escolar. Hoje, aprende-se em diversos lugares e não apenas no prédio físico da escola. Muitas de nossas escolas ainda encontram-se aprisionadas à cultura da escrita, do texto estático, do conhecimento fragmentado e territorializado e precisam buscar as formas de lançar-se ao espaço do saber, caracterizado pela dinâmica interativa do ciberberespaço, do hipertexto e da mídia digital.

A ideologia da informação, seja na Educação a Distância, seja na educação como um todo, acabou por gerar (APARICI, 1999), uma série de mitos em relação ao uso das tecnologias da informação e comunicação, tanto na sociedade, como um todo, ou no setor educação, de uma maneira mais específica, reforçado, dia-a-dia, pelo poder das mídias eletrônicas: quem está fora das redes de comunicação, está fora do mundo!

Começa a existir uma barreira abismal entre aqueles que têm acesso ao

uso das tecnologias da comunicação e aqueles que não têm esse mesmo acesso. Afirma Rodriguez (1996) que a presença das novas tecnologias vem produzindo reações no professorado, não muito diferentes daquelas geradas pela invenção da imprensa e pela conseqüente produção de livros e textos escolares. Para esse autor, o uso das novas tecnologias vem contribuindo para acelerar crises de identidade nos profissionais da educação e trazem novamente à tona a discussão sobre o papel deles (nossos), nos processos de ensino/aprendizagem.

Tais dificuldades nos remetem à questão da inovação em educação e da necessária redefinição da formação de professores na perspectiva de uma formação profissional mais adequadas às mudanças globais da sociedade contemporânea. A política de formação de professores no Brasil enfrenta dificuldades desde o período de sua colonização. Até a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, os luso-brasileiros faziam seus estudos superiores em Portugal, pois não era permitido pela corte portuguesa a criação de uma universidade na Colônia, apesar dos esforços, especialmente dos jesuítas. Com a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil, é instituído o chamado ensino superior, com suas aulas régias, seus cursos e suas academias em resposta às necessidades militares da Colônia.

Nesse período ocorreu no Brasil um transplante cultural, ligado aos interesses do colonizador. O ensino superior estava mais preocupado em preparar o estudante para as carreiras liberais e técnicas em vez de iniciá-lo em uma vida intelectual produtiva. No período colonial e mesmo com o advento da República o ensino superior brasileiro não avançou, pois seu papel fundamental foi o de criar um conhecimento voltado para a manutenção das elites intelectuais” (Barros, 1993).

O ensino superior do Brasil consolidou-se a partir de 1900, em forma de faculdades ou escolas superiores. Na década de 30, iniciou-se um esforço de transformação desse ensino, quando se uniam três ou mais faculdades, denominando-se assim universidades. Em 1934, com o surgimento da Universidade de São Paulo, iniciou-se uma discussão mais forte em relação ao ensino superior, com a preocupação maior de transformar o simples agrupamento de faculdades em uma instituição marcada por um centro de consciência crítica e de pensamento criador.

Barros (1993) observa que, até por volta de 1960, continuamos com o agrupamento de escolas e faculdades, e na década de 60-70 foram preparados por Atcon e Mattos relatórios a serviço do Ministério da Educação e Desporto (MEC), que traçavam o perfil do que deveria ser a instituição universitária no Brasil. Na visão de Atcon e Mattos, o modelo empresarial traduzia a modernidade da universidade, devendo esta ser, antes de tudo, uma empresa, autônoma e independente, transformando-se em fundação privada.

Assim a universidade com tal visão empresarial, passou a ser “centrada na

autoritarismo, na reprodução tecnicista, na disciplina e na ordem” (AMORIN, 1994, p.123).

Segundo Gargantini (apud FINGER, 1997, p. 102) na “década de 70, o número de estudantes expandiu-se rapidamente, ocorrendo que a maior expansão em instituições privadas e não-universitárias. Isto fez com que o sistema se dividisse entre um grupo que buscava se aproximar do modelo da universidade de pesquisa e outro, que era a grande maioria, que se limitava ao ensino e nem sempre de boa qualidade”.

No início de 1980, aprofundam-se as discussões no meio acadêmico, em relação à necessidade de reforma, de repensar o ensino superior e seu compromisso social com a comunidade. Surgem, então, vários questionamentos que levam a repensar a formação de professores, pois segundo Feldens (apud PEREIRA, 2000, p. 16) “a maioria dos estudos sobre formação de professores, publicados até 1981, indica uma preocupação com os métodos de treinamentos de professores”.

A educação passa a ser vista como uma prática social relacionada ao sistema político e econômico vigente; dessa maneira, a prática dos professores não pode ser considerada neutra, nem reprodutora das relações sociais, mas emerge dessas reflexões uma prática educativa transformadora, compromissada com as classes populares.

Segundo Lüdke (apud PEREIRA, 2000, p. 62) os docentes universitários, “formadores de futuros educadores de primeiro e segundo graus, não têm uma visão sequer razoável da realidade destes sistemas de ensino e não têm, em sua maioria, nenhuma vivência desse ensino, como professores”. Diante desse cenário é mister repensar toda a estrutura dos cursos de formação, apresentando uma nova política de estágio curricular, aliando-se teoria e prática, desde o início dos cursos formação, evitando-se, assim, o choque com a realidade prática.

Miguel Arroyo (citado por PEREIRA 2000) critica a ênfase dada à defesa da formação do profissional da escola, como maneira de garantir a qualidade do ensino. Para ele, a situação é muito mais complexa, pois os processos “deformadores” e “desqualificadores” são em um número bastante elevado, aos quais esses profissionais são submetidos no mercado de trabalho. A desqualificação do mestre é apenas um dos aspectos da desqualificação da própria escola.

Diante desse quadro, inúmeras instituições privadas vêm surgindo, sem a preocupação da pesquisa como eixo articulador da formação, comprometendo assim toda a qualidade do ensino, pois a preocupação central reduz-se à certificação em massa e não a formação propriamente dita. Nesse modelo neoliberal, as instituições de ensino superior vêm encontrando sérias dificuldades em formar um professor capaz de estabelecer uma relação reflexiva e crítica com os saberes

docentes e com a construção desses saberes, com a sua prática política-pedagógica. Faz-se necessária uma formação menos técnica, menos descartável, mais crítica e não somente fornecer mão-de-obra docente ao mercado escolar, rompendo com a forma de relações sociais capitalistas e lutando pela igualdade e solidariedade, neste momento de forte individualismo e isolamento.

Para Belloni (1999, p.85) há uma forte tendência a considerar: que o maior problema dos sistemas educacionais atualmente é o de oferecer um ensino que habilite os estudantes a exercer, no futuro, funções que ainda nos são desconhecidas ou indefinidas, o que implica que a educação deve preparar os jovens aprendentes para adquirirem autonomia – capacidade de aprender – que lhes permita continuar sua própria formação ao longo da vida profissional.

Blandin (citado por BELLONI, 1999, p. 87), fornece algumas pistas para a definição das novas competências necessárias ao formador, na perspectiva de uma renovação da educação e formação. Segundo ele, os profissionais da educação terão de desenvolver competências em quatro grandes áreas: cultura técnica, competências de comunicação, capacidade de trabalhar com método de qualidade e produtividade, capacidade de “capitalizar”, isto é, de “traduzir e apresentar seus saberes e experiências, de modo que ou outros possam aproveitá-los.

Mas em que consiste a competência dos professores? Philippe Perrenoud nos indica que seria utilizar os instrumentos multimídia já disponíveis, do banal CD-ROM a animações ou a simulações mais sofisticadas, consiste em desenvolver, nesse domínio, uma abertura, uma curiosidade e, por que não, expectativas. E ele ainda nos leva a refletir sobre questões didáticas elementares: aprende-se melhor a ler, consultando um jornal eletrônico? A escrever melhor, graças ao correio eletrônico? A assimilar melhor noções de biologia, buscando informações na Web? A apropriar-se melhor da história contemporânea, participando de um fórum eletrônico sobre a Segunda Guerra Mundial? Há, em cada caso, razões para pensar que a inserção em verdadeiras redes de comunicação aumenta o sentido dos saberes e do trabalho escolares (PERRENOUD, 2000, p. 136).

Surgem ainda outras perguntas: esses instrumentos facilitarão uma diferenciação do ensino, uma individualização dos percursos de formação, uma democratização do acesso aos saberes, à informação? A falta de cuidado poderá levar as novas tecnologias a aumentarem as diferenças. A “ciberdemocratização” é menos provável do que o argumento inverso, que veria os mais favorecidos apropriarem-se das novas tecnologias da informação e comunicação para aumentar seu privilégios... (PERRENOUD, 2000, p. 136).

É importante lembrarmos que a Educação a Distância e o uso das novas tecnologias da informação e comunicação institui-se com base no princípio da democratização da educação, surgindo para responder a uma série de necessidades educacionais, principalmente, a formação de um público cuja escolarização foi interrompida, disperso geograficamente e impossibilitado de se deslocar para os centros de formação. Nesse contexto, cabe à escola um papel de destaque,

possibilitando a uma grande parte da população sentir-se incluída entre aqueles que já têm acesso à informação, criando condições de aprendizagem e utilizando a escola como objeto de reflexão e de aprimoramento, servindo de contexto para a construção do conhecimento.

Os educadores precisam de tempo e apoio para compreender as novas tecnologias. O manuseio dos equipamentos precisa ser assimilado, mas é o seu uso pedagógico que apresenta os maiores desafios. Incorporar a tecnologia no cotidiano da sala de aula exige prever uma infra-estrutura adequada, transformações nos espaços físicos. No entanto, mais do que isso impõe a adoção de uma outra cultura educacional, de novos modos de trabalhar, e a discussão de aspectos éticos e estéticos, muitas vezes novos para os educadores.

A própria formação dos formadores passa a exigir mudanças. Ações de capacitação contínua são fundamentais para que professores e gestores possam não só encontrar o ponto de equilíbrio entre o conteúdo refutado, os que permanecem e os que se renovam no processo de ensino-aprendizagem, como também ir descobrindo os limites e todo o potencial da tecnologia na educação contemporânea. O professor, visto como 'transmissor de conhecimentos', pode ser substituído pelas novas tecnologias na educação. Porém esse risco de substituição é muito pequeno, porque a aprendizagem é um processo social, e não um registro de informações. Não se aprendem apenas "conhecimentos" codificados e nem reprodutivos, mas maneiras de se fazer e de interagir com os outros. Adquire-se uma cultura por imersão e impregnação.

Os alunos necessitam da tecnologia na escola para, orientados por seus professores, descobrirem como transformar informações em conhecimentos e como adquirir o hábito de leitores críticos e éticos desses recursos. Não se trata, pois, apenas de prepará-los para o mundo do trabalho, mas de formá-los para viver bem e plenamente na sociedade do conhecimento virtual.

O futuro será muito mais feito de comunicações virtuais¹ acompanhadas de mobilidade (como revela a extraordinária popularidade dos objetos móveis de comunicação) do que de isolamento estático diante da tela. O fenômeno fundamental é o da interconexão (entre pessoas, idéias, atividades, instituições, etc.) e não de isolamento. Parece-me evidente que a escola como lugar "fechado" e exclusivo de aprendizagem tem seus dias contados e que tanto os estudantes universitários quanto os alunos do ensino fundamental e médio viverão modos de cooperação e de coordenação cada vez mais virtuais (EDUCAÇÃO, 2001, p. 31).

Antes de negar o processo de virtualização² no ambiente escolar, necessitamos, compreendê-lo em toda a sua amplitude. A comunicação virtual entre os agentes no processo educativo se mantém sob a égide da informatização, do processo de interpretar o real de forma virtual, uma visão diferenciada, mas exata, da realidade.

O Brasil parece estar acordando para a importância da modalidade de Educação a Distância. Hoje não existem mais fronteiras entre o contínuo progresso das novas tecnologias e o crescimento da internet. As metodologias, as estratégias e as avaliações caminham para novos rumos, em que a noção de espaço/tempo assumem um novo significado, facilitando o processo de ensino-aprendizagem, melhorando com isso a aquisição do conhecimento pelos alunos. Assim, é possível pessoas localizadas em diferentes locais aprenderem sobre um mesmo assunto; acompanharem e participarem de uma “aula”, ou, pessoas presentes num mesmo espaço, estarem aprendendo coisas diferentes, não somente dentro da relação tempo/espaço, conhecida de pessoas, num mesmo espaço/tempo estarem fazendo/aprendendo a mesma coisa.

Os órgãos competentes do Governo uniram forças para divulgar e propagar a Educação a Distância. Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, o ensino brasileiro obteve enorme flexibilidade, “cuja regulamentação propicia a criação de novas modalidades de cursos, de modo a poder incorporar novos conteúdos, práticas pedagógicas e procedimentos de avaliação” (NISKIER, 1999, p.16). A LDB incentiva “o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Sua meta é diminuir as diferenças sociais e dar oportunidade a todo povo brasileiro de acesso a um ensino de qualidade. A Educação a Distância tem conquistado espaço nos últimos anos. Estamos conscientes das dificuldades e dos riscos que essa educação prevê na sua implantação.

Fica evidente que esta modalidade de ensino está em fase de melhoria e aperfeiçoamento e, à medida que se expande, vai alcançando milhões de seguidores e divulgadores. Pensando nisso, a epistemologia não poderia deixar de analisar os parâmetros da produção do conhecimento na EAD, no sentido de caracterizar o pensar do tecnólogo da educação, do ouvinte e participante desse processo e dos organizadores técnicos que elaboram sistemas e currículos para Educação a Distância. A racionalidade técnica que permeia essa modalidade de ensino, em geral, não é nem boa, nem neutra, nem necessária, nem invencível, “É uma dimensão, recortada pela mente, de um devir coletivo heterogêneo e comple-

² Virtual – a palavra virtual vem do latim medieval *virtualismo*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. (LÉVY, 1996, p. 15). O processo de virtualização - o real seria da ordem do “tenho”, enquanto o virtual seria da ordem do “terás”, ou da ilusão, o que permite geralmente o uso de uma ironia fácil para evocar as diversas formas de virtualização. (Idem)

xo na cidade do mundo. Quanto mais reconhecemos isso, mais nos aproximamos do advento de uma tecnodemocracia” (LÉVY, 2000, p.194).

Por isso, ao percebermos a dinâmica da racionalidade técnica, estaremos diante da conquista da humanização inovadora de ir além daquilo que está posto em nosso ambiente social. Seremos fruto de um mundo globalizado e dele teremos que interpretar suas ideologias impostas pela elite pensante. “Na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e os meios da ação política?” (LÉVY, 2000, p.195).

Estar sempre pensando nos acontecimentos atuais é característico do ser humano racional, que se depara com um mundo em transformação. Somos seres mutáveis, que vivemos sempre em busca de novos sonhos e de novas perspectivas de vida e, junto a isso, está o desejo de conquistar a qualidade educacional, seja por meio de novas tecnologias ou de mudanças no ensino presencial ou a distância de nossas escolas.

CURSO NORMAL A DISTÂNCIA EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

O Curso Normal Nível Médio a Distância(CND) é destinado, preferencialmente, àqueles que se encontram lecionando nas quatro séries iniciais e nas séries de Educação Infantil, tendo concluído somente o ensino Fundamental, sem formação específica para atuar nas redes de ensino público e privado. O CND também está disponível a todos aqueles que, acima de dezoito anos, tendo ou não concluído o Ensino Médio, queiram profissionalizar-se na área do Magistério, necessitando, para tal, conclusão comprovada do Ensino Fundamental. O Curso Normal Nível Médio a Distância, surgiu segundo o Guia Geral do CND, para:

a) cumprir o que determina a LDBEN – Lei nº 9394/96 de 20/12/96 que atribui a cada Município e, supletivamente, ao Estado e à União, a incumbência de “realizar programas de formação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância” (Art. 87, parágrafo 3º, inciso III) de tal modo que, “Até o fim da Década da Educação, (ano 2006), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço” (Art. 87 parágrafo 4º);

b) As ações voltadas para a habilitação em nível superior deverão ser precedidas por aquelas destinadas à titulação em nível médio, visto que os Estados ainda possuem um grande número de professores sem essa qualificação mínima indispensável para o magistério no Ensino Fundamental, exigida pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDBEN – Art. 62). O prazo para a obtenção desse mínimo foi estabelecido pela Lei nº 9424/96 (que regulamenta o funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) cujo Art. 9º, § 2º, determina que “ será assegurado o prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes”. E esse prazo se esgota em 24.12.2001;

c) atender à solicitação da UNDIME/PR – União dos Dirigentes Municipais de Educação no Paraná, para que fosse elaborado um Projeto, a fim de solucionar os problemas dos professores leigos que se angustiam para a manutenção de seus cargos, além de proporcionar melhoria de aprendizagem e elevação do seu desempenho escolar.

Para o bom funcionamento do Curso Normal Nível Médio (CND), algumas parcerias conveniadas foram realizadas para a implantação do Curso: UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (proponente); Colégio Padre João Bagozzi – Congregação dos Oblatos de São José (certificador); UFSC – Laboratório de ensino a distância PPGE/FEESC (assessoria e consultoria); EDITORA LAGO LTDA – (material de apoio – conteúdos programáticos) ; IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (material didático – conteúdos para nível de atuação – professores/alunos); NEW CENTURY VÍDEO PRODUÇÕES – (produção de vídeo-aulas e videoconferências); KTV – KEY TV COMUNICAÇÕES S/A – (transmissão via satélite); TERRA COMUNICAÇÕES E MARKETING – (marketing do curso); IESDE INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (coordenação das parcerias e curso)

Segundo o Guia Geral do CND as atribuições das Prefeituras Municipais é a seguinte:

- a) disponibilizar um professor (supervisor) para acompanhamento da Prática Supervisionada;
- b) providenciar uma telessala com o KIT tecnológico para ser utilizada nos finais de semana pelos alunos; (caso não exista esse conjunto em uma escola municipal, providenciar para que seja viabilizada a utilização do existente em escola estadual);
- c) indicar, para cada turma formada, um Tutor e responsabilizar-se pelas despesas de locomoção e estada durante uma semana, a cada início de módulo do curso – quatro módulos - Curitiba. O CND conta com a atuação de Tutores, para acompanhar as turmas. Esses Tutores fazem treinamento em Curitiba, uma semana a cada semestre e devem possuir licenciatura em Pedagogia (licenciatura plena ou curta), Pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu. Cada município ou instituição privada conveniada que implantar o CND deve ter um Supervisor licenciado em Pedagogia.

O Curso Normal a Distância tem a duração de 24 meses, sendo as vídeo au-

las 08h/a aos sábados e seminários aos domingos via satélite, com uma carga horária total do curso de 3448h/a, distribuídas atividades de forma presencial e a distância. Os alunos do Curso Normal a Distância desenvolvem diversas atividades, dentre elas destacamos: trabalhos individuais, resumos e esquemas, memoriais, prática supervisionada(estágio), vídeo-aulas, pesquisas, seminários, teleconferências.

Por meio de nosso estudo, podemos perceber o grande atraso existente ainda no Brasil com relação ao emprego das novas tecnologias da informação e comunicação. Apesar de vários autores citarem que a modalidade de Educação a Distância traz enorme benefícios e sendo seu custo inicial grande, é compensado pelas posteriores resultados. Observamos que isso não ocorre na realidade educacional de nossas cidades, em que somente por exigência da legislação, surgiu o primeiro curso a distância e usando tecnologias de segunda geração: TV, vídeo e fitas e muito material impresso e pouco material de apoio pedagógico. Os cursistas não dispõem de uma sala adequada, biblioteca, acesso a word wide web e também o professor tutor não está capacitado para trabalhar com recursos tecnológicos mais avançados.

Apesar de a nova geração de EAD, que emerge no Brasil desde a segunda metade dos anos 90, com o uso intensivo de tecnologias da comunicação e da informação, transformando os conceitos clássicos da EAD, até então de uma separação física entre o aluno e o professor ou a instituição de ensino, para um conceito atual de aproximação ou, mesmo, integração virtual entre os agentes dos processos de ensino-aprendizagem que se estabelecem, percebeu-se que o CND realizado em União da Vitória, é um curso presencial, que não se utiliza de grandes recursos tecnológicos, ficando apenas separados fisicamente do professor, com aulas previamente preparadas e muitas vezes por falta de tempo, não serem discutidas nem com o professor tutor.

A falta de interatividade, o pouco tempo disponível para tirar dúvidas quanto ao conteúdo repassado pelo CND e o acúmulo de conteúdos para avaliação, foram as principais queixas de seus cursistas. Assim como no ensino presencial, a EAD também apresenta problemas, que em sua maioria são semelhantes. Por isso é preciso respeitar as idiossincrasias e transformar o processo de avaliação, não num processo excludente, porém em algo que estimule o aluno a prosseguir. O importante nesse projeto não é apenas ter um software e equipes transdisciplinares; é ter o envolvimento de todos, a fim de que todos possam avaliar-se continuamente.

Por meio de nossos estudos, apoiados em um vasto referencial teórico-bibliográfico, pudemos perceber como está se desenvolvendo a Educação a Distância, no mundo, no Brasil e principalmente em União da Vitória. Pelo nosso entendimento, observamos que os cursistas do CND de nossa região não têm claramente definido o que seja realmente uma Educação a Distância e o uso de novas

tecnologias da informação e comunicação. Apesar de não terem tido a oportunidade de acesso à educação regular presencial em idade própria, de serem alvo de preconceitos gerados em seus ambientes profissionais e sociais, por parte de pessoas que desconhecem a proposta educacional vigente do-CND, a grande maioria dos alunos revelou um grau alto de satisfação com o curso, estando bastante interessados em atualizar-se e tendo consciência de que a obsolescência do conhecimento está deixando muitos fora do mundo de trabalho.

Percebemos que em União da Vitória a Educação a Distância não está apenas cumprindo a Lei, mas sentimos que os peregrinos do saber estão construindo seu conhecimento com os poucos recursos que lhes são oferecidos. Apontamos como chave do sucesso da Educação a Distância um constante estudo sobre as principais teorias, métodos e práticas desenvolvidas dentro dessa modalidade de ensino. Faz-se necessário um permanente aperfeiçoamento, uma busca de exemplos reais, traçar metas em função da qualidade de cidadão que se quer formar para que mundo, e como formar. Esse processo é, em síntese: descrição, execução, reflexão e depuração.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

APARICI, Roberto. Mitos de la educación a distancia y de las nuevas tecnologías. In: MARTIN RODRIGUEZ, Eustaquio; QUINTILLÁN, Manuel. (Coord.) **La educación a distância en tiempos de cambios: nuevas generaciones, viejos conflictos**. Ediciones de la Torre, Madrid, 1999.

BARRETO, A. L. Análise da proposta Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). **Revista de Educação-AEC**. ano 25, abr/jun, 1996.

BARROS, Davi F. & SILVA, Rinalva C. **Entre a autonomia e a competência**. Piracicaba: Unimep. 1993.

BELONNI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.19 n. 65, 1998.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS, L. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, J. E et al (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

EDUCAÇÃO agenda para o século XXI. **Revista Pátio**, São Paulo, v.4, n.16, p.31-39, fev./abr. 2001.

GARGANTINI, Marisa B. M. O desafio do ensino superior brasileiro frente ao novo paradigma. In: FINGER, Almeri P. (Org.) **Gestão de universidades: novas abordagens**. Curitiba: Champagnat, 1997.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói; COSTA, José; BAPTISTA, Naidson. **Fazer a universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez. 1991

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: A tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999.

NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. Porto: Editora Porto, 1995. (Coleção Ciências da Educação)

MARTINS, Onilza Borges. **Educação superior à distância e a democratização do saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PERRENOUD, Philippe. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEREIRA, Júlio E. D. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. Campinas: Papyrus, 1996.

RIBAS, M. H. **Construindo a competência: processo de formação de professores**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 2000.

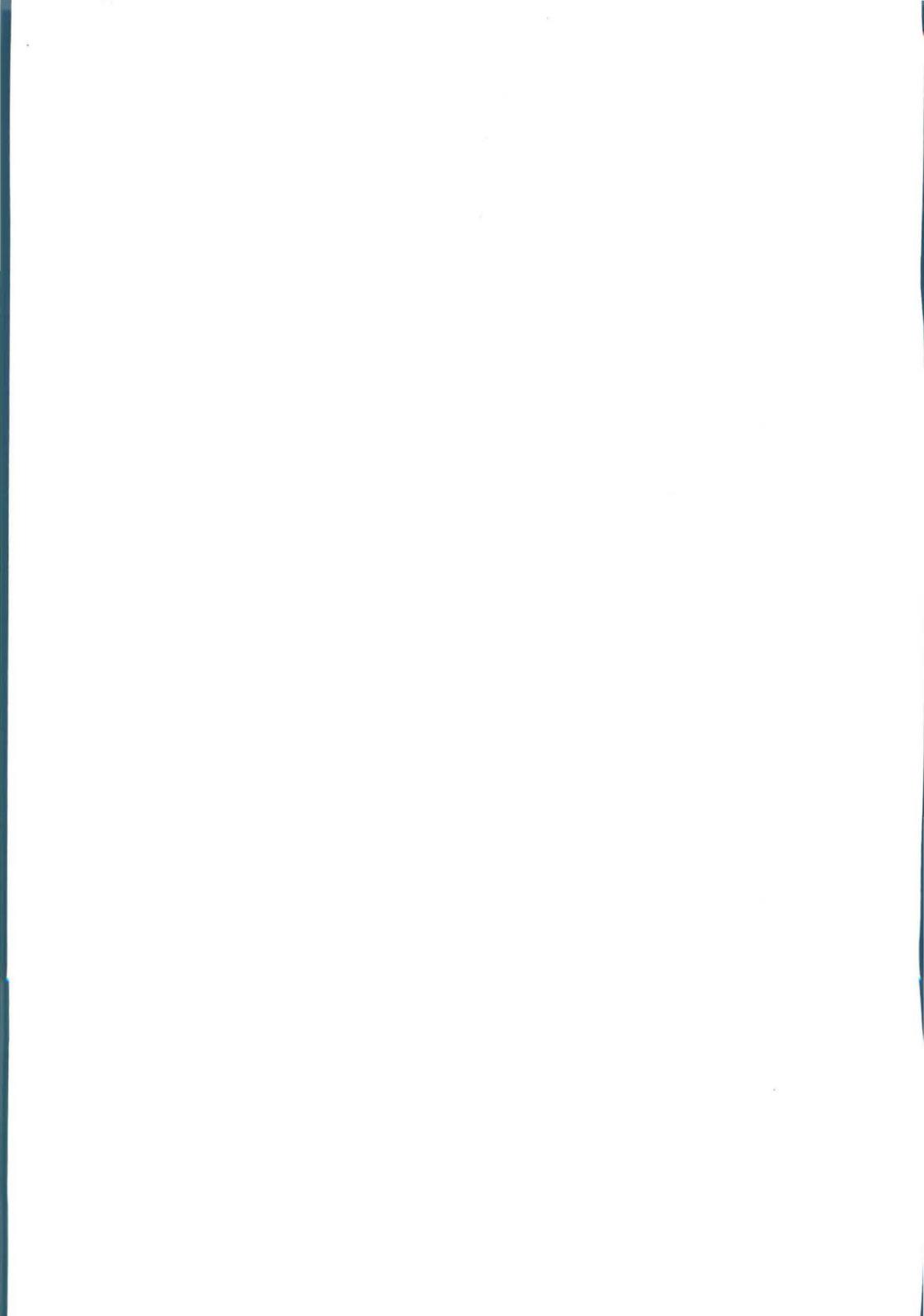
SAMPAIO, M. N.; LEITE, S. L. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

LÍNGUA UCRANIANA NO BRASIL: ASPECTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

IULY TATÁRCHENKO

Instituto dos Estudos Ucranianos, Keiv, Ucrânia;
Professor-visitante da UNICENTRO de Irati, PR;
Diplomata ucraniano no Brasil de 1996-99.
E-mail: yuliy7@hotmail.com



RESUMO

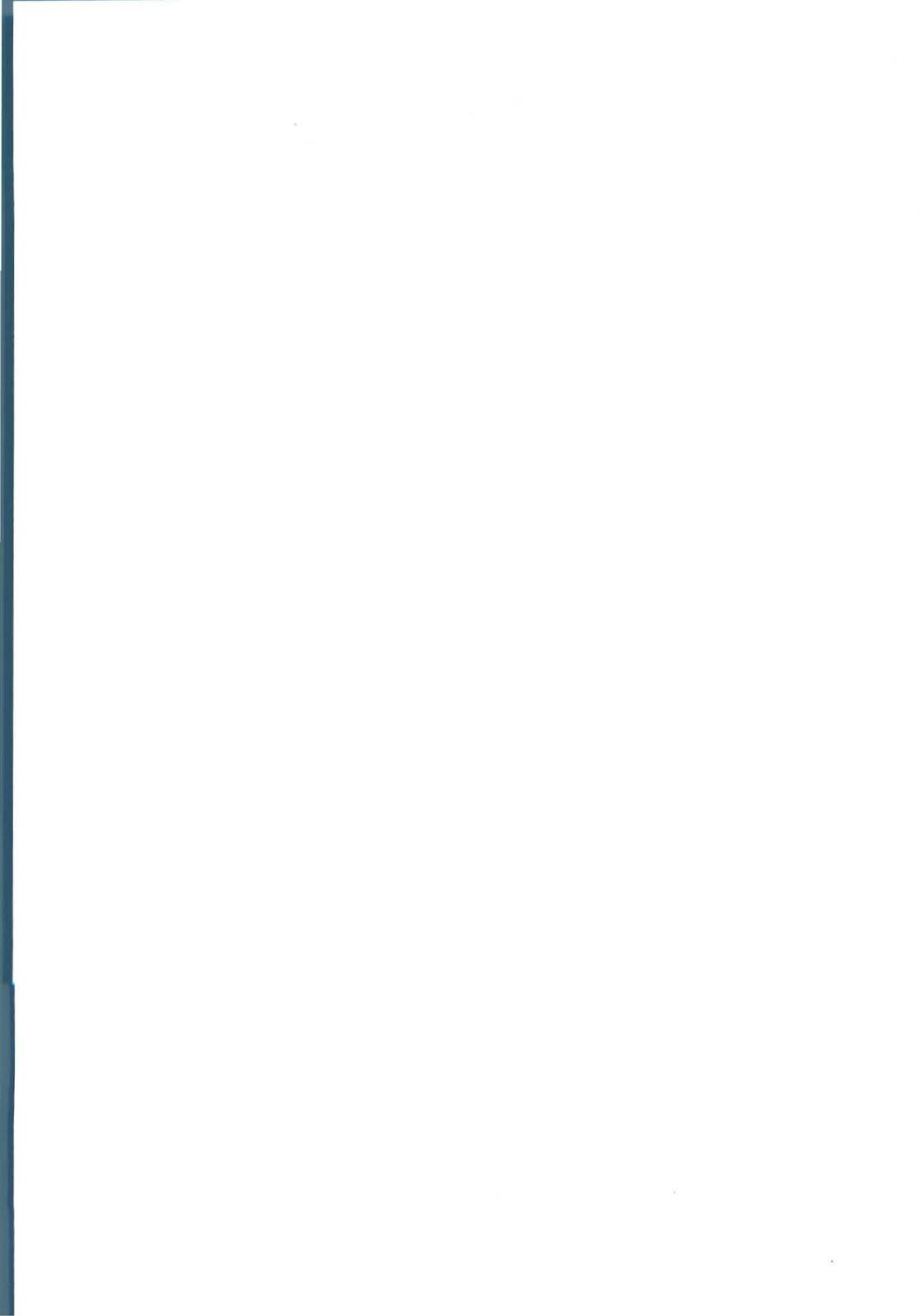
No mundo contemporâneo globalizado, ainda crescem instituições tradicionais com identidade nacional e étnica. O idioma é um dos fenômenos socioculturais mais influentes. Esta pesquisa trata do bilinguismo e relações da língua portuguesa com a ucraniana, na comunidade de Prudentópolis., Paraná. O pesquisador foi convidado, do Instituto dos Estudos Ucranianos de Keiv, a partir de março de 2002. Verificou que o ucraniano é empregado, na região, na liturgia do rito ucraniano, na comunicação dentro da comunidade, entre os descendentes, e nas relações com a Ucrânia. O idioma continua a ser estudado em várias escolas estaduais do município de Prudentópolis, estando prevista a habilitação do ucraniano, como idioma estrangeiro, na Faculdade UNICENTRO. O autor apresenta alguns tipos de interferência morfosintática do Português sobre o Ucraniano, bem como outras interinfluências lingüísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística – Ucraniano, Língua ucraniana

ABSTRACT

In the contemporaneous globalized world, traditional institutions with national and ethnic identity still find their places. Language is one of the most influential socio-cultural phenomena. This paper deals with bilingualism and the relations between Ukrainian and Portuguese, in Prudentópolis, Paraná. The researcher was invited by the Institute of Ukrainian Studies of Kiev, since March 2002. He found out that Ukrainian is used, in that region, in the liturgy of the Ukrainian celebration, for communication between the descendants, as well as in the relations with Ukraine. The language is still studied in several state schools in Prudentópolis, and the teaching qualification in Ukrainian as a foreign language, at college (UNICENTRO) is expected. The author presents some types of morphological-syntactic interference of Portuguese over Ukrainian, as well as other linguistic inter-influences.

KEY-WORDS: Linguistics - Ukrainian, Ukrainian language



No mundo contemporâneo, junto com o desenvolvimento do processo cujo nome é mais conhecido como globalização, continuam a crescer e a conservar-se instituições tradicionais com identidade nacional e étnica. Numerosas nações, representadas por estados nacionais, defendem suas origens e características, cultivando e apoiando sua cultura, idioma, tradições, hábitos e costumes. Ao mesmo tempo, cresce o interesse da sociedade sobre as culturas minoritárias étnicas, que compõem as culturas nacionais.

O idioma, um dos fenômenos socioculturais mais influentes, instrumento mais eficaz na política estadual, apresenta, nesse processo, um vasto campo para estudos e pesquisas. Na área de etnografia, etnopsicologia, antropolingüística, sociolingüística, sociologia, etc. a língua torna-se “componente de um sistema simbólico mais amplo, em vez de ser definida como sistema em si mesma” (MOREY, 1993, p.44). Nesse contexto, é mais razoável definir o termo “idioma” com função determinada, usando o termo “fala” ou “linguagem”, que mais corresponde à natureza do objeto de nossos estudos (HYMES, 1971, p.42-95).

Um papel importante nos estudos sociais desempenha a sociolingüística.

Especialmente a sociolingüística sincrônica, que permite, entre outros aspectos, estudar as causas de surgimento e desaparecimento dos idiomas e dialetos; pesquisar seus lados fortes e fracos, verificar as condições de convivência de várias línguas. Junto com as pesquisas no campo de história, etnografia, sociologia, psicologia, política e história da cultura, estudos sociolingüísticos permitem prognosticar o futuro dos vários componentes étnicos que formam uma nação. Para o Brasil, país de várias raças, culturas, tradições, esse problema também apresenta um interesse.

Como se sabe, o Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, foi colonizado com a participação dos povos da Europa tais como: alemães, espanhóis, italianos, poloneses, ucranianos e outros.

Vários pesquisadores têm estudado os temas ucranianos, tanto na história da imigração, vida contemporânea, preservação da cultura, como na religiosidade, hábitos e costumes nacionais dos ucranianos, no Brasil. Entre os trabalhos dedicados aos temas histórico-culturais, destacam-se as obras de O.Borushenko (UFP), P.Horbatiuk (FACE - União da Vitória - PR), V.Zinhko, W.Burco, M.Andrezza, T.Hanicz. Na área de sociolingüística - V. Kulzycynskij (UFPR-PR) e M. Ogliari (UNICENTRO-PR). Na literatura de ficção, em idioma português, o caráter nacional Ucraniano descobre talentosas mulheres e grandes mestres da palavra, como a poetisa Helena Kolodiy e a tradutora, poetisa Vira Wovk.

Naturalmente, a riqueza cultural e variedade étnica, presentes nessa parte do Brasil, formaram uma situação social específica, que precisava ser estudada e que,

hoje, atrai a atenção dos cientistas e pesquisadores. Durante os últimos tempos, foram realizadas várias pesquisas nesse campo, que poderiam dar uma visão sobre problemas sociais, em particular, na área lingüística. Muitos desses trabalhos foram incentivados pelo Estado. Desse modo, em 1982, para incentivar as pesquisas, foi iniciada a realização do projeto “Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil” (Varsul). Nesse projeto, foram envolvidas as universidades federais de três estados sulinos: UFRGS, UFSC, UFPR. O pivô do mencionado programa foi o estudo do bilingüismo e as relações do Português com outras línguas minoritárias da região, criação do banco dos dados. Desse modo, o Varsul configurava a existência de várias línguas minoritárias. No fim dos anos 80, começo dos 90, foram realizadas as pesquisas dedicadas aos problemas de conflito lingüístico entre Português e Italiano, Português e Alemão. Em 1997-99, a professora Maria Marlene Ogliari tinha feito um trabalho semelhante, que abrangia o Português e o Ucraniano. Foi realizada a pesquisa da fala de comunidade lingüística dos descendentes ucranianos, habitantes do município de Prudentópolis, PR. Em sua tese de doutorado “As condições de resistência e vitalidade de uma língua minoritária no contexto sociolingüístico brasileiro”, a pesquisadora revisou “a constituição histórico-social das regiões geograficamente envolvidas e os fatores que possibilitaram a longa vida da língua ucraniana no cenário brasileiro, face à oposta lentidão com que o idioma português efetivou a invasão, como língua majoritária, comunidade”.

Naquele momento, surgiu a idéia de realizar as pesquisas do fenômeno de coexistência dos dois idiomas, e verificar a influência do Português sobre o Ucraniano. Com esse fim, com um adequado projeto, apoiado pela Fundação Araucária, foi convidado, da Ucrânia, um pesquisador do Instituto dos Estudos Ucranianos da cidade de Keiv, autor deste artigo, que, a partir de março de 2002, começou o seu trabalho.

Como consta no título, o fim deste artigo é analisar a situação sociolingüística do idioma Ucraniano no Brasil. Aproveitando a pesquisa da fala dos ucranianofalantes que, segundo D. Hymes, uma das maiores autoridades na área metodológica da etnografia de comunicação, faz parte da chamada “gramática cultural” de uma comunidade. Com ajuda do método histórico-comparativo, tentaremos apresentar os itens mais marcantes de transformações que sofreu o idioma Ucraniano no terreno cultural brasileiro.

A presença, num país grande como o Brasil, de um numeroso grupo étnico, como o ucraniano, com idioma, cultura e antropologia próprios, já revela um interesse científico. Mais ainda, porque esse fenômeno existe há mais de 100 anos, apresentando um bom espírito conservador. Os ucranianos, transferidos da Europa, em fins do século XIX, com as primeiras 5 mil pessoas, e depois das guerras mundiais, duas levas a mais, adaptaram-se bem, encontraram na terra do Brasil a sua nova Pátria. Hoje, o Brasil conta com a presença de cerca de 400 mil des-

cedentes ucranianos que, junto com outras etnias, que chegaram da Europa, formam a parte ativa da nação brasileira, fazem grande aporte ao desenvolvimento econômico desse país, ficando como uma inseparável parte do grande caleidoscópio sociocultural do país verde-amarelo.

Para realizar o programa do estudo de fala ucraniana, foi escolhida a localidade - município de Prudentópolis, cuja população se compõe de cerca de 80 por cento de descendentes ucranianos. Na primeira etapa, durante os encontros, no interior e na cidade Prudentópolis, foram escolhidos 12 sujeitos de pesquisa, de fala ucraniana. Esse trabalho não exigiu grandes esforços e tempo, porque o pesquisador, já há muito tempo antes, tinha bons contatos com a comunidade, e possuía conhecimentos sobre a sua vida, aproveitando seu apoio. Durante as visitas das famílias, na participação das festas religiosas, etc. foram instaladas as condições para futuras gravações. Ao mesmo tempo, foram procurados os materiais, documentos, jornais, livros, objetos históricos preservados pelas famílias, que apresentavam interesse pela criação do Centro de Memória dos descendentes ucranianos, cuja instalação também fora determinada como uma das tarefas do Programa de intercâmbio entre a UNICENTRO e o Instituto dos Estudos Ucranianos.

Os sujeitos bilíngües foram determinados, segundo demandas do Projeto Varsul e estratificados em idade, sexo, e nível educacional. Cada um dos falantes teve como primeira língua, a ucraniana, tinha nascido e residido no local da coleta e desse lugar não se havia afastado por um período superior a um ano. Além disso, os sujeitos teriam que corresponder ao seguinte perfil social: sexo – homens e mulheres, idade - dois grupos, primeiro grupo unia falantes de 30 até 50 anos, segundo - na faixa de 50 até 60, 75 anos. Segundo a escolaridade, ambos os grupos de idade e sexo se dividiram pelo nível de educação – até 4 anos, até 8 anos, na faixa de 9 até 12 anos.

Durante esse período, foram preenchidos os formulários que, além dos dados do perfil dos sujeitos, também apresentavam outras informações sobre os informantes, tais como: data de nascimento, grau de instrução, profissão, estado civil, quantidade de filhos, noções sobre atividades sociais, etc. Também foram feitas prévias gravações de fala de 15-20 minutos, que revelavam as possibilidades “oratórias” e léxicas dos sujeitos e propiciavam um clima de confiança.

Na etapa seguinte, foram realizadas as gravações de fala. Segundo as demandas, a gravação de fala durava uma hora. Durante as gravações era realizada uma conversa, em estilo de confiança, livre, e não controlada, sobre os temas de maior interesse e competência do falante. Durante a entrevista, o falante se expressava sobre sua história familiar e residencial, infância e estudos na escola, festas, esportes, TV, a vida religiosa e cultural, contatos com vizinhos, noções sobre Ucrânia, etc. Em muitos casos, a entrevista contou com a participação de terceira pessoa, membros da família.

Depois de gravações, começou a descrição de fala que constituiria o banco de dados. Com esse fim, com o Alfabeto Internacional de Fonética, foi criado um sistema de transcrição das entrevistas, que possibilitasse acesso às múltiplas informações nelas presentes. Era necessário um sistema de normas que garantisse homogeneidade na transcrição dos dados lingüísticos. Requisitos básicos eram necessários para definir, com precisão, a natureza das informações e a forma de registro, de tal modo que tivesse orientação segura quanto aos procedimentos, padronizando, ao máximo, as classificações-procedimentos.

O sistema de transcrição criado inspirou-se no adotado pelo Projeto Censo da Variação Lingüística, do Rio de Janeiro. Ele é constituído de três linhas. Na primeira linha, é registrada a sintaxe real da fala dos informantes, com todas as suas hesitações e interrupções, utilizando, entre outros recursos, os princípios ortográficos, que regem a escrita do Ucraniano. Na segunda linha, registram-se os aspectos fonéticos variáveis, previsíveis ou inesperados, detectados nas entrevistas e as pausas. Na terceira linha, apresentam-se informações sobre a ênfase e a mudança de velocidade na fala e fornece-se uma classificação morfossintática dos itens lexicais.

A análise dos textos, realizada depois da transcrição de fala, permite fazer conclusões gerais sobre especificidades fonéticas, morfológicas, sintáticas do Ucraniano que domina na região.

O levantamento efetuado com o grupo de 12 sujeitos permite dizer que o idioma ucraniano se preservou bastante bem e continua a ser um organismo vivo, que abrange o léxico de vários itens socioculturais. Essa grande vitalidade e resistência cultural do idioma ucraniano, além das causas que poderíamos marcar como especificamente brasileiras, têm as raízes determinadas no passado do povo ucraniano.

Esse fenômeno é bem explicável, se nos dirigimos à história. Já a partir do ano de 1340, o território de Galícia e Volenh (região de onde chegou a maioria dos primeiros imigrantes), estava sob o domínio da Polônia. Mais tarde – sob poder da união Polono-Lituana. Como resultado dessa tragédia nacional, o povo ucraniano, junto com a perda do próprio estado, começou a perder os intelectuais nacionais que, como se sabe, são responsáveis pela proteção e apresentação da identidade nacional. Mas essa grande ameaça para a etnia ucraniana, especialmente de sua parte ocidental, foi liquidada graças aos esforços da população rural, com o apoio da igreja ucraniana. Nesse momento, o idioma ucraniano se preservou, em sua maioria, nas famílias de classe campesina, eclesiástica e pelo poucos intelectuais. Só em 1939, as duas partes da Ucrânia (sob domínio polonês e moscovita) se uniam na Ucrânia unificada. Como já constatamos, para a maioria que chegou ao Brasil, no fim do século XIX, esse acontecimento histórico estava em futuro. Devido a uma experiência de resistência nacional, quase durante 7 séculos, “os pioneiros”, desde sua chegada ao Brasil, começaram a constru-

ção do seu pequeno mundo, com escolas, igrejas, organizações socioculturais próprias. Fomentou muito essa situação um isolamento territorial e falta de domínio do Português. Nesse contexto, o Ucraniano tornou-se, mais ainda, a instituição-chave. Hoje, graças a esse papel progressivo do idioma ucraniano, pode-se constatar alto nível da resistência da cultura ucraniana no Brasil e no mundo inteiro.

Antes de fazer uma análise fonética das gravações de fala, é necessário realizar uma comparação geral do Ucraniano com o Português, que pertencem a distintos ramos indo-europeus. O Ucraniano pertence ao ramo eslavo, que segundo as últimas versões científicas, procede do Prarusso, um dos ramos do Prácrito, idioma dos povos que habitavam no território da Ucrânia contemporânea, a partir de 5-6 mil anos A.C. No Ucraniano, os substantivos, por exemplo, têm sete declinações, gênero e número. As 33 letras do último alfabeto, cirílico, criado há mais de 1100 anos, apresentam 35 fonemas. A ortografia ucraniana se baseia no princípio fonético-morfológico, que facilita muito a ligação entre a fala e a escrita.

O Português, como se sabe, faz parte do grupo de idiomas neolatinos, procede do Latim, tem 23 letras que apresentam 34 fonemas.

O sistema fonético e fonológico ucraniano distingue-se do Português em várias posições. Por exemplo, as vogais ucranianas pouco dependem da posição, pronunciam-se com maior sonoridade, por isso, em Ucraniano, não há fonemas nasais, vogais abertas ou fechadas. Existe só um erre vibrante [r] como um traço específico, comparando com o Português, é a presença, no Ucraniano, da maior quantidade dos fonemas palatais. Por exemplo, a palavra “colônia”, a maioria dos sujeitos pronunciavam como [ko'l'oniya]. As consoantes não sofrem da dessonorização regressiva sonora.

Como já foi acima apontado, a maioria dos imigrantes chegou da Galícia, do Leste da Ucrânia, que fica na bacia do rio Dnístér. O dialeto desse território se caracteriza pelo maior grau, ainda, de palatização, comparando com o Ucraniano padrão. Com o tempo, para o Brasil chegaram, da mesma localidade, os padres da Igreja Católica Ucraniana e os professores, que ensinaram o Ucraniano. Esse fato propiciou muito a fixação do dialeto galiciano no Paraná. Além disso, a comunidade ucraniana de Prudentópolis, como em todo Brasil, quase todo tempo, ficou isolada da Ucrânia, que ficou, muito tempo, como soviética. Como confirmam as gravações, todos os entrevistados falam o mesmo dialeto bem conservado. A grande influência do dialeto galiciano, na escola e igreja ucraniana, confirma o fato de que os filhos daqueles que vieram para Brasil, das outras regiões da Ucrânia, também falam do mesmo modo.

Falando sobre a influência do Português sobre o Ucraniano, na parte fonética, é necessário distinguir que alguns falantes urbanos pronunciam alguns sons como em Português – [ts] em vez de [t], [dz] em vez de [d], [S] em vez de [s].

Quanto à vibrante [rr], não foram fixados os casos de mudanças fonológicas. Todavia, em geral, observa-se menor sonoridade de [rr].

Apresentamos alguns tipos de interferência morfossintática, do Português sobre Ucraniano, que registraram as gravações:

- a) criação dos termos ucranianos, segundo as regras do Português, por analogia: [dido] - vovô, deveria ser [dia];
- b) omissão (perda) das declinações dos substantivos: [pr'aktek], deveria ser [pr'akteke]- prática ; [tse'gol] em vez de [t'seg] - tijolo;
- c) uso de alguns verbos como transitivos, que, em Ucraniano não correspondem [spoma'hate] - ajudar;
- d) perda da palatalização própria do Ucraniano, nos infinitivos dos verbos e de terceira pessoa - ['koset], ['robot], [se'det], deveria ser ['koset], ['robot], [se'det];
- e) uso de uma forma não correta do substantivo em plural- [li'se] deveria ser [lis];
- f) uso de uma forma arcaica de cortesia quando se usa o verbo em plural, em vez de singular - [za'jurenj], deveria ser [za'jurenj].

Quanto à influência léxica, o “corpus” revelou vários empréstimos: [profe'sore], [co'loniyi] - aldeã, [oni'buse] como plural de “ônibus”, “TV”, “churrasco”, “charuto”, nomes de plantas.

Como confirma todo o período de presença da comunidade ucraniana no Brasil e os resultados obtidos na pesquisa, o idioma Ucraniano foi um dos fatores mais importantes na preservação da identidade étnica de comunidade ucraniana, mas não o único. Junto com outros “marcadores” de cultura nacional, tais como: liturgia de rito Ucraniano, culinária, canto e dança populares, hábitos e costumes, até o alfabeto cirílico, memória e respeito de ancestrais – desbravadores dessa inculta terra, junto com sentimentos comuns, com todo o povo da Ucrânia, sua história, o presente, o passado e o futuro. Hoje, o Ucraniano no Brasil, além de ser um símbolo-chave, continua a desempenhar um papel prático, servindo como meio de comunicação, tanto dentro da comunidade, como nas relações com a Ucrânia. O idioma continua a ser estudado em várias escolas estaduais do município de Prudentópolis. Está prevista a habilitação do Ucraniano, como idioma estrangeiro, na faculdade de UNICENTRO.

O levantamento efetuado com o grupo de 12 sujeitos permite dizer que o idioma ucraniano se preservou bastante bem, e continua a ser um organismo vivo, que abrange o léxico de vários itens socioculturais, tem grande vitalidade e resistência no terreno sociocultural brasileiro, apresenta boas perspectivas de futuro.

Uma importância maior começa a desempenhar o Ucraniano, hoje, quando estão realizando vários projetos entre a Ucrânia e o Brasil, especialmente, na área de es-

paço cósmico e exploração dos poços petrolíferos. A comunidade ucraniana, nesse contexto, poderia dizer sua palavra, com toda a vontade, nessa vez, também em Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIA dos estudos étnicos e estudais. Heneza, Keiv 1996.

HYMES, D. **Sociolinguistics and the ethnography of speaking**: social anthropology and language. E. Ardener. London: Tavistok, 1971.

KOVALHIV, P. **Noções essenciais sobre a formação do idioma ucraniano**: comparação com idiomas eslavos. New York, 1956.

KULCYNSKI, W. **The influence of the Portuguese language on the Ukranian Language in Brazil**. Curitiba, 1987.

_____. **Fonemas eslavos**: origem e desenvolvimento histórico. New York: 1965.

LABOV, W. **Empirical foundation of linguistic theory**. Lisse, 1975.

OGLIARI, M. **As condições de resistência e vitalidade de uma língua minoritária no contexto sociolingüístico brasileiro**. Florianópolis, 1999.

SALINAS, P. **Defesa del Lenguaje**. Madrid, 1991.

TRABALHO coletivo de Academia de Ciências da Ucrânia. O essencial de metodologia de estudos linguísticos do mundo. Keiv 1992.

Estudos Ucranianos: Concepções, Programas, Documentos.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DA UCRÂNIA, Instituto da Pesquisa de Sistema de Educação, Instituto de Estudos Ucranianos. Keiv 1995.

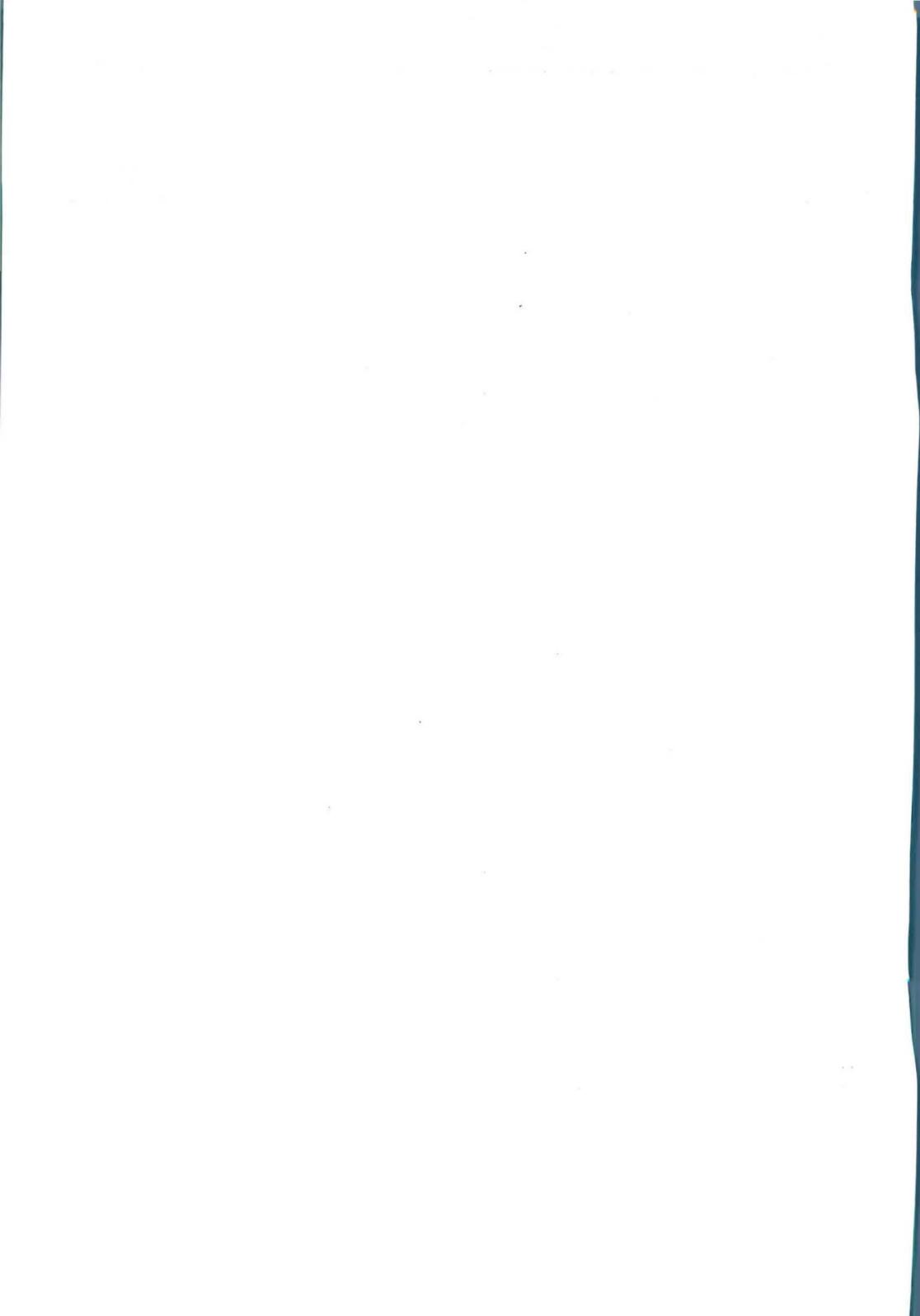


COMUNICAÇÃO EXCLUDENTE: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E DEMOCRACIA NA ERA DO CONHECIMENTO

ANGELA FARAH

Graduada em Jornalismo, pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali); Especializanda em Planejamento em Comunicação Integrada, na Faculdade OPET; Professora do Departamento de comunicação, na FACE.

E-mail: angelifarah@uol.com.br



O mundo passa por uma grande inquietação perante as mudanças rápidas e, ao mesmo tempo, assustadoras, desencadeadas pelas revoluções tecnológica, econômica e, conseqüentemente, cultural. Mais do que uma transição, a fase atual reflete o colapso do modelo político-econômico, o sistema capitalista de produção, que tem sofrido grande impacto no processo de produção, no trabalho e na maneira como é organizado. Os agentes causadores dessa mudança são a globalização, essencialmente econômica; a automação de todo o processo industrial; a sobreposição da ciência, como força produtiva; e a concentração do capital, em determinados países e alguns setores econômicos de produção.

Na fase atual em que se encontra a globalização econômica, os pobres deixaram de ter importância para a lógica da economia neoliberal. Os países ricos já não precisam de grande parte da população mundial, para continuar crescendo economicamente, embora ainda necessitem de muitos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, que exportem capital, a maioria das matérias-primas, forneçam força de trabalho barata, etc. O filósofo brasileiro Hugo Assmann (1994) denomina esse muro excludente e cada vez mais espesso de "Teoria da persistência"¹. O crescimento econômico a qualquer preço, bandeira do neoliberalismo, empurra a maioria da população dos países em desenvolvimento para a marginalidade social. Os excluídos e marginalizados não entram mais nos cálculos de rotatividade de empregos dos neoliberais, são descartáveis, não importam mais.

Entre os diversos fatores que reforçam essa política está o poder dos meios de comunicação. O estudioso da comunicação, Umberto Eco (1984), no final da década de 1960, já afirmava que não só os cientistas, mas que também o grande público percebia que vivia na *Era da Comunicação* (ou Era do Conhecimento). Para ele, a comunicação transformou-se em indústria pesada. E foi nos últimos 30 anos que a comunicação mundial investiu em pesquisas sobre técnicas de persuasão, buscando atingir a massa, por meio da reprodução em série. A busca da modernidade nos trouxe a tecnologia. Esta, por sua vez, é a responsável pela possibilidade de vermos a representação dos nossos dias por imagens na televisão (telejornais, publicidade, propaganda, talk shows, etc.) e pela tela do computador (da mesma maneira que a TV, com a variação de formatos).

1 A "Teoria da Persistência" pressupõe que o sistema neoliberal não precisa da maioria da população dos países em desenvolvimento, principalmente, e também, das populações pobres em recursos materiais, financeiros e de conhecimento do chamado primeiro mundo. A consequência dessa exclusão é a marginalização das populações sem acesso à globalização, o aumento da violência, e a exploração de grupos específicos, como as crianças, as mulheres e os negros, que são, invariavelmente, as primeiras vítimas.

Há muito tempo, o homem descobriu que os meios de comunicação podem ser agentes transformadores. Manipulados, podem servir para uma minoria encostar-se nas bases do poder. E o que surgiu, então, foi uma longa batalha pelo acesso à esfera da comunicação. A grande busca foi a conquista do imaginário popular. Sua conquista ou descoberta faria de quem dominasse esse conhecimento um homem poderoso. Uma das técnicas descobertas para dominar esse imaginário foi a da fragmentação da informação.

As novas tecnologias, tomando forma de TV a cabo, internet, entre outros, possibilitaram a fragmentação do conhecimento produzido diariamente e encantaram a todos que esperavam progresso e conforto. As informações produzidas e veiculadas em contexto histórico-social nos fazem acreditar que não se pode confiar no que é recebido pela TV, pelo rádio, pelos jornais ou pela internet. Tudo é representação de existência, de vida.

Os processos atuais de produção de conhecimento divorciaram-se, definitivamente, da forma clássica do 'fazer jornalismo'. O jornalismo dessa nova era está sintonizado com o novo papel das comunicações e com a supressão dos fatos que marcavam o entusiasmo e a determinação de nossos antepassados. Há pouco tempo, na década de 60, principalmente, o jornalismo era um tipo de ação política, que visava alterar o quadro de forças sociais. Havia no dia-a-dia do jornalismo, o engajamento, os ideais políticos de transformação, a idéia de educar as massas, a intenção de provocar o debate público e a esperança de obter, através da reflexão, a conscientização de cidadãos para uma existência melhor para todos. Em pleno século 21, ao contrário, o jornalismo nem sempre cumpre seu papel primário de informar e promover o debate público, que poderia restabelecer a busca do desenvolvimento de uma nova estrutura econômica e política pelo homem.

Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imagetivamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser 'informar-se sobre o mundo' para ser 'surpreender-se com pessoas e coisas' (MARCONDES FILHO, 2000, p.31).

Esse jornalismo transmite para todo o mundo, através de grandes redes de comunicação, o discurso pasteurizado da política econômica dos países desenvolvidos: é preciso manter a liberdade e a democracia, geralmente, a qualquer preço. Esses países apelam para o desejo universal de liberdade, que, na publicidade política, é mais bem representado pelo capitalismo e pela democracia, e justifica guerras, mortes, violência e miséria no mundo todo. Os Estados Unidos, a maior potência econômica do mundo, usam esse discurso, de forma incomparável, para dar suporte à morte de latinos, asiáticos, africanos, árabes, entre tantos outros povos atingidos pela barbárie norte-americana. Conforme Assmann (1994), "esvazia-se o conceito de democracia, quando pretende coexistir com a miséria e a violência".

Para Marcondes Filho (1993), “a imprensa [meios de comunicação] efetivamente não é reflexo objetivo, direto das sociedades ou reprodução de qualquer ‘verdade’ que estivesse na história dos povos”. Vivendo na Era do Conhecimento, cabe à sociedade buscar reflexões éticas sobre a conquista das novas tecnologias, contextualizando os fatos, para que o homem possa ser agente participativo dessa nova realidade.

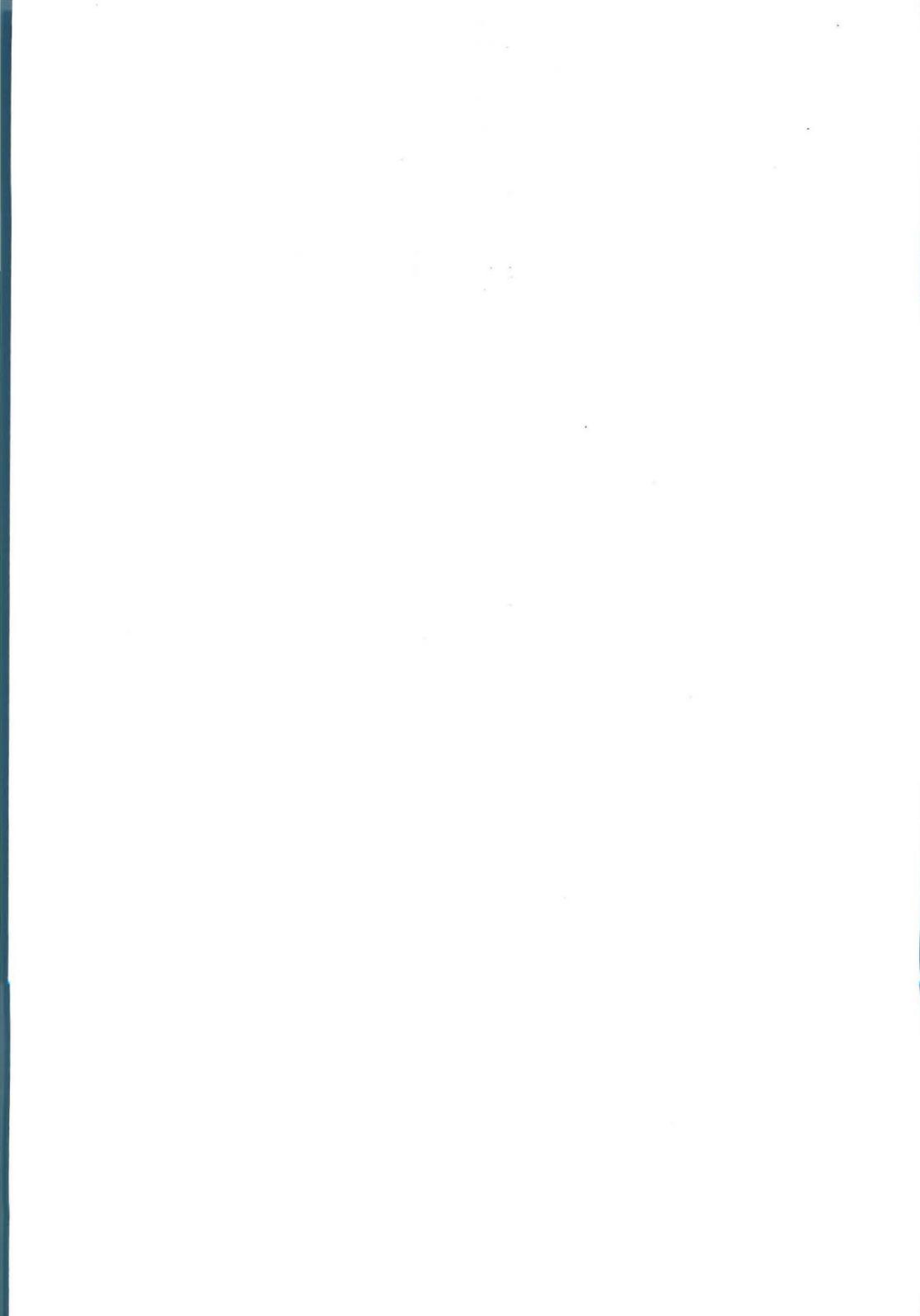
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**: ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

ECO, U. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000. (Coleção Comunicação).

_____. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.

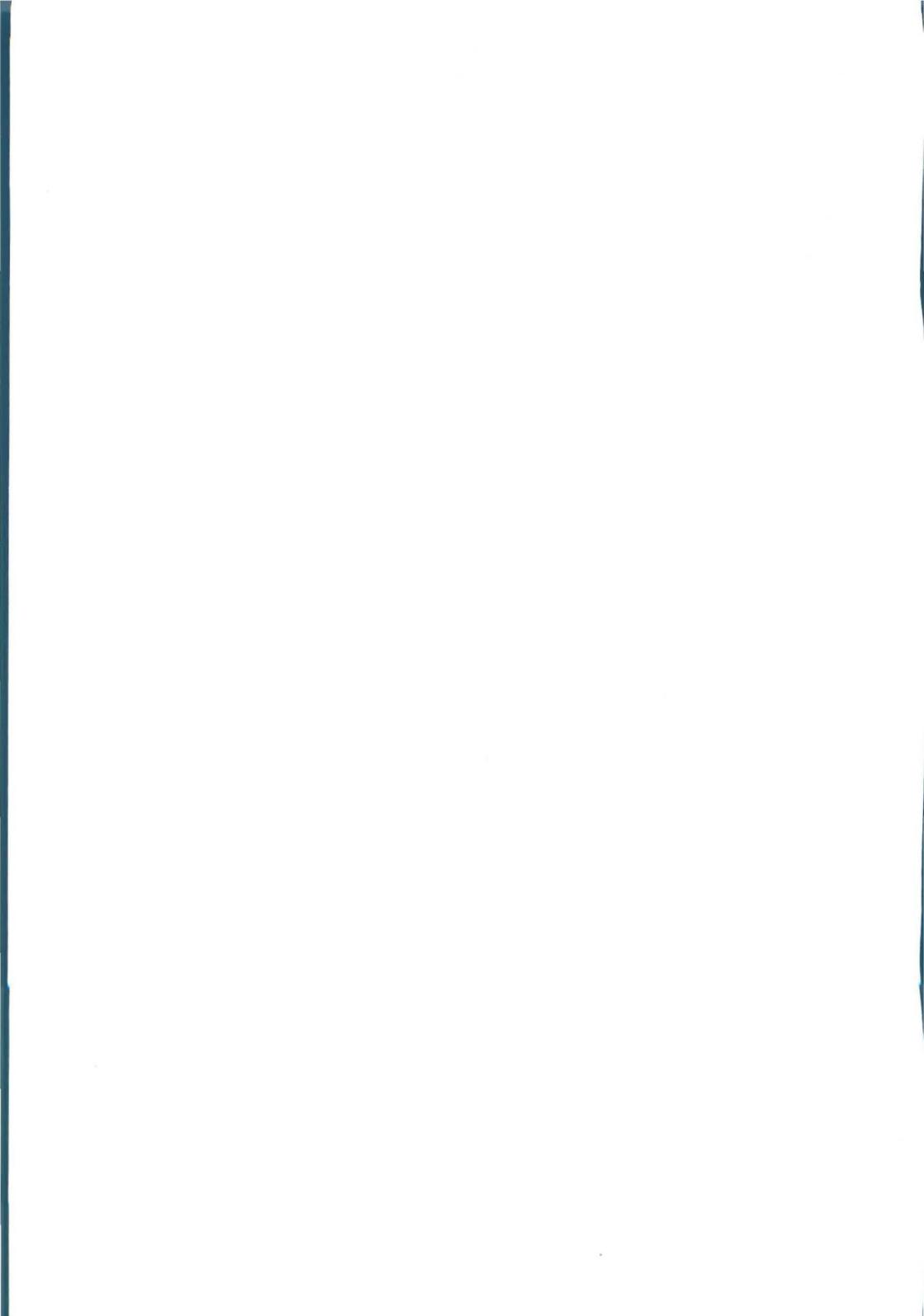


A EVOLUÇÃO DO PROCESSO COMUNICACIONAL: DA ESCRITA AO CINEMA DE DAVID CRONENBERG

DELBRAI AUGUSTO SÁ

Mestrando em Comunicação e Linguagens na Universidade Tuiuti do Paraná; Professor do Departamento de Comunicação Social da FACE /UVA.

E-mail: delbrai@twin-net.com.br



Evidentemente que a comunicação humana antecede em muito o advento da escrita, por outro lado, temos que, considerar que, a partir dela, o processo da comunicação foi aprimorando-se, gradativamente. O processo escrito da comunicação teve início com os ideogramas (sinais que exprimem a idéia e não os sons da palavra que representam essa idéia), passando, posteriormente, pela escrita rupestre (gravada nas rochas), pela escrita cuneiforme dos sumérios, pela escrita ideográfica dos chineses, até chegar ao alfabeto consonântico, dos quais o fenício é o primeiro exemplo, no século XII a. C. e que influenciou os alfabetos aramaico, árabe, hebreu e sírio, entre outros, até chegar ao alfabeto grego (séc. IX a. C.), que retomou os signos fenícios, a ele acrescentando as vogais e provocando o surgimento de outros alfabetos, como o armênio, o georgiano, o copta e o latino, atualmente o mais difundido no mundo (CHAO, 1977).

Os mais antigos sistemas de escrita, para Chao (1977), desenvolvidos no Antigo Oriente entre -3300 e -3000 (sumério, acadiano, egípcio), utilizavam um grande número de sinais pictográficos, em que cada sinal representava um objeto concreto e um conceito. O pictograma egípcio era usado para representar tanto “escriva” como “escrita”.

Logo ocorreu uma simplificação e, depois dos silabários em que cada sinal representava uma sílaba (hitita, linear A, linear B), apareceram as primeiras inscrições alfabéticas. Nesses primitivos alfabetos, que surgiram por volta de 1700 a.C., cada sinal representava um som, mas somente os sons consonantais (proto-sinaítico, ugarítico).

O primeiro alfabeto verdadeiro, com sinais para a representação de consoantes e vogais, surgiu por volta de 750 a.C. na Grécia. Os dois alfabetos mais importantes são o latino, desenvolvido pelos antigos romanos e o cirílico, desenvolvido do grego pelos primeiros missionários eslavos.

Percebe-se que a escrita, em sua história, foi indo do mais concreto para o mais abstrato, do motivado ao convencional, mais concreto para o mais abstrato, do motivado ao convencional num processo constante de aperfeiçoamento de seu poder representativo.

O alfabeto grego baseia-se no alfabeto fenício, desenvolvido por volta de 1050 a.C., tanto que os antigos gregos chamavam as letras de foinikéia grámmata, “letras fenícias”. Inicialmente, só havia letras maiúsculas; as minúsculas foram criadas no Período Helenístico e popularizaram-se após a conquista romana.

Cada cidade-estado usava uma variedade diferente de sinais. O conjunto de sinais usado pela cidade de Mileto foi adotado por Atenas em 403 a.C e, nos anos seguintes, pelas demais cidades gregas, e tornou-se assim o alfabeto grego, que conhecemos e utilizamos atualmente. Todas as inscrições eram habitualmente en-

talhadas em letras maiúsculas; as minúsculas tornaram-se de uso corrente, muito mais tarde, durante a Idade Média (século VII em diante).

Há vinte e quatro letras, das quais dezessete representam consoantes e sete, vogais.

Quanto aos numerais, desde o séc. II a.C., são utilizadas para a maior parte dos números, as próprias letras, seguidas de apóstrofo.

A pronúncia do grego antigo não é a mesma do grego moderno, e sua reconstituição atualmente tem interesse somente para os especialistas. Eis, no entanto, algumas informações úteis para o entendimento da poesia grega: a língua grega tinha acento de natureza musical, e, na sílaba acentuada, o som se elevava um pouco. Era diferente do acento das línguas modernas, de natureza tônica, em que a sílaba acentuada é pronunciada com mais força.

As vogais tinham quantidade, i.e., o tempo que se levava para pronunciá-las era diferente: breves, uma unidade de tempo; longas, duas unidades. As vogais -h- e -w- eram sempre longas, -e- e -o- sempre breves, e as demais podiam ser longas ou breves. As sílabas que continham vogal longa eram consideradas longas e as outras, breves.

Quando o idioma grego difundiu-se, durante o Período Helenístico, tornou-se necessária a adição de outros sinais para indicar, aos não-gregos, a pronúncia das palavras. Os mais importantes são: acento agudo, acento grave, acento circunflexo, espírito doce, espírito rude, sinal de interrogação, sinal de pausa e trema.

O espírito rude empresta às vogais e ao -r- um som rascante, denominado aspiração; o espírito doce indica ausência de aspiração.

Após traçarmos esse breve panorama da história da escrita e antes de passarmos para o hipertexto, não podemos deixar de citar a invenção da imprensa, do tipo móvel, por Gutenberg, em 1438. Foi ele, quem imprimiu a primeira Bíblia, fazendo-o em duas colunas de 42 linhas.

A idéia de hipertexto foi enunciada, pela primeira vez, por Vannevar Bush, em 1945, em um célebre artigo intitulado "*As We May Think*". Bush era um renomado matemático e físico que havia concebido, nos anos 30, uma calculadora analógica ultra-rápida, e que tinha desempenhado um papel importante para o financiamento do Eniac, a primeira calculadora digital. Bush disse, na época, que a mente humana funciona por meio de associações, pulando de uma representação para outra, imaginando, então, um dispositivo denominado Memex, que seria utilizado para mecanizar a classificação e a seleção por associação, paralelamente ao princípio de indexação clássica.

No início dos anos 60, os primeiros sistemas militares de teleinformática acabavam de ser instalados, e os computadores ainda não evocavam os bancos de dados e, muito menos, o processamento de textos. Foi nessa época que Theodore Nelson inventou o termo hipertexto, para exprimir a idéia de escrita/

leitura não linear, em um sistema de informática. Desde então, Nelson perseguiu o sonho de uma imensa rede acessível em tempo real, contendo todos os tesouros literários e científicos do mundo, uma espécie de Biblioteca de Alexandria de nossos dias e que ele denominou de Xanadu.

O texto tem sido o mais importante meio de comunicação e de difusão cultural de todos os tempos. É ele que marca o fim da pré-história e o início da história. Contudo, sua forma de utilização tem-se adaptado, juntamente com o aperfeiçoamento das outras mídias.

Com o advento dos computadores pessoais, a qualidade visual, no que diz respeito aos textos, deu um salto quantitativo e passou a ser requisito em qualquer uso desta mídia. O número de fontes, tamanhos de letras, alteração de cores, ajudam a atrair a atenção do leitor e enfatizar o conteúdo do texto.

Todas essas alterações são consideravelmente simples, com o auxílio dos computadores. O que antes era restrito aos artistas é, hoje, facilmente manipulável por qualquer usuário. Pode-se dizer que esse tipo de mídia é, entre todas, a mais vastamente explorada. Mais atualmente, uma nova contribuição foi dada à mídia texto: o hipertexto, em que o leitor pode “cliquear” sobre certas palavras, alterando o caminho de sua leitura.

O hipertexto é, um dos paradigmas básicos em que a teia mundial se baseia. Ele é uma espécie de texto multidimensional, em que, numa página, trechos de texto se intercalam com referências a outras páginas. Clicando com o mouse numa referência dessas, a página corrente é substituída pela página referenciada. Uma enciclopédia clássica seria um tipo de hipertexto, mas não é lida como um hipertexto, pela dificuldade para acompanhar as ligações sugeridas. Com o suporte digital ficaria mais fácil a navegação e até a edição final do texto que construímos na soma das buscas (MARCUSHI, 1999).

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós, ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos, que podem, eles mesmos, ser hipertextos. Funcionalmente, um hipertexto é um tipo de programa para a organização de conhecimentos ou dados, a aquisição de informações e a comunicação.

Assim sendo, o hipertexto nada mais é do que uma forma especial de navegação dentro de um documento. Um documento normal (não hipertexto) somente permite que seu leitor navegue seqüencialmente, percorrendo seu conteúdo para a frente e para trás. Em um documento hipertexto o leitor pode, por meio de um clique do mouse em cima de elementos especiais (links), “saltar” para outra parte do texto. Um exemplo bastante difundido de hipertexto é o sistema de help (ajuda) do Windows.

Há ainda que se ressaltar que um sistema de hipertexto cria conexões entre textos, o que lhe permite encontrar, facilmente, informações relacionadas. As infor-

mações estão organizadas em relação a outras informações. No hipertexto, podemos nos mover de um documento para outro, através de links (vínculos) de palavras. Cada palavra marcada, destacada, possui um vínculo com outro documento. Dessa forma, o processo de leitura torna-se não-linear.

O hipertexto é muito apropriado para a representação de informações no computador, por dois motivos: permite subdividir um texto em trechos coerentes e relativamente curtos, facilitando a sua organização e compreensão; permite também fácil referência a outras partes do texto ou a outros textos, totalmente independentes, muitas vezes armazenados em locais distantes.

Isso cria uma característica própria de leitura da informação que, após um curto processo de adaptação, passa a ser intuitivo para o usuário, que se refere a essa leitura como “navegação”.

O hipertexto, como toda tecnologia, pode ser bem aproveitada ou resultar em estruturas tão complexas e ineficientes, que acabe lembrando ao seu usuário quão bom era o tempo da palavra impressa em papel. Para que as coisas ocorram da melhor forma possível, é preciso saber, de antemão, o que esperar dele.

Ligações e conexões são a principal característica do hipertexto, ou seja, o usuário não precisa necessariamente seguir linearmente pelo texto. Palavras destacadas podem conduzir a explicações mais detalhadas, ou a figuras e ilustrações. O sistema que controla o hipertexto pode ter recursos de interação com o usuário, objetivando a condução rápida e segura à informação desejada.

A evolução do processo comunicacional escrito, iniciada com a própria invenção da escrita e aperfeiçoada com a escrita alfabética e, posteriormente, com a invenção da imprensa, culminou com o desenvolvimento do hipertexto, que, se sob um aspecto revalorizou o homem tipográfico de McLuhan, consolidou a comunicação imagética, cuja característica básica repousa na narração automática, tema abordado e desenvolvido pelo professor Arlindo Machado, na disciplina optativa, “O Sujeito no ciberespaço: Modos de Enunciação nos meios digitais”, do Mestrado em Comunicação e Linguagens, da Universidade Tuiuti do Paraná, ministrada em 16 e 17 de maio de 2002.

A fundamentação teórica de Machado é embasada nos estudos sobre os novos meios digitais, de Brenda Laurel (1991) e Allucquère Rosanne Stone (1996), que dedicaram parte de sua reflexão sobre as narrativas interativas ao fenômeno denominado agenciamento, ou seja, o efeito de assujeitamento do espectador, necessário à ilusão de imersão. Ele também citou a pensadora Sherry Turkle (1995), que, ao estudar as personalidades virtuais, também chamadas de avatares, que habitam o ciberespaço, examinou também o desenvolvimento de identidades múltiplas, nas situações de interação mediadas por computadores. Outra pesquisadora mencionada por Arlindo Machado é Janet Murray (1997), cujos estudos estão diretamente vinculados à maneira como as narrativas do futuro

serão concebidas. Ela direcionou suas pesquisas aos mecanismos de imersão e ao modos como o leitor/espectador irá interagir com as situações acumuladas nas memórias de computador.

Ainda segundo o pesquisador, a característica básica dos produtos criados especificamente para os novos meios digitais, é a substituição da tradicional figura narradora, aquela que, nas formas narrativas tradicionais (livro, cinema), apresentava aos leitores ou espectadores os acontecimentos da diegese, por novos agentes enunciadores.

Machado (2002), ao ministrar a referida disciplina, afirmou ainda:

Se é verdade que, nas situações simuladas por computador, os ambientes e seres virtuais que aparecem na tela podem ser alterados, introduzidos, redispostos e destruídos por esse megapersonagem que é o usuário, ou seja, o sujeito imerso, na "narrativa", não pode ser mais definida a priori. Ela deve, pelo contrário, aparecer como um campo de possibilidades, governado por um programa. Ela deve existir como um repertório de situações, manejado por uma espécie de máquina de simulação, capaz de tomar decisões em termos narrativos, a partir de uma avaliação das ações exercidas por esse receptor ativo e imerso (o usuário), chamado, a partir de agora, de interator. Em outras palavras, nos novos ambientes de imersão, possibilitados pelos simuladores de acontecimentos virtuais, boa parte das estratégias narrativas que habitualmente eram atribuídas a um sujeito narrador interno à diegese passam agora a ser assumidas por dois sujeitos simultaneamente: de um lado, o interator, sujeito físico que se deixa imergir na simulação, espécie de demiurgo, que faz desencadear os acontecimentos da diegese; de outro, um sujeito-SE, um programa de geração automática de situações narrativas, que dialoga com o primeiro. Cabe a esse programa, senão decidir concretamente o que vai acontecer (uma vez que isso depende também das decisões tomadas pelo interator), estabelecer o universo de eventos permitidos e as condições para que aconteçam. Ele funciona, portanto, como uma espécie de metanarrador, cuja função primeira é estabelecer as regras e condições para os acontecimentos possíveis no universo diegético, uma vez que as intrigas singulares serão efetivamente produzidas pelo interator, que dialoga com programa. Esse metanarrador maquínico pode funcionar, também, como um personagem de pleno direito, como naqueles videogames em que ele assume o papel de um antagonista para o interator. Temos aqui, então, a convergência de dois agentes instauradores de situações narrativas: de um lado, o interator, esse "sujeito aparelhado", como dizia Couchot e, de outro, algo assim como um sujeito-aparelho, ou mais exatamente ainda, um sujeito-robô, de funcionamento inteiramente automático, encarnação definitiva da idéia couchotiana do sujeito-SE.

Diante dessas explicações, podemos inferir que esse sujeito-robô pode tomar várias formas diferentes, dependendo da mídia utilizada. Nos vídeo-games e simuladores de realidade virtual, ele estabelece o repertório dos acontecimentos possíveis e as regras de funcionamento de seus elementos.

Em sua explanação, o professor Arlindo Machado usou como exemplo o videogame, *The Sims*, criado por Will Wright e que é um simulador de acontecimentos narrativos, ambientado no plano doméstico. Nele, o interator constrói e decora sua casa, criando, numa segunda etapa, os personagens (Sims) que a habitarão. O interator escolhe não só o sexo, idade, cor, tipo físico e indumentária destes, mas também suas características personalísticas, que podem ser modificadas mediante a manipulação direta da grade de intensidade de cada um dos traços de personalidade e aptidões de cada Sim. Assim sendo, se o interator entender que o comportamento de um Sim é excessivamente agressivo, ele poderá acessar a grade de personalidade disponível no jogo e melhor adequar o comportamento dele.

Os personagens e o ambiente sendo definidos, a ação começa, de forma autônoma e automática, de certa forma impossível de prever, devido à grande possibilidade de alteração de cada um dos Sims, que conversam entre si, trabalham, divertem-se, enfim, nascem, vivem e morrem como os personagens de qualquer novela ou filme. Oportuno ressaltar que, em sua versão atual, o programa ainda não permite relacionamentos homossexuais, mas tolera perfeitamente as situações de infidelidade e poligamia.

As situações narrativas verificadas no jogo poderiam perfeitamente compor o texto de uma peça teatral, por exemplo, mas, nesse caso, estão ocorrendo de forma autônoma e imprevisível, a partir de certas condições iniciais, decididas pelo interator, das regras e limites impostos pelo programa e das combinações aleatórias, que o computador vai operando ao longo do processo de geração do mundo dos Sims. Dessa forma, a história nunca se repete exatamente da mesma maneira, mas também não pode extrapolar certos limites que não estão previstos no programa.

Ao contrário, nos diversos tipos de ambientes colaborativos, como os que atualmente estão disponibilizados na Web, a função da máquina geradora de narrativas automáticas consiste, basicamente, em administrar a entrada e saída dos diversos interatores, bem como controlar o seu comportamento, a sua ação e a comunicação entre eles, enquanto estiverem on-line. O que se observa, de forma bastante comum, é que os usuários reais entram ou mergulham no mundo virtual, não exatamente como são, mas como personagens de uma ficção, agindo como avatares, dentro da estrutura de funcionamento disponibilizada pelo programa regulador das convenções narrativas. Tais programas disponibilizam para os interatores inúmeros recursos materiais, desencadeadores da ação..

Segundo temos observado e como enfatizou Machado:

Um programa desses pode eventualmente prever, por exemplo, que se um casal fizer sexo virtual num desses ambientes, a mulher (ou o usuário que se identificar como mulher) pode ficar grávida. A gravidez pode ser gerada automaticamente, com base num sistema randômico que distribui concepções ao acaso, ou, então, com base na contagem dos dias férteis (desde que a mulher tenha declarado, ao entrar no sistema, o seu período de menstruação). Uma vez atribuída a condição de gravidez a uma personagem identificada como feminina, o sistema levará isso em conta, em todas as ações futuras. Isso quer dizer que a mesma personagem, se insistir em continuar o jogo, poderá ter um bebê virtual, depois de algum tempo, a menos que seja providenciado um aborto virtual e desde que essa possibilidade esteja também prevista no sistema.

Concluindo a questão da narrativa automática, antes de entrarmos em uma breve análise dos filmes: “O show de Trumann – O Show da vida” (1998), de Peter Weir e “eXistenZ” (1999), de David Cronenberg, nos quais outras duas espécies de narrativa comunicacional são desenvolvidas, convém lembrar que nos vídeo-games, os personagens são, em geral, partes do programa (a menos que o jogo permita que dois ou mais interatores joguem entre si) e o único personagem não programado é o interator, que comparece no jogo sob a forma de um dos personagens. Já nos ambientes colaborativos, geralmente, todos são interatores, embora seja perfeitamente possível que alguns dos personagens verificados nos chats e mundos virtuais sejam, na verdade, bots (forma abreviada de robots), que nada mais são que pequenos programas de inteligência artificial, que simulam um interator real. Na maioria dos casos, eles são desenvolvidos pelo próprio criador do sistema, para fazer a manutenção do site, corrigir pequenos erros e, às vezes, também, para atuar como uma espécie de guardião do mundo virtual, responsáveis pelo cumprimento das regras e do efetivo registro dos jogadores. Os bots também podem ser inseridos no sistema por algum usuário, funcionando, então, como seu alter ego, nos momentos em que ele não está no ciberespaço, permitindo assim a manutenção de breves e simples diálogos. Os bots podem ainda funcionar como verdadeiros personagens no mundo virtual, dialogando com os demais interatores, sem que, muitas vezes, estes sequer imaginem que seu interlocutor é, na verdade, um bot.

Ao encerrar sua explanação, o professor Arlindo Machado profetizou:

Não é difícil imaginar que, num futuro próximo, os bots serão audiovisuais (terão imagem e som) e funcionarão incorporando conquistas na área de vida artificial. Isso quer dizer que os personagens não apenas terão aspecto realista, no sentido de simular criaturas vivas, como também se comportarão como tal, podendo adotar comportamentos responsivos com relação às ações dos usuários. As nar-

rativas serão, portanto, “arquitetadas” e desempenhadas por robôs informáticos, que adotarão os papéis ao mesmo tempo de narradores e protagonistas, além de interagir com os usuários. Nesse mundo de narrativas e personagens automatizados, conheceremos então a hegemonia do modo SE de exprimir a subjetividade.

O “Show de Truman – O Show da vida” (1998), do australiano Peter Weir, conta a história de Truman Burbank (Jim Carrey), cuja vida é filmada e transmitida ao vivo, para o mundo inteiro, sem que ele saiba.

Truman faz parte de uma gigantesca encenação, seus pais, seus amigos, sua vida, tudo faz parte do diabólico roteiro encetado por Christof (Ed Harris), criador do programa e, é claro, do próprio Truman.

Christof, juntamente com sua equipe técnica e dos espectadores do mundo todo, é uma espécie do “Grande Irmão”, de George Orwell, em seu “1984” (1948), ao contrário, pois se na fábula orwelliana todos eram observados pelo olho onipresente e onisciente do “Big Brother”, neste pesadelo kafkiano clean, é Truman que é observado pelo resto do mundo.

O roteiro do neozelandês Andrew Niccol, no início, vai demonstrando a vida de um típico cidadão norte-americano de classe média, sua mulher, sua casa, seu emprego, seus amigos, tudo é demasiado certo, seus vizinhos estão sempre sorridentes, os cachorros são brincalhões etc. Mas, aos poucos, o caldo vai entornando e se o que para nós é mostrado por meio de algumas estranhas angulações de câmera e de imagens distorcidas, que logo saberemos serem fruto de mais de 5000 câmeras espalhadas por “Seahaven”, a gigantesca cidade cenográfica, palco da vida de Truman, para ele as coisas são piores, pois estranhos objetos caem do céu; ele ouve uma transmissão radiofônica em que o locutor descreve seus passos; encontra seu pai morto há muitos anos. Esses inusitados acontecimentos, combinados com o excesso de perfeição que marca toda a cidade, fazem-no desconfiar de algo, embora sem saber de que, o que o faz agir exatamente ao contrário do que fazia até então, pois a sensação de estar sendo observado começa a incomodá-lo demasiadamente.

Cada loucura sua foge do “script” e a equipe técnica de Christof tenta a qualquer custo recolocar a história nos trilhos e, assim, continuar demonstrando ao mundo a perfeição do “american way of life”, de que Truman é o principal símbolo.

Se o filme nos mostra um outro tipo de comunicação, hoje largamente difundida, especialmente pela televisão, em que uma nova espécie de voyeurismo é privilegiada, ele é, no entanto, uma ácida crítica à manipulação que a mídia quer nos impingir, ao tentar nos impor um mundo, como se ele fosse um simulacro de si mesmo.

Também chama a atenção a batalha travada por Truman, para, supostamente, retornar a uma realidade que ele nem ao menos conhece. Outro as-

pecto igualmente interessante, também abordado, é o narcisismo de Christof, criador e espécie de pai de Truman, que projeta-se nele, e em seu sucesso e, por isso mesmo, quer entronizá-lo como autêntico mito da pós-modernidade. O grande momento do filme é exatamente aquele em que o estúdio perde o controle e Truman começa a desmascará-lo, demonstrando, com inequívoca clareza, a ineficácia dessa tralha interativa que assola, principalmente, a televisão.

Ao abandonar definitivamente o roteiro do qual ele fora personagem principal, sem nunca saber, ele liberta-se do pesadelo neo-orwelliano, de que fora vítima, mas, infelizmente, não liberta seus milhões de telespectadores, que no exato momento em que ele sai de “Seahaven”, ou desligam a televisão, ou procuram outro canal. Aí reside subliminarmente, talvez, a verdadeira crítica do filme, na massificação da mídia eletrônica, que quer, a todo custo, imbecilizar e subjugar o espectador que, submisso a ela, torna-se totalmente, crédulo e dependente.

O diretor canadense, David Cronenberg, concebeu a fábula futurista, “eXistenZ” (1999), em 1995, depois de entrevistar o escritor Salman Rushdie, autor do polêmico livro “Versos Satânicos”. O que na época chamou a atenção de Cronenberg foi o fato de Rushdie viver escondido. O filme narra a história de Allegra Geller, uma designer de games, que concebe um sofisticado game, em que o interator participa de um jogo mental, em que a fronteira entre o real e o imaginário é rompida e manipulada com perfeição. Em eXistenZ, o corpo humano é parte integrante do game, é sua interface e sua fonte de energia.

Para poder jogar, cada participante necessita instalar uma bioporta, na base de sua espinha, que é diretamente ligada às terminações nervosas.

Cronenberg, ao ser indagado sobre a escolha do tema de eXistenZ, disse: “Sou obcecado pelo orgânico. É por isso que minha tecnologia é toda orgânica. Meu entendimento da tecnologia é uma extensão do corpo humano” (TAUBIN, 1999).

Se nos últimos anos o cinema tem produzido histórias patrocinadas pelas novas tecnologias, como é o caso do citado “Show de Truman” e de “Matrix”, em que o corpo humano é dominado pela máquina, “eXistenZ” está um passo à frente, uma vez que o corpo humano é a própria fonte de energia; sem ele não há interatividade, não há jogo. Com isso, Cronenberg deixa claro, que, para ele, a maior e mais poderosa de todas as máquinas, é o corpo humano. A questão central de “eXistenZ” trata daquilo que o pensador Scott Bukatman chamou de identidade terminal: uma ansiedade contemporânea, que provém de uma possibilidade palpável do fim do sujeito e do surgimento de uma nova individualidade construída na tela do computador, da televisão ou do videogame (BUKATMAN, 1994).

Se outros filmes como “Matrix”, “A Cidade dos Sonhos”, exploraram a relação entre mente e máquina, Cronenberg foi mais longe, associando em uma simbiose fantástica, máquina, mente e corpo, em que este último é absorvido e

controlado pela tecnologia, de quem passa a ser mero servidor.

Cronenberg, como disseram João Luiz VIEIRA e Luiz Antônio L. COELHO, no artigo "Subjetividade virtual em nova carne: O fim do tempo, espaço e corpo orgânico no sujeito recriado", apresentado no 9º Encontro da COMPÓS, em Porto Alegre, no ano 2000, em "eXistenZ", "...parece ter parodiado seu conterrâneo Marshall McLuhan, na literalização do objeto como extensão orgânica ou na prerrogativa do meio em tornar-se o próprio significado e, como tal, a significação do sistema".

Semelhante à narração automática, já vista anteriormente, "eXistenZ" reproduz o mesmo estado de fruição em que o interator é imerso, com a diferença de que, no filme, também o espectador é imerso, só que, ao contrário do interator, imerso em ambientes colaborativos, o espectador permanece passivo e, portanto, imóvel, durante o processo narrativo, num estado de torpor, a meio termo, entre a vigília e sono, que caracteriza a "situação cinema", descrita por Christian Metz (1980).

Ao analisarmos a temática dos filmes anteriormente comentados, veremos que "O "show de Truman – O show da vida", remete-nos ao pensamento de Jean Baudrillard e Paul Virilio, que sistematicamente têm criticado a virtualização do mundo moderno. Para ambos, que são chamados pelos profetas do virtual, de catastrofistas, a sociedade ao se virtualizar, torna-se um simulacro de si mesma, isto é, artificial e falsa.

Já o pensamento de Pierre Lévy, um otimista em relação aos novos meios digitais, nos remete ao mundo de "eXistenZ", pois para ele, a comunicação feita por meio das novas mídias digitais, permitirá chegarmos ao que ele chama de tecnodemocracia e, ao ressurgimento do humanismo.

Ao observarmos a evolução do processo comunicacional iniciada nos primórdios da humanidade com a escrita, passando por Gutenberg e culminando na visão de Cronenberg, que há pouco tempo seria considerada apocalíptica, mas que hoje, parece estar mais próxima do que nunca, veremos que tal evolução é contínua e que diminui distâncias.

Fica a pergunta, será que tal evolução aproxima os homens ou, como disse Baudrillard, desertifica o espaço real, promovendo uma ruptura no processo comunicacional, uma vez que potencializa o aspecto da simulação no ser humano e como tal na sociedade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. São Paulo: Difel, 2002.

BUKATMAN, Scott. **Terminal identify: the virtual subject in post-modern science fiction**. London: Duke University, 1994.

CHAO, Yuen Ren. **Língua e sistemas simbólicos**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

COELHO, Luiz Antônio L. e VIEIRA, João Luiz. Subjetividade virtual em nova carne. O fim do tempo, espaço e corpo orgânico no sujeito recriado. In: ENCONTRO DA CAMPÓS, Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2000.

EXISTENZ. Direção de David Cronenberg. Estados Unidos, Canadá, Inglaterra: Dimension Films; Alliance Films; Dist. Miramax Films, 1999, 1 filme (97 min): legendado, color., 35 mm.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Arlindo. **O sujeito no ciberespaço**: modos de enunciação nos meios digitais. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) - Universidade Tuiuti, Curitiba.

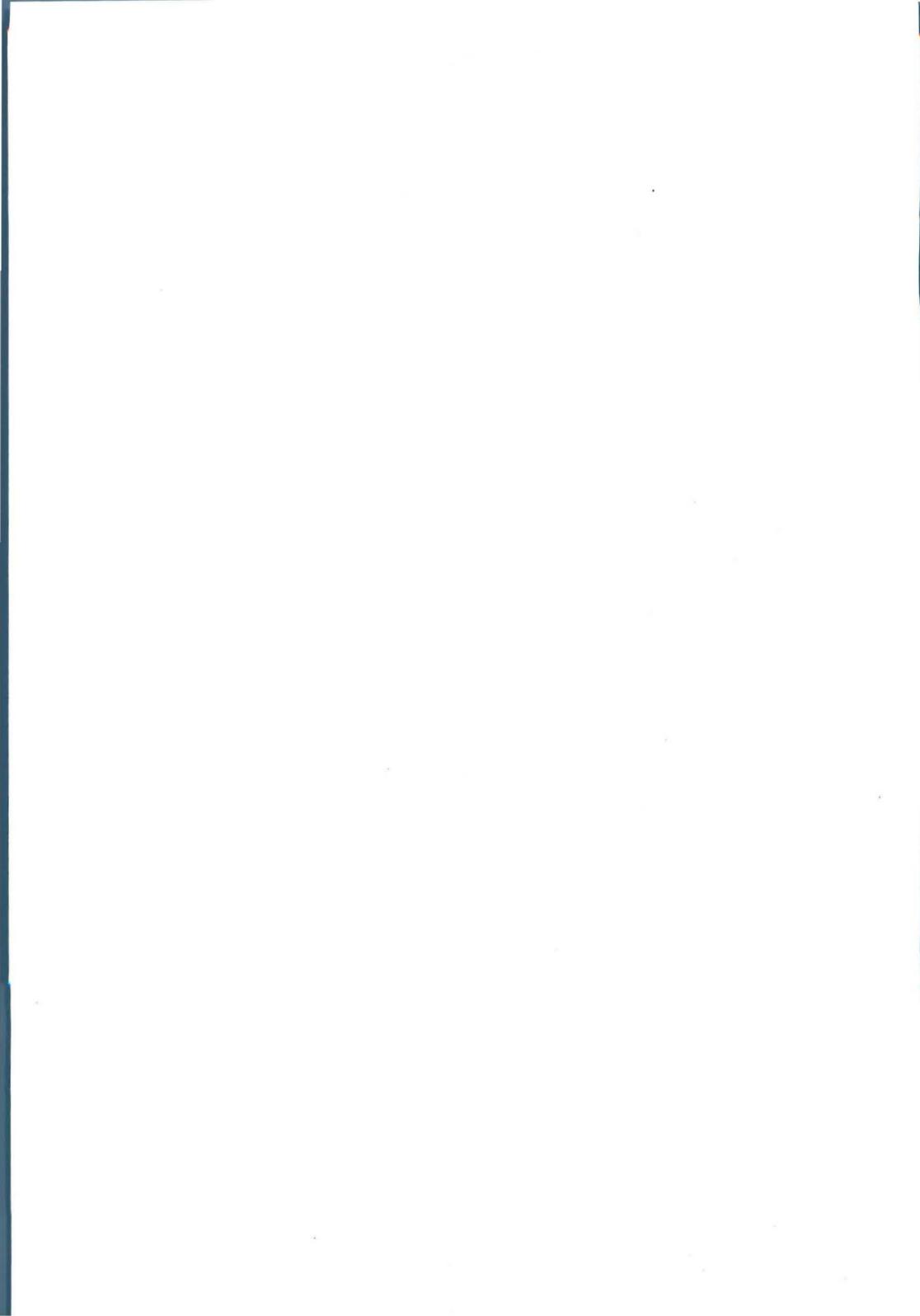
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. In: BOSREDON, Bernard, AGUSTINI, Cármen Lúcia Hernandes, HUMBOLDT, Wilhelm von, FIORIN, José Luiz. **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Campinas: Pontes, 1999. (Coleção História das idéias lingüísticas).

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 11.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

METZ, Christian. O filme de ficção e seu espectador. In: METZ, Christian, KRISTEVA, Julia, GUATARI, Félix e BARTHES, Roland. **Psicanálise e cinema**. São Paulo: Global, 1980 (Coleção Cinetexto).

O SHOW de Truman – O show da vida. Direção de Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures; Dist. Paramount Pictures/UIP, 1998. 1 filme (103 min): legendado, color.; 35 mm.

TAUBIN, Amy. **He got game. David Cronenberg's virtual surreality**. Village Voice, April 27, 1999.



A CULTURA “BIG BROTHER”

LEONEL DE CASTRO FILHO

Curso de Oficiais da PMPR (APMG/UFPR); Licenciatura Plena em História (FAFI); Graduando (4º ano) em Comunicação Social (UFPR); Pós-graduando (especialização) em Pedagogia Empresarial (UNESPAR/FAFI); Capitão da Polícia Militar do Paraná.

E-mail: face@face.br



Em “1984”, o escritor e anarquista inglês, Orwell, manifestava uma tendência profética, pois escrevia uma obra que se perpetuaria como uma descrição de regime totalitário, passível de ocorrer em qualquer lugar ou época; o místico, no entanto, era o fato de a obra ter sido redigida em 1948, mas descrevia fatos muito posteriores. Atendo-se ao tema que se busca neste trabalho, queremos vivenciar um trecho contundente do livro, em que o autor focaliza o protagonista, Winston, que passa por um programa de “lazer” mental, a que se dispunham os cidadãos do país imaginário no romance (ORWELL, 1975).

Winston está numa sala de cinema, em terceira dimensão, na qual ficava focalizada a figura de um traidor da pátria, um renegado, que vociferava improperios contra os presentes e contra a nação; era tão cheio de imprecações, que o ódio se desenrolava de tal forma, que as pessoas entravam em verdadeiro frenesi violento, até mesmo lançando objetos contra a tela, com se realmente atingissem o traidor que não deixava de maldizer, também, os ouvintes.

Num momento de lucidez, Winston percebeu que ele também estava gritando com os outros e batendo os calcanhares violentamente contra a travessa da cadeira. O horrível dos Dois Minutos de Ódio era que, embora ninguém fosse obrigado a participar, era impossível deixar de se reunir aos outros (ORWELL, 1975, p.16).

Este ponto é crucial para a nossa narrativa, de forma que se faz mister enfatizar a última oração: embora ninguém fosse obrigado a participar, era impossível deixar de se reunir aos outros. O leitor, mesmo desprezencioso, já pode perceber aonde se quer chegar com o exposto até aqui.

Ora, o romance “1984” retrata a figura do Grande Irmão, um líder autoritário, que possui olhos em todas as partes, e sua face ocupa cartazes em quaisquer pontos de passagem de pessoas. Para controlar a população, o Estado criou a polícia do pensamento, de forma que todos são constantemente vigiados e até seus sonhos são interpretados e, se está contra o Estado, o infeliz passa a ser mais um renegado, assim como Goldstein (o vociferador dos Dois Minutos de Ódio). Alguma semelhança com a realidade? Um historiador atento, que lê o romance todo, poderá retratar a figura do ditador “Aiatolá Khomeini”¹ Um telespectador atu-

¹ Proclamou a República Islâmica do Irã, em 1º de abril de 1979. Seus traços físicos são semelhantes aos descritos por ORWELL em “1984”. No ano real, cujo título se deu ao livro, Khomeini tinha 85 anos e sua propaganda ideológica era, aterroriantemente, semelhante ao descrito pelo livro.

alizado, no entanto, sem ler o romance, já se percebe como membro da "plebe ignara" (da qual todos nós, mesmo que indiretamente, participamos) que vê a cultura televisiva brasileira ("clonando" a televisão internacional), vivendo um momento de verdadeiro frenesi, que congrega Casa dos Artistas 1 e 2, Big Brother 1 e 2, Hipertensão, Fama, Pop Star, Eu Vi na TV e tantos outros programas que envolvem "pegadinhas", "telegramas legais", teste de fidelidade, tudo com câmaras escondidas, sendo os espectadores "voyers" anônimos, dissimulados, atentos, atônitos; enfim, uma gama de apalermados, diante de uma tela de algumas polegadas e apresentadores com vozes afáveis.

O interessante, porém, é que o transmitido pela TV é gratuito, o telespectador tem a opção de trocar de canal, quando um programa não lhe é agradável, ou desligar, caso nada encontre que lhe seja útil. Vale uma máxima de Artur Schopenhauer: "Tudo isso depende somente de mim; tenho plena e absoluta liberdade de agir como me apraz" (ORWELL, 1975)". Ao que parece, o livre arbítrio realmente funciona; as pessoas estão ligadas coletivamente a um fenômeno atual dos meios de comunicação de massa, mais especificamente à televisão, por livre e espontânea vontade. Será mesmo assim?

Na verdade, trata-se disso mesmo: cada pessoa, por si somente, faz o que lhe apraz e o que deseja, bem como decide as coisas com arbítrio pessoal. No entanto, as decisões que tomamos, em geral, estão cercadas de cuidados que devemos ter ao deliberarmos, a nosso favor ou de terceiros, sobre assuntos de convivência social; e, na verdade, tudo na vida é de convivência social: as relações familiares, as relações de trabalho, de escola, de clube de amigos; enfim, todo ser humano só vive enquanto se relaciona com outro ser humano. Levando tal assertiva aos meandros de uma sociedade globalizada e capitalista, percebemos que tal interação é, ainda, muito mais latente, de forma que nada escapa das relações sociais. Consoante aos meios de comunicação, conclui-se que são o meio de ligação entre as pessoas, de forma que cada membro da sociedade sente-se ligado com outros entes do mesmo meio, a partir da paridade de consciência do que se vê, e de onde podem partir discussões, conversas, estudos, etc. A isto, existe uma conceituação bem conveniente, dada por Pedrinho Guareschi, chamada de "fetichismo do objeto de consumo" (SCHOPENHAUER, 19-- , p.215).

Os pormenores de tais conceituações são expostos pelo citado autor como uma atividade de dominação realizada de forma natural, isto é, faz parecer que o instrumento de dominação, a TV, no caso, seja adequado ao consumismo social, de tal forma que as pessoas passam a ser encaradas como "fatores de produção" e agem como tal, enquanto objetos inanimados ou conceitos passam a tomar ações de pessoas, de forma que "o dinheiro *trabalha*, o capital *produz* e os meios de comunicação *agem*" (GUARESCHI, 1998, p.17). Concatena-se, assim, que a mente das pessoas é afetada pela intensa emissão de mensagens que se tornam, com a dinâmica de ações e repetições, fatores necessários à condição de

ser que se relaciona socialmente, isto é, fica imbutida na mente a percepção de que há necessidade de “participar” das atividades televisivas, a fim de poder ser aceito socialmente.

Portanto, cria-se uma ideologia em torno dos mesmos temas que são chamados “programas da realidade”, que representam a relação entre as pessoas, as formas de conhecimento e de ação entre os indivíduos, as regras de convivência gregária do ser humano, enfim, denota-se a “coesão” social, a necessidade de pertença ao grupo humano, que parece ser tal qual se vê na TV. Disto, tira-se uma preciosa lição de Carlos Drummond de Andrade: “Escravo da matéria anunciada.(...)Estou, estou na moda. É duro andar na moda, ainda que a moda seja negar minha identidade.(...)Com que inocência demito-me de ser Eu que antes era e me sabia tão diverso dos outros, tão mim mesmo,(...)agora sou anúncio, ora vulgar, ora bizarro.” Segundo Guareschi (1998, p.17), a bolha de consumo em que estamos inseridos torna-se, enfaticamente, cada vez maior e mais sedutora; talvez, até mesmo por necessidade, senão para estar torcendo para o artista, para o comum que se passa por artista, ou para o sofredor que autorizou sua imagem, então para estar analisando as conseqüências de tais shows diante das reações das pessoas; enfim, para estar atento a um fenômeno social. De qualquer modo, esta fenomenologia da televisão acabou criando *ícones pseudoculturais*, de forma ingênua ou não, com amplíssimas atuações no *id* coletivo, fazendo com que a liberdade personalíssima de pensar já não seja idiossincrática, passando a ser uma convergência de supérflua reciprocidade e interdependência entre as pessoas. Ninguém é obrigado a participar, mas ninguém consegue deixar de reunir-se aos outros.

Infere-se, assim, que ninguém é obrigado a consumir o que a televisão mostra. Por outro lado, não sejamos injustos: a televisão também mostra coisas boas, basta que seja ligada às seis horas da manhã e desligada às oito, ou que se tenha paciência para assistir àqueles canais de cultura (geralmente através de parabólica ou tv a cabo), cujos programas são de gosto intelectual certo, mas que, talvez por falta de pontos no IBOPE, a maioria da produções deixa a desejar, em termos de atratividade, figurinos, som, imagem, etc. Ironia à parte, podemos dizer que, dentre os temas apresentados diariamente na televisão, infere-se que existem lições positivas, que se tiram de novelas, desenhos ou filmes, embora raramente; no entanto, muito mais desastrosos são tais programas, para a formação cultural dos telespectadores, a servirem de amparo cultural ou de interesse social.

A Cultura “Big Brother”, assim, é algo que se insere, paulatinamente, nos setores sociais, por meio de singelo meio de comunicação de massa: a televisão. Aos poucos, doma famílias, depois assenta-se reinante em escolas, clubes, indústrias, comércio, hospitais, prisões e daí aprisiona o intelecto das pessoas, criando uma inflexível e nova forma de ver, julgar e agir sobre as coisas: a estagnação cultural, cuja disseminação dá-se mais rapidamente que qualquer vírus conhecido e de maneira incontrolável.

Ressalte-se que toda pessoa faz o que quer e age se quiser, embora nem sempre como deseja agir; o querer, como já enfatizado, depende do pertencer a um grupo. Mas, ainda assim, não se pode admitir a causalidade de tal afirmação, quando a cultura fica extremamente vulnerável a mecanismos de fetiche ou de ideologia; é preciso reação, uma reação eficaz, uma revolução intelectual, que cabe a quem tenha condição de influenciar pessoas, seja por sua oratória, seja por seu cargo ou por sua função social. “

A libertação começa na consciência e no resgate da própria dignidade, a fim de consolidar a nossa identidade e autonomia, avançando, pouco a pouco, no sentido de uma concidadania participativa e solidária” (ARANHA, 1995, p.87).

O que se infere é que não se pode excluir a possibilidade de nós, membros de academia, ditos intelectuais do organismo social (todo ser humano é intelectual), réstia de uma população que ainda freqüenta bancos escolares, professores, mestres, estudiosos, estarmos atrelados a uma responsabilidade muito grande nessa pseudocultura que tomou conta do desenvolvimento da sociedade da era de aquário; afinal, o que estamos fazendo diante das mesmices “burras”, praticadas por uma pequena cúpula de dominadores? Resposta: somos co-participes de tais acontecimentos. Nisto, nada mais importante que citar Jesus Cristo: “Se vocês fossem cegos, não seriam culpados! Mas, como dizem que podem ver, então ainda são culpados” (BOFF, 1998). Sejamos, pois, coerentes em nossas preferências, sejamos conscientes dos ensinamentos que podemos transmitir com nossas intervenções, sejamos francos e honestos, em nossas próprias limitações e necessidades, quando solicitados a auxiliar na formação da opinião da massa. Façamos com que a massa seja pensante, não alienada; revolucionária, não reacionária. Se não podemos impedir que se divulgue a “cultura big brother” (e não podemos mesmo), podemos impedir sua proliferação “acrítica” e estigmatizante.

Portanto, é preciso que haja uma intensa colaboração comunitária, auto-sustentável, no sentido de que seja difundida a cultura para todos, devendo ser derrubada qualquer barreira que impeça a difusão de uma cultura que seja conscientizadora, no sentido de um mundo mais colaborativo, cujo fim precípua é o de “salvaguardar a identidade da pessoa humana” (GAUDIUM, 1983). O dever a que se propõe a sociedade civil é traduzir, em si, o reconhecimento como classe, a fim de “inverter o jogo da ideologia dominante, mudando de ótica, do serviço ao opressor, passando a colaborar com o oprimido e, assim, libertar a sociedade, provocar uma mudança existencial e sacudir a passividade política” (PERUZZO, 1986, p.126). Enfim, façamos a nossa parte, pois, do contrário, somos igualmente culpados pela dinâmica da desistoricização do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1995

BOFF, L. **A águia e a galinha – Uma metáfora da condição humana**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

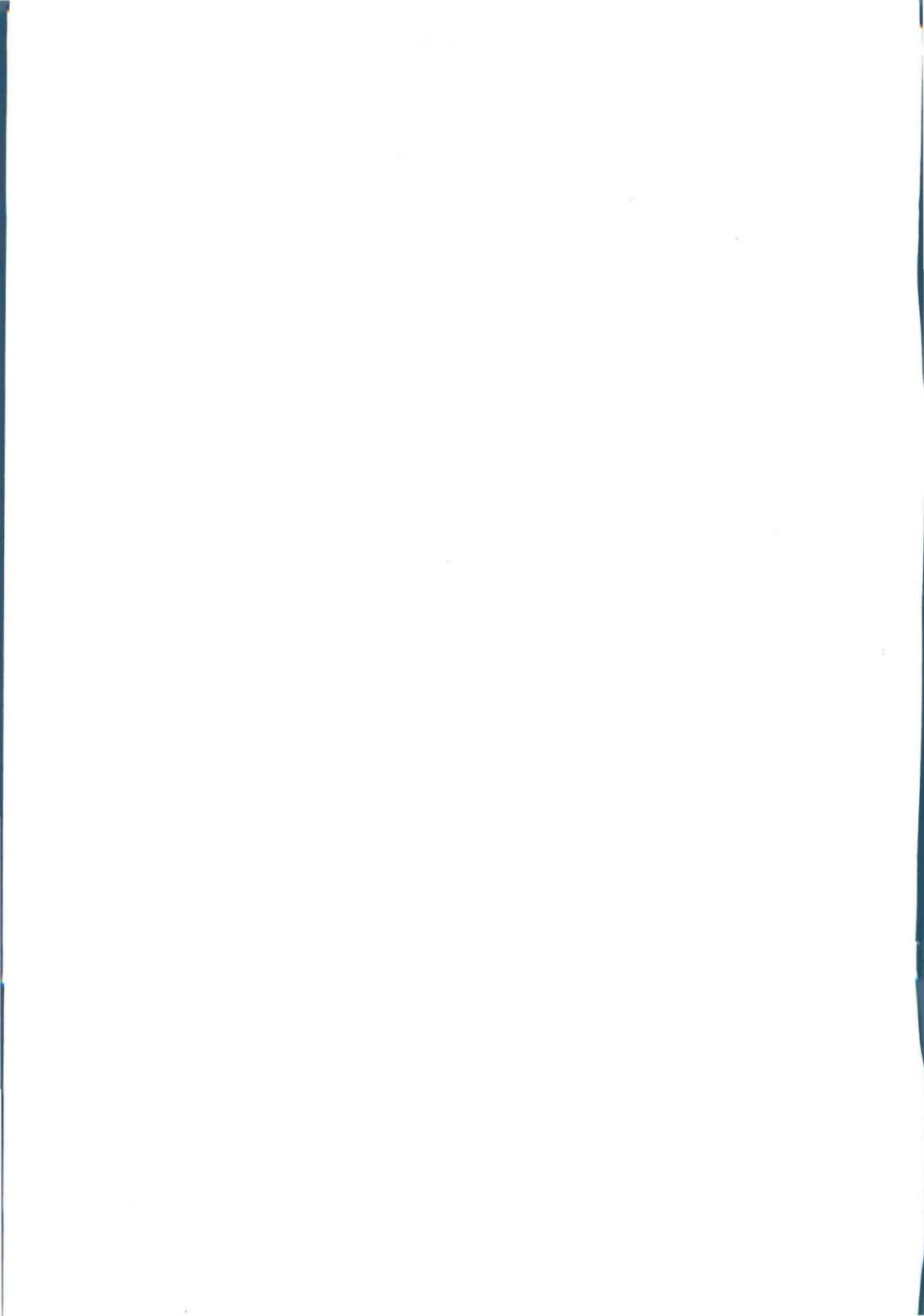
GAUDIUM ET SPES. **Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje**. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Nacional, 1975.

PERUZZO, C. K. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

SCHOPENHAUER, A. **O livre arbítrio**. São Paulo: Novo Horizonte, [19--]. (Os Grandes Clássicos da Literatura).



CRIATIVIDADE, LIBERDADE NO LIMITE

ANA INÊZ KIENEN SCHREINER

Graduada em Educação Artística – Desenho, pela UDESC/
Florianópolis; Especialista em Educação, pela FAFI de
União da Vitória. Professora da FACE e COLTEC.

E-mail: face@face.br



A criatividade é fator diferenciador e transformador da realidade humana. Fayga Ostrower, artista plástica e escritora, percebe no seu trabalho o processo de criação e o traduz intelectualmente em considerações sobre o trabalho do artista e de outros profissionais. Afinal o que é criatividade? Quem é criativo? O que é processo de criação? O que a criatividade significa para a vida humana? Questões simples e essenciais. Por meio da pesquisa bibliográfica e observação abordar a criatividade, observando aspectos psicológicos e sociais.

“Criar é, basicamente, formar. ...O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender; e esta, por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar.” (OSTROWER, 1997, p.09,). A autora comenta que criar não é exclusividade da arte, criar interliga-se a viver. O ser humano relaciona acontecimentos externos e internos. Determina seus significados. Estabelece e ordena as configurações de suas experiências. Pode antever soluções e possíveis problemas, ser criador.

O homem é consciente e sensível em qualquer contexto cultural. A consciência e a sensibilidade são características biológicas; a cultura é o desenvolvimento social transmitido. A cultura orienta o ser sensível e o ser consciente, na construção individual, num processo coletivo de existência.

É por meio da sensibilidade consciente que se adquirem as sensações, que são articuladas mentalmente, para delinear a percepção. E o processo de criação artístico faz suas juntas através da sensibilidade, na percepção que organiza o sentir e o compreender.

A criatividade, para Fayga Ostrower, é a própria sensibilidade. O consciente, o cultural, e o sensível, em qualquer atividade, podem tornar-se criação, se isso for significativo para o indivíduo.

A lembrança de experiências, a compreensão do tempo, as análises da realidade, passado, presente e planos futuros estruturam a memória e são importantes para criar. Assim como

... a interpenetração da memória no poder imaginativo do homem e, simultaneamente, em linguagens simbólicas. A consciência se amplia para as mais complexas formas de inteligência associativa, empreendendo seus vôos através de espaços em crescente desdobramento, pelos múltiplos e concomitantes passados-presentes-futuros que se mobilizam em cada uma de nossas vivências. (OSTROWER, 1997, p.19)

A interligação e configuração de acontecimentos ligados à afetividade fazem da memória espaço livre para associações; é preciso contar com fracassos, para

indicar o caminho do sucesso do indivíduo criativo.

Por meio do uso concreto da língua, uso parcial, por acomodar-se à vivência, a fala se articula. Ela oferece mediação entre o mundo e o indivíduo. A palavra evoca uma imagem e a consciência a carrega de conteúdo valorativo. O representar torna-se avaliar e significar.

A palavra estabelece a identidade e a abrangência das coisas. E, então, diferencia, relaciona, generaliza, abstrai e conceitua. Trata de cada objeto no contexto geral, no específico, e no mundo simbólico. Falar e simbolizar é potencial humano inato, mas aprender a falar é aprendizagem cultural. A fala molda a experiência pessoal nas relações culturais.

Formar, construir é um destruir (OSTROWER 1997, p.27), pois as possibilidades, ao se determinarem, concretizam-se. No momento da escolha de um aspecto específico, desiste-se de muitos outros; a liberdade é restrita. As ordenações podem ser concluídas, mas a potência criadora ressurgue sempre.

A força criadora é a tensão psíquica que pode e deve ser elaborada. No ato criador existe uma descarga emocional, ela libera a tensão, descarrega e renova a potência. Criar é viver e a vivência é no fazer. Não substitui a realidade, pois é uma nova realidade. Apresenta níveis de consciência elevados e complexos, a nova realidade. É essencial criar para crescer interiormente, e ampliar visão de vida. Criar é também um conflito e esta é condição do crescimento. Ver a arte como terapia de vazão a sentimentos é desprovê-la de sentido artístico. Não é arte.

Não é a tensão que gera a criatividade, mas a determina, em cada caso. Intervém na produção do artista. A tensão emocional é clara, na vigorosidade artística e na história da vida do pintor Vincent Van Gogh, mas não é o potencial criador.

O homem elabora seu potencial criador através do trabalho. É uma experiência vital. Nela o homem encontra sua humanidade ao realizar tarefas essenciais à vida humana e essencialmente humanas. A criação se desdobra no trabalho porquanto este traz em si a necessidade que gera as possíveis soluções criativas. Nem na arte existiria criatividade se não pudéssemos encarar o fazer artístico como trabalho, como um fazer intencional produtivo e necessário que amplia em nós a capacidade de viver. Retirando da arte o caráter de trabalho, ela é reduzida a algo supérfluo, enfeite, prescindível à existência humana.

Em nossa época, é bastante difundido este pensamento: arte sim, arte como obra de circunstância e de gosto, mas não como engajamento de trabalho. Entretanto, a atividade artística é considerada uma atividade sobretudo criativa, ou seja, a noção de criatividade é desligada da idéia de trabalho, o criativo tornando-se criativo justamente por ser livre, solto e isento de compromissos de trabalho. Na

lógica de tal pensamento, porém, o fazer que não fosse 'livre' *careceria de criatividade*, passaria a ser um fazer não criativo. O trabalho em si seria não-criador. Evidentemente, não é esse o nosso critério (OSTROWER, 1997, p.29).

A criatividade é a capacidade de usar o potencial criador em qualquer área do conhecimento, para apresentar novas formas num fazer concreto. Pode-se construir qualquer modelo de bicicleta, de qualquer material, mas, para cumprir, na essência, a função de ser uma bicicleta, precisa respeitar a matéria de que pode ser formada e transformada. Nos materiais e desenhos, antigos e atuais, vê-se a transformação na imagem e nos materiais usados para construir uma bicicleta.

Moldar-se a matéria de acordo com o espírito: o estilo barroco, com os contrastes profundos de luz, refletindo a alma do homem barroco entre dois mundos: divino e o profano; o estilo gótico, austero, elevado, hierático, preocupado com o mundo divino. Produções individuais claras, no seu contexto, indivíduos de diferentes épocas, visões de mundos delineadas por suas culturas e seus problemas (Ostrower, 1997).

Fayga Ostrower (1997) concorda com Rudolf Arnheim (2000) quando diz que, na elaboração do pensamento, cada linguagem tem suas formas de representação e se faz entender por quem trabalha com seus signos. A escrita musical, a teoria física, os esquemas literários têm seus aspectos particulares e o processo imaginativo pode-se dizer que é analógico. A imaginação pictórica não é a imaginação musical, mas as maneiras de preordenar são parecidas. As duas linguagens precisam de signos, de ordenações, de espaço e tempo e da maneira de elaborar do artista e do músico. A sensibilidade é que torna possíveis essas comparações.

"A linguagem é objetivada como ordenação essencial de uma materialidade." E a objetivação é "referencial básico de valor para a comunicação" (OSTROWER, 1997, p.36).

Existem critérios e valores na arte, assim como em toda atividade humana. Um quadro, *Noite Estrelada*, de Vincent Van Gogh, reproduzido em preto e branco, desfaz os caminhos da imaginação do pintor. O desenho transforma-se em grafismo, e a cor, intensa no trabalho do pintor, torna-se secundária.

A materialidade, o que é possível para o indivíduo, é carregada de comprometimentos culturais. Portanto, as possibilidades são relativas e não são fixas, nem permanentes. Como, por exemplo, a capacidade criativa de Leonardo da Vinci, na arte e na ciência, pela "extraordinária capacidade de interligar os dados mais diversos, numa sistematização tão profunda, que abrangeria uma visão toda de vida" (apud Ostrower, 1997, p.44).

"Formar importa em transformar" (OSTROWER, 1997, p. 51). A busca pela nova forma implica modificar a existente. É uma necessidade humana, não só do artista, buscar uma nova função para a matéria, pois a capacidade de relacionar,

ordenar, configurar, significar, transformar é que faz com que a humanidade avance científica e tecnologicamente. E, com a transformação física do ambiente, o ser humano transforma-se interiormente, num processo dinâmico de ampliação da consciência.

“...A criatividade e os processos de criação são estados e comportamentos naturais da humanidade... A criatividade é, portanto, inerente à condição humana” (Ostrower, 1997, p. 53).

O homem hodierno não tem comportamentos rígidos e muito instintivos. Há herança genética, predisposição, tendências dentro de contextos culturais, em que o ser humano se constrói, mas há também uma grande flexibilidade e adaptabilidade humana diante dos desafios do ambiente e da mente.

“A intuição está na base dos processos de criação” (OSTROWER, 1997, p.56). A intuição é um aspecto do conhecimento e interliga-se à percepção. A qualidade e expressão do processo intuitivo são garantidas pela percepção.

A percepção é compreender os processos do mundo externo e ,concomitante, com o mundo interno, interpretar. A percepção do que acontece externamente, por exemplo, fazer uma tinta com misturas, elaborada com as interpretações pessoais, colocar mais de uma cor e menos da outra, para atingir o matiz desejado. Adquire-se o conhecimento por meio da intuição e percepção, e o que fica retido é a experiência.

A visualização e internalização de imagens segue a vida humana e, a cada imagem, é atribuído um valor e um significado. Certas imagens, por seu valor e significado, principalmente no aspecto cultural, servem de referência. Recorre-se a elas, para avaliar novas situações. É de acordo com Fayga Ostrower uma imagem referencial. E esta imagem depende do modo de perceber do ser humano.

A constância das imagens exige uma seletividade, pois a observação prende-se ao que o observador deseja e dispensa o que não interessa. Procura-se, então, o que é direto, simples, e, portanto, coerente. A criatividade é relacionada à capacidade de selecionar imagens, intuindo a coerência e a simplicidade.

A criatividade da criança é espontânea, criativa, difusa, cheia de simbolizações, representativa do seu mundo. Criar é a realidade da criança.

A criança age impulsivamente, espontaneamente para ver o que acontece. Embora, sem dúvida, haja sempre curiosidade acerca das conseqüências da ação, nem as conseqüências nem as próprias intenções são medidas ou avaliadas anteriormente à ação. A produtividade infantil é rica, em quantidade e descobertas. A nós adultos espanta muitas vezes pela ‘ousadia’, por sua liberdade de ação. Mas, na verdade, aquilo que, pela opção e pelas conseqüências previsíveis, significa uma experiência audaciosa para nós, para a criança é apenas o vivenciar natural da situação, não é mais ousada que muitas experiências que a nós passam despercebidas (OSTROWER, 1997, p. 127).

A relação da criança com atitudes em busca de novas realizações é natural e constante. A sensibilidade e o raciocínio, estruturando os conhecimentos que são adquiridos. A experimentação do criar é ação corriqueira.

À medida que os comportamentos se modificam, as formas de expressão os acompanham. E de acordo com os níveis etários, a escritora Fayga Ostrower (1997) afirma que o estilo das fases de desenvolvimento infantil são quase um 'estilo biológico', pois, ao comparar, em exposições, desenhos de crianças de várias partes do mundo, observando o aspecto cultural, os trabalhos têm parâmetro de comparação, de acordo com as faixas etárias.

A arte infantil não é comparada à arte primitiva, pois a arte primitiva é cheia de complexos sistemas de representação de esquemas figurativos e simbólicos, feita de adulto para adulto. A arte infantil é característica a cada faixa de desenvolvimento etário. É uma experimentação natural, e tem sequência de desenvolvimento. Há ainda a arte ingênua e, nesta, não é possível determinar a faixa etária do autor 20, 30, 50, 80 anos.

A criança, antes de tudo, tem que crescer. O que muda para ela aos 2, 3, 4 anos e assim por diante, são as áreas de experiência e de controle sobre seu mundo infantil. Na expressão visual surgem inicialmente experiências sensorio-motoras, pontos, traços, círculos, espirais, onde a criança procura estabelecer para si mesma o domínio sobre certos movimentos físicos junto com a medida de domínio sobre o ambiente. Procura controlar a mão, o lápis ou a caneta que porventura segure, o papel, o chão, a parede, interligando sua ação com mais diversos movimentos físicos do seu corpo e, muitas vezes ainda, cantando, exclamando, dialogando com o desenho para completar o sentido da ação. (Ostrower, 1997, p.128).

Quando a criança domina uma forma, círculos, por exemplo, ela aventura novas descobertas, como perfurar o papel sobre o tapete. Ela repete a experiência até dar-se por satisfeita, e, observando vários desenhos feitos em um mesmo dia, são muito parecidos na experiência vivida. Seja com lápis, giz colorido, caneta hidrocor ou tinta.

Dominar as formas básicas do desenho, para, então, representar simbolicamente. Com círculos, traços e áreas preenchidas são representados fatos, pessoas, contos, curiosidades do dia a dia da criança, como um elefante, visto em um desenho, com a perna quebrada.

Estilo é expressão artística adulta e é fator de ordem cultural. Na arte, seja ela oriental ou ocidental, o estilo determina o estágio de desenvolvimento de uma civilização, seus valores e mudanças culturais.

A criança cria e age naturalmente, mas não é intencional. O adulto criativo atua consciente e intencionalmente, age sobre o seu entorno. É capaz de transformar referenciais culturais.

... a criatividade se realiza em conjunto com a realização da personalidade de um ser: da maturação como processo essencial para a criação." ... Com a sua maturidade o ser humano criará espontaneamente, exercerá a criatividade como função global e expressiva da vida, e como medida de sua gratificação (OSTROWER, 1997, p. 130).

O indivíduo criativo estabelece a forma dos fenômenos; a coerência interior capta e interpreta os múltiplos aspectos da realidade interna e externa; compreende, e ordena novas realidades significativas. Ser coerente é uma abertura para o novo. A flexibilidade evita a rigidez defensiva perante o mundo. Ordena e configura naturalmente o que toca.

Ostrower (1997) propõe desvincular o potencial criador da genialidade. A idéia de genialidade destrói um processo normal de desenvolvimento e maturação. É uma questão arbitrária. Desconsidera a criatividade genuína e inerente ao humano. Seres humanos não são superiores ou inferiores, a genialidade não é parâmetro para a criatividade.

As condições de vida de muitos seres humanos nem sempre oferecem meios para realização das potencialidades criativas, elevação dos níveis de conscientização e renovação espiritual. Sem falar em necessidades de sobrevivência humana. E suprir essas necessidades é indispensável ao potencial criador.

Criação não é apenas questão individual, é questão do indivíduo. O contexto cultural no qual se dá o trabalho do artista inclui recursos, conhecimentos, propostas e valores (valor como questão desvinculada de preço, preço não é valor artístico ou cultural). "A individualidade de cada um é vista como valor, é parte do acervo humanista" (OSTROWER, 1997, p. 147).

Espontaneidade não quer dizer ser livre de influências. "Ser espontâneo significa ser coerente consigo mesmo" (OSTROWER, 1997, p. 147). Enquanto é espontâneo, é também seletivo, pois absorve aquilo que lhe é afim. Quanto mais seletivo, mais espontâneo. E é nisso que se fundamentam os comportamentos criativos; estruturando o que é significativo, qualificando a experiência.

Em qualquer situação concreta e real, o ser é delimitado por vários fatores materiais, ambientais, sociais, culturais, vivenciais, afetivos. Eles relacionam-se nos níveis intelectuais e emocionais, sendo conhecidos e conscientes, ou desconhecidos e inconscientes. Essas delimitações internas, ordenadas têm a ver com o potencial humano:

...fornecem uma medida de referência para avaliar a realização de nossas potencialidades. São elas que permitem nossa orientação seletiva. Dá-se um processo dialético: somos capazes de ampliar-nos coerentemente porque nos delimitamos coerentemente. Podemos responder a vida espontaneamente e em aberto porque a partir de

nossa seletividade estruturamos a abertura à vida. Podemos estabelecer ordenações novas, dar forma aos fenômenos, dar significados, pois ao criar sempre delimitamos (OSTROWER, 1997, p 149).

O real sentido de criar é estabelecer, e aceitar os limites. Liberdade sem limite é uma descaracterização da própria realidade humana, não tem sentido.

Ser livre é compreender, no sentido amplo da palavra. Significa um entendimento e aceitação plena de si mesmo. E ocupar seu espaço na vida. A liberdade interior possibilita o crescimento humano profundo e transparente.

Criar é um constante desdobramento, reestruturação e intensificação da vida, como Fayga declara: "criar é tão difícil ou tão fácil quanto viver" (p.166, 1997). É a configuração da vida e seu significado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNHEIN, Rudolf. **Arte e percepção visual**. 13.ed. São Paulo: Guazzelli, 2000.

GOMBRICH, E. H. . **A história da arte**. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MUNARI, Bruno. **Design e comunicação visual**. Lisboa: Edições 70, 1968.

OSBORNE, Harold. **Estética e teoria da arte**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

OSTROWER, Fayga. **Processos de criação**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Universos da arte**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

FACE EM REVISTA publica artigos científicos, análises e resenhas. A revista dá preferência a artigos que não excedam 25 laudas, análises e resenhas, até 10 laudas.

A contribuições podem ser encaminhadas em disquete ou por correio eletrônico (siqueirae@bol.com.br), preferencialmente em formato .doc; gráficos e tabelas devem ser enviados em formato que permita a edição.

O arquivo deve conter folha de rosto com o nome do autor ou autores, filiação institucional, endereço para correspondência, telefone, fax e endereço eletrônico.

No caso dos artigos, é imprescindível incluir resumo em português e em inglês (máximo de 250 palavras), bem como lista de até cinco palavras-chave.

O texto deve estar, devidamente subdividido: introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas.

Gráficos, tabelas (ambos com título e fonte), equações e notas de rodapé devem ser limitados às necessidades do texto, sempre em preto e branco ou escala de cinza.

As referências bibliográficas completas devem ser apresentadas no final do trabalho e não nas notas de rodapé, conforme o modelo (ABNT, NBR 6023):

Para livros:

SHINYASHIKI, R. **A revolução dos campeões**. São Paulo: Gente, 1995.

Para livros sem autoria:

ADMINISTRAÇÃO de pequenos grupos. São Paulo: IMAM, 1996

Para livros com organizador, compilador, coordenador, etc.:

ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Para livros com dois autores:

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: Afiliana, 1992.

Livro com edição:

ANDERSON, A. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Artigos de periódicos:

NÉLO, A. M. Os aspectos da mensuração da empresa numa visão sistêmica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.8, n.7, p.48-60, jun. 1994.

Meio eletrônico:

RECEITA federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/RIR/>> Acesso em: 25 ago. 2002.

LINDBERG, A. Data warehouse. Disponível em: <<http://www.geocities.com/siliconvalley/port/5072/>> Acesso em: 13 maio 2002.

As citações diretas, com mais de 3 linhas, devem aparecer com recuo de texto, de 4 cm, fonte 10, entre linhas simples, indicando, no final, entre parênteses, o sobrenome do autor, em caixa alta, seguido do ano e número da página:

Ex.:

Essas novas pequenas e médias empresas, embora juridicamente independentes, constituem-se na realidade em extensões dependentes das grandes organizações produtivas, só sobrevivem assumindo o papel de subordinadas às grandes empresas, num sistema de subcontratação, fornecimento de insumos, compra e uso de tecnologia, assistência técnica e controle de qualidade (RATNER, 1985, p.49).

As citações diretas, com menos de 3 linhas, devem aparecer no texto, entre aspas, indicando a autoria no início, ou no final do texto, conforme modelo que segue:

Ex.1:

Para Weil (1982, p.33), “é importante que as pessoas se encontrem, que se reúnam para jogar futebol, estudar insetos, construir uma ponte, ou simplesmente, conversas”.

Ex. 2:

“É importante que as pessoas se encontrem, que se reúnam para jogar futebol, estudar insetos, construir uma ponte, ou simplesmente, conversas” (WEIL, 1982, p.33).

O envio do texto autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não esteja sendo submetido a outro veículo; em casos excepcionais, pode-se analisar a possibilidade de publicação simultânea em outro idioma. O original é considerado definitivo. A revista não paga direitos autorais.

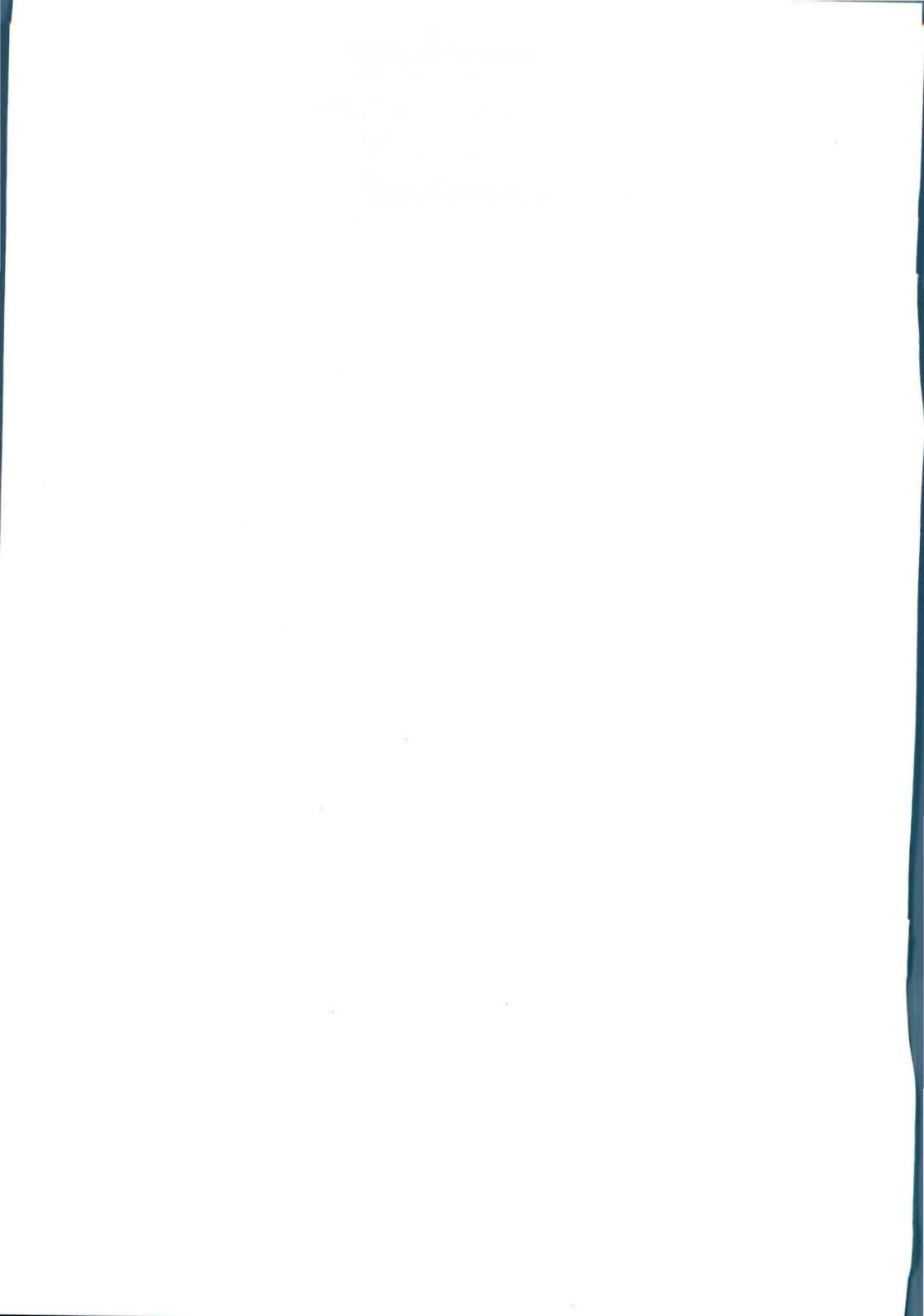
Todas as contribuições são submetidas ao Conselho Científico, do qual fazem parte membros desta e de outras instituições, passando pelas seguintes etapas:

- a) apreciação do tema do trabalho pelo Editor;
- b) encaminhamento do trabalho para o(s) respectivo(s) membro(s) do Conselho Científico, para análise e aceitação; aceitação condicionada ou rejeição;
- c) em caso de aceitação ou aceitação condicionada, encaminhamento para o Conselho Editorial, para avaliação metodológica;
- d) em caso de aceitação condicionada, retorno do trabalho ao autor, para correções indicadas.

O Editor se reserva o direito de introduzir eventuais alterações nos originais, de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com o fim de manter a homogeneidade e qualidade da publicação, respeitados o estilo e as opiniões dos autores, sem que sejam necessárias submeter essas alterações à aprovação dos autores.

Os autores e co-autores recebem, cada um, três exemplares do fascículo que contém o seu artigo.

Conselho Editorial



FACE EM REVISTA

Proposta de Assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Fone: _____

E-mail: _____

Profissão: _____

_____/_____/_____
Assinatura

() Estou enviando cheque nominal, cruzado, para Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória - FACE.

() Estou enviando, junto com esta proposta, via fax, comprovante de pagamento no BANESTADO, agência 066, c/c 1518-3.

QUANT.	REVISTA	VALOR	SUB-TOTAL	TOTAL
	1/1998	R\$ 10,00		
	2/1999	R\$ 10,00		
	3/2000	R\$ 10,00		
	4/2001	R\$ 10,00		

TELEFAX (0XX42) 522-1837

E-mail: conselhoeditorial@face.br



